

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
ESTUDOS COMPARADOS DE LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

JOÃO FIGUEIREDO ALVES DA CUNHA

TESE DE DOUTORADO
(versão corrigida)

Entre melindres e espertezas:
personagens malandras, nos contos de
Lima Barreto e José da Silva Coelho

ORIENTADOR: HÉLDER GARMES

São Paulo
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

JOÃO FIGUEIREDO ALVES DA CUNHA

Entre melindres e espertezas:
personagens malandras, nos contos de
Lima Barreto e José da Silva Coelho

Versão corrigida da tese apresentada ao
Departamento de Letras Clássicas e
Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Doutor
em Estudos Comparados de Literaturas de
Língua Portuguesa

Área de Concentração:
Estudos Comparados de
Literaturas de Língua Portuguesa

Orientador: Prof. Dr. Hélder Garmes

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Ce Cunha, João F. A.
Entre melindres e espertezas: personagens
malandras, nos contos de Lima Barreto e José da
Silva Coelho / João F. A. Cunha ; orientador Hélder
Garmes. - São Paulo, 2016.
222 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área
de concentração: Estudos Comparados de Literaturas de
Língua Portuguesa.

1. Personagens malandras. 2. Literatura goesa em
língua portuguesa. 3. Literatura brasileira. 4. José
da Silva Coelho. 5. Lima Barreto. I. Garmes, Hélder,
orient. II. Título.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

Nome: CUNHA, João F. A.

Título: Entre melindres e espertezas: personagens malandras nos contos de Lima Barreto e José da Silva Coelho

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.º Dr.º _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.º Dr.º _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.º Dr.º _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.º Dr.º _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.º Dr.º _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese, fundamentalmente, a Ana Paula Tietze da Cunha, minha esposa!
De todas as pessoas do mundo eu quis você porque a sua loucura combina com a minha...
De todas as pessoas do mundo eu quis você porque eu estava cansado de ser louco assim sozinho!

Sem você e essa força que você sempre consegue ter quando se trata de me ajudar, nada disso seria possível!

No paraíso das manhãs, quando eu te vejo, pétalas brancas caem em mim!

Aos meus pais, aos meus irmãos, aos meus cunhados e à minha família de forma geral...

Aos meus amigos de verdade!

Só vocês sabem de quanta coisa abri mão e o quanto me empenhei para realizar este trabalho!

AGRADECIMENTOS

Agradeço muito muito ao meu orientador, Hélder Garmes. Sem você, nada disso existiria na minha vida...

Aos colegas e amigos do Pensando Goa, com especial carinho a Viviane Madeira, Antônio Oliveira, Lokou Maurice, Paul Melo e Castro, Cielo Festino e Duarte Braga. E à FAPESP, pelo apoio ao projeto temático ao qual esta pesquisa se vincula.

Aos meus colegas e amigos do Colégio Móbile, tão parceiros no trabalho diário e sempre tão generosos comigo, com colaborações fundamentais para esta pesquisa.

A Wilton Ormundo, por ter apostado tanto em mim e ter me apoiado nos mais variados projetos.

Aos funcionários da Central Library de Pangim, pelo auxílio com as pesquisas.

A todos que me ajudaram direta ou indiretamente, minha gratidão eterna!

RESUMO

CUNHA, João F. A. *Entre melindres e espertezas: personagens malandras nos contos de Lima Barreto e José da Silva Coelho*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

A literatura é campo fértil para refletirmos sobre os mais variados aspectos da sociedade e a obra de Antonio Candido certamente é uma referência dessa perspectiva de leitura. Nesse sentido, analisamos comparativamente contos do escritor brasileiro Lima Barreto e do goês José da Silva Coelho, com foco nos comportamentos de seus protagonistas. Partindo da observação de semelhanças e diferenças nas formas de contornar as dificuldades, ou de conquistar uma melhor posição social, em espaços organizados a partir do colonialismo português, procuramos demonstrar que as atitudes imorais das personagens não eram apenas um recurso narrativo cômico, mas eram fruto de uma reflexão crítica dos autores sobre essas duas sociedades marcadas pela colonização ibérica. Tais comportamentos são representados por figuras repletas de espertezas, astúcias e malandragens, que nem sempre logram êxito nos seus golpes. Desse modo, discutimos a representação literária do “caráter nacional brasileiro” por personagens de Lima Barreto e a representação de traços semelhantes por personagens de Silva Coelho. Essas análises culminam na discussão sobre a possibilidade de que as semelhanças apontadas possam ser fruto da longa dominação portuguesa, tendo-se consolidado com a implementação das Repúblicas brasileira e portuguesa.

Palavras-chave: Lima Barreto, José da Silva Coelho, Malandro, Literatura goesa em língua portuguesa, Literatura brasileira

ABSTRACT

CUNHA, João F. A. *Among squeamishness and cleverness: sly characters in Lima Barreto and José da Silva Coelho short stories*. Thesis (PhD) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Literature is fertile ground to reflect on various aspects of society and the work of Antonio Candido is certainly a reference in this perspective of literature studies. In this sense, we compare short stories by the Brazilian writer Lima Barreto and by the Goan, José da Silva Coelho, focusing on the behavior of their protagonists. Starting from the observation of similarities and differences in ways to overcome the difficulties, or to gain a better social position in spaces organized from Portuguese colonialism, we sought to demonstrate that the immoral attitudes of their characters were not just a comic narrative feature but were the result of a critical reflection by those authors, about these two societies marked by Iberian colonization. Such behaviors are represented by figures full of cleverness, cunning and foibles, who manage not always successful in his punches. Thus, we discuss the literary representation of the "Brazilian national identity" by Lima Barreto's characters and the representation of similar traits by characters of Silva Coelho's short stories. These analyzes culminate in the discussion on the possibility that the identified similarities can be the result of the long Portuguese rule, that has been consolidated with the implementation of the Brazilian and Portuguese Republics.

Keywords: Lima Barreto, José da Silva Coelho, Trickster, Goan Literature in Portuguese, Brazilian Literature

SUMÁRIO

Introdução: Observar o outro para se enxergar	10
Capítulo 1: Autores, contextos e fundamentação teórica	14
1.1: “Malandro é malandro, <i>Mané é Mané</i> ”	15
1.2: Esperanças e desesperanças.....	27
1.2.1: Dois marginalizados.....	28
1.2.2: Por que o jornal? Por que o conto? Por que a ironia e o humor?.....	41
1.2.2.1: O caso do contista goês.....	42
1.2.2.2: O caso do contista brasileiro.....	51
Capítulo 2: Perspectiva histórica e desconstrução do luso-tropicalismo	63
2: Goa e Brasil: Paradoxos Coloniais.....	64
2.1: Dominação bélica e negociação.....	68
2.2: Reles Repúblicas.....	83
2.3: Colonização cultural.....	96
2.3.1: “As duas paixões do Monserrate”.....	98
2.3.2: “A incoerência de certos hábitos e costumes”.....	105
2.3.3: “O filho da Gabriela”.....	108
Capítulo 3: A malandragem em dois contos de Lima Barreto	118
3.1: <i>Nem tudo que reluz é ouro</i>	121
“A nova Califórnia” de Lima Barreto.	
3.2: <i>Quem não sabe fazer ensina</i>	125
“O homem que sabia javanês” de Lima Barreto.	
3.3: Conclusões parciais	141
Capítulo 4: A malandragem em três contos de José da Silva Coelho	143
4.1: <i>Burocracia, a malandragem institucional</i>	147
“Atribulações do Mr. Gilaz em Goa” de José da Silva Coelho.	
4.2: <i>Medalhão à indiana</i>	156
“O conselheiro Gerolsteins Gomes” de José da Silva Coelho.	
4.3: <i>O mundo é dos espertos</i>	165
“O advogado Romalino e a astúcia do seu colega rival” de José da Silva Coelho.	

4.4: Conclusões parciais	171
Considerações finais	173
Anexo I: <i>Contos regionais</i> de José da Silva Coelho	177
“Como a sugestão dos meus contos influi no senso das proporções”.....	178
“Na República dos Brutos”.....	182
“As duas paixões do Monserrate”.....	186
“A incoerência de certos hábitos e costumes”.....	191
“Atribulações do Mr. Gilaz em Goa”.....	193
“O conselheiro Gerolsteins Gomes”.....	200
“O advogado Romalino e a astúcia do seu colega rival”.....	206
Anexo II: Imagens	211
Bibliografia	216

Texto oriundo do Projeto Temático Pensando Goa, financiado pela FAPESP (Proc. 2014/15657-8). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

INTRODUÇÃO

Observar o outro para se enxergar

Devido ao quase esquecimento da ligação de mais de quatro séculos entre a Índia e o Brasil, por intermédio da colonização lusitana, pesquisar a Literatura goesa em língua portuguesa, como estamos fazendo desde a iniciação científica, interpõe uma necessidade que nos foi apontada pela professora Laura Padilha, durante nossa banca de mestrado, quando trabalhamos comparativamente a Literatura goesa e a portuguesa. Segundo ela, apesar da distância cultural que existe contemporaneamente entre o Brasil e Goa, seria fundamental relacionar essa literatura não só à portuguesa, mas discutir relações de aproximação e distanciamento entre as produções literárias goesas e as brasileiras. Este trabalho surgiu fundamentalmente dessa (boa) provocação e, durante os últimos cinco anos, nossa pretensão tem sido cumprir essa tarefa, confrontando uma seleção de contos do escritor brasileiro Lima Barreto a outra do goês José da Silva Coelho.

As distâncias física e cultural que aparentemente separam o Brasil de Goa possivelmente foram os motivos de termos começado (na iniciação científica e no mestrado) nossa pesquisa pela comparação entre a literatura de Portugal e a de sua ex-colônia em território indiano. Tal distância também parece explicar o quase desconhecimento – fora do universo acadêmico – no Brasil, sobre o que foi e o que é Goa, algo que testemunhamos a cada vez que tentamos explicar a algum brasileiro o que pesquisamos e por que o fazemos. Talvez pela crença demasiada naquilo que Marilena Chauí define como nosso “Mito Fundador”¹ – que está diretamente associado à ideologia de que o Brasil é (ou foi) o “paraíso na terra” –, nós brasileiros tenhamos nos esquecido de que o grande *Eldorado*, a terra de riquezas inesgotáveis onde brotavam pedras preciosas, havia sido, antes de nós, a Índia, como indica Caio Prado Júnior, ao tratar dos interesses dos impérios europeus em relação às terras recém descobertas:

[...] A ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este

¹ CHAUI, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, p.5.

território primitivo e vazio que é a América; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis.²

Em verdade, o alvo principal das grandes navegações era o já “descoberto” Oriente, entretanto, podemos dizer que, no Brasil, mesmo entre estudantes de literatura, Goa figura no máximo como espaço imaginário, localizável em um “canto” qualquer d’*Os Lusíadas*.

Fato é que nós também não tínhamos dimensão das aproximações existentes entre os dois referidos espaços e, certamente, ao final deste texto, ainda não as teremos compreendido por completo; mas é justamente por isso que esta pesquisa ganha relevância. Olhamos o outro com intuito de entendermos a nós mesmos. Analisamos a literatura goesa para entendermos melhor a literatura brasileira e, conseqüentemente, entendermos melhor o Brasil. Para tal, escolhemos como objetos desta tese alguns dos contos publicados sob o título *Contos regionais*³ do goês José da Silva Coelho e alguns contos do brasileiro Lima Barreto, publicados como apêndice da primeira edição de *Triste fim de Policarpo Quaresma*⁴, complementados por outros textos do autor que oscilam entre a crônica e o conto, retirados de variadas coletâneas, dentre as quais destacamos *Os bruzundangas*⁵.

A comparação entre os textos desses autores estará centrada na análise de personagens cujas trajetórias são marcadas por um jogo de enganos, envolvendo a astúcia, ações irregulares, tentativas de flexibilizar as leis, enfim, por comportamentos imorais ou malandros. Pensamos que esta característica – intimamente ligada ao que se acredita ser o caráter ou a identidade do brasileiro⁶ – não é uma “invenção” nacional. Ela emerge nos espaços coloniais, estando presente em variadas sociedades que passaram por esse processo, em maior ou menor grau. Aparentemente, havia uma inevitável ambigüidade nas estratégias de controle colonial: por um lado, a rigidez das leis aos subjulgados, de forma que, para estes, seguir as regras significava permanecer dominado; e, por outro, a flexibilização das

² PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972, p. 23.

³ COELHO, José da Silva. *Obra Quase Completa de José da Silva Coelho*. “Contos regionais”. in. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. (periódico) nº 124. Bastorá: Tipografia Rangel, 1979.

⁴ BARRETO, Lima. *Contos Completos*. (org.) SCHWARCZ, Lilia Moritz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, (Parte I).

⁵ BARRETO, Lima. *Os bruzundangas*. São Paulo: A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro, <http://www.bibvirt.futuro.usp.br> (Acesso em 11/05/2016).

⁶ CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, p.13.

leis aos colonos de acordo com as necessidades deles, o que era um modo de manter o poder, a longo prazo, evitando o uso constante de força bélica, como indicam, por exemplo, Franz Fanon, em *Os condenados da terra*⁷, e André Paulo (pseudônimo de Francisco João da Costa) em *O Europeísmo e a Revolta*⁸.

Com a despretensão das comédias de costumes e a intensidade de quem sabe utilizar a ironia como recurso crítico, José da Silva Coelho e Lima Barreto nos oferecem, em seus contos, pequenos “retratos” de Goa e do Brasil, na transição dos Impérios (português e brasileiro) para as respectivas Repúblicas. Portanto, convidamos os leitores a um mergulho em narrativas brasileiras e goesas, do início do século XX, que proporcionarão uma interessante reflexão sobre aspectos de duas lógicas sociais semelhantes, em espaços bastante distantes, com intuito de se discutirem as representações literárias da “identidade brasileira” e de uma possível “identidade regional goesa”, naquele período.

No capítulo 1, faremos a fundamentação teórica de nossa tese, abordaremos as trajetórias dos dois autores que são nosso objeto de estudo e destacaremos a relevância da escolha do gênero conto como eixo central de nossas análises literárias, além de abordarmos o uso da ironia, o humor e a sátira como recursos de expressão crítica. Assim, trataremos de ligações entre as duas sociedades representadas, discutindo a construção cultural de estereótipos identitários que em alguma medida aproximam os dois espaços.

No segundo capítulo, abordaremos conflitos culturais advindos da estrutura colonial e os reflexos desses conflitos quanto à marginalização e à estigmatização de parcelas da sociedade, mesmo após o fim dos Impérios. Além disso, a partir de textos de José da Silva Coelho e Lima Barreto, que datam das duas primeiras décadas do século XX, serão analisados aspectos sociopolíticos relacionados às proclamações da República brasileira (1889) e da República portuguesa (1910), destacando o impacto desta em Goa. Dada a importância desse período no âmbito das obras dos dois autores, procuraremos mostrar como ambos vivenciaram esse período e como eles abordaram ficcionalmente as esperanças e

⁷ FANON, Franz. *Os condenados da terra*. (trad.) MAGALHÃES, Lucy e ROCHA, Enilce Albergaria. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

⁸ PAULO, André. (pseudônimo de COSTA, Francisco João da) *O Europeísmo e a Revolta – carta ao dr. José Ignácio de Loyola*. Índia Portuguesa, 1896.

as desesperanças que se criaram com o advento dos chamados “ideais republicanos”.

O terceiro capítulo concentra as análises da figura do malandro em dois contos de Lima Barreto – “Nova Califórnia” e “O homem que sabia javanês”. E o quarto capítulo apresenta nossas análises de três contos de José da Silva Coelho – “Atribuições do Mr. Gilaz em Goa” “O conselheiro Gerolsteins Gomes” e “O advogado Romalino e a astúcia do seu colega rival”.

Após tais estudos analíticos, serão apresentadas nossas considerações finais e conclusões, nas quais também sintetizaremos nossos aprendizados e algumas de nossas incertezas, ao fim da trajetória desta pesquisa acadêmica.

Boa leitura!

CAPÍTULO 1

Homenagem ao malandro

Eu fui fazer um samba em homenagem
À nata da malandragem
Que conheço de outros carnavais

Eu fui à Lapa e perdi a viagem
Que aquela tal malandragem
Não existe mais

Agora já não é normal
O que dá de malandro regular, profissional
Malandro com aparato de malandro oficial
Malandro candidato a malandro federal
Malandro com retrato na coluna social
Malandro com contrato, com gravata e capital
Que nunca se dá mal

Mas o malandro pra valer
– não espalha –
Aposentou a navalha
Tem mulher e filho e tralha e tal

Dizem as más línguas que ele até trabalha
Mora lá longe e chacoalha
Num trem da Central

Chico Buarque, 1977-1978 - Para a peça *Ópera do malandro*, de Chico Buarque⁹

⁹ http://www.chicobuarque.com.br/letras/homenage_77.htm - Acesso em: 05/04/2016

1.1: “Malandro é malandro, *Mané é Mané*”

No mínimo desde os contos populares de Pedro Malasarte, a literatura ibérica é habitada por personagens que se utilizam da astúcia para obter vantagens. Essa personagem “migrou” para a literatura brasileira e sua figura se aclimatou ao folclore tupiniquim. Mário de Andrade, inspirado também nas *Memórias de um sargento de milícias*, deu vida a Macunaíma, o “herói da nossa gente”, na realidade um completo anti-herói, folgado e astuto, famoso pelo bordão: “Ai, que preguiça”. Depois de o modernista ter explorado o tema tanto em sua crítica literária quanto na ficção, foi Antonio Candido quem realimentou o debate ao publicar “Dialética da Malandragem”, ensaio que associava a figura do malandro (espécie de *trickster* dos trópicos) à identidade brasileira. Ao analisar a trajetória de Leonardinho, filho de Leonardo-Pataca, no romance de Manuel Antônio de Almeida, Candido identificou o caráter inconsequente, criativo e desenvolto do protagonista, que se utilizava desses expedientes para se livrar das dificuldades e, até, ascender socialmente. Na obra, tal *modus operandi* emergiu na frágil estrutura da sociedade carioca “no tempo do rei”, período correspondente à última fase do período colonial brasileiro. Nesse contexto, a vinda da Corte para o Brasil provocou uma repentina reorganização do espaço colonial, trazendo à tona a ausência de oportunidades aos marginalizados na nova “metrópole” que se construía em plena colônia.

Fazendo uma transição do universo literário para a realidade brasileira, *grosso modo* costumam-se considerar as desigualdades sociais como as maiores responsáveis pelo desenvolvimento do jeitinho brasileiro, do “complexo de Gérson” (concebido a partir da propaganda do cigarro Villa Rica, de 1976) e de diversos subterfúgios criados para uma ascensão pautada na lei do menor esforço, por quem se coloca no intervalo entre a ordem e a desordem, entre a honestidade e a desonestidade. Esse suposto caráter fluido e irregular do brasileiro também constituía a essência de Macunaíma e é reconhecido popularmente como o principal defeito de nossos governantes, embora também seja tomado como uma característica pulsante em boa parte do nosso povo. E são justamente as representações literárias dessa característica, figurando aqui e “além-mar”, que iremos discutir nesta tese.

Inicialmente, pareceu-nos quase impossível entrar em um debate em que discutiríamos as visões de grandes pensadores como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e, principalmente, Antonio Candido, autor de um dos mais famosos textos da crítica literária brasileira, a já mencionada interpretação das *Memórias de um sargento de milícias*¹⁰, de Manuel Antônio de Almeida. Mas pouco a pouco encontramos uma bibliografia que nos permitiu discutir a formação do caráter nacional, pelas aproximações e distanciamentos entre a colonização brasileira e a goesa, o que coloca em questão o caráter eminentemente nacional do malandro. Com o suporte de autores como Artur Teodoro de Matos¹¹ e Teotônio de Souza¹², pudemos verificar profundas semelhanças na forma de operar da justiça e da administração pública entre as duas sociedades coloniais. Em ambas há um recorrente desvio de conduta, seja pelo “clientelismo”, pela justiça para poucos, ou pela corrupção. Junto a isso, ao observarmos comparativamente autores daqui e de lá que exploram, por exemplo, a ironia como forma de crítica sociopolítica, encontramos a exposição desses mesmos traços em algumas de suas personagens.

Em “Dialética de malandragem”,¹³ Candido, partindo de análises já estabelecidas – como as de José Veríssimo, que definira a obra de Manuel Antônio de Almeida como um *romance de costumes* por antecipar traços do realismo, e Mário de Andrade, que contestara tal definição, defendendo que a obra vinculava-se a narrativas populares, visto que a astúcia do protagonista tinha um caráter quase fabular –, procurou destacar pontos de convergência e divergência entre as leituras mencionadas e a sua própria para, em seguida, trazer à pauta elementos centrais da narrativa, como o narrador e o protagonista, de forma a explicar sua posição. Procuramos seguir essa mesma fórmula, retomando, antes de tudo, o percurso analítico de Candido e sua discussão sobre as especificidades da formação da sociedade brasileira, pela representação literária da camada mais baixa dos homens livres, após 1808, para estabelecermos nossa visão sobre as semelhanças entre as

¹⁰ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1997.

¹¹ MATOS, Artur Teodoro de. In SERRÃO, Joel. e MARQUES, A. H. de Oliveira. *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Oriental (1660 – 1820)*. (vol. V). Lisboa: Estampa, 2001. pp. 123-159.

¹² SOUZA, Teotônio R.. *Goa Medieval – A cidade e o interior no século XVII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

¹³ CANDIDO, Antonio, "Dialética da Malandragem" In. *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, pp. 17-46.

personagens dos contos que serão analisados e suas inserções nos contextos das repúblicas brasileira e portuguesa.

Segundo Antonio Candido, a esfera mais humilde da sociedade carioca – no limite tênue entre a ordem e a desordem, apoiada no conforto proporcionado pelo trabalho escravo – seria o nascedouro dessa figura ainda hoje compreendida como uma espécie de símbolo nacional: o malandro. Não há como contestar essa leitura, no que tange à obra de Manuel Antonio de Almeida, pois essa é exatamente a trajetória de Leonardinho. Também é fundamental reconhecer que a associação desta personagem à estreia do “malandro” na novelística brasileira está correta. Contudo, nosso intuito é ampliar a significação do termo “malandro”, observando em outras obras como essa figura se fez presente na literatura e na sociedade brasileiras. Destacamos, por exemplo, os versos de Gregório de Matos que afirmam: “Neste mundo é mais rico o que mais rapa / [...] o velhaco maior sempre tem capa”¹⁴. Nesse soneto cheio de sarcasmo, o Boca do Inferno destaca que no Brasil colonial (e no mundo) só ascendia socialmente quem roubasse, enganasse e valorizasse o dinheiro acima de qualquer outro valor. Curiosamente, vamos ver em crônicas de Lima Barreto exatamente a mesma percepção quanto à política, durante a primeira fase de nossa República:

Cada qual mais queria, ninguém se queria submeter ou esperar, todos lutavam desesperadamente como se estivessem num naufrágio. Nada de cerimônias, nada de piedade; era para a frente, para as posições rendosas e para privilégios e concessões. Era um galope para a riqueza, em que se atropelava a todos, os amigos e os inimigos, parentes e estranhos. A República soltou de dentro de nossas almas toda uma grande pressão de apetites de luxo, de fêmeas, de brilho social. O nosso Império decorativo tinha virtudes de torneira. O Encilhamento, com aquelas fortunas de mil e uma noites, deu-nos o gosto pelo esplendor, pelo milhão, pela elegância e nós atiramo-nos à indústria das indenizações. Depois, esgotados, vieram os arranjos, as gordas negociatas sob todos os disfarces, os desfalques, sobretudo a indústria política, a mais segura e a mais honesta. Sem a grande indústria, sem a grande agricultura, com o grosso comércio nas mãos dos estrangeiros, cada um de nós sentindo-se solicitado por um ferver de desejos caros e satisfações opulentas, começou a imaginar meios de fazer dinheiro à margem do código e a detestar os detentores do poder que tinham a feérica vara legal de fornecê-lo a rodo.¹⁵

¹⁴ MATOS, Gregório de. *Obra poética*. Org. James Amado. Prep. e notas Emanuel Araújo. Apres. Jorge Amado. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

¹⁵ BARRETO, Lima. Apud. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 320.

Como fica claro, Barreto também reconhecia em nossa elite republicana a tendência a burlar as leis, visando a obtenção de vantagens econômicas e políticas. Temos consciência de que circulamos por um “terreno movediço”, vez que, neste ponto do texto, estamos discutindo a figura do malandro tanto no que se refere à sua existência no mundo real (e os estereótipos nascidos deste) quanto à sua representação literária. Porém, acreditamos que não teríamos como nos furtar de confrontar realidade e ficção, ao escolhermos como objeto de estudo os textos de autores que, mesmo em seus textos ficcionais, atuavam como cronistas, explorando justamente os estereótipos como forma de construir suas irônicas representações sociais. Aliás, essa foi uma das principais ressalvas às obras de Lima Barreto e José da Silva Coelho, dentre aqueles que os criticavam. Segundo estes, os autores misturavam em seus textos realidade e ficção.

Quanto a esse caráter da obra do autor brasileiro, Sevcenko explicita que:

Verifica-se nele o mesmo anseio de revelar em seus textos um retrato maciço e condensado do presente, carregado do máximo de registros e notações dos vários níveis em que o saber do seu tempo permitia captar e compreender o real. O próprio autor esclarece o efeito estético e comunicativo que buscava ao promover esse adensamento extremo dos dados e circunstâncias mais marcantes do seu tempo. “A realidade [diria o escritor, parafraseando o seu idolatrado Dostoievski] é mais fantástica do que tudo o que a nossa inteligência possa fantasiar.”

Essa exposição do presente como um vórtice de situações históricas exemplares trazia consigo a dupla consequência de sugerir mimeticamente a intensificação insólita dos processos de transformação contemporâneos à sua obra e de introduzir uma feição expressionista em suas imagens, pela exacerbação das suas próprias características. O real assim construído perderia o aspecto frio e insensível que a rotina do cotidiano lhe assinala, provocando a anuência indiferente dos indivíduos, para mostrar-se em toda a crueza da sua nudez repentina. Com esse método contundente, o autor podia transmitir direta e rapidamente aos seus leitores a sua concepção e o seu sentimento relativo aos eventos que o circundavam. Forçava-os assim a uma tomada de posição e uma reação voluntária, na produção do estímulo emitido. A função crítica, combatente e ativista, ressalta por demais evidente dos textos de Lima Barreto.¹⁶

Acreditamos que os *Contos regionais* de Silva Coelho operam de forma semelhante junto à sociedade católica goesa da segunda década do século XX.

¹⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. pp. 190-191.

Sendo assim, ambos “carregam nas tintas” ao pintarem suas personagens para o leitor, criando figuras caricaturais em representações que exploram o humor leve, o sarcasmo e até o grotesco, criando um efeito estético, segundo Sevcenko, de “feição expressionista”. E com isso o intuito dos autores era justamente expor a realidade, através da ficção. Desse modo, apesar do risco que corremos, ao adotarmos perspectivas sociológicas em nossas interpretações literárias, acreditamos ser esse um percurso inevitável. Mas, até por isso, escolhemos a análise feita por Antonio Candido das *Memórias de um Sargento de Milícias* como nossa maior referência, já que o crítico também transitava por esse terreno.

Em “Dialética da malandragem”, Leonardo (filho de Leonardo-Pataca) é, em um primeiro momento, comparado aos pícaros, que seriam uma espécie de “malandro espanhol”, aos moldes de *Lazarillo de Tormes*. Porém, após uma minuciosa observação sobre os aspectos mais típicos da narrativa picaresca (narrador-protagonista; herói de origem humilde, com uma trajetória de humilhações; período de ascensão social, sucedido de queda), Candido se opõe a tal filiação. Apesar disso, suas considerações sobre os elos entre o protagonista do romance brasileiro e os pícaros espanhóis – especialmente no que concerne à esperteza, ao caráter divertido e à aderência “aos fatos, que o vão rolando pela vida” – conduz a análise à definição de Leonardo como “o primeiro grande malandro que entra na novelística brasileira”. Para justificar essa leitura, Candido recorre à tradição da “comicidade popularesca”, associando “nosso memorando” aos *tricksters*, uma vez que ele “pratica a astúcia pela astúcia”. Em seguida, é apresentada toda uma tradição cômica, no período do Segundo Reinado, à qual Manuel Antônio também estaria atrelado, o que, talvez, tenha sido apontado para viabilizar o enquadramento do autor na lógica da formação de nosso *sistema literário*¹⁷. Dentre as referências feitas a essa tradição da comédia nacional, destaca-se Martins Pena, “cuja concepção da vida e da composição literária se aproxima da de Manuel Antônio”¹⁸, nas palavras de Candido.

Em relação ao comediógrafo, Paula Beiguelman afirma:

¹⁷ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura Brasileira: momentos decisivos*. Ouro sobre Azul: Rio de Janeiro, 2012.

¹⁸ CANDIDO, Antonio, “Dialética da Malandragem” In. *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 26.

Vivendo no seio do processo (de intensificação da urbanização e modernização), Martins Pena apreende-o e o constrói em torno de um eixo básico – a quebra de austeridade e decoro tradicionais. A especulação desenfreada, os negócios ilícitos, marcam a existência, impõem uma ética de arrivismo a qualquer preço, contaminam a estrutura tradicional.¹⁹

Renata Silva Almendra, outra estudiosa das peças de Martins Pena, deixa ainda mais claro que nelas destacam-se personagens que efetivamente apresentam um caráter astucioso muito semelhante ao de Leonardinho, de modo que o autor de fato levou para os palcos figuras que hoje associamos ao malandro brasileiro. Entretanto, segundo ela, o que destoa ante aquilo que Manuel Antônio apresenta em seu romance é que, nas peças de Pena, essa figura astuciosa nem sempre se manifesta na mesma esfera social em que vemos o protagonista das *Memórias de um sargento de milícias*:

[...] a malandragem não é praticada somente pela população pobre livre, mas por todos que usam a astúcia, que pode ser vista como uma equivalente do “jeito”, para converter as regras vigentes na sociedade em proveito próprio, porém sem destruí-las ou colocá-las em causa. De certo modo, o malandro se contrapunha tanto ao trabalhador pobre inserido formalmente quanto ao pobre subempregado ou desempregado, na medida em que sua situação, “nem sempre caracterizada pela precariedade de recursos, podia ser amplamente recompensada por seu modo de vida, conferindo-lhe uma identidade que, a seus próprios olhos, era francamente positiva”. Assim, encontramos nas comédias de Martins Pena, malandros que são membros da Guarda Nacional, que são meninas de família e homens de posses, que aproveitam de sua esperteza para transformar em vantagens o que antes apresentava-se como desvantagens, transitando, dessa maneira, entre a esfera da ordem e da desordem.²⁰

A partir dessa colocação, damos um passo adiante em relação ao que fez Antonio Candido. Embora no romance de Manuel Antônio de Almeida a origem humilde do protagonista seja um elemento fundamental para que Leonardinho viva no interstício entre a ordem e a desordem, temos na nossa literatura outras personagens capazes de reproduzir esse modo de vida, ainda que pertencendo a

¹⁹ BEIGUELMAN, Paula. *Viagem Sentimental à Dona Guildinha do Poço*. São Paulo: Editora Centro Universitário, 1966. p. 71. Apud. ALMENDRA, Renata Silva. “Entre a ordem e a desordem: a malandragem no Império de Martins Pena” In. *Em Tempo de Histórias*. Brasília: Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB, n.9, 2005, p. 64.

²⁰ ALMENDRA, Renata Silva. “Entre a ordem e a desordem: a malandragem no Império de Martins Pena” In. *Em Tempo de Histórias*. Brasília: Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB, n.9, 2005, p 66.

outra esfera social. Isso, pois Martins Pena – de quem supostamente o romancista seria um continuador segundo o próprio *Candido* – apresentara, duas décadas antes, uma sociedade permeada por esse “caráter”, demonstrando que essa lógica se espalhava de maneira muito mais abrangente. Os contos de Lima Barreto que analisaremos estabelecem um universo em que o Brasil parece funcionar a partir de uma lógica de subversão da ordem. Porém, nesses textos, o modelo de comportamento malandro figura como algo imposto de cima para baixo e não de baixo para cima.

Se deixarmos momentaneamente o plano da narrativa ficcional e visitarmos as obras de nossos principais “vagalumes”²¹ (Gregório de Matos e padre Antônio Vieira), ainda no período de nossas “manifestações literárias”, na terminologia de *Candido*, também encontraremos uma crítica ferrenha à desonestidade dos mais poderosos, como fica claro no trecho abaixo, retirado do “Sermão de Santo Antônio aos peixes”, em que o jesuíta critica os clérigos de São Luís do Maranhão:

O efeito do sal é impedir a corrupção; mas quando a terra se vê tão corrupta como está a nossa, havendo tantos nela que têm ofício de sal, qual será, ou qual pode ser a causa desta corrupção? Ou é porque o sal não salga, ou porque a terra se não deixa salgar. Ou é porque o sal não salga, e os pregadores não pregam a verdadeira doutrina; ou porque a terra se não deixa salgar e os ouvintes, sendo verdadeira a doutrina que lhes dão, a não querem receber. Ou é porque o sal não salga, e os pregadores dizem uma cousa e fazem outra; ou porque a terra se não deixa salgar, e os ouvintes querem antes imitar o que eles fazem, que fazer o que dizem. Ou é porque o sal não salga, e os pregadores se pregam a si e não a Cristo; ou porque a terra se não deixa salgar, e os ouvintes, em vez de servir a Cristo, servem a seus apetites. Não é tudo isto verdade? Ainda mal!²²

Como indicou Vieira, ainda no XVII, nossa sociedade já convivia com poderosos corruptos, capazes de todo tipo de ação para servirem “a seus apetites”.

Outro ponto a ser observado na análise de *Candido* sobre esse símbolo nacional é o que concerne a uma ligeira inocência por parte de Leonardo, visto que ele não buscaria vantagens em seus atos. É claro que, quando vislumbramos as primeiras ações do “memorando” ainda na mais tenra idade, não há qualquer estímulo para suas traquinagens, contudo, desde que passara a primeira noite fora

²¹ CANDIDO, Antonio. *Iniciação à Literatura Brasileira*. Ouro sobre Azul: Rio de Janeiro, 2007, p.22.

²² VIEIRA, Antônio. *Sermões escolhidos*. São Paulo: Martin Claret, 2004, p. 43.

de casa, Leonardo aprendera o valor de uma dissimulação. Nessa passagem do texto, ele tenta explicar as razões de seu desaparecimento ao padrinho, afirmando ter seguido um cortejo para cumprir o desejo do Barbeiro de que o menino se tornasse padre. Diante do sucesso dessa argumentação (que efetivamente o salva de receber alguma punição), muitas meias-verdades e tramoias são utilizadas por Leonardo no intuito de evitar punições ou de se vingar daqueles que o incomodavam. Portanto, mesmo sem ter ganhos materiais efetivos, os golpes e trapaças do protagonista frequentemente o levam a evitar perdas maiores, o que nos conduz ao terceiro ponto de ampliação da análise de Candido.

Às camadas mais baixas da população brasileira, desde muito cedo, restou a convivência com a opressão social e com Leonardo não foi diferente, pois, apesar de ter recebido os cuidados do padrinho após a separação de seus pais, é inegável que o menino cresceu em um lar cujo núcleo familiar fora desestruturado, por conta da infidelidade e da violência. O abandono do pai e da mãe antecipa um destino ainda hoje comum em todas as periferias do país, destino esse que parece estar relacionado à ausência de modelos de cidadania a se seguir, legando aos que passam por isso o caminho da malandragem, do crime e/ou de uma vida de sacrifícios com poucas perspectivas de transformação. Vale ainda destacar que a vida de quase todas as personagens da obra é cerceada de forma contínua por Vidigal, “o justiceiro”, especialmente aqueles que se enquadravam no rol do que, no XIX, denominava-se vadio (uma das expressões utilizadas para se referir justamente ao malandro):

[...] não trabalhar nem exercer atividade considerada útil para a sociedade; não estar ocupado com o trabalho no momento em que fosse pego pela Polícia; desempenhar atividades consideradas lazer como forma de trabalho; a prostituição; a embriaguez; o jogo; a não comprovação de moradia; o lazer de forma ilícita; bem como a condição de cigano ou de mendicância.²³

Por essa definição, podemos imaginar o quão parcial era o sistema criminal no período, uma vez que “não estar ocupado” dependia daquilo que o agente da lei considerasse uma ocupação. Desse modo, na representação literária daquela sociedade, delineada por Manuel Antônio, temos perseguições aos ciganos,

²³ MARTINS, Mônica de Souza Nunes. “Vádios” e mendigos no tempo da Regência (1831-1834). *Construção e controle do espaço público da Corte*. Dissertação de mestrado em História Social. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002, p.113.

aos pretos-velhos, aos vadios como Chico Juca, Teotônio e Leonardinho, mas não vemos, em momento algum, o Major Vidigal importunar Dona Maria, ou mesmo José Manuel. Em seu estudo sobre *Literatura e Marginalidade*, nas obras de João Antônio e Luandino Vieira, Vima Lia Martin afirma que:

O trabalho forçado e uma produção material voltada para o fornecimento de produtos ao comércio europeu foram, em linhas gerais, a base das formações sociais brasileira e angolana e estão no cerne da constituição de extensas camadas populares que, através dos séculos, foram – e ainda vêm sendo – marginalizadas. Necessárias para manter os privilégios dos poderosos, essas pessoas tiveram suas vozes muitas vezes silenciadas por um poder violento e excludente que quase sempre funcionou no sentido de garantir os interesses das classes dominantes. [...]
No Brasil, a desigualdade foi marca decisiva de nossa formação social e, no século passado, foi atualizada como dado estruturante da “modernização conservadora” – que alia progresso, autoritarismo e exclusão – em curso no país desde os fins do século XIX.²⁴

Nessa ótica, não restava muito mais a Leonardo do que procurar se defender em meio às imposições de uma ordem social pautada na ganância, na busca de benefício próprio, na troca de favores e no clientelismo, coordenada para privilegiar uma elite à qual ele não pertencia. Então, o que estamos apontando aqui é que, talvez, esse instinto malandro de Leonardinho, apesar de inato, como sugere Candido ao indicar que o protagonista das *Memórias de um sargento de milícias* praticava a “astúcia pela astúcia”²⁵, não fosse tão involuntário, mas uma consequência da vida em um meio que assim se estruturava. Pouco mais de um século após o surgimento do romance de Manuel Antônio de Almeida, foi Chico Buarque quem ressignificou essa figura tantas vezes representada em nossa literatura, em sua *Ópera do Malandro*. Nela, ganha destaque o samba intitulado “Homenagem ao malandro” (utilizado na abertura desta parte da tese) em que o “malandro pra valer”, da Lapa, perde espaço para o “malandro federal [...] que nunca se dá mal”.

Mais adiante trataremos de forma mais detida do suporte histórico às impressões até aqui relacionadas, o que será feito a partir do texto anteriormente citado de Marilena Chauí, que define a construção de um Mito Fundador a partir da empresa colonial. No que se refere ao suporte sociológico para o que acreditamos

²⁴ MARTIN, Vima Lia. *Literatura e Marginalidade: um estudo crítico sobre João Antônio e Luandino Vieira*. São Paulo: Alameda, 2008, p.13 e 14.

²⁵ CANDIDO, Antonio. *Iniciação à Literatura Brasileira*. Ouro sobre Azul: Rio de Janeiro, 2007, p.23.

ser a origem das práticas malandras brasileiras, lembremos o esclarecedor texto de Chico de Oliveira denominado “Jeitinho e jeitão”, publicado em outubro de 2012, na revista *Piauí*. Neste texto, o sociólogo faz uma leitura tão completa e uma proposição tão precisa sobre o caráter brasileiro, que optamos por reproduzir um longo trecho dessa análise, de modo a dar voz ao sociólogo, em vez de o parafrasearmos:

Os clássicos do pensamento social brasileiro têm dificuldade em lidar com a questão do caráter nacional, que amalgama o subjetivo e o objetivo. Salvo, evidentemente, Gilberto Freyre.

[...] O sociólogo de Apipucos construiu uma hipótese que serve de justificativa ideológica da sociedade decorrente da escravidão. A sua interpretação é, ela própria, uma das vertentes do jeitinho brasileiro.

Sérgio Buarque de Holanda enfrentou melhor a questão. O seu “homem cordial” – para quem as relações pessoais e de afeto (para o bem ou para o mal) se sobrepõem à impessoalidade da lei e à norma social – é a própria encarnação do jeitinho brasileiro.

Caio Prado Júnior não ofereceu nenhuma contribuição sobre o assunto. Embora o seu marxismo fosse criativo e original, ele ficou prisioneiro da objetividade, o mantra que impediu gerações de marxistas, aqui e alhures, de investigar o caráter das nações.

Antonio Candido, nosso clássico moderno, tratou do tema em “Dialética da malandragem”, o poderoso ensaio sobre *Memórias de um sargento de milícias*, romance de Manuel Antônio de Almeida que se passa no Rio de meados do século XIX. Ainda que se aproxime decididamente do jeitinho, faltou ao ensaio, a meu ver, um pouco de irreverência, para que ele correspondesse à ginga do malandro carioca. Candido respeita tanto o brasileiro pobre que aborda as figuras populares com uma reverência quase mística. Para ele, nossa sociedade é tão obscenamente desigual que qualquer crítica às classes dominadas não passa de preconceito – mais um – dos ricos.

Outros autores, como Roberto Da Matta, vão diretamente à problemática do caráter nacional. É o que ele faz em *Carnavais, Malandros e Heróis*. Não é pela vertente de Da Matta, contudo, que pretendo chegar lá. Busco desenvolver uma investida mais nitidamente materialista, mesmo sabendo que o abandono da investigação antropológica possa implicar empobrecimento da análise.

Eis a tese: o jeitinho é um atributo das classes dominantes brasileiras que se transmitiu às classes dominadas.

[...] No Brasil, a classe dominante burlou de maneira permanente e recorrente as leis vigentes, sacadas a fórceps de outros quadros históricos. O drible constante nas soluções formais propicia a arrancada rumo à informalidade generalizada. E se transforma, ao longo da perpétua formação e deformação nacionais, em predicado dos dominados.²⁶

²⁶ OLIVEIRA, Francisco de. <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-73/tribuna-livre-da-luta-de-classes/jeitinho-e-jeitao>, edição 73. Outubro de 2012. Acessado em 21/03/2014.

A crença de que os marginalizados não inventaram a malandragem brasileira, mas a copiaram das classes dominantes do país, era o respaldo teórico que buscávamos para este estudo. Entretanto, complementamos o que defendeu Chico de Oliveira com a referida obra de Roberto Da Matta. Este afirma em seu livro que, no Brasil, a busca pela condição de “pessoa” em lugar da posição de “indivíduo”²⁷ é um dos principais motivos para a mímica dos subalternos em relação aos seus senhores, pois aqueles desejam se tornar estes.

Aliás, é exatamente essa característica que vemos quando o narrador das *Memórias de um sargento de milícias* revela o desejo do decadente meirinho, Leonardo-Pataca, de que o padrinho de seu filho fosse o “sr. juiz” e, em seguida, expressa o intuito de que “a festa (de batizado) tivesse ares aristocráticos, e [...] (que nela) se dançasse o minuete da corte”²⁸. Ou seja, a tendência das camadas mais pobres é copiar o modelo das camadas mais ricas, assim como a tendência do indivíduo governado é copiar seus governantes, como indica Michel Foucault ao tratar da “governabilidade”, no consagrado *Microfísica do poder*²⁹. Nessa passagem de seu texto, Foucault apresenta e discute o posicionamento de uma série de autores que tratam da “arte de governar”³⁰, tendo como ponto de partida *O príncipe*, de Maquiavel. Dentre os autores citados, destacamos sua análise de Le Vayer, que tenta estabelecer “a tipologia das diferentes formas de governo”³¹ afirmando, segundo Foucault, que:

[...] existem basicamente três tipos de governo, cada um se referindo a uma forma específica de ciência ou de reflexão. O governo de si mesmo, que diz respeito à moral; a arte de governar adequadamente uma família, que diz respeito à economia; a ciência de bem governar o Estado, que diz respeito à política. Em relação à moral e à economia, a política tem sua singularidade, o que La Mothe Le Vayer indica muito bem. Mas o importante é que, apesar dessa tipologia, as artes de governar postulam uma continuidade essencial entre elas.

[...]

[...] La Mothe Le Vayer escreve assim para o Delfim primeiro um tratado de moral, em seguida um livro de economia e finalmente um tratado de política. Continuidade descendente no sentido de que, quando o Estado é bem-governado, os pais de família sabem como

²⁷ DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, pp. 169-173.

²⁸ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1997, p. 16.

²⁹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2012.

³⁰ Idem, p. 413.

³¹ Idem, pp.412 e 413.

governar suas famílias, seus bens, seu patrimônio e por sua vez os indivíduos se comportam como devem.

Ainda que se trate de uma teoria do século XVII produzida na França e empregada por Foucault apenas para exemplificar suas ideias sobre a construção discursiva do poder, podemos tomar essa tipologia como referência para refletir sobre o espaço colonial português, pois acreditamos que foi com base em uma lógica bastante semelhante que as colônias lusitanas se estruturaram. Se em vez de um Estado “bem-governado” pensássemos como funcionaria um território “mal-governado”, aparentemente teríamos famílias mal administradas e indivíduos que não se comportariam de maneira adequada. Com isso, trazemos à baila o questionamento sobre o que faria com que essa “maleabilidade” das leis e dos comportamentos individuais que caracterizam o “jeitinho brasileiro” seja compreendida como algo inato na nossa sociedade e “impregne” o imaginário popular. Mais do que isso, seria fundamental discutirmos o porquê de, há séculos, associarmos a “malandragem” às camadas mais pobres e, especialmente, aos negros. Tentaremos dar conta de parte desse debate quando fizermos a abordagem histórica das semelhanças entre os contextos de produção dos autores, na continuação deste capítulo e no capítulo seguinte.

1.2: Esperanças e desesperanças

Era bom saber que a alegria que trouxe à cidade a lei da abolição de 1888, foi geral pelo país. Havia de ser, porque já tinha entrado na convivência de todos a sua [da escravidão] injustiça originária. Quando eu fui para o colégio, um colégio público, à rua do Rezende, a alegria entre a criançada era grande. Nós não sabíamos o alcance da lei, mas a alegria ambiente nos tinha tomado. A professora, D. Tereza Pimentel do Amaral, uma senhora muito inteligente, creio que nos explicou a significação da coisa; mas com aquele feitio mental de crianças, só uma coisa me ficou: livre! livre! Julgava que podíamos fazer tudo que quiséssemos; que dali em diante não havia mais limitação aos progressistas da nossa fantasia. Mas como estamos ainda longe disso! Como ainda nos enleamos nas teias dos preceitos, das regras e das leis! [...] São boas essas recordações; elas têm um perfume de saudade e fazem com que sintamos a eternidade do tempo. O tempo inflexível, o tempo que, como o moço é irmão da Morte, vai matando aspirações, tirando perempções, trazendo desalento, e só nos deixa na alma essa saudade do passado, às vezes composto de fúteis acontecimentos, mas que é bom sempre lembrar.³²

Lima Barreto

– Não conhece? – acudiu o Esteves. É minha mulher.
E voltando-se para ela, concluiu a apresentação:
– O Sr. J da S. C.
Fiz-lhe um amável e cerimonioso cumprimento. Ela, porém, franziu o sobrolho e, com um manifesto ar de animadversão, perguntou-me:
– É o Sr. quem escreve os tais *Contos regionais* para *O Herald*?
Fiquei atrapalhadíssimo. Certamente alguma das minhas críticas a tinham incomodado ou então qualquer das situações ridículas, inventadas por mim, tinha atingido alguém das suas relações.³³

José da Silva Coelho

³² BARRETO, Lima. Apud. SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa. *Brasil – uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 13.

³³ ANEXO I. p. 178.

1.2.1: Dois marginalizados

Afonso Henriques de Lima Barreto³⁴ (1881 - 1922) e José da Silva Coelho³⁵ (1889 – 1944) partilham algumas afinidades significativas, apesar da distância geográfica entre eles. A colonização portuguesa é uma aproximação contextual inegável. A leitura de Eça de Queirós e a consequente influência do autor português nas suas obras, marcadas pela crítica mordaz e irônica ante os principais “defeitos” observados nas sociedades em que viviam, também. A mesma aproximação pode ser verificada quanto aos gêneros adotados pelos autores – contos, crônicas e artigos, sendo exceção a produção de romances que ocorre apenas na obra do brasileiro – e canais de comunicação (especialmente os periódicos) utilizados para divulgação de suas ideias. Além disso, destaca-se o fato de ambos terem vivido a mudança de regimes monárquicos a republicanos (no Brasil e em Portugal), sem terem visto efetivas transformações nas suas sociedades, o que veio a ser relevante aspecto nas trajetórias de ambos, de que trataremos um pouco mais à frente.

Lima Barreto

O carioca Lima Barreto, filho de pais mulatos, viveu as primeiras décadas da abolição da escravatura, tendo que conviver com uma condição de exclusão que lhe causava a sensação de ser uma espécie de “pária social”³⁶. Apesar disso, teve acesso a estudo de qualidade, graças ao apadrinhamento de um funcionário do ministério do Império, o Visconde de Ouro Preto. Barreto perdeu a mãe muito cedo e ainda passou por uma mudança brusca nas condições econômicas da família quando, após a proclamação da República, viu o pai perder o cargo que ocupava na Imprensa Nacional. A partir daí, o hospício passou a ser um espaço significativo na

³⁴ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2001, pp. 316 e 317.

³⁵ DEVI, Vimala e SEABRA, Manuel de. *A Literatura Indo-portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1971, pp. 220 e 221.

³⁶ BARRETO, Lima. *Contos Completos*. (org.) SCHWARCZ, Lilia Moritz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 20.

vida do escritor, primeiro com o emprego de seu pai como almoxarife na Colônia de Alienados da Ilha do Governador; em seguida devido à internação deste na mesma Colônia; e, por fim, com as duas internações sofridas pelo próprio escritor, no Hospício Nacional, devido às crises de depressão agravadas pela constante ingestão de álcool.

Mulato, viveu durante o auge de teorias raciais que comumente indicavam a mestiçagem como a principal causa da degeneração do país –, o que funcionava como uma espécie de “legitimação” do preconceito após a abolição da escravatura³⁷ –, situação que levava figuras como Machado de Assis a tentarem evitar a exposição de sua própria origem. Afilhado do Império em plena implantação da República e marcado pela loucura (que atingira tanto a seu pai quanto a si mesmo), Lima Barreto conheceu a sensação de viver em uma condição marginal:

Não me incomodo muito com o Hospício, mas o que me aborrece é essa intromissão da polícia na minha vida. De mim para mim, tenho certeza que não sou louco; mas devido ao álcool, misturado com toda espécie de apreensões que as dificuldades de minha vida material há seis anos me assoberbam, de quando em quando dou sinais de loucura: deliro.

Além dessa primeira vez que estive no Hospício, fui atingido por crise idêntica, em Ouro Fino, e levado para a Santa Casa de lá, em 1916; em 1917, recolheram-me ao Hospital Central do Exército, pela mesma razão; agora, volto ao Hospício.³⁸

Sobre as narrativas autobiográficas de Barreto e de seus contemporâneos e a tendência de se misturar realidade e ficção, Beatriz Jaguaribe esclarece, ao falar das narrativas brasileiras da transição do século XIX para o XX:

[...] Para os notáveis brasileiros durante o século XIX, a construção desse ser autobiográfico exemplar destoava do âmbito cultural não pela complexidade do fracasso ou pela multiplicidade do ser, mas pela falta de decoro social que a construção da imagem do “eu” triunfante implicava.

[...]

Entretanto, foram escritas várias obras literárias que expressavam as flutuações subjetivantes dos seus autores como manifestações de uma autorrevelação poética e emocional, vide os versos de Augusto dos Anjos, algumas evocações poéticas de Cruz e Souza, entre outros. Sobretudo, vários romances realistas e naturalistas foram veladamente autobiográficos, destacando-se, nesse sentido, o

³⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Espetáculo da Miscigenação”. In. *Revista de Estudos Avançados – USP*, v. 8, nº 20. São Paulo, 1994. <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9652/11222>, p. 147.

³⁸ BARRETO, Lima. *Diário do hospício; Cemitério dos vivos*. São Paulo: Cosac Naify, 2010. p. 44.

romance *O Ateneu* (1888), de Raul Pompéia, e os romances de Lima Barreto, tais como *Recordações do escrívão Isaías Caminha* (1909) e *Cemitério dos vivos* (1919-20).

[...]

No marco da ficcionalidade, os diários de Lima Barreto constituem uma exceção porque são relatos escritos por uma pessoa real sobre si mesma. Entretanto, as categorias vida/arte encontram-se erodentes. O *Diário do hospício*, por exemplo, inicia-se como um relato real sobre a estada do escritor no manicômio da Praia Vermelha. A narrativa verídica, que conta com a corroboração histórica de registros de entrada e outros documentos da época, está comprometida com a imaginação romanesca que resultará na escritura do incompleto romance autobiográfico *Cemitério dos vivos*. O narrador de *Diário do hospício* inicia seu texto na primeira pessoa, propondo uma equivalência real entre autor e narrador. No transcorrer da narrativa, no entanto, ele cria um narrador-personagem, Tito Flamínio, que se distancia do autor Lima Barreto não só pelo nome inventado, como também por ter sido casado. Portanto, mesmo nos diários verídicos de Lima, as fronteiras entre registro histórico e processo de ficção são porosas³⁹.

Como escritor, Lima também ocupou uma posição marginal, pois, apesar das inúmeras tentativas de aproximação aos círculos intelectuais mais respeitados do Rio de Janeiro, jamais conseguiu ingressar na Academia Brasileira de Letras. Foi recorrentemente acusado de adotar um ponto de vista pessoal (quase autobiográfico) em suas obras, além de “praticar erros gramaticais em suas edições baratas e sem cuidado”⁴⁰. Além disso, Lima Barreto parecia sentir que a “sociedade culta” do Rio de Janeiro deliberadamente ignorava suas obras, como revelou em um de seus muitos textos autobiográficos⁴¹:

O aparecimento do meu primeiro livro⁴² não me deu grande satisfação. Esperava que o atacassem, que me descompusessem e eu, por isso, tendo o dever de revidar, cobraria novas forças; mas tal não se deu; calaram-se uns e os que dele trataram o elogiaram. É inútil dizer que nada pedi.

A minha dor ou as minhas dores aumentavam ainda; e, cheio de dívidas, sem saber como pagá-las, o J. M.⁴³ aconselhou-me que escrevesse um livro e o levasse para ser publicado no *Jornal do Commercio*.

³⁹ JAGUARIBE, Beatriz. *Fins de século e a cultura do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. p.19-21.

⁴⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Contos Completos de Lima Barreto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 16.

⁴¹ BARRETO, Lima. “Minha bebedeira e minha loucura”. In: *Diário do Hospício e Cemitério dos vivos*. São Paulo: Cosac Naify, 2010. p. 62.

⁴² *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, publicado em 1909 – nota do editor.

⁴³ Jornalista João Melo, que presidiu a Associação Brasileira de Imprensa – nota do editor.

Assim o fiz. Pus-me em casa dois meses e escrevi o livro⁴⁴. Saiu na edição da tarde e ninguém o leu, e só veio a fazer sucesso, para mim inesperado, quando o publiquei em livro. Desalentado e desanimado, sentindo que eu não podia dar nenhuma satisfação àqueles que me instruíram tão generosamente, nem mesmo formando-me, não tendo nenhuma ambição política, administrativa, via escapar-se por falta de habilidade, de macieza, a única coisa que me alentava na vida – o amor das letras, da glória, do nome, por ele só.

Eu me senti capaz de fazer, mas de antemão sabia que não encontraria em parte alguma quem me imprimisse e tinha a íntima certeza de que não encontraria dinheiro com que me fosse possível editar o meu trabalho, especialmente o *Gonzaga de Sá*⁴⁵.

Creemos, ainda, que Lima Barreto também sofreu por ter permanecido numa situação marginal no âmbito do periodismo literário canônico, tido por muitos como um realista tardio ou podendo ser compreendido como um precursor do modernismo – tal qual fora tratado Manuel Antônio de Almeida por se situar entre o romantismo e o realismo – visto que, a partir de 1922, a oralidade, considerada um dos defeitos da escrita barretiana, ingressaria de forma ampla e definitiva na literatura brasileira. Para ilustrarmos esse confronto do autor com a realidade bem como seu deslocamento no âmbito literário, recorreremos novamente a Jaguaribe:

Rio de Janeiro, *Belle Époque*, cidade pré-modernista capital da República, 1900. Do seu recanto suburbano, o jovem Lima Barreto anota, no seu diário íntimo, suas aspirações, temores, anseios projetos e as ocorrências particulares de sua vida. Nessa escritura da intimidade, há a expurgação de uma subjetividade que se vê fracionada entre o desejo de ser e as condições do mundo em que vivia. O divórcio entre o escrito e sua casa; a distância entre a simpatia pela “gente de cor” e sua difícil convivência com o popular; o desgaste entre as ambições de ser “inteligente muito e muito” e a repetição dos seus desmandos cotidianos na burocracia e na bebedeira são apenas alguns indícios de uma situação todavia mais problemática. A problemática de posicionamento do indivíduo no seu autoescrutínio e a tensão entre a reivindicação de uma transformação social e sua própria singularidade que não se ajusta a qualquer esquema coletivo. Que Lima Barreto foi um crítico contumaz da excludente modernidade carioca na *Belle Époque* tropical não restam dúvidas. Entretanto, na avaliação crítica acadêmica, coexistem versões díspares em que a figura de Lima desponta ora como o clássico “ressentido” social ora como o “bizarro” precursor de uma intelectualidade engajada⁴⁶.

⁴⁴ *Triste fim de Policarpo Quaresma*, publicado em 1911 – nota do editor.

⁴⁵ *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, publicado em 1919 – nota do editor.

⁴⁶ JAGUARIBE, Beatriz. *Fins de século e a cultura do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. p.50.

Lima Barreto sustentou-se boa parte da vida como amanuense da Secretaria da Guerra, porém, ganhou algum reconhecimento por sua constante colaboração na imprensa, na qual se destacou pela vertente maximalista e pelos artigos de crítica social:

O contato com o meio intelectual propiciou a Lima Barreto, egresso do curso de Engenharia da Escola Politécnica, a oportunidade de publicar alguns textos. Em 1902, tornou-se colaborador da *Quinzena Alegre* e do *Diabo*, revista de cunho humorístico e filosófico, organizada pelo amigo Bastos Tigre. Em seguida, escreveu para a revista *O Pau*, também de tom crítico e polêmico.

O ingresso de Lima no jornalismo profissional, contudo, ocorreu apenas em 1905, quando estreou na redação do *Correio da Manhã* e, na literatura, em 1909, ano da publicação de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*.

A despeito das inúmeras dificuldades, Lima Barreto produziu uma obra que, somados os romances, os contos, as crônicas, as sátiras e o *Diário Íntimo*, totaliza dezessete volumes. Uma verdadeira façanha, se considerarmos a falta de recursos, a doença, a pobreza e o descaso da crítica⁴⁷.

Dentre sua vasta produção literária ainda destacamos as obras *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1911), *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919) e *Os bruzundangas* (1923), além da extensa gama de contos e crônicas para os periódicos do Rio de Janeiro⁴⁸. Quase todas deixam transparecer a visão crítica sobre a sociedade brasileira, visão essa que se mostra impregnada de um “ressentimento” pela “sensação de indignidade social”, nas palavras de Lilia Schwarcz⁴⁹.

José da Silva Coelho

Sobre o goês José da Silva Coelho, não temos tantas informações autobiográficas. Ainda assim, pelo que testemunhou seu irmão e pelo que ficou registrado nos documentos histórico-literários, temos um significativo conhecimento

⁴⁷ SILVA, Pedro Santos da. *Afonso Henriques de Lima Barreto e o mito da identidade nacional*. São Paulo: Dissertação de mestrado defendida na PUC/SP, 2007. p. 33.

⁴⁸ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2001, pp. 316 - 324.

⁴⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Contos Completos de Lima Barreto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 20.

desse autor. Nascido em 15 de março de 1889, em Margão, *Josico* era o primogênito de António da Silva Coelho e Maria de Santana Godinho⁵⁰. O pai, notário da comarca de Salcete, obteve sucesso em sua profissão a ponto de conseguir sustentar os treze filhos e ainda lhes deixar “uma pequena fortuna”⁵¹. Tinha por um lado a “vantagem” de ter a tez clara – o que lhe conferia um “ar europeizado” – e por outro a desvantagem de consumir álcool de forma excessiva. Segundo consta, José da Silva Coelho se assemelhara, em diversos aspectos, à família da mãe, tendo herdado dela uma pele mais morena que a de seu pai. Quando menino, estudou na Escola Primária de Margão, depois com professores particulares até ingressar no Liceu de Pangim, onde concluiu o curso aos dezoito anos. Em seguida, retornou a Margão para estudar Direito, em um curso particular ministrado por um advogado aposentado.

Nesse período, segundo seu irmão, Mário da Silva Coelho, leu todo tipo de texto, destacando-se inclusive obras da literatura brasileira – Manuel de Seabra aponta o reconhecimento entre os goeses daquele período de nomes como Castro Alves, Machado de Assis e Olavo Bilac, mas até então não encontramos referências diretas a Lima Barreto –, além dos portugueses e dos franceses. Aos 24 anos começou a trabalhar no cartório do pai e, pouco depois, realizou os exames junto à Relação de Goa, sendo nomeado ajudante de notário, o que lhe permitia substituir plenamente António da Silva Coelho no cartório. Após cinco anos nessa função, conseguiu uma vaga como notário em Damão, para onde se mudou. Apesar de essa mudança representar uma ascensão profissional, tal deslocamento o levou a um isolamento que durou quatro anos, pois Damão não possuía uma verdadeira integração com o restante da Índia Portuguesa. Por isso, Bombaim, hoje Mumbai, – que ainda comportava alguns núcleos coloniais portugueses apesar da faceta majoritariamente inglesa que adquirira desde a ampliação do domínio britânico sobre os territórios de Bengala e Maharashtra ocorrida ainda no século XVIII – passou a ser um dos refúgios do autor. Assim Silva Coelho teve, nesse período, um significativo contato com a lógica colonial estabelecida pelos ingleses, o que provavelmente lhe serviu de base para alguns dos contos escritos poucos anos depois. Um exemplo disso é a forma como a burocracia da Índia portuguesa é

⁵⁰ SEABRA, Manuel de. in. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. (periódico) nº 124. Bastorá: Tipografia Rangel, 1979, pp. 59 - 93.

⁵¹ SEABRA, Manuel de. in. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. (periódico) nº 124. Bastorá: Tipografia Rangel, 1979, pp. 66 e 67.

negativamente caracterizada em comparação à lógica de Bombaim, no conto “Atribulações do Mr. Gilaz em Goa”, que será analisado mais à frente.

Com a morte de António da Silva Coelho, há uma redistribuição dos cargos nos cartórios, o que permitiu que José da Silva Coelho se transferisse a Bicholim, em Goa, onde passou o restante de sua vida. Nessa região predominantemente agrícola e de população em sua maioria hindu, tinha ele uma renda reduzida, mas também uma demanda de serviço que lhe permitia ir a Nova Goa, hoje Pangim, capital do Estado de Goa, quando desejasse. Em Bicholim, começou a dedicar-se à literatura de forma mais sólida, incitado, segundo o irmão do autor, por seu amigo Sadassiva Sirvoicar, lançando-se à produção de contos como “Um desmancho de ajuste”⁵² e “Uma chicana gorada”⁵³, datados de fevereiro de 1922. Assim iniciou-se a publicação de seus *Contos regionais* no periódico *O Herald*, de Pangim. Suas narrativas cheias de humor caíram rapidamente no gosto dos leitores, contudo, tal qual ocorrera com seu antecessor no âmbito das “comédias de costumes” goesas, Francisco João da Costa (1859-1900), não tardou para que atraísse para si a rejeição daqueles que se viam atingidos por sua “pena inspirada e corrosiva”⁵⁴, tendo por isso suas publicações interrompidas. Ainda assim, entre 1922 e 1927, José da Silva Coelho publicou cerca de 41 contos e 25 lendas retiradas da tradição hindu, segundo Devi e Seabra⁵⁵. Manuel Seabra, encantado pelo estilo sagaz e divertido do contista, tentou viabilizar a republicação dessa produção entre os anos de 1979 e 1983, sob o título *Obra (quase) completa de José da Silva Coelho*, no periódico *Boletim do Instituto Menezes Bragança*, entretanto, tal tentativa também foi interrompida, misteriosamente. Hoje já se tem conhecimento de que a obra de José da Silva Coelho – considerando textos publicados ou não, uma vez que o crítico Manuel de Seabra teve acesso aos manuscritos do autor – engloba uma gama de textos bastante variada, podendo ser dividida da seguinte maneira: *Contos Regionais; Verdades e Mentiras; Histórias para Crianças; Melodias e*

⁵² Publicado na quarta-feira, 15 de fevereiro de 1922, no periódico *O Herald*.

⁵³ Datado de 05 de fevereiro de 1922 e publicado em 17 de março do mesmo ano, também no periódico *O Herald*.

⁵⁴ OLIVEIRA, Luís Pedroso. “Direito, literatura e prática judicial na Goa de outrora: o caso dos advogados provisionários”. In. GARMES, Hélder. e MUHANA, Adma. (org.). *Via Atlântica*. nº19. São Paulo: www.revistas.usp.br/viaatlantica, 2011, p. 75.

⁵⁵ DEVI, Vimala e SEABRA, Manuel de. *A Literatura Indo-portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1971, p. 220.

*Harmonias; Lendas Indianas; e Malícias Orientais*⁵⁶. Estas últimas, por muito tempo inéditas, foram recentemente publicadas por Paul Melo e Castro, na revista *Via Atlântica*,⁵⁷ tratando-se da primeira vez que o autor foi publicado no Brasil.

Dentro da lógica goesa do período, podemos dizer que a situação de exclusão de José da Silva Coelho foi mais geográfica do que econômica ou social. Porém, sua trajetória o levou a conhecer um pouco da realidade da chamada Índia britânica, a conhecer bem a realidade de Damão, assim como a conviver com a sociedade hindu de Bicholim. Tais experiências, associadas a uma condição colonial bastante severa em razão da decadência do Império Português do Oriente e à difícil transição para a República, certamente, levaram o autor a desenvolver um olhar profundamente crítico em relação à colônia indo-portuguesa, expondo em sua obra “não só advogados, médicos, funcionários de várias estirpes, batecares e clérigos, que formavam a espinha dorsal da sociedade lusitanizada, mas também manas, bombaístas, peixeiras, cocheiros e colavontas, entre muitos outros”⁵⁸.

Nas primeiras décadas do século XX, enquanto a via a ascensão de representantes nativos como Gandhi na luta contra o poder colonial, Goa vivia a “pacatez” de um mundo aparentemente imutável. Nos jornais goeses, como *O Heraldo*, discutiam-se as transformações políticas⁵⁹, que oscilavam entre a *assimilação* das colônias portuguesas – o que as colocava como partes “iguais” do Estado, regidas por leis idênticas às da metrópole –, e a *autonomia* das colônias portuguesas – o que daria a elas o direito de elaborar suas próprias leis e lógicas de administração. A República, por meio da suposta justiça da *assimilação* colonial, retirara a participação política autônoma que tinha sido estabelecida (ainda que de forma reduzida) desde a Constituição de 1822⁶⁰. Ainda assim, boa parte da elite

⁵⁶ MELO E CASTRO, Paul. “As *Malícias orientais* de José da Silva Coelho: entre o discurso e o desejo coloniais”. In. GARMES, Hélder. e MUHANA, Adma. (org.). *Via Atlântica*, nº19, São Paulo: www.revistas.usp.br/viaatlantica, 2011, p. 89.

⁵⁷ MELO E CASTRO, Paul. “*Malícias Orientais* de José da Silva Coelho”, *Via Atlântica*, nº19, São Paulo: www.revistas.usp.br/viaatlantica, 2011, pp.177-201.

⁵⁸ MELO E CASTRO, Paul. “As *Malícias orientais* de José da Silva Coelho: entre o discurso e o desejo coloniais”. In. GARMES, Hélder. e MUHANA, Adma. (org.). *Via Atlântica*. nº19. São Paulo: www.revistas.usp.br/viaatlantica, 2011, pp. 88 e 89.

⁵⁹ MIRANDA, F. X. Teodoro de. “Assimilação e centralização”. In. *O Heraldo*, ano XXIII, nº 6035. Nova Goa, sexta-feira, 21 de Julho de 1922. p. 1; e MAGALHÃES, José de. “O problema Colonial” (enviado de Lisboa). In. *O Heraldo*, ano XXIII, nº 6035. Nova Goa, quinta-feira, 27 de Julho de 1922. p 1.

⁶⁰ LOBO, Sandra. *O desassossego goês - Cultura e política em Goa do liberalismo ao Acto Colonial*. Lisboa: Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2013.

católica continuava a defender a manutenção do *staus quo* na Índia portuguesa, enquanto lia, abismada, as notícias da tensão presente na Índia britânica, notícias essas que chegavam a Goa justamente pelas páginas de periódicos como *O Herald*, como vemos no seguinte texto:

O que é necessário fazer para salvar a Índia

Na calma que reza sobre a política nativista da Índia, é fácil descortinar-se que pelo país inteiro renasce o espírito de reação contra as doutrinas espalhadas aos quatro ventos pelo Sr. Gandhi e seus comparsas. Mas o trabalho que impede aos que reagem é ainda gigantesco, colossal. O mal alastrara-se pelas populações tão intensamente que criara a apatia gerada pela tensão de altas esperanças. Torna-se preciso, para o debelar, um interesse ativo e inteligente nos negócios públicos, uma participação voluntária em assuntos cívicos e nacionais, uma fé bem fundamentada no êxito triunfante dos esforços despedidos, e um espírito de uniforme otimismo. E são estes requisitos, que fundamentaram todo o desenvolvimento do progresso coletivo, os que, precisamente, faltam na presente conjuntura aos povos indianos.

[...]

É necessário [...] que as autoridades superiores multipliquem as suas visitas por todos os centros importantes do país. Isto tem importância política, porquanto semelhantes visitas são tidas pelas populações rurais como verdadeiros acontecimentos. Não devem, porém, as visitas limitar-se a conferências com funcionários locais. As autoridades superiores e os membros do governo precisam de apresentar-se frequentemente diante das massas, em cujo seio criarão boa impressão, formando estas visitas assuntos de conversação entre a população. Este é o meio mais poderoso de afastar as massas humildes da sua habitual desconfiança e de as curar da apatia⁶¹.

Como se nota, o desejo veiculado no jornal era de que os membros do governo trabalhassem para acalmar as massas, para que tudo continuasse como estava. A “pequena burguesia autossatisfeita” ainda valorizava demasiadamente os bailes à europeia e os produtos vindos da metrópole (como o bacalhau, os queijos, as azeitonas e as conservas), em contrapartida, ignorava as dificuldades econômicas que levaram boa parte das famílias a depender daquilo que seus “membros empregados em África” mandavam. Se, com a implantação da República, Portugal tinha proporcionado uma maior representatividade dos goeses na política, ao que tudo indica, o esforço dos goeses nessa seara se restringia às lutas locais pelos cargos de deputados, em que as mais sórdidas acusações eram feitas de

⁶¹ “Carta de Bombaim”. In. *O Herald*, ano XXIII, nº 6055. Nova Goa, domingo, 13 de Agosto de 1922. p. 2.

parte a parte⁶². Isso nos dá indícios dos métodos empregados pelo governo português para fazer com que a Índia Portuguesa só conquistasse sua independência quase vinte anos após a criação da União Indiana, conservando ainda hoje uma profunda nostalgia do período colonial.

Sobre a recepção dos contos do autor temos, além dos depoimentos de Mário da Silva Coelho divulgados por Manuel de Seabra, um conto em que narrador e autor se confundem. Em “Como a sugestão dos meus contos influi no senso das proporções”⁶³, o narrador explicita que seu nome é J. da S. C., o que justifica essa fusão. Vale destacar nossa percepção de que em quase todos os *Contos regionais* tal lógica é adotada, pois, ainda que o narrador não se autoneie, adere à metalinguagem, revelando estar contando uma história vista, vivida ou ouvida de alguém, conforme explanaremos ao discutirmos a escolha do gênero conto. Por esse motivo, acreditamos que Silva Coelho possa ser classificado como uma espécie de contista-cronista.

Sobre a criação de *personas* que correspondem ao próprio autor, ou seja, sobre a escolha de ficcionalizar-se a si mesmo, Beatriz Jaguaribe, pensando nos casos de autores brasileiros como Raul Pompeia e Lima Barreto, afirma:

Os relatos ficcionalizados de diários, memórias e romances autobiográficos correspondem a um gênero próprio de narrativa em que a consciência e a interpretação do relato estão condicionadas ao olhar específico do narrador fictício criado pelo autor real. Esses relatos possuem uma riqueza de construções simbólicas que muitas vezes superam o registro prosaico do diário não ficcional ou da autobiografia real. A máscara ficcional aguça as possibilidades e deliberações da invenção do sujeito⁶⁴.

Como narrador-personagem, J. da S., enquanto aguardava a lancha para levá-lo de Pangim para Piligão – onde o escritor de fato morava e de onde escrevia os contos publicados no diário *O Herald* com sede na capital, Pangim –, sob o calor do fim de maio, encontrou Esteves, um conhecido daquela travessia fluvial. O conhecido apresentou sua esposa, que reagiu espantada assim que percebeu se tratar do autor dos famigerados *Contos regionais*. Apesar do espanto inicial, a

⁶² SEABRA, Manuel de. in. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. (periódico) nº 124. Bastorá: Tipografia Rangel, 1979, pp. 59 - 93.

⁶³ ANEXO I. p. 178-182.

⁶⁴ JAGUARIBE, Beatriz. *Fins de século e a cultura do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. p.20.

senhora confessou gostar dos contos, com alguma ressalva, o que motivou o autor a falar sobre sua própria produção:

Na verdade, os meus contos não lhe desagradavam. O que, porém, a desgostava era parecerem-se sempre com pessoas das suas relações os tipos que eu punha em foco. Notava também que os defeitos que nessas pessoas passavam despercebidos, salientavam-se – depois de ridicularizados nas personagens dos contos – de tal forma que as tornavam insuportáveis de petulância, vaidade e parvoíce.

Respondi-lhe que os meus contos não tinham outro fim que não fosse o de apontar defeitos a serem corrigidos.⁶⁵

Sobre essa passagem, o irmão do autor, em entrevista a Manuel de Seabra, destaca a declarada aderência de Silva Coelho ao “gênero *Ridendo castigat mores*”⁶⁶. Ao expor essa intenção em relação à publicação dos contos, o narrador ouve da esposa do Esteves que suas caracterizações das personagens alteravam a percepção dos leitores, o que explica o título dessa narrativa:

Mas há defeitos crônicos, hereditários, incuráveis. Sou amiga de uma senhora cujo marido tem defeitos assim. Essa boa rapariga é muito sugestível. Quando o Sr. retrata um tipo sabujo, ela começa logo a ver no marido todas as formas de um molosso⁶⁷: grandes caninos a saírem-lhe pela boca fora, a língua pendente, uma cauda a mexer da direita para a esquerda, e até a voz do pobre homem lhe parece um latir cantante de sabujice e servilismo. Quando o senhor mete em cena um tipo asnático a escoucear disparates, lá vê ela no marido crescerem as orelhas, o focinho alongar-se, a voz zurrante, e até tem medo de se aproximar dele, com receio de um par de pinotes. Evidentemente, a pobre rapariga, sugestionada pelos seus contos, perde o sentimento das proporções. Confunde os defeitos morais com os físicos, e, na sua imaginação, aqueles lhe aparecem de uma forma tão aterradora! Ora não seja mau! Evite, de futuro, descrever tipos com defeitos do marido dessa minha amiga.⁶⁸

O narrador, inicialmente, acede, inquirindo sua interlocutora sobre quais eram os defeitos desse marido, e ela os lista, causando, desta vez, espanto no autor:

⁶⁵ ANEXO I. p. 179.

⁶⁶ Apud. SEABRA, Manuel. “Obra (quase) completa de José da Silva Coelho”. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. Tipografia Rangel: Bastorá – Goa. 1979. p. 75.

⁶⁷ Grande cão de guarda.

⁶⁸ In. SEABRA, Manuel. “Obra (quase) completa de José da Silva Coelho”. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. Tipografia Rangel: Bastorá – Goa. 1982. p. 30-31.

- É mentiroso, fanfarrão, intrujão, pedante, petulante, ignorante, intrigante, meliante, – enumerou, contando-os pelos seus lindíssimos dedos.
- Basta, basta, – interrompi, tomado de susto. – Desisto de escrever, para o futuro, mais contos regionais⁶⁹.

No uso da metalinguagem, o autor discute a repercussão dos seus próprios contos, dialogando com uma representante de seus leitores. Assim, podemos entender a esposa do Esteves e sua amiga como metonímias desse público que gostava e se deixava afetar pelos contos e que o autor estava buscando agradar, visto sua concordância em atender ao pedido da mulher do Esteves. Entretanto, dentro dessa mesma lógica podemos imaginar que o marido da amiga e até o próprio Esteves, funcionário público que pouco depois seria flagrado embriagando-se no café *Parrongo*, representam metonimicamente a parcela da população goesa ridicularizada por Silva Coelho. Então, vendo tantos defeitos nos conhecidos de seus leitores, não havia outra possibilidade ao autor se não interromper a publicação dos *Contos regionais*.

E isso de fato ocorre:

As histórias que José da Silva Coelho escrevia iam aparecendo em *O Herald* sob a epígrafe de *Contos regionais*. Entre fevereiro de 1922 e agosto de 1923, em 19 meses, escreveu e publicou 33 contos. E aqui foram interrompidos. Os restantes 8 que publicou foram escritos muito mais tarde, 6 em 1926 e 2 em 1927. E os de 1926 não foram publicados em *O Herald*. Isso quer dizer que, de fato, José da Silva Coelho deixou de escrever os *Contos Regionais*. Seu irmão, como já citado, refere-se ao “aborrecimento que, em menos de três anos, o tomou”. Mas noutros locais disse-nos que “tiveram de ser interrompidos por trazerem dissabores ao seu autor” e ainda “porque se aborreceu de escrever, porque adoeceu”⁷⁰.

É interessante destacar que, em sua publicação original nas páginas de *O Herald*, o conto aparece datado como tendo sido escrito em 28 de junho de 1923, apenas dois meses antes da interrupção das publicações. O autor sentia a rejeição que atraía e começava a adotar uma postura defensiva. No próximo tópico deste capítulo, trataremos da escolha do gênero conto e da publicação de obras nos jornais. Então, trataremos um pouco mais das repercussões dos *Contos regionais*.

⁶⁹ In. SEABRA, Manuel. “Obra (quase) completa de José da Silva Coelho”. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. Tipografia Rangel: Bastorá – Goa. 1982. p. 31.

⁷⁰ SEABRA, Manuel. “Obra (quase) completa de José da Silva Coelho”. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. Tipografia Rangel: Bastorá – Goa. 1979. p. 77.

Diante do exposto, temos inegavelmente dois autores que viveram à margem dos espaços de prestígio (por condições sociais ou geográficas) e que sofreram as consequências de não pertencerem aos círculos do poder. As Repúblicas (portuguesa e brasileira) recém proclamadas não trouxeram verdadeiras mudanças. A representatividade do negro ou do mestiço (no caso brasileiro) e do goês (no governo português) continuava a ser mínima. Os privilégios de certas camadas daquelas sociedades não eram discutidos, mas revalidados, e o senso de injustiça apenas se ampliava. Essas condições sociais, no nosso entendimento, deixaram marcas na produção literária de ambos os escritores, os quais denunciaram de forma significativa a corrupção por parte da elite e dos representantes do poder, bem como a reprodução desse mesmo comportamento pelas parcelas mais humildes das populações em questão, e são justamente esses aspectos que procuraremos observar nos contos aqui destacados.

1.2.2: Por que o jornal? Por que o conto? Por que a ironia e o humor?

A escolha de um determinado gênero literário por um autor obviamente não é algo aleatório. Ainda assim, ao contemplarmos o conjunto das obras de um autor podemos observar se o gênero adotado foi uma escolha circunstancial ou pessoal. No caso dos escritores que tomamos como objetos desta tese são identificáveis os dois casos. Por um lado, a publicação de contos por Lima Barreto advinha de circunstâncias variáveis de acordo com a necessidade dos jornais, mas também de acordo com sua própria inspiração. Podemos fazer essa afirmação em razão da vasta obra do autor, que abrange romances, contos, crônicas, artigos de opinião, autobiografia e crítica literária, o que nos indica que ele escrevia quase todo tipo de texto, sendo exceção somente a publicação de poemas. Por outro lado, a obra de José da Silva Coelho, mesmo contando com alguns artigos de opinião e algumas crônicas (materiais ainda dispersos pelos jornais goeses, sem estarem catalogados), abarca essencialmente narrativas curtas (*short stories*, *short-shorts*, *vignettes* ou *sketchs*), como revela Paul Melo e Castro, ao analisar a coletânea *Malícia orientais*, editada por ele mesmo:

Em termos de formato, as *Malícias orientais* comparam-se de forma profícua aos *Contos regionais* e às *Verdades e mentiras*. Manuel de Seabra vê nas *Malícias orientais* uma viragem na produção do contista goês. Segundo o crítico português, é aqui que Silva Coelho começa a produzir “uma forma literária ainda mais concisa, na realidade quase aquilo que nos Estados Unidos da América se chama *short-shorts* ou *vignettes*” (SEABRA, 1979, 79). Argumentamos que, mais do que *short-shorts*, gênero extremamente moderno, ou *vignettes*, que sugerem alguma tonalidade impressionista, *Malícias orientais* são o que se apelida *sketch* em inglês, uma espécie de camafeu ou retrato literário que é mais uma descrição realista duma figura do que um enredo. Anne McClintock sustenta que esse gênero de textos descritivos curtos e fisionômicos fez parte da exploração dos espaços sob controle europeu, formando uma espécie de “gênero imperial” (McCLINTOCK, 1997, p. 81)⁷¹.

⁷¹ CASTRO, Paul. “As Malícias orientais de José da Silva Coelho: entre o discurso e o desejo coloniais”. In. GARMES, Hélder. e MUHANA, Adma. (org.). *Via Atlântica*. nº 19. São Paulo: www.revistas.usp.br/viaatlantica, 2011.

O caso do contista goês

Alguns dos motivos de essas narrativas curtas terem tido preferência em relação aos romances nos espaços coloniais, provavelmente, estão relacionados à escassez de papel e a restrição do público leitor. Sobre isso, pensando no contexto de Macau, David Brookshaw aponta que, no espaço colonial:

[...] a escrita depende de certas circunstâncias sem as quais não haveria literatura. Isto é, a produção literária necessita de uma conjuntura de elementos: meios de comunicação (jornais, revistas), o que implica um público-leitor e uma incipiente crítica literária, e, em situações coloniais ou pós-coloniais, um projeto político-cultural que coloque a literatura a serviço da expressão de uma identidade regional ou nacional⁷².

A partir desta definição, podemos pensar que os periódicos em Goa são mais do que os promotores da literatura, são, na verdade, a própria Literatura. Esta noção, embora bastante clara entre os estudiosos das literaturas produzidas nos espaços colonizados, não tem por consequência a legitimação da obra literária publicada em periódico no mesmo patamar daquela publicada em livro. Talvez a pouca visibilidade que se dá à literatura dos periódicos ainda exista pela própria dificuldade que temos de delinear o tamanho (ao menos quantitativo) dessa produção literária, especialmente se pensarmos no caso de Goa. Há muito ainda a ser feito para mapear e organizar tudo que foi produzido na imprensa goesa de língua portuguesa da metade do século XIX para cá. De todo modo, a partir do pouco material que conseguimos reunir e organizar é possível compreender que as publicações nos jornais agitavam o público, fomentavam debates, atraíam atenções, fazendo dos periódicos um veículo disputado. O diário *O Herald*, por exemplo, contava, na década de 1920, com 4 páginas apenas, sendo que a última era sempre destinada à publicidade. Desse modo, um conto que ocupava pouco menos de meia página – como costumavam ser os de José da Silva Coelho – sem dúvida se destacava em meio aos textos dos jornais, especialmente se fosse literatura de

⁷² BROOKSHAW, David. *A escrita em Macau: uma Literatura de circunstâncias ou as circunstâncias de uma literatura*. in: Ana Paula Laborinho, Marta Pacheco Pinto (eds) *Macau na Escrita, Escritas de Macau*. Húmus, pp. 19 – 30.

reconhecida qualidade. Para demonstrar esse reconhecimento, Melo e Castro recorre a Seabra:

“o fato é que a influência dos seus contos no público foi enorme. O *Heraldo*, onde vinham publicados, era aguardado com impaciência” e que a popularidade dos seus escritos provocou “uma autêntica febre de contos humorísticos no estilo de José da Silva Coelho”⁷³.

Sobre o impacto dos contos de Silva Coelho, conseguimos avançar um pouco naquilo que outros pesquisadores como Manuel de Seabra e Paul Melo e Castro já tinham apontado, uma vez que localizamos ao menos dois textos que dialogam diretamente com a produção literária do autor. Nas publicações de *O Herald*, Coelho costumava dedicar seus contos a conhecidos – embora estes em geral não fossem os alvos das sátiras – e localizamos no mesmo *O Herald* um texto de teor satírico intitulado “Irreverências: *Femmes Savantes*”⁷⁴ dedicado “Ao meu prezado amigo J. da S. C., o maldoso contista regional”.

O autor, que assina como Saturno, tece críticas ao conservadorismo das mulheres goesas católicas, narrando o encontro de uma “distinta senhora”, em uma lancha, com um grupo de estudantes no qual se destacava o irônico Francisco Barata. Provocador, Barata defendia em alto e bom som as ideias de Gandhi e fazia piada com os outros passageiros. Suas ideias chocavam a Dona Matilde, que “não lia Garrett, não decorava versos de Soares de Passos” e detestava o fato de que os rapazes de seu tempo “fumam, bebem, leem Eça de Queirós, jogam o seu *bluff*, dançam o *one-step* escandaloso”. Em contrapartida, ela lia textos referentes à vida dos Santos e cultuava S. Francisco Xavier. Desse modo, vemos representada provavelmente por outro autor (já que Saturno é um pseudônimo que poderia corresponder ao próprio José da Silva Coelho) a rejeição à literatura realista pelos setores mais conservadores daquela sociedade. E era justamente esse estilo literário que Silva Coelho seguia. Desse modo, o “maldoso” Saturno dedicava sua crítica, ante o conservadorismo dos leitores goeses, ao “maldoso” contista⁷⁵, José da Silva Coelho.

⁷³ CASTRO, Paul. “As Malícias orientais de José da Silva Coelho: entre o discurso e o desejo coloniais”. In. GARMES, Hélder. e MUHANA, Adma. (org.). *Via Atlântica*. nº 19. São Paulo: www.revistas.usp.br/viaatlantica, 2011.

⁷⁴ SATURNO. In. *O Herald*, ano XXIII, nº 6055. Nova Goa: Domingo, 13 de agosto de 1922, pp. 1-2.

⁷⁵ Seabra o define como um autor de “fortes tendências realistas, quase documentaristas”. Op. Cit. p. 82.

Além disso, identificamos um texto ficcional que estabelece intertextualidade direta com um conto do autor. No domingo, 4 de março de 1923, Silva Coelho publicou o conto “A vaidadezinha de Mademoseille Pulquéria” e no domingo seguinte (11 de março do mesmo ano) foi publicado um outro texto intitulado “Depoimento da Pulquéria”, dedicado a José da Silva Coelho e assinado por “Tua priminha Pulquéria”. Infelizmente, alguns problemas nas digitalizações que conseguimos d’*O Herald*o no ano de 1923 nos impedem de efetuar a análise desse texto, ficando o debate em torno dessa publicação de Silva Coelho ainda por ser analisado, em nosso próximo projeto de pesquisa.

Neste momento, no intento de compreender melhor os objetivos literários do autor ao escrever seus contos também é importante retomarmos o já mencionado depoimento de Mário da Silva Coelho (irmão do autor) que revelou que *Josico* (como a família o chamava) escrevia “para se divertir” e para fazer rir e “castigar os costumes”. Entendemos que a busca por essa “diversão” poderia ser uma tentativa de fugir ao possível tédio do isolamento em que vivia na região das Velhas Conquistas, mas também poderia representar o desejo de quebrar o tédio intelectual da sociedade goesa como um todo, incluindo a própria capital. Nesse sentido, a escolha do conto torna-se uma vantagem em relação ao romance, pois permite a variabilidade de temas e, conseqüentemente, de setores da sociedade a serem criticados:

Na verdade, nos seus contos regionais, José da Silva Coelho tratou de um setor muito vasto da sociedade goesa, poucos sendo os tipos humanos que lhe escaparam. Na sua obra encontram-se funcionários, conselheiros, advogados, juizes, cozinheiros, cocheiros, escrivães, estudantes, enfermeiros, proprietários, peixeiras, ao todo com 54 diferentes profissões. Poucos são os setores da sociedade goesa que não penetrou: ataca a autonomia administrativa [...], a mania da historiografia [...], os impostos e a burocracia em geral. [...] Quase se poderia dizer que seus temas (alvos) principais foram os advogados, os políticos e o casamento. Em 41 contos, 12 tratam de advogados, 11 de políticos e burocratas e 8 de arranjos de casamentos e problemas amorosos⁷⁶.

Neste momento, faz-se necessário destacar que essas narrativas curtas não integram uma categoria genérica de contos, mas são classificadas pelo próprio autor como “contos regionais”. Quando iniciamos nossa pesquisa, entendíamos o

⁷⁶ SEABRA, Manuel. “Obra (quase) completa de José da Silva Coelho”. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. Tipografia Rangel: Bastorá – Goa. 1979. p. 84-85.

regionalismo como uma vertente da literatura que frutificou em variados períodos literários, caracterizada pelo retrato das diferentes regiões, em oposição à literatura urbana, ambientada nas grandes cidades (em especial nas capitais). Essa interpretação do termo *regionalismo*, apesar de reducionista, não nos parece de todo equivocada. Na Literatura Brasileira, os romancistas românticos, com o intuito de fomentarem uma ideia de nação, exploraram essa faceta da literatura, utilizando-se do que se convencionou chamar de “cor local”. Nessa seara, ganhou reconhecimento o retrato do Mato-Grosso, feito pelo Visconde de Taunay – o mesmo que publicou na *Revista Brasileira* uma crítica a *Jacó e Dulce* e recebeu em resposta a irônica carta de Gip, esclarecendo algumas peculiaridades que o intelectual brasileiro não percebia⁷⁷ –, Bernardo de Guimarães (famoso autor de *A escrava Isaura*), José de Alencar – autor de obras como *Til*, ambientada no interior de São Paulo, *O gaúcho*, retratando o sul do país, e *O sertanejo*, em que o Nordeste foi focalizado – e Franklin Távora que estabeleceu, nas palavras de Antonio Candido, um “programa” regionalista, ao fundamentar-se em certos critérios para representar o Nordeste brasileiro, dentre os quais se destaca “o senso da terra, da paisagem que condiciona tão estreitamente a vida de toda a região”⁷⁸. Sobre a obra deste autor, Candido afirma:

A virtude maior de Távora foi sentir a importância literária de um levantamento regional; sentir como a ficção é beneficiada pelo contato de uma realidade concretamente demarcada no espaço e no tempo, que serviria de limite e em certos casos, no Romantismo, de corretivo à fantasia. Ora, para ele este contato se funda na experiência direta da paisagem, que o romancista deve conhecer precisamente.

[...] A principal censura que dirige a Alencar é a de não conhecer o cenário geográfico dos seus livros, ou conhecê-lo mal.⁷⁹

Outros autores como Euclides da Cunha, José Lins do Rego e Jorge Amado condicionaram nossa experiência de leitura à visão da literatura *regionalista* como uma representação fundamentalmente sociogeográfica. Assim, ao tomarmos contato com os textos do goês José da Silva Coelho, intitulados *Contos regionais*,

⁷⁷ Para verificar essa discussão, consultar CUNHA, João F. A. *Uma leitura crítica de Jacó e Dulce: cenas da vida indiana* à luz do realismo de Eça de Queirós. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. v. 1. pp. 58-59.

⁷⁸ *A Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos*. 4. ed. São Paulo: Martins, 1971. 2 v. p. 268.

⁷⁹ Idem. p. 269.

inocentemente, esperávamos encontrar paisagens pitorescas, buganvílias, coqueiros, praias; talvez um pouco disso tudo associado ao caráter *sossegad* dos goeses. Havia algum tempo tomáramos conhecimento do conto “Por que não casei com Osmilda”, no volume dedicado aos textos literários, d’*A Literatura Indo-Portuguesa*, de Devi e Seabra (1971), e nesse conto uma típica feira sazonal (a dos *Reis Magos*), poirenta, barulhenta e cheia de peculiaridades é retratada. Então, nossa expectativa em relação aos textos republicados por Seabra no *Boletim do Instituto Menezes Bragança* se tornou ainda maior. Contudo, ao lermos o conjunto dos 41 contos, percebemos que, em verdade, eles não apresentam profundas descrições dos espaços, sendo a paisagem algo, por vezes, irrelevante. Dessa constatação surgiu o questionamento sobre o que haveria de “regional” nesses contos de Silva Coelho. Buscando referências na crítica literária portuguesa, já que o sentido de “conto regional” poderia ser diferente, em Goa, encontramos os trabalhos de Ana Maria Costa Lopes, autora de *O Conto Regional na Imprensa Periódica de 1875-1930*. Em um de seus artigos sobre o tema, Costa Lopes esclarece:

Na sua forma mais extrema – a regionalista –, os autores descem obrigatoriamente à terra e às suas fortes ligações anímicas, sociais e culturais, entrosando tudo com a geografia típica da província onde a acção se desenrola e com o modo de vida das populações que retratam. Esta tendência supõe mesmo uma imersão nesse modo de vida, de uma maneira muito mais absoluta do que a que os cientistas sociais denominam de observação participante. Parte da herança e capitalização de um manancial de situações “únicas”, em que a terra ou o mar e as suas gentes, com a sua religiosidade, superstições, alimentação, profissões ou ocupações, modos de vida, sentimentos, vestuário, folclore e as suas características linguísticas são a matéria original que os escritores transfiguram, de forma mais ou menos profunda, conforme a sua capacidade de captação e de transformação paradigmática do real. Nisso está implicada a sua criatividade específica, os seus objectivos e gostos, o seu temperamento, segundo a corrente literária ou ideológica que seguem, a sua preferência por esta ou aquela classe, tendo em conta o conhecimento que têm dos seus anseios, problemas e preocupações. É, pois, uma literatura que exige muito dos autores e supõe uma profunda vivência e conhecimento das tradições, da vida e dos hábitos, costumes da localidade sobre que escrevem. Mas, porque pinta situações particulares, por vezes com expressões ou idiotismos pouco comuns, nem todos gostam desta literatura. De facto, a que trata de temas mais universais e tem horizontes mais amplos, sendo mais livre, toma-se mais aliciante e compreensível.

Porém, a originalidade do acto da escrita acaba por ser mais exigente para os escritores regionalistas⁸⁰.

Essa explicação possibilita um melhor entendimento sobre o que poderia haver de regional nas caracterizações irônicas das diversas esferas da sociedade goesa (vivendo dentro ou fora de Goa), retratadas por Silva Coelho. Esse verdadeiro mosaico cultural de narrativas definidas pelo próprio Silva Coelho como contos regionais apresenta diversas áreas da sociedade aos leitores. Do falso doutor, ao advogado provisionário; do comerciante, ao nubente; da merceeira, à moça casada variados setores da sociedade são desvelados pelo humor de Coelho. As personagens, de forma geral, não apresentam profundidade psicológica. São como caricaturas, com seus principais defeitos realçados, para dar luz a determinado aspecto daquela sociedade – a de Goa, principalmente a católica, no período colonial, pouco antes do Estado Novo. A narrativa assume um tom de popularesco de contação de histórias e trata de situações conhecidas dos leitores, de comportamentos vincados nas várias facetas daquelas regiões que integram o que, genericamente, se definia no tempo de Silva Coelho como Índia Portuguesa ou Estado da Índia.

A partir do que já foi elencado, compreendemos que a escolha de Silva Coelho pelo gênero conto poderia estar atrelada: 1) ao espaço disponível no periódico, já que este era o melhor caminho para atingir um restrito público leitor, o que, aparentemente, José da Silva Coelho fez bem até demais; 2) à possibilidade de construção de uma espécie de “mosaico” crítico e cultural da sociedade goesa católica. Contudo, resta-nos discutir as peculiaridades do próprio gênero, suas características formais e seus potenciais efeitos de sentido, para melhor compreendermos as vantagens que o gênero proporcionou ao autor.

Definir o que caracteriza um bom conto é bastante difícil. A didática e superficial fórmula de estruturação em situação inicial, conflito, clímax e desfecho não dá conta de penetrar nas minúcias desse gênero que se revela, em nossa visão, simplesmente complexo:

Gênero de tão difícil definição, tão esquivo nos seus múltiplos e antagônicos aspectos, e, em última análise, tão secreto e voltado

⁸⁰ LOPES, Ana Maria Costa. “Diferenças regionais e os seus reflexos na literatura”. In. MATOS, Artur Teodoro de. e LAGES, Mário Ferreira (coords.). *Portugal: percursos de interculturalidade* (Vol. III). Lisboa: ACIDI, 2008. p. 155-224.

para si mesmo, caracol da linguagem, irmão misterioso da poesia em outra dimensão do tempo literário. [...]

O conto parte da noção de limite e, em primeiro lugar, de limite físico, de tal modo que, na França, quando um conto ultrapassa as vinte páginas, toma já o nome de *nouvelle* [...]. Nesse sentido, o romance e o conto se deixam comparar analogicamente com o cinema e a fotografia [...]

Um conto é significativo quando quebra seus próprios limites com essa explosão de energia espiritual que ilumina bruscamente algo que vai muito além da pequena e às vezes miserável história que conta⁸¹.

Estamos certos de que essa é a grande habilidade de Silva Coelho. Suas narrativas curtíssimas são capazes de impactar, provocar, fazer rir e causar reflexão. É curioso o fato de que, ao lermos alguns dos *Contos regionais*, tivemos um sensível estranhamento. Em muitos casos, suas pequenas comédias de costumes desenvolvem-se em torno de um determinado aspecto social, mas, no desfecho, outro “vício” da sociedade é atacado. Isso ocorre, por exemplo, no conto abordado no início deste capítulo: “Como a sugestão dos meus contos influi no senso das proporções”.

Nele, enquanto J. da S. C. conversava com a leitora aguardando a lancha de Salcete que tinha previsão de demorar, o marido dela, Esteves, saiu para comprar algo na cidade a pedido dela. Passado algum tempo, chegou a notícia de que a lancha tinha encalhado e não mais viria naquele dia. A conversa se encerrou, porém, e o Esteves ainda não tinha voltado de Pangim. Então, o narrador e a mulher saíram juntos em busca do funcionário público e o encontram bebendo vinho branco com dois conselheiros, no café *Parrongo*. J. da S. C. se viu convidado a beber com os conselheiros, mas preferiu escorar o conhecido até o carro em que estava a esposa dele. Nesse ponto, quando parecia que o conto se encerraria, surge a seguinte passagem:

E, segurando o homem por um braço, levei-o para fora até o carro e entreguei-o à sua cara metade.

Quando me ia embora, despedindo-me do marido e da mulher, esta pediu-me um favor.

– Diga o que é, – gritei-lhe, com muito boa vontade de lho fazer.

– É que, – respondeu, – queria que o senhor escrevesse um conto e lá metesse um conselheiro bêbado.

– Um conselheiro bêbado?! – exclamei, admirado. – Um conselheiro bêbado mete-se mas no *xelindró*⁸².

⁸¹ CORTAZAR, Julio. *Valise de Cronópio*. São Paulo: Perspectiva, 2006. pp. 149,151, 153.

⁸² Manuel de Seabra alterou para “calabouço”, na edição do *Boletim do Instituto Menezes Bragança*.

– Se os metessem a todos, seríamos muito felizes, – comentou o amável *Parrongo*, que viera até o carro, conduzindo o Esteves, que cambaleava...⁸³

O enredo – até então absolutamente coeso, concentrado no encontro entre três personagens e posto em moção por um único elemento conflituoso: o efeito causado no “senso” dos leitores pelos contos do autor – ganha uma nova dimensão nas suas últimas linhas. A sensação causada assemelha-se ao olhar para um prisma que é colocado diante de um feixe de luz. Subitamente, o conto, que caminhava para uma narrativa de viés autocrítico e que, metalinguisticamente, discutiria apenas a relação entre o autor e seus leitores, multiplica seus focos de luz revelando a crítica aos funcionários públicos e aos conselheiros, descritos como bêbados e inconsequentes. Além disso, observa-se que a mulher do Esteves – que havia pouco tinha convencido o autor a interromper a publicação dos *Contos regionais* para não causar distúrbios no senso dos leitores –, ao ver a má influência dos conselheiros sobre seu marido, solicita que J. da S. C. retome seu ofício para criar uma narrativa sobre um conselheiro bêbado.

Curiosamente, o autor/narrador se recusa a fazer isso, embora já tivesse “pintado” um conselheiro comilão e hipócrita, conforme demonstraremos na análise do conto “O conselheiro Gerolsteins Gomes”. J. da S. C. alega que o lugar de um conselheiro bêbado não seria em um conto, mas na cadeia. Nesse momento o efeito causado pelo uso da metalinguagem também surpreende, uma vez que, paradoxalmente, enquanto a recusa se efetiva no âmbito ficcional, os conselheiros embriagados já participaram do próprio conto que está sendo lido pelo leitor real, comprovando que o autor (também real) de fato cumpriu o pedido de sua leitora no universo ficcional. Com isso, a narrativa – e a própria literatura satírica se entendermos esse conto como metonímia da produção do autor – justifica-se a si mesma, afinal, atende aos anseios dos próprios leitores. Além disso, o conto sugere que as histórias de Silva Coelho florescem não do imaginário do autor, mas da realidade de Goa.

Há, ainda, o comentário final de *Parrongo*, figura conhecida em Pangim por ser dono de um café com o seu nome⁸⁴. Esse nome também aparecera no romance de Gip – maior representante do realismo e da literatura satírica em Goa,

⁸³ Anexo I. p. 181.

⁸⁴ SEABRA, Manuel. “Obra (quase) completa de José da Silva Coelho”. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. Tipografia Rangel: Bastorá – Goa. 1979. p. 82.

antes de Silva Coelho. Em *Jacó e Dulce: cenas da vida indiana*, Parrongo é um amigo do protagonista, Jacó, um jovem que estudara em Pangim e que também adorava embriagar-se. Mais uma vez, ficção e realidade se misturam, o que possivelmente causou desconforto em Parrongo (no mundo real), uma vez que a ele são atribuídas profundas críticas aos conselheiros.

Desse modo, o conto de Silva Coelho de fato se desdobra sobre si mesmo como um complexo “caracol da linguagem”, entretanto, não podemos dizer que sua composição se dá como um único *flash* sobre a cena já que, neste caso, há ao menos dois “focos de luz”. Outros contos do autor adotarão o mesmo procedimento. Esse súbito desvio no percurso da narrativa às vezes se dá de forma ainda mais abrupta, alterando-se inclusive o tipo textual utilizado, já que narração e diálogo são substituídos pela dissertação. Nestes casos, os contos assumem um caráter quase fabular, considerando-se o fato de que terminam em uma espécie de “moral da história”, ou uma “sentença final epigramática”, seguindo o modelo cultivado na literatura norte-americana nas duas primeiras décadas do século XX⁸⁵. Essas abruptas rupturas causam um estranhamento e surpreendem o leitor e, por isso, muitas vezes dão vazão a outro dos efeitos pretendidos pelo contista:

Aceitemos que o efeito de humor decorre da surpresa, tese bem antiga, e que a surpresa decorra da passagem de um *script* a outro [...] segundo a formulação de Raskin⁸⁶.

Essa passagem de um *script* a outro equivale, na nossa leitura, à mudança no percurso do enredo antes do desfecho, algo que se nota no conto ora analisado. A quebra de expectativa é, muitas vezes, o “gatilho” para o humor, capaz de surpreender os leitores e levá-los ao riso. Quem ri, identificando-se ou identificando conhecidos nos papéis dos ridicularizados, sofre o efeito moralizador pretendido por autores que cultivam o ideal do *ridendo castigat mores*, tal qual fora Gil Vicente. Portanto, a escolha do gênero conto por José da Silva Coelho mostra-se bastante acertada, o que pretendemos deixar ainda mais claro nas nossas análises ao longo deste trabalho.

⁸⁵ GOTLIB, Nádya Battella. *Teoria do conto*. São Paulo: Editora Ática, 1988. p. 61.

⁸⁶ POSSENTI, Sírio. *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 121.

O caso do contista brasileiro

Queria evitar, mas me vejo obrigado a falar na literatura da Bruzundanga. E um capítulo dos mais delicados, para tratar do qual não me sinto completamente habilitado.

Dissertar sobre uma literatura estrangeira supõe, entre muitas, o conhecimento de duas cousas primordiais: ideias gerais sobre literatura e compreensão fácil do idioma desse povo estrangeiro. Eu cheguei a entender perfeitamente a língua da Bruzundanga, isto é, a língua falada pela gente instruída e a escrita por muitos escritores que julguei excelentes; mas aquela em que escreviam os literatos importantes, solenes, respeitados, nunca consegui entender, porque redigem eles as suas obras, ou antes, os seus livros, em outra muito diferente da usual, outra essa que consideram como sendo a verdadeira, a lídima, justificando isso por ter feição antiga de dous séculos ou três.

Quanto mais incompreensível é ela, mais admirado é o escritor que a escreve, por todos que não lhe entenderam o escrito.

Lembrei-me, porém, que as minhas notícias daquela distante república não seriam completas, se não desse algumas informações sobre as suas letras; e resolvi vencer a hesitação imediatamente, como agora venço.

A Bruzundanga não podia deixar de tê-las, pois todo o povo, tribo, clã, todo o agregado humano, enfim, tem a sua literatura e o estudo dessas literaturas muito tem contribuído para nós nos conhecermos a nós mesmos, melhor nos compreendermos e mais perfeitamente nos ligarmos em sociedade, em humanidade, afinal.

Seria uma falha minha nada dizer eu sobre as belas-letras da Bruzundanga que as tem como todos os países, a não ser o nosso que, conforme sentenciou a *Gazeta de Notícias*, não merece tê-las, pois o literato não tem função social na nossa sociedade, provocando tal opinião o protesto de um sociólogo inesperado. Devem estar lembrados deste episódio – creio eu. Continuemos, porém, na Bruzundanga.

Nela, há a literatura oral e popular de cânticos, hinos, modinhas, fábulas, etc.; mas todo esse folclore não tem sido coligido e escrito, de modo que, dele, pouco lhes posso comunicar⁸⁷.

Como já afirmamos, a imensa produção de Lima Barreto se desenvolveu nos mais variados gêneros em prosa. Iniciamos esta parte do capítulo com o metalinguístico “Os samoiedas”, texto que abre a coletânea de crônicas narrativas intitulada *Os bruzundangas*, pois a fictícia República dos Bruzundangas é alegoricamente utilizada pelo autor para criticar abertamente a sociedade brasileira. Em verdade, toda a obra do autor pode ser lida como uma grande reflexão social,

⁸⁷ “Os smoiedas”. In. BARRETO, Lima. *Os bruzundangas*. São Paulo: A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro, <http://www.bibvirt.futuro.usp.br> (Acesso em 11/05/2016). p. 9.

pondo em pauta os mais diversos problemas da sociedade brasileira do período, como indica Robert John Oakley:

“A nova Califórnia” e *Triste fim de Policarpo Quaresma* são uma tentativa corajosa de compreender a realidade brasileira da época e sugerir, por meio da arte, uma visão alternativa. Acima de tudo, a alegoria intemporal de “A nova Califórnia” e a narrativa realista da cruzada de Quaresma supõem tanto aquela derrota da escrita quanto a busca desinteressada pelo conhecimento científico e da escrita que acontece sempre que alguém tenta usar o saber ou a palavra escrita para melhorar a sociedade. Acreditamos que esta crescente convicção explica, em parte, o uso cada vez mais frequente, a partir de 1911, da caricatura na obra de Lima Barreto e, em especial, a criação de sua alegórica República de Bruzundanga. Lima Barreto começou a publicar artigos sobre a República de Bruzundanga em janeiro de 1917, no semanário carioca *ABC*, mas já usava a palavra “bruzundanga” anteriormente, em 1911. O *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* dá a “bruzundanga” ou “burundanga” o significado de “palavreado confuso”, “cozinhado mal feito pouco limpo”, e “trapalhada”. No plural, a expressão significa “ninharias”. No prefácio do volume 7 das *Obras de Lima Barreto*, os editores de Lima Barreto concluem, razoavelmente, que esta mítica República de Bruzundanga deve ser vista pelo leitor como um país das trapalhadas (terra de confusão, bagunça, desorganização).

O capítulo de abertura do texto, publicado postumamente, “Os samoiedas” – que são na verdade uma raça transcaucasiana aparentada com os tártaros –, trata da literatura em Bruzundanga. Sabe-se que os alvos principais de Lima Barreto são a autoridade institucional que louva a linguagem arcaica, a erudição por si só e o esteticismo, todos eles obtidos a partir de modelos estrangeiros. Os poetas de Bruzundanga afirmam que as origens de sua escola de poesia estão no Ártico siberiano e celebram suas origens vestindo-se com peles de animais como se estivessem num clima ártico. Esta é, obviamente, uma sátira alegórica da colonização cultural europeia do Brasil⁸⁸.

Portanto, *Os bruzundangas* – obra finalizada em 1917, mas complementada por artigos publicados até 1921⁸⁹ – seriam mais uma representação da mistura entre realidade e ficção na obra do autor. Aparentemente, o sentimento de rejeição e a sensação de estar sendo ignorado levou Lima Barreto a tornar o viés crítico de seus textos ainda mais explícito. Vale destacar que isso coincide com o período em que o autor produziu alguns de seus mais brilhantes contos. Se os romances de Lima eram acusados por críticos como José Veríssimo de terem um

⁸⁸ OAKLEY, Robert John. *Lima Barreto e o destino da literatura*. São Paulo: Editora UNESP, 2011. pp. 118-119.

⁸⁹ OAKLEY, Robert John. *Lima Barreto e o destino da literatura*. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 119.

“excessivo personalismo”, de serem pouco consistentes e de adotarem uma linguagem “pobre”⁹⁰, nos contos tais aspectos se viam minimizados. Claro que ainda se identificavam pessoas reais em personagens com outros nomes, claro que a linguagem ainda era marcada pela simplicidade, quando comparada à linguagem adotada por muitos de seus contemporâneos, entretanto, a curta extensão das narrativas certamente tornavam as críticas mais precisas, as representações mais coerentes, as caricaturas mais funcionais e a assunção de uma *persona* militante e engajada mais explícita. Segundo Schwarcz, o ressentimento de Lima Barreto vai motivá-lo a abordar “temas como cor e exclusão, corporalidade e discriminação, divisões sociais e hipocrisias científicas”, por isso nas obras dele “Cada personagem tem sua cor detidamente definida, temas de exclusão social farão parte do dia a dia, frustrações e decepções estarão na lógica que constitui as narrativas”. E ela complementa:

Mas, se essas características fazem parte da obra de Lima Barreto de modo geral, elas ficam ainda mais evidentes nos contos. É certo que temos aí material literário, mas não por acaso os contos exponenciam também um diálogo entre a história do país e a vida pessoal de Lima Barreto. Neles, vemos surgir personagens da política portando outros nomes mas facilmente reconhecíveis; referências a costumes da elite da corte, prontamente ironizados; alfinetadas nas teorias raciais; ironias dirigidas às práticas da polícia ou a outras instituições do Estado; alusões a hábitos da população local (alguns poucos elogiados, a maioria não); ou mesmo passagens inteiras acerca dos subúrbios do Rio de Janeiro. Lima Barreto explora bem os diversos tipos do cenário carioca: malandros, ingênuos, espertos, empresários, boêmios, bebedores, mulheres de vida fácil, mães que são arrimos de família ou meninas que descobrem as mazelas do amor. Uma galeria de personagens parece conviver com a literatura consagrada de Machado de Assis, autor que descreveu um período um pouco anterior ao de Lima Barreto, assim como selecionou um Rio de Janeiro de certa maneira diferente; tanto em sua geografia (afetiva, real e simbólica) como em sua vida e cotidiano⁹¹.

Desse modo, representar determinados temas em narrativas curtas era uma estratégia de Lima Barreto que também ampliava suas possibilidades de crítica social. Diferentemente de Silva Coelho nos seus *Contos regionais*, nem todos os

⁹⁰ SILVA, Pedro Santos da. *Afonso Henriques de Lima Barreto e o mito da identidade nacional*. São Paulo: Dissertação de mestrado defendida na PUC/SP, 2007. pp. 38-39.

⁹¹ BARRETO, Lima. *Contos Completos*. (org.) SCHWARCZ, Lilia Moritz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 20-21.

contos de Barreto têm viés cômico ou satírico. Alguns como “O filho da Gabriela”⁹², que analisaremos na próxima parte desta tese, apresentam um teor de crítica melancólica. Ainda assim, de forma geral identifica-se o uso da ironia como recurso estilístico preferencial. A ironia barretiana, menos “refinada” que a machadiana, é um fogo aberto ante os alvos de suas críticas. Notamos isso claramente no excerto anteriormente citado d’*Os bruzundangas*, por exemplo, quando, mirando nos literatos de lá, para acertar nos literatos brasileiros, o narrador critica a linguagem “em que escreviam os literatos importantes, solenes, respeitadas” que ele dizia não conseguir entender embora esses “solenes” autores as considerassem “como sendo a verdadeira”.

Para refletirmos sobre o uso da ironia como recurso literário, algo recorrente nos dois autores que são objetos desta tese, destacamos a definição de Lélia Parreira Duarte:

A ironia é assim um fenômeno nebuloso e fluido [...]. Fala-se de ironia trágica, cômica, de modo, de situação, filosófica, prática, dramática, verbal, retórica, auto-ironia, ironia socrática, romântica, cósmica, do destino, do acaso, de caráter – conforme a perspectiva de nomeação –, que pode preocupar-se com efeito, meio, técnica, função, objeto, praticante, tom ou atitude. Além disso, cada autor tem a sua própria ironia, que não difere apenas em técnicas, estratégias ou estilos de época.

[...]

Em qualquer de suas formas, a ironia será uma estrutura comunicativa. De fato, nada pode ser considerado irônico se não for proposto e visto como tal; não há ironia sem ironista, e este será alguém que percebe dualidades ou múltiplas possibilidades de sentido e as explora em enunciados irônicos, cujo propósito somente se completa no efeito correspondente, isto é, numa recepção que perceba a duplicidade de sentido e a inversão ou a diferença existente entre a mensagem enviada e a pretendida.

A ironia, afirmação de um indivíduo que reconhece a natureza intersubjetiva de sua individualidade, serve dessa forma à literatura, quando esta busca um leitor que não seja passivo, mas atento e participante, capaz de perceber que a linguagem não tem significados fixos e que o texto lido pode apresentar armadilhas e jogos de enganos dos quais deverá, eventualmente, participar. Isso porque um autor escreve para ser lido, mesmo que seja apenas por ele mesmo, embora o autor clássico aparentemente negue isso, pois não se coloca de forma explícita na obra e não revela geralmente preocupação com um receptor.

⁹² BARRETO, Lima. *Contos Completos*. (org.) SCHWARCZ, Lilia Moritz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 97-108.

A ironia é, portanto, uma estrutura comunicativa que se relaciona com sagacidade; é mais intelectual e mais próxima da mente que dos sentidos, é mais reflexiva e consciente que lírica ou envolvida⁹³.

Tomemos como exemplo o conto “Um especialista”⁹⁴, escrito em 1904 e publicado como apêndice da primeira edição de *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Essa narrativa inicia-se situando o leitor no centro do Rio de Janeiro, próximo ao largo da Carioca, onde todas as tardes, após o jantar, um comendador português e seu amigo – o viúvo coronel Francisco de Carvalho, também lusitano – se encontravam para conversar, jogar bilhar, beber, fumar e, quando possível, encontrar mulheres. A situação tipicamente homosocial apresenta uma grande crítica aos caricatos burgueses, cujas fortunas foram construídas de forma misteriosa, marcados por suas práticas imorais. A ironia desse texto constrói-se desde o título, já que a ideia de alguém que é “especialista” em algo remete a uma formação intelectual ou técnica muito específica, tornando esse alguém uma espécie de perito, um verdadeiro profissional. Contudo, logo após os primeiros parágrafos, o leitor percebe que a referida “especialização” diz respeito ao fato de que o comendador:

Gostava das mulheres de cor e as procurava com o afinco e ardor de um amador de raridades.

[...]

– A mulata, dizia ele, é a canela, é o cravo, é a pimenta; é, enfim, a especiaria de requieime acre e capitoso que nós, os portugueses, desde Vasco da Gama, andamos a buscar, a procurar⁹⁵.

Pouco depois, é na fala de um homem que cruza com o comendador, na rua, quem reforça essa “especialização” dos portugueses:

– Esses portugueses são o demônio para descobrir boas mulatas. É faro⁹⁶.

⁹³ DUARTE, Lélia Parreira. *Ironia e Humor na Literatura*. Belo Horizonte: PUCMINAS, 2006. pp. 18-19.

⁹⁴ BARRETO, Lima. *Contos Completos*. (org.) SCHWARCZ, Lilia Moritz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 89-97.

⁹⁵ BARRETO, Lima. *Contos Completos*. (org.) SCHWARCZ, Lilia Moritz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 90.

⁹⁶ BARRETO, Lima. *Contos Completos*. (org.) SCHWARCZ, Lilia Moritz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 94.

O comendador, por volta dos cinquenta anos, era casado, mas deixava a mulher em sua casa, no Engenho Velho, afastada do centro da cidade onde ele vivia suas aventuras amorosas. Após o estabelecimento da situação inicial do conto, o coronel revela seu estranhamento pelo sumiço do amigo, nos últimos quinze dias, ao que este responde:

– Oh! Não te conto! Foi um “achado”, a coisa, disse o comendador, depois de chupar fortemente o charuto e soltar uma volumosa baforada; um petisco que encontrei... Uma mulata deliciosa, Chico! Só vendo o que é, disse a rematar, estalando os beiços⁹⁷.

Essa fala torna ainda mais caricatural a figura do comendador burguês, gordo e asqueroso, cheio de bazófia ao descrever seu “objeto” de desejo. A referida mulata se chamava Alice. Tinha chegado ao Rio de Janeiro em um pacote, vinda de Recife, e conheceu o comendador antes mesmo de desembarcar. Ele tinha ido ao encontro de um conhecido que chegaria do Norte, mas acabou não embarcando naquele pacote. A bordo, o comendador aproveitou para fazer o que mais lhe agradava: beber, fumar e observar as mulheres:

– Como te dizia: não veio o homem, mas enquanto tomava cerveja com o comissário, vi atravessar a sala uma esplêndida mulata; e tu sabes que eu...
Deixou de fumar e com olhares canalhas sublinhou a frase magnificamente⁹⁸.

Essa era justamente Alice que, a partir daí, passou a ser cortejada pelo português. Desceram para terra na mesma lancha e o comendador, encantado, seguiu com a mulata até uma pensão. Envolveram-se de modo definitivo e o narrador faz questão de frisar o efeito disso no homem:

– [...] Só vendo mesmo! Não se descreve.
O comendador falara com um ardor desusado nele; acalorara-se e se entusiasmara deveras, a ponto de haver na sua fisionomia estranhas mutações. Por todo ele havia aspectos de um suíno, cheio de lascívia, inebriado de gozo. Os olhos arredondaram-se e diminuíram; os lábios se haviam apertado fortemente e impelidos pra diante se

⁹⁷ BARRETO, Lima. *Contos Completos*. (org.) SCHWARCZ, Lilia Moritz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 90.

⁹⁸ BARRETO, Lima. *Contos Completos*. (org.) SCHWARCZ, Lilia Moritz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 91.

juntavam ao jeito de um focinho; o rosto destilava gordura; e, ajudado isto pelo seu físico, tudo nele era de um colossal suíno⁹⁹.

Observa-se nessa passagem uma incontestável aproximação entre os estilos dos autores que comparamos nesta pesquisa acadêmica. O comendador, um malandro (porque conquistador), é animalizado em uma descrição de viés naturalista, que beira o grotesco. E era exatamente essa característica dos contos de Silva Coelho – que comumente também apresentam uma perspectiva naturalista na descrição das personagens – que motivou o pedido da mulher do Esteves a J. da S. C., solicitando que este não mais escrevesse daquele modo, evitando, assim, que a amiga dela enxergasse o marido animalizando-se. O comendador, metonímia do burguês, representava, em dada medida, a imoralidade daquela parcela da sociedade carioca, confessando que iria usá-la, gastando pouco, e depois “lançá-la”.

Em seguida, o *conquistador lusitano* buscou a mulata para apresentá-la ao coronel Francisco. Os três passaram algum tempo juntos, até que começaram a conversar, dado o interesse de Francisco pela história da jovem mulata. Alice contou, então, sua triste trajetória desde que perdera a mãe, havia oito anos. Depois, toda uma crítica à violência masculina é tecida, culminando no seguinte trecho:

– [...] Ah! Tem sido um tormento... Bem me dizia minha mãe: toma cuidado, minha filha, toma cuidado. Esses homens só querem nosso corpo por segundos, depois vão-se e nos deixam um filho nos quartos, quando não nos roubam como fez teu pai comigo...

[...] Não sei bem como foi [...]. Minha mãe me contava que ela era honesta; que vivia na Cidade do Cabo com seus pais, de cuja companhia fora seduzida por um caixeiro português que lá aparecera e com quem veio para o Recife. Nasci deles e dois meses ou mais depois do meu nascimento, meu pai foi ao Cabo liquidar a herança (um sítio, uma vaca, um cavalo) que coubera à minha mãe por morte de seus pais.

Vindo de receber a herança, partiu dias depois para aqui e nunca mais ela soube notícias dele, nem do dinheiro, que, vendido o herdado, lhe ficara dos meus avós.

[...] Seis meses antes da morte de minha mãe, ouvi dizer em casa, não sei por quem, que ele estava no Rio implicado num caso de moeda falsa¹⁰⁰.

⁹⁹ BARRETO, Lima. *Contos Completos*. (org.) SCHWARCZ, Lilia Moritz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 91.

¹⁰⁰ BARRETO, Lima. *Contos Completos*. (org.) SCHWARCZ, Lilia Moritz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 96-97.

Durante essa narração, o comendador vai se convertendo em uma figura angustiada e curiosa, sem que se explicita o que de fato ocorria com ele, até que Alice revela quando recebera essa notícia. Então o português, embasbacado, revela: “– Meu Deus! É minha filha!”.

Diante disso, temos nesse conto a busca pelo efeito catártico da ironia trágica, punindo a imoralidade burguesa. O “especialista” em negras se torna vítima da própria lascívia em uma trajetória edípica, caminhando cegamente rumo ao próprio destino. Vale destacar que, em seu drama, Sófocles¹⁰¹, buscando a máxima verossimilhança, deixou indícios do que ocorrera a Édipo, antes da confirmação de sua catástrofe. Podemos notar, por exemplo, que o início do conflito dessa tragédia está associado à previsão do cego Tirésias, o qual anunciara não apenas a culpa do rei como a certeza de que este seria o mais cego entre os dois. Estratégia semelhante pode ser notada no conto de Lima Barreto. Primeiramente, temos a menção à mãe de Alice, na conversa entre o comendador e o coronel:

– [...] Nunca vi mulata igual. Como esta, filho, nem a que conheci em Pernambuco há uns vinte e sete anos!

Em seguida, os indícios voltam a aparecer quando Alice e o comendador são vistos juntos:

– Parecem pai e filha.
E essa reflexão de pequeno alcance na boca que a proferiu calou fundo no ânimo do coronel.
Os queixos eram iguais, as sobancelhas, arqueadas também; o ar, um não sei quê de ambos assemelhavam-se... Vagas semelhanças, concluiu o coronel [...]

Por fim a sugestão desse destino aparece em uma fala da própria Alice, que diz: “Quem sabe o senhor não é meu pai? gracejou ela”.

Portanto, Lima Barreto toda a narrativa converge para o mesmo ponto, a emblemática frase: “É minha filha!”. Essa estratégia que sem dúvida impacta no leitor, apesar de combinar em alguns aspectos com a estrutura clássica da tragédia grega – tratar de um único tema e não durar mais do que vinte e quatro horas¹⁰² –, corresponde significativamente às características do próprio conto dada a extensão

¹⁰¹ SÓFOCLES. *Édipo Rei*. (trad.)NEVES, Paulo. Porto Alegre: L&PM Editores, 1998.

¹⁰² ARISTÓTELES. *Arte poética*. file:///C:/site/livros_gratis/arte_poetica.htm (53 of 53) [3/9/2001 15:05:20] (Acesso em 15 de fevereiro de 2012).

diminuta desse gênero, conforme indica Nádía Battella Gotlib, recorrendo a Edgar Allan Poe:

“No conto breve, o autor é capaz de realizar a plenitude de sua intenção, seja ela qual for. Durante a hora da leitura atenta, a alma do leitor está sob o controle do escritor. Não há nenhuma influência externa ou extrínseca que resulte de cansaço ou interrupção”

[...]

O fato é que a elaboração do conto, segundo Poe, é produto também de um extremo domínio do autor sobre os seus materiais narrativos. O conto, como toda obra literária, é produto de um trabalho consciente, que se faz por etapas, em função desta *intenção*: a conquista do *efeito único*, ou impressão total. Tudo provém de minucioso cálculo. Assim, tendo o contista

“concebido, com cuidado deliberado, um certo efeito único e singular a ser elaborado, ele então inventa tais incidentes e combina tais acontecimentos de forma a melhor ajudá-lo a estabelecer este efeito preconcebido. Se sua primeira frase não tende à concretização deste efeito, então ele falhou em seu primeiro passo. Em toda a composição não deve haver nenhuma palavra escrita cuja tendência, direta ou indireta, não esteja a serviço deste desígnio preestabelecido”

Estas considerações atentam já, sistematicamente, para uma característica básica na construção do conto: a *economia dos meios narrativos*. Trata-se de conseguir, com o mínimo de meios, o máximo de efeitos. E tudo que não estiver diretamente relacionado com o efeito, para conquistar o interesse do leitor, deve ser suprimido¹⁰³.

“Um especialista” é de fato um *flash* de luz que converge para um único ponto, a já mencionada frase catártica do comendador. Não há nada de aleatório. Não há nada dispensável.

Para além disso, a sucinta narrativa potencializa-se pelo seu caráter alegórico que é, para a nossa análise comparativa, absolutamente essencial. A tragédia edípiana do *conquistador lusitano* em terras brasileiras representa, em nossa leitura, a própria empresa colonial. Isso, pois o comerciante português foi até a Cidade do Cabo – justamente o local em que o povo português conquistou o status de um “povo heroico”, ao converter o Gigante Adamastor em Cabo da Boa Esperança – e lá buscou uma negra, carregada com ele para o Brasil. No Recife, o português não apenas deixou seu “rebento” no ventre da negra do Cabo, mas também traçou um plano para roubá-la. Assim, alegoricamente podemos entender que o português invade, sequestra e saqueia a África (metonimicamente

¹⁰³ Gotlib, Nádía Battella. *Teoria do conto* / Nádía Battella Gotlib. 4ª .ed. São Paulo: Editora Ática, 1988. pp. 34-35.

representada pela mãe de Alice), enganando-a. E alguns anos depois, o português volta a fazer o mesmo com os mulatos (metonimicamente representados por Alice). A dominação colonial ante o africano se reafirma com o mestiço, no Brasil republicano, uma perspectiva que sem dúvida combina com a trajetória de Lima Barreto.

Na próxima parte desta tese, abordaremos como a colonização se reflete no estabelecimento de determinados perfis de personagens e na elaboração de situações comuns nas narrativas dos dois autores. Mas, pensando apenas neste conto, notamos o claro desprezo do autor pela dominação dos antigos colonizadores (portugueses e seus descendentes) sobre os negros (e seus descendentes). Nesse conto, o autor brasileiro de fato cumpriu seu papel, pois fez, de uma breve narrativa, um prisma para se refletir sobre a existência do próprio país. Além disso, nesse “caracol” comunicativo – que se enrola sobre si mesmo, uma vez que mãe e filha repetem o mesmo caminho – Lima Barreto cumpre seu papel de autor engajado, militando pela causa negra.

Em contrapartida, dado o teor melancólico do tema, Barreto deixa de lado o humor e a sátira e adota uma ironia trágica. Afinal, trágica é a violência contra os negros. O protagonista converte-se em vilão imoral e a crítica constrange aqueles que se identificam com tais ações, associando o efeito irônico do conto ao do efeito “moralizador” dos contos de Coelho.

Por fim, resta abordar um ponto que muito nos afligiu ao longo desta pesquisa. Aceito o fato de que os contos de José da Silva Coelho são *regionais*, como compará-los aos contos de um autor essencialmente urbano como Lima Barreto?

Solucionamos isso, recorrendo a Afrânio Coutinho:

De acordo com George Stewart, podemos definir o regionalismo de duas maneiras. Num sentido largo, toda a obra de arte é regional, quando tem por pano de fundo alguma região particular ou parece germinar intimamente desse fundo. Neste sentido, um romance pode ser localizado numa cidade e tratar de problema universal, de sorte que a localização é incidental. Mais estritamente, para ser regional uma obra de arte não somente tem que ser localizada numa região, senão também deve retirar sua substância real desse local. Essa substância decorre, primeiramente, do fundo natural – clima, topografia, flora, fauna, etc. – como elementos que afetam a vida humana na região; e em um segundo lugar, das maneiras e peculiaridades da sociedade humana estabelecida naquela região e

que a fizeram distinta de qualquer outra. Este último é o sentido do regionalismo autêntico.

[...]

Não interessa ao estudo literário a divisão regional geográfica, baseada no critério das regiões naturais, O que importa aqui são as regiões culturais, marcadas pela importância que tiveram como focos regionais de produção literária, embora a divisão que resulta da aplicação desse critério não se afaste muito da que foi estabelecida pelo Conselho Nacional de Geografia, em 1944, como base para as pesquisas geográficas.

As regiões culturais ou literárias, encaradas no estudo do tema, são as seguintes, que parecem muito bem caracterizadas:

- a) Grupo nortista;
- b) Grupo nordestino;
- e) Grupo baiano;
- d) Grupo central;
- e) Grupo paulista;
- f) Grupo gaúcho.

À elas se poderia juntar uma espécie de sub-região, constituída do Rio de Janeiro e zona suburbana, que é uma verdadeira pequena província literária, onde se abeberaram Lima Barreto, Macedo e até Machado de Assis.¹⁰⁴

Portanto, acreditamos que os autores, apesar das muitas diferenças, partilham semelhanças inegáveis, seja em suas trajetórias de vida, seja em seus estilos literários. A seguir, discutiremos as aproximações históricas entre os dois espaços representados nas narrativas: Índia e Brasil. Assim, procuraremos definir de forma ainda mais clara, o que motiva o surgimento do malandro nas literaturas analisadas.

¹⁰⁴ COUTINHO, Afrânio. *Introdução à Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983 p. 202, 205-206.

Capítulo 2

Isto aqui, ô ô,/ É um pouquinho de Brasil, ia ia...

Ary Barroso

Goa e Brasil: paradoxos coloniais

Na introdução, já reconhecemos que nosso desconhecimento sobre as relações entre Goa e Brasil por muito tempo foi mais vasto do que gostaríamos de admitir. Entretanto, esse não era o caso de Lima Barreto, visto que a questão colonial aparecia em algumas de suas crônicas como esta, recentemente descoberta:

Os srs. já conhecem a coisa. De ano em ano, os jornais daqui e de além-mar noticiam estrondosas vitórias dos portugueses sobre os indígenas de suas possessões de África. No tempo dos “Lusíadas”, talvez por não existir o jornalismo periódico, não davam tanta importância a feitos idênticos. Pelo menos não tenho notícia que Lisboa festejasse retumbantemente Antônio Salema, que, aí pelos fins de Quinhentos, matou dez mil índios perto de Cabo Frio; e se ainda nos resta memória das proezas da gente assinalada em Diu e Goa é porque alguns cronistas precavidos e meia dúzia de poetas entusiastas registraram-nas em prosa de bronze, ainda áspero, e em grandiosos versos, um tanto monótonos.

Hoje, não havendo farta messe de ações heroicas, lá pelo velho Portugal, os jornais e o governo não deixam escapar uma só vitoriazinha. Os heroísmos são narrados um a um, em frases cheirando ainda à *Ilíada*; os retratos são publicados e os plutarcas afiam a pena para mais essa centena de varões ilustres.

O que há em suma? Esta coisa simples: um destacamento português, de cem ou duzentas praças, derrota uma partida de desgraça dos negros, duplamente desgraçados por serem negros e por viverem em possessões do Portugal necessitado de vitórias.

Pelo jeito, o governo lusitano precisa demonstrar a vitalidade da nação; precisa lembrar ao mundo que o sangue heroico dos varões assinalados ainda não está de todo acabado; e para tal organiza, de quando em quando, umas justas *art-nouveau* em que morrem algumas dezenas de negros (ora, os negros!) e os portugueses praticam heroísmos dignos de versos gregos e do triunfo romano¹⁰⁵.

Embora o faça de modo superficial, nessa crônica, Barreto aborda tanto as consequências da colonização portuguesa quanto o declínio do antigo Império Ultramarino. Em 1907, um ano antes da morte do rei de Portugal e três anos da proclamação da República, o autor brasileiro demonstrava conhecer aquilo que

¹⁰⁵ BARRETO, Lima. “Os Portugueses na África”. In: <http://www.bn.br/noticia/2015/09/cronica-inedita-lima-barreto-encontrada-bn>. Escrita por Lima Barreto – provavelmente em 1907 –, mas nunca publicada; nem mesmo na coluna “Echos”, da revista *A Floreal*, à qual ela se destinava, segundo indicação do autor no verso de uma das folhas em que foi escrita.

sofriam as colônias lusitanas e reconhecer semelhanças entre a história desses territórios e a do Brasil. Como se é de esperar, Lima Barreto parece se conder principalmente da ação colonizadora na África – como vimos no conto “Um especialista” – uma vez que ele se identifica como um autor mulato e discute a dominação sobre os negros e sobre outros marginalizados pela elite branca em boa parte de suas obras:

Tenho para mim que esses negros flexíveis e adaptáveis a toda a sorte de misteres, desde o de bestas de carga até o nobilíssimo de adversários dos esforçados varões do Portugal moderno, têm que acabar um dia. Se isso se der, a velha metrópole vai se ver atrapalhada para arranjar quem se preste à demonstração experimental de sua heroicidade eterna; e, a menos que a gente a quem outrora Marte obedeceu queira combater os chimpanzés e os gorilas de África, Lisboa só terá festas com franco cunho guerreiro quando o governo das Necessidades sabiamente resolver condecorar com grandiosas solenidades os valentões da Baixa que se portarem heroicamente nas rijas com tripulações de barcos estrangeiros de passagem pelo Tejo. Então é que havemos de ver o indigesto Teófilo a explicar esse afloramento do Heitor português na população da sarjeta alfacinha e o velho Camões a bimbalar nas colunas dos jornais:

*Cale-se de Alexandre e de Trajano,
A fama das vitórias...*

E poderá assim Portugal, e por muito tempo, achar nos seus registos de nascimento, nomes que se possam contar naqueles outros em quem, como o Albuquerque terrível e o Castro forte, a morte não teve poder.¹⁰⁶

Podemos observar, no trecho transcrito, que Lima Barreto, cheio de ironias e especulações, critica tanto a opressão étnica quanto a colonial, utilizadas de forma desmedida para sustentar o “orgulho português”. Paradoxalmente, o autor defendia a monarquia brasileira, pois se sentia vítima da recente república, o que explicaremos mais à frente.

Não temos registro de que José da Silva Coelho tenha escrito qualquer texto referente ao Brasil, no entanto, a realidade brasileira certamente não era estranha ao autor. Em nossas pesquisas nos arquivos goeses¹⁰⁷, investigamos integralmente os dois anos de maior produtividade de Silva Coelho na imprensa

¹⁰⁶ BARRETO, Lima. “Os Portugueses na África”. In: <http://www.bn.br/noticia/2015/09/cronica-inedita-lima-barreto-encontrada-bn>. Escrita por Lima Barreto – provavelmente em 1907 –, mas nunca publicada; nem mesmo na coluna “Echos”, da revista *A Floreal*, à qual ela se destinava, segundo indicação do autor no verso de uma das folhas em que foi escrita.

¹⁰⁷ Central Library – Pangin, Goa, janeiro de 2016.

goesa, 1922 e 1923, quando ele publicou no diário *O Herald* 33 de seus 41 *Contos Regionais*. Nesse biênio, são inúmeras as notícias, referentes ao Brasil, publicadas no jornal goês. Destacamos, por exemplo, o poema intitulado “Aos heróis do ar”, que aparece como “Leitura de Domingo” na mesma data em que José da Silva Coelho publicou “As hesitações do Damião e seu primeiro amor”¹⁰⁸, conto dedicado a A. X. G. Pereira:

*Que estranha águia voa, além, na imensidade,
Erguendo a sua frente aos altos apogeu?
Transpõe o vasto Mar e vence a Tempestade
Buscando em plena luz os páramos de Deus?!*

*Rufla-lhe na aza d’ouro um frêmito de amor,
Vai direita á Beleza e cai-lhe no regaço,
E ao dar-lhe o beijo eterno, é tal o seu fulgor
Que ilumina o Mistério e acende todo o Espaço!*

*Oh! que ave estranha é que, em vôo onnipotente,
Segue cheia de glória rumo do poente
Para um fim ultra-humano, altiva e triunfal?*

*É a alma de um herói que busca em seu destino
Tornar-se cada vez mais alto e mais divino
E dar de novo leis ao mundo: É PORTUGAL!*

Esse poema, atribuído a Cesar Rodrigues, é dedicado aos pilotos portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral, pioneiros na travessia aérea sobre o Atlântico Sul¹⁰⁹. Ao longo de todo o primeiro semestre daquele ano – visto que a travessia completa se estendeu de 30 de março a 17 de junho de 1922 – *O Herald* noticiava as várias etapas da épica viagem dos mais novos “heróis” do povo lusitano, iniciada em Lisboa e encerrada no Rio de Janeiro. Vale destacar que a hipervalorização desse feito pelo jornal goês parece ir ao encontro da propaganda política do governo metropolitano, de António José de Almeida. Àquele tempo, as recém proclamadas repúblicas portuguesa e brasileira se apoiavam politicamente, no intuito de validar os novos sistemas de governo. Assim, fica claro o porquê do apoio do presidente brasileiro, Epitácio Pessoa, à aventura lusitana, *por mares nunca antes sobrevoados*. Curiosamente, a viagem também tinha por objetivo

¹⁰⁸ Publicado originalmente no domingo, 16 de julho de 1922, em Nova Goa, no jornal *O Herald*, ano XXIII, nº 6031, p. 1-2. Ao final, o autor registrou ao lado de seu nome a data de 20 de março de 1922, indicando o dia em que escreveu o texto.

¹⁰⁹ CAMBESES JÚNIOR, Manuel. “A Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul”, Palestra proferida no XI Congresso Internacional FIDEHAE, em Lisboa – Disponível em: <http://www.reservaer.com.br/biblioteca/livros/travessia-aerea.pdf> - Acesso em: 04/04/2016.

comemorar o centenário de independência do Brasil, a maior (ex)colônia portuguesa.

Algumas outras notícias sobre a atuação política de Epiácio Pessoa também figuraram nas páginas d’ *O Herald*, contudo, parece-nos mais interessante jogar luz sobre outra notícia que envolve a relação entre Brasil e Portugal:

O Brasil foi descoberto em 22 de Abril de 1500

O instituto Histórico do Minho declara ter apurado a verdade

[...]

“Neste momento de triunfo, em que o mundo inteiro tem os olhos sobre nós, por efeito da travessia aérea ligando as capitais das duas Lusitânias, seria oportuno e patriótico ressaltar o erro do 3 de Maio, hoje oficializado por uma lei que considerou aquele dia de grande gala, como aniversário da descoberta do Brasil. [...]”¹¹⁰

Novamente, devemos admitir nosso desconhecimento, até aquele momento, a respeito de mais esse fato. Sendo brasileiro, descobrir, ironicamente não no Brasil, mas em um jornal goês, tal equívoco histórico e a “verdade” sobre o “achamento” do Brasil foi como a materialização da ideia de “olhar o outro para se enxergar”.

Apesar disso, o que mais nos importa nessas transcrições é a demonstração de que o universo brasileiro e a ligação cultural e histórica entre Brasil e Goa estavam no horizonte da imprensa periódica de Goa e, possivelmente, no imaginário de Silva Coelho ao produzir seus contos. Em 1923, identificamos alguns artigos referentes à cultura brasileira, intitulados “As ideias do Brasil” e “A língua portuguesa em Portugal e no Brasil”¹¹¹; além da publicação de um texto (possivelmente de viés literário) intitulado “A filha do brasileiro”¹¹². Infelizmente, por problemas nas digitalizações já mencionados, não conseguimos ler esses textos ainda, ficando esta tarefa por ser feita na próxima vez que formos a Goa. De todo modo, acreditamos ter deixado claros alguns dos pontos de contato entre Lima Barreto e José da Silva Coelho, bem como entre os seus universos. A seguir, desenvolveremos uma abordagem histórica um pouco mais extensa, no intuito de descrever a atuação da empresa colonial nas duas colônias.

¹¹⁰ *O Herald*, ano XXIII, nº 6075, página 1. Nova Goa: Sexta-feira, 08 de setembro de 1922.

¹¹¹ Apesar da dificuldade para se ler a digitalização dessa edição d’ *O Herald*, a data parece ser uma quinta-feira, 24 de maio de 1923.

¹¹² Apesar da dificuldade para se ler a digitalização dessa edição d’ *O Herald*, a data parece ser um domingo, 11 de fevereiro de 1923.

2.1: Dominação bélica e negociação

A história oficial da colonização portuguesa sustentou, por muito tempo, o discurso de uma empresa quase sempre pacífica, pautada na miscigenação quando não física ao menos cultural entre colonizadores e colonizados. Nesse sentido, ganha destaque a teoria do “lusotropicalismo” desenvolvida por Gilberto Freyre e associada à publicação de sua obra *Aventura e Rotina*,¹¹³ de 1953:

A viagem por tantas terras marcadas por presença portuguesa – algumas quase ignoradas pelo brasileiro e pelo próprio português da Europa – revelou-me aspectos novos do que alguém já chamou, a propósito de modernos estudos brasileiros em torno de assuntos lusitanos, de “lusologia”; mas serviu também para confirmar, em mim, critérios de estudo e audácias de generalização esboçadas em antecipação do que acabo de ver com os próprios olhos e tocar com os próprios dedos. Mais de uma vez minha impressão foi a do *déjà vu*, tal a unidade na diversidade que caracteriza os vários Portugais espalhados pelo mundo; e tal a semelhança desses Portugais diversos com o Brasil. Donde a verdade, e não retórica, que encontro na expressão “lusotropical” para designar complexo tão disperso; mas quase todo disperso só pelos trópicos.¹¹⁴

Apesar da visão romantizada sobre a colonização portuguesa expressa por Freyre em suas reflexões a respeito do “lusotropicalismo”, partilhamos algumas sensações como as relatadas por ele, ao chegar em Goa:

Minha primeira impressão de Pangim, a hoje capital de Goa, é menos a de uma cidade exótica para olhos de brasileiro, que de uma pequena e velha capital do Norte do Brasil: São Luís do Maranhão, por exemplo. [...] Portugal uniu-se aqui a um clima, a uma vegetação, a um tipo tropical de homem e de mulher que, semelhantes aos do Brasil, resultaram em formas de homem, de mulher, de paisagem, de cultura, que lembram a todo instante as brasileiras.¹¹⁵

¹¹³ FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina: Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

¹¹⁴ FREYRE, Gilberto. “Prefácio à 1ª edição”. *Aventura e Rotina: Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980. p. xxxii

¹¹⁵ FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina: Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980. pp. 255-256.

De fato são inegáveis as semelhanças entre os climas, as cores, os sabores e as paisagens goesas e brasileiras. A própria geografia das cidades, construídas às margens da barra do rio Mandovi, projetando-se sobre outeiros acaba nos sendo familiar, por assemelhar-se bastante a Salvador, na Bahia ou ao centro do Rio de Janeiro. Apesar disso, a construção ideológica sustentada por Freyre ia ao encontro do governo salazarista, distorcendo o que verdadeiramente fora a colonização:

[...] o discurso luso-tropical foi usado por Salazar e Franco Nogueira em entrevistas concedidas a jornais estrangeiros, teria entrado no imaginário nacional e viria a ser reciclado, hoje, na ideia de comunidade lusófona. Sem dúvida. Mas vou mais longe, defendendo a hipótese de que houve uma feliz coincidência entre a proposta gilbertiana e algo que em Portugal já funcionava como auto-representação, senão hegemônica, pelo menos preponderante¹¹⁶.

Era interessante a Salazar validar a teoria do luso-tropicalismo, pois sua construção abonava a colonização portuguesa do teor violento de qualquer colonização. Entretanto, já àquele tempo, interpretações como as de Charles Boxer contestavam tal posicionamento:

Hoje soa profundamente banal a afirmação de que a longa experiência imperial e escravocrata dos portugueses na Ásia, na África e na América tenha gerado práticas racistas. Em 1963, essa afirmação – atualmente incorporada aos enquadramentos mentais em vigor – precisava ser demonstrada, tal era a força da tese segundo a qual o “mundo que o português criou” era substancialmente diferente da prática habitual do racismo colonial, tida como própria dos ingleses ou dos holandeses. As teses luso-tropicalistas – que animaram a produção intelectual de Gilberto Freyre na década de 1950, início da de 1960 – serviram ao regime salazarista para converter cinco séculos de colonização em “cinco séculos de relações entre povos e culturas diferentes”; uma sociedade colonial, em “plurirracial”; uma nação imperial, em “pluricontinental”, e as colônias, em “províncias ultramarinas” (Ribeiro, 2004).

Race relations é incompreensível sem pensarmos no chão histórico do início dos anos 1960, no contexto das guerras de descolonização e da apropriação que o regime de Salazar faria do luso-tropicalismo usinado por Gilberto Freyre. O autor pernambucano atribuía a

¹¹⁶ ALMEIDA, Miguel Vale de. “Tristes Luso-Trópicos”. *Um Mar da Cor da Terra: Raça, Cultura e Política da Identidade*. Oeiras: Celta Editora, 2000. p. 167.

Portugal um papel histórico, o de “confraternizar lírica e franciscanamente com os povos dos trópicos” (Freyre, 1953a: 99).¹¹⁷

Iniciamos essa etapa da tese com as discussões em torno do luso-tropicalismo, pois estamos em uma pesquisa que compara representações literárias de uma mesma construção identitária, a figura do malandro. Assim, seria muito fácil “escorregarmos” em uma leitura luso-tropical associando positivamente a prática do “jeitinho”, a ideia do “homem cordial” (de Sérgio Buarque), ignorando traumas históricos, em um encantamento por (parafraseando Caetano Veloso), narcisicamente, “vermos nosso próprio rosto” no universo goês. Para não incorrerem nisso, destacamos um soneto de Mário da Silva Coelho, irmão do contista goês, objeto desta pesquisa:

Afonso de Albuquerque¹¹⁸

Curvado sobre a amurada, espraia a vista
Pelos nervosas ondas ergue o temporal...
Esfuziam-lhe na alma imagens de conquista...
Sonha implantar na Índia um novo Portugal...

Ao longe, entre o esplendor do céu oriental,
A pátria de rubis e de oiro já se avista...
Rebrame o Índico com fúria triunfal,
Quere tragar o Herói, o Guerreiro, o Idealista...

Mas Ele, imerso no seu Sonho de Vitória,
Aporta. Vence, queima, aniquila, destrói
E doira com a espada as páginas da História.

E, diante do seu gesto épico e refulgente,
Vendo o sangue a correr aos pés do ínclito Herói,
Ajoelha, a tremer de medo, todo o Oriente...

Nova Goa, 16 de dezembro de 1922.

Esse poema publicado nas páginas do nº 6169 d’O *Heraldo* no ano de 1922 fora, segundo o próprio jornal, “distribuído na festa cívica promovida pelos alunos do Liceu Central de Afonso de Albuquerque, no 407º aniversário do falecimento do grande Conquistador”, que tinha sido “celebrado” em 16 de dezembro

¹¹⁷ SCHNEIDER, Alberto Luiz. “Charles Boxer (con tra Gilberto Freyre): raça e racismo no Império Português ou a erudição histórica contra o regime salazarista”. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 26, nº 52, p. 253-273, julho-dezembro de 2013. p. 254.

¹¹⁸ Publicado no sábado, 23 de dezembro de 1922, em Nova Goa, no jornal *O Herald*, ano XXIII, nº 6169. p. 2.

daquele mesmo ano. Nele, chama a nossa atenção a (re)construção mítica do feito heroico de Albuquerque que, em um momento de revalidação da colonização portuguesa (correspondente às primeiras décadas da república), marcada pelo enaltecimento da violência colonial. Em verdade, tendemos a acreditar que o poema adota um tom irônico, uma vez que há um contraste inegável entre o “Sonho de Vitória” e a ação de Albuquerque, o qual “Aporta. Vence, queima, aniquila, destrói”. Do mesmo modo, destaca-se o contraste entre a imagem do “íncrito Herói” e o “sangue correndo”. Assim, há que se considerar o poema como um possível protesto ante as comemorações da dominação colonial, embora, não fosse estranho ao período a valorização de atos tão violentos, por parte do “Conquistador”. Essa possível ambiguidade do soneto também é notada em um outro texto publicado na mesma edição d’*O Herald*, que reproduz o discurso proferido pelo Dr. Benedito Gomes, na festa do Liceu Central. Na transcrição do discurso se lê:

Afonso de Albuquerque disciplinador é enérgico.
A disciplina, meus senhores, é condição da harmonia e do sucesso.
Se por vezes o encontramos confinando com actos de dureza, a mandar desorelhar, a decepar os narizes, a enforçar nas vergas dos navios, são actos de suprema energia, filhos da profunda indignação, para punir crimes gravíssimos para “memória e espanto da traição que cometeram contra Deus e seu Rei” ou contra a moralidade pública ultrajada.¹¹⁹

Considerar que alguém possa enaltecer tais comportamentos nos dias de hoje parece absurdo, porém, àquele tempo, como esclarece Miguel Vale de Almeida, isso era algo que de fato ocorria:

O Decadentismo – essa queixa da perda de uma suposta glória passada por comparação com a Europa industrializada – seria contrabalançado, nas décadas de 1910-20, por um ensaísmo literário – em que se destaca Teixeira de Pascoaes –, de pendor anti-cosmopolita, reforçador das tendências nacionalistas vindas já dos anos 90 do século XIX e que se acentuam com a implantação da República. As influências estrangeiras são vistas como responsáveis pelo declínio do país desde os Descobrimentos. Pegando numa temática abordada desde Dom Duarte, na Idade Média, passando por Camões e Garrett, a “saudade” surge explicitada como sentimento contraditório, específico do carácter português, que ligaria

¹¹⁹ GOMES, Benedito. Discurso publicado no sábado, 23 de dezembro de 1922, em Nova Goa, no jornal *O Herald*, ano XXIII, nº 6169. p. 1.

universos separados: na linguagem de Pascoaes, o elemento semita da saudade como dor e o elemento ariano da saudade como desejo. Segundo Leal, Jorge Dias já havia abordado este tema em 1942 no seu primeiro ensaio “Acerca do sentimento da natureza entre os povos latinos”. Mas é em “Os elementos fundamentais...” que ele vai explicitar que a personalidade-base (também aqui estamos no plano do culturalismo...) do português seria baseada num conjunto de contradições: entre sonho e acção, bondade e violência, adaptação e capacidade de guardar o carácter próprio, entre liberdade individual e solidariedade, etc. Este carácter paradoxal serviria de explicação para dois traços da história portuguesa: a oscilação entre períodos de grandeza e declínio e as peculiaridades da expansão portuguesa (lembremo-nos das “indefinições” e “antagonismos” dos portugueses na versão de Freyre)¹²⁰.

Como se pode notar, vários foram os períodos em que o discurso de que a colonização portuguesa combinou “disciplina” e “bondade” foi reafirmado. Contudo, enxergamos a colonização portuguesa na contramão disso tudo. Em termos de violência contra os colonizados e os escravizados foi equivalente às colônias inglesas, francesas, espanholas etc. As consequências dessa violência refletir-se-ão nas personagens construídas por Lima Barreto e José da Silva Coelho. E é essa aproximação pela violência colonial portuguesa que iremos destacar a seguir.

No caso dos povos egressos do colonialismo europeu, explorados durante séculos por um sistema que Manuel Bonfim batizou com acerto de “parasitário”, pois se fundava na violenta divisão da sociedade entre um pequeno grupo de proprietários e uma enorme massa de escravos, era fatal que aparecesse, na mente dos dominantes, a ideia de que o “povo” só trabalhava sob o olhar feroz dos capatazes e à força de açoites. Tratava-se, portanto, de uma gente “apática”, “sem iniciativa”, “desanimada”, “irritável”, “em rápida extenuação”, “desequilibrada”, “mais apta para queixar-se do que para inventar”, “inapta”, “supersticiosa”, “mórbida”, “fanática”, “pouco diligente”, “malandra”, “despreocupada com o futuro”, “resignada” etc. etc.¹²¹

Nessa passagem da introdução, ao livro de Dante Moreira Leite, feita por Bosi, há vários elementos que merecem destaque. O primeiro é a visão dos “dominantes” de que eles seriam (e continuam sendo) os responsáveis por “dirigir”

¹²⁰ ALMEIDA, Miguel Vale de. “Tristes Luso-Trópicos”. *Um Mar da Cor da Terra: Raça, Cultura e Política da Identidade*. Oeiras: Celta Editora, 2000. p. 168.

¹²¹ BOSI, Alfredo. apud. LEITE, Dante Moreira. *O carácter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 1983, pp. XXI e XXII.

essa gente “apática” e “desequilibrada”. Tal aspecto está diretamente relacionado ao chamado “mito fundador” da colônia:

A América não estava aqui à espera de Colombo, assim como o Brasil não estava aqui à espera de Cabral. Não são “descobertas” ou, como se dizia no século XVI, “achamentos”. São invenções históricas e construções culturais. Sem dúvida, uma terra ainda não vista nem visitada estava aqui. Mas *Brasil* (como também *América*) é uma criação dos conquistadores europeus. O Brasil foi instituído como colônia de Portugal e inventado como “terra abençoada por Deus”, à qual, se dermos crédito a Pero Vaz de Caminha, “Nosso Senhor não nos trouxe sem causa”, palavras que ecoarão nas de Afonso Celso, quando quatro séculos depois escrever: “Se Deus aquinhoou o Brasil de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos”. É essa construção que estamos designando como mito fundador.

No período da conquista e colonização da América e do Brasil surgem os principais elementos para a construção de um mito fundador. O primeiro constituinte é, para usarmos a clássica expressão de Sérgio Buarque de Holanda, a “visão do paraíso” e o que chamaremos de elaboração mítica do símbolo “Oriente”. O segundo é oferecido, de um lado, pela história teológica providencial, elaborada pela ortodoxia teológica cristã e, de outro, pela profética herética cristã, ou seja, o milenarismo de Joaquim de Fiori. O terceiro é proveniente da elaboração jurídico-teocêntrica da figura do governante como rei pela graça de Deus, a partir da teoria medieval do direito natural objetivo e do direito natural subjetivo [...].¹²²

Como já afirmamos, o Oriente era o objetivo maior das navegações nos séculos XV e XVI, conseqüentemente, Goa era também a principal colônia para os portugueses nesse período e, ainda, por mais um século. A colonização portuguesa também construiu naquele território seus “mitos fundadores”. A batalha de Afonso de Albuquerque contra os mouros, referida no soneto de Mário da Silva Coelho, dá o caráter de “conquista” por direito, daquele território. A “libertação” dos hindus do jugo de um inimigo comum (o muçulmanos) dava a Portugal o direito de domínio (apoiado, em seguida, pelo direito natural objetivo) e o “mito da Goa dourada”, também implicitamente referido no soneto, justificava tanto ao povo português quanto aos nativos a ocupação do território indiano:

A prosperidade que alcançou no século XVI, pela sua condição de entreposto do comércio para diferentes pontos da Ásia e da África

¹²² CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 35.

Oriental, deu origem ao «mito da Goa Dourada». Mito porque o Estado Português da Índia seria rico mas apenas para os padrões europeus – o reino mogol, por exemplo, era muito mais abastado –; o mesmo em relação à cidade de Goa, que numa perspectiva europeia podia ser grande mas no contexto indiano não era mais que uma urbe de média dimensão [...].

Fosse como fosse, durante o século XVI, Goa foi a mais importante colónia portuguesa, tanto em termos políticos, como em termos religiosos e comerciais. Daí ter recebido o distintivo epíteto de «Roma do Oriente».¹²³

No que se refere à invenção de um carácter mítico do Oriente por parte do Ocidente, é bastante conhecida a obra de Edward Said, que define o *Orientalismo* como uma espécie de projeto ideológico de dominação:

“Orientalismo” é o termo genérico que tenho empregado para descrever a abordagem ocidental do Oriente; Orientalismo é a disciplina pela qual o Oriente era (e é) abordado de maneira sistemática, como um tópico de erudição, descoberta e prática. Mas, além disso, tenho usado a palavra para designar o conjunto de sonhos, imagens e vocabulários disponíveis para quem tenta falar sobre o que existe a leste da linha divisória. Esses dois aspectos do Orientalismo não são incongruentes, pois foi pelo uso dos dois que a Europa conseguiu avançar de forma segura e não metafórica sobre o Oriente. Neste ponto gostaria principalmente de considerar a evidência material desse avanço.

À exceção do islã, até o século XIX o Oriente era para a Europa uma área com uma história contínua de domínio ocidental inquestionável. Isso é verdadeiro de forma evidente para a experiência britânica na Índia, a experiência portuguesa nas Índias Orientais, na China e no Japão [...].¹²⁴

Como fica claro, a colonização de territórios no Oriente por Portugal também se mostrava inquestionável e a estratégia de manutenção dos seus domínios, como aqui, apoiou-se na força bélica, na imposição religiosa e na estratificação social. Nesse sentido, é bastante esclarecedora a visão de Fanon sobre o universo colonial ao tratar da polarização que se cria entre colonizador e colonizado, quando afirma que:

¹²³ AVELAR, Pedro. *História de Goa: de Afonso de Albuquerque a Vassalo e Silva*. Alfragide: Texto editores, 2012. p. 20.

¹²⁴ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. (trad.) EINCENBERG, Rosaura. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 114 e 115.

O mundo colonizado é um mundo cortado em dois. A linha de corte, a fronteira, é indicada pelas casernas e postos policiais. Nas colônias, o interlocutor legítimo e institucional do colonizado, o portavoz do colono e do regime de opressão é o policial ou o soldado.¹²⁵

Portanto, não há dúvidas de que, nas colônias, colonizadores (representantes oficiais do reino) e colonizados (povos nativos, escravizados e subjugados) viviam uma profunda cisão. Nesse cenário, tanto aqui quanto em Goa, o “poder divino” fez-se presente enquanto os jesuítas centralizaram o poder nessas colônias de Portugal, já que eles eram quase santificados em suas Missões. Em relação a Goa, podemos ter um panorama de como se constituía de forma mais sólida o poder imperial e divino, nas palavras de Francisco Pyrard de Laval:

Goa é uma ilha que dependia antigamente do reino do Dealção ou Decan [...].

Nesta ilha os portugueses têm fabricado uma mui bela cidade do mesmo nome da ilha, chamada Goa, que tem quási légua e meia de circuito, não contando os arrabaldes, e encerra quantidade de fortalezas, igrejas, e casas fabricadas a modo de Europa, de mui boa pedra, e cobertas de telhas. Há quási cento e dez anos que os portugueses se senhorearam desta ilha de Goa; e muitas vezes me espantei de como em tão poucos anos os portugueses têm podido levantar tantos e tantos soberbos edifícios de igrejas, mosteiros, palácios, fortalezas, e outros ao modo da Europa; e outrossim da boa ordem, regimento, e policia que têm estabelecido, e do poder que aí têm adquirido, pois tudo ali se guarda e observa como se fora na própria Lisboa. Esta cidade é a Metrópole de todo o Estado dos portugueses nas Índias, e a que lhe dá tanto poder, riquezas, e celebridade. Tem nela o vice-rei a sua residência, e é tratado com uma corte como se fora o mesmo rei. Após ele vem o arcebispo para o espiritual; segue-se o tribunal da Relação, e Inquisição; e além do arcebispo há ainda um bispo particular, de sorte que desta cidade releva toda a religião e justiça das Índias, e todas as Ordens religiosas têm aqui os seus superiores.¹²⁶

Desse modo, a terra descrita pelo cronista João de Barros como “Magnífica, ilustre e santa”¹²⁷ vivia uma dominação ainda mais intensa do que aquela que se realizava no Brasil até o século XVIII. Contudo, tal abordagem apoia apenas uma das facetas deste trabalho, pois ainda nos falta explicar por que a

¹²⁵ FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Trad. Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: UFJF, 2005, p. 54.

¹²⁶ PYRARD, François in. BASTO, A. de Magalhães. (ed.) *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*, (vol. II). Porto: Livraria Civilização. 1944, p.27.

¹²⁷ FARIA, Patrícia Souza de. “A Roma do Oriente”. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-roma-do-orient> (acesso em 11/05/2016).

dominação colonial gerou atitudes que passaram a ser representadas simbolicamente como comportamentos malandros tanto no Brasil quanto em Goa, apesar de lá essa figura não despontar como estereótipo recorrente. É comum a crença de que a ausência de perspectiva de ascensão econômica ou social leva, quase que inevitavelmente, o colonizado – ou mesmo o subalterno, se adotarmos uma visão mais ampla da questão – a oscilar entre o desejo de se adequar à ordem instituída ou de romper com ela, uma vez que se manter subjugado é aceitar a violência. Assim, em contextos revolucionários como aquele em que escreve Fanon, a ética do colonizado seria romper com a ética do colonizador, o desejo mais profundo seria subverter regras que lhe parecem eternas e que se pretendem estabelecidas desde um passado imemorial. Porém, não podemos desprezar que a dominação ideológica também se fez pela estereotipia dos colonizados.

No discurso colonial brasileiro são recorrentes as visões de que os índios bem como os mestiços eram “preguiçosos”, “indolentes”, e de que os negros, apesar de “fortes” e “corajosos”, tinham “caráter duvidoso”. Essa lógica continuou a ser reafirmada mesmo após a proclamação da República, como indica Marilena Chauí¹²⁸, ao fazer uma recolha das características psicológicas atribuídas aos brasileiros por diversos autores.

Essa constante retomada das “fraquezas” daqueles que não pertenciam à elite manteve viva a ideia de que o indivíduo das classes mais pobres “só trabalhava sob o olhar feroz dos capatazes e à força de açoites”¹²⁹, nas palavras de Bosi. Nessa perspectiva, é incontestável o fato de que estereótipos muito parecidos com os estereótipos sobre o povo brasileiro se desenvolvem na colonização dos indianos, como vemos em uma crônica de Eça de Queirós, datada de setembro de 1871, quando discute ironicamente uma revolta empreendida pelos nativos que integravam o exército português na Índia:

[...] Divididos em castas, fracos, ignorantes, odiando-se, sem terem interesse comum ou vontade comum – vão unicamente porque os seus oficiais, no primeiro momento, lhes mandaram que fossem.

[...]

E não se deve esquecer ainda esta circunstância: o índio das nossas possessões é de uma debilidade gelatinosa.

¹²⁸ CHAUI, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. pp. 16-19.

¹²⁹ BOSI, Alfredo. apud. LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 1983, p. XXII.

Anêmico, miúdo, assustado, consumido pelo sol, mal sustentado de arroz, o índio cai de bruços com uma carícia no rosto, e morre com uma palmada na espinha. E uma fraqueza comprometedor. As pessoas inexperientes e impacientes fazem um prodigioso consumo de índios. Um empurrão, e o índio tomba – na eternidade. Não há talvez desembargador algum em Goa que não tenha, com a sua mão grave e jurídica, assassinado um índio! Dá-se uma pancada leve no ombro do índio – êle cambaleia, suspira, nesse dia come pouco, no outro estende-se ao sol a gemer, começa a beber muita água, e morre.¹³⁰

Essas imagens ironicamente caricaturais dos colonizados, que transpassam às classes dominadas mesmo após a independência (no caso do Brasil), ajudam a construir a lógica de dominação (quem é apto a mandar e quem só pode obedecer) bem como ajudam a definir os nativos e os negros como responsáveis pelos desvios de conduta que compõem o “caráter nacional” (preguiça, imoralidade, amabilidade passiva, violência e malandragem). As determinações de certas características comportamentais pautadas nas teorias raciais do século XIX – que aqui resultaram nos preconceitos que habitam o senso-comum de que o índio é dócil mas preguiçoso, de que o negro é trabalhador mas indisciplinado, ou de que a negra é amável e sensual – também parecem vigorar na colônia goesa, porém, tendo no próprio sistema de castas suas correspondências, sendo, aparentemente, os *sudras* tratados como preguiçosos e indisciplinados (dada a descrição estereotipada do soldado goês feita por Eça) e a mulher hindu – que tem seu protótipo na bailadeira – vista como sensual¹³¹ por parte do colonizador. Contudo, não entraremos nessa seara porque ainda não há bibliografia consistente para engendrar uma discussão sólida a respeito desses estereótipos na sociedade colonial goesa e, ainda menos, no ideário atual da ex-colônia, como conseguimos fazer com o senso-comum no Brasil.

De todo modo, é recorrente o debate sobre como se dá a construção identitária dos povos colonizados pela diferenciação entre o europeu e o africano, ou o ameríndio, ou ainda o indiano, como destaca Spivak: “O mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e

¹³⁰ QUEIROZ, Eça. *Uma Campanha Alegre (1º tomo)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961, pp. 194-196.

¹³¹ GRACIAS, Fátima da Silva, “A Mulher na Literatura Indo-Portuguesa: diversas facetas de *Sundorem*” In: *Revista Mare Liberum* Nº 9 – Julho de 1995.

heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como outro”¹³². Para Spivak, a definição das aptidões e defeitos dos grupos de indivíduos (seja por gênero ou por raça) conduz ao estabelecimento de posicionamentos em relação ao poder. O “outro” é rejeitado e desejado simultaneamente, por isso precisa estar a serviço do homem ocidental, subjugando-se ante os caprichos e as regras daqueles que são “os mais capacitados” (o *colonizador* ou o *homem*, no que se refere às questões de gênero). Entretanto, acreditamos que, à exceção da “amabilidade passiva” descrita por Gilberto Freyre¹³³, todas as características negativas que continuam a aflorar no senso-comum brasileiro em relação a índios, negros ou mestiços (hoje em relação à imensa camada pobre da nossa população) já se faziam presentes entre os que detinham o poder econômico, jurídico, espiritual ou administrativo no Brasil colonial, como afirma Chico de Oliveira:

A burla das classes dominantes brasileiras às normas seria atávica? Meu horror à burguesia (esse sim quase totalmente atávico) – cujo retrato acabado foi a açucarocracia pernambucana, perdulária e arrogante – tenderia a confirmar que o jeitinho é um caso de maucaratismo, um dado subjetivo. Mas prefiro a trilha aberta por Norbert Elias: a burla é uma forma de adotar o capitalismo como solução incompleta na periferia do sistema. Incompleta porque o capitalismo trouxe para cá a revolução das forças produtivas, mas não as soluções formais da civilidade. As classes dominantes então “se viram”, dão um jeitinho para garantir a coesão de um sistema troncho e, *comme il faut*, a exploração.

Sem querer atribuir tudo aos nossos colonizadores, a semente do jeitinho já vicejava na irresolução que Portugal dá às questões de administração e governo da jovem – e enorme – colônia. Não dispondo nem de homens nem de recursos capazes da façanha de fazer a minúscula cobra engolir o enorme elefante, Portugal opta pela solução capenga das capitânicas hereditárias. Na mesma época, tendo criado um novo caminho para o Oriente com Vasco da Gama, dom Manuel, o Venturoso, emprega até o fim os modestos recursos portugueses na conquista da Índia, e só consegue estabelecer relações comerciais em pontos isolados do sul do continente.¹³⁴

Apesar da abordagem direta feita pelo sociólogo nessa passagem de seu artigo, ao analisarmos relatos históricos sobre a administração colonial goesa, o

¹³² SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p.47.

¹³³ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

¹³⁴ OLIVEIRA, Francisco de. <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-73/tribuna-livre-da-luta-de-classes/jeitinho-e-jeitao>, edição 73. Outubro de 2012. Acessado em 21/03/2014.

diagnóstico parece se confirmar, pois lá (tal como vemos aqui), quer o poder estivesse nas mãos dos vice-reis, dos governadores, dos arcebispos, dos generais ou dos conselheiros de governo, estabelecia-se por leis brandas ao colonizador rico; pouco claras e, eventualmente, flexíveis ao colono; e duras ao colonizado pobre:

Os Portugueses tinham introduzido em Goa instituições judiciais ocidentais e logo desde 1545 foi criado um Supremo Tribunal de Justiça (*Tribunal da Relação*). Mas, se comparássemos os diversos departamentos da máquina administrativa portuguesa na base de sua corrupção e ineficácia, a administração da justiça seria a mais bem cotada. [...] Diogo do Couto [...], na volta do século XVI, escreveu: "... quem mais pode tem mais justiça e nunca nesta teia de aranha se prendem senão os mosquitos; porque baneane, que orinou em cócoras, é logo condenado; o gentio que pelejou com outro e lhe disse uma ruindade, é logo metido em ferros, e o compadre e o rico, que quebraram os bofes a esse gentio e lhe tomaram a sua fazenda por força, e o tiveram preso em casa, é cousa leve, pode-o fazer que tem licença para tudo".¹³⁵

A fala de Diogo do Couto parece dar vida ao famoso ditado brasileiro: "aos amigos tudo, aos inimigos a lei", frase utilizada exemplarmente por Roberto Da Matta¹³⁶ para explicar a hierarquização social brasileira, sua sustentação, reinvenção e transmissão às várias camadas da sociedade, através das práticas cotidianas como os apadrinhamentos, a adoção de figuras mediadoras entre a pessoa e o aparelho de Estado, como os despachantes (aos que podem pagar) que conseguem garantir um tratamento "diferenciado" diante das burocracias legais. Nessa lógica, ganha ênfase o uso que se faz (ainda hoje) da pergunta: "Você sabe com quem está falando?" – definida por Da Matta como uma forma de distinção entre *indivíduo* e *pessoa*, para marcar posição social e exigir privilégios diante de uma reprimenda de qualquer tipo.

Fato é que, em Goa, talvez até mais do que aqui – devido à hierarquização social tradicional, batizada em meados do século XV pelos portugueses de "castas"¹³⁷ (sem fazer a distinção entre *jāti* e *varṇa*)¹³⁸, que mesmo entre os indianos convertidos ao cristianismo se manteve (brâmanes, chardós e

¹³⁵ SOUZA, Teotônio R.. *Goa Medieval – A cidade e o interior no século XVII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 92.

¹³⁶ DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 20.

¹³⁷ DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus – o sistema das castas e suas implicações*. trad. Carlos Alberto da Fonseca. São Paulo: Edusp, 1992, p. 69.

¹³⁸ DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus – o sistema das castas e suas implicações*. trad. Carlos Alberto da Fonseca. São Paulo: Edusp, 1992, pp. 117-131.

sudras corresponderiam às varnas) – os nativos sabiam com quem estavam falando. Entre os hindus, que compõem a maior parte da população indiana, a sociedade de castas estabelece uma ordem social inviolável, ao menos desde o *Código de Manu*¹³⁹, em que cada indivíduo nasce em uma posição social pré-determinada pela sua *varna* que, de forma simplificada, pode ser determinada da seguinte maneira: os Brâmanes, nascidos da boca do deus Brahma, seriam sacerdotes, professores e pregadores, de modo geral, pessoas que lidam com a palavra; o Kshatriyas seriam os reis, governantes, guerreiros e soldados, já que nasceriam dos braços de Brahma; os Vaishyas seriam os criadores de gado, agricultores, artesãos e comerciantes, uma vez que teriam nascido das coxas do deus; e os Shudras seriam os trabalhadores e prestadores de serviços, nascidos dos pés de Brahma. Os párias sequer teriam *varna* e, portanto, ocupavam o lugar mais rebaixado na sociedade goesa.

Assim, o Império português faz questão de reforçar essa hierarquização, entre os convertidos ao catolicismo, de modo a manter uma elite que o apoiasse. Além disso, a presença do Império Ultramarino encarnava-se na figura do vice-rei e se espalhava pelos cargos delegados por ele, como o de general de província:

[...] tais generais arrogavam para si toda a jurisdição cível “que se acha em mãos débeis” e decidiam causas cíveis e criminais, faziam partilhas, inventários e mandando-os executar. Particularmente visado era o general de Bardez, marechal Manuel Godinho de Mira que Tovar e Albuquerque acusa de querer ser simultaneamente juiz de fora, corregedor, ouvidor e provedor. De facto, ordenando a prisão por dívidas particulares, exorbitava dos seus poderes, a ponto de mandar que se não executasse qualquer despacho – mesmo do governo do Estado – sem que lhe fosse previamente apresentado e nele constasse o seu “cumpra-se”. [...] O marechal, comandante da província de Pondá, também exorbitava dos seus poderes, chegando a conceder perdões aos *dessaís* inimigos do Estado, a tomar gado para distribuir consoante os seus interesses, a retirar frutos destinados à Fazenda Real, usando-os para pagamento aos seus “afilhados”, além de ordenar execuções de “alta justiça”, à semelhança do general de Bardez.

[...]

A corrupção na administração e na justiça é abertamente denunciada. Criavam-se cargos para clientelas, “tudo pela maior parte desnecessário” quando tal “gente” era de grande utilidade na agricultura que se achava “deterioradíssima”. Os ofícios trienais,

¹³⁹ CALDERÓN, Garcia V. (trad). *Leyes de Manú (Manava-Dharma-Sastra): Instituciones Religiosas y Civiles*. Paris: Casa Editorias Garnier Hermanos, 1924.

nomeadamente os de juizes, tornavam-se perpétuos. Os provimentos para cargos civis ou militares eram feitos muitas vezes em função da entrega de avultadas somas de dinheiro, já que qualidades de “merecimento, honra, probidade e serviço” haviam sido “banidos”.¹⁴⁰

É impressionante a sensação de que esse trecho poderia estar se referindo ao Brasil de hoje, ou ao Brasil do início do século XIX, com a chegada da família Real ao Rio de Janeiro, período representado justamente nas *Memórias de um sargento de milícias*. Mas ainda mais próxima ao panorama da justiça no Brasil exposto por Manuel Antônio de Almeida em seu romance é o que afirma Teotônio de Souza, sobre Goa no XVII:

Embora existisse o Supremo Tribunal, para apelos, cada província tinha o seu próprio oficial de justiça. Tisvadi tinha o seu *thanadar*, Salcete tinha um *ouvidor*, e em Bardez o capitão da *taluka* desempenhava o papel de juiz. Cada um destes oficiais tinha o seu executante (*meirinho*) e soldados a pé para procederem à prisão dos acusados ou das partes ofendidas. Há abundante documentação que aponta para a existência de excessos e práticas de corrupção destes oficiais.¹⁴¹

Tal explanação sobre os representantes da justiça e suas práticas em Goa nos lembra sensivelmente a descrição feita por Manuel Antônio, no princípio de sua obra, sobre o papel e a conduta dos *meirinhos*, “no tempo do rei”, bem como sobre o poder inquestionável do Vidigal.

Diante disso, nos parece inegável a aproximação entre as estratégias de dominação das duas colônias portuguesas, conforme apontam as leituras de Marilena Chauí¹⁴², em relação ao Brasil, e de Teotônio de Souza¹⁴³, em relação a Goa, além da leitura de Diogo Ramada Curto¹⁴⁴ que aborda o projeto colonial

¹⁴⁰ SERRÃO, Joel. e MARQUES, A. H. de Oliveira. *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Oriental (1660 – 1820)*. (vol. V). Lisboa: Estampa, 2001, p. 152.

¹⁴¹ SOUZA, Teotônio R.. *Goa Medieval – A cidade e o interior no século XVII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p. 93.

¹⁴² CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

¹⁴³ SOUZA, Teotônio R.. *Goa Medieval – A cidade e o interior no século XVII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

¹⁴⁴ CURTO, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

português como um todo. Comparando-se o que ocorreu nas duas colônias, de forma geral identificamos:

1. Sacralização da descoberta e direito divino de conquista;
2. Naturalização da hierarquização social, a partir da construção cultural de defeitos e aptidões pautados em questões de raça, origem ou casta;
3. Segregação clara entre colonizador e colonizado – ou colonizador (os legítimos representantes do Reino e da Igreja), colono (comerciantes, imigrantes com posses, donos de terras e pessoas em geral que atuavam como intermediários ou intérpretes entre colonizador e colonizado, correspondentes à burguesia) e colonizado (a massa de pessoas nativas ou trazidas como escravas, dominadas física, política e ideologicamente pelo poder colonial), admitindo-se, assim, três condições de participação nas sociedades coloniais, o que, na nossa percepção aproximaria a organização sociopolítica das colônias às sociedades estamentais medievais.
4. Clientelismo e corrupção como forma de sustentar a exploração contínua dos colonizados, que se torna inquestionável justamente pelos itens anteriores.

Diante do exposto, tendemos a acreditar que os donos do poder nas colônias portuguesas instauraram a lógica da “malandragem” muito antes de ela ir para as ruas do Rio de Janeiro. A malandragem “de cima para baixo”, visto que o interstício entre a ordem e a desordem era criado ou desfeito de acordo, única e exclusivamente, com os interesses de quem estava no poder. Resta-nos, agora, observar como Lima Barreto e José da Silva Coelho representaram em suas obras esse aspecto presente no processo colonial português, de forma a caracterizarem momentos bastante específicos dos dois espaços sobre os quais falaremos a seguir.

2.2: Reles Repúblicas

Brasil

Como se sabe, no Brasil o período de dominação por parte do Império português culminou em uma independência proclamada pelo próprio herdeiro do Império, D. Pedro IV, que aqui se tornou D. Pedro I. A monarquia brasileira, com seus altos e baixos, conduziu o país a dois eventos que serão absolutamente marcantes na produção literária de Lima Barreto: a abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, e a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Já abordamos de modo um pouco mais detido a maneira como os resquícios da escravidão figuraram na obra de Barreto e voltaremos a tratar disso na análise do conto “O filho da Gabriela”. Por ora, interessa-nos discutir como a República influenciou na obra de Lima Barreto. Conforme indicamos anteriormente, a família do autor tinha ligações diretas com o governo imperial, de forma que a própria mudança de sistema representou uma das grandes perturbações sofridas por ele. Além disso, em seus textos a República será representada como uma grande decepção. Decepção pelas promessas de liberdade e igualdade, que a abolição não trouxera e que se tornaram ainda mais distantes com as teorias raciais finisseculares, decepção pelas promessas de democracia e justiça social, que a República não cumpriu:

Uma rematada tolice foi a tal república. No fundo, o que se deu em 15 de novembro foi a queda do partido liberal e a subida do conservador, sobretudo da parte mais retrógrada dele, os escravocratas de quatro costados¹⁴⁵.

Assim, para Lima Barreto, a mudança no sistema de governo representou um retrocesso do país em setores bastante significativos como a economia e a política, como aponta Sevckenko:

De fato, apesar do crescimento econômico global no Brasil, a participação social no sistema produtivo e na absorção dos recursos gerados era muito limitada. Assim como muito limitada e até decrescente era a participação política. As elites agrárias, beneficiárias e procedentes da tradicional divisão internacional

¹⁴⁵ BARRETO, Lima. Apud. BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2001. p. 318.

artificial do trabalho, constituíam um sistema oligárquico semifechado, que, de conformidade com círculos plutocráticos urbanos, monopolizavam os postos diretivos e as atividades mais rendosas. As oportunidades restritas que o crescimento do sistema oferecia eram alvo de uma rude concorrência pelas amplas camadas urbanizadas, reforçando comportamentos agressivos e os desesperados de preconceitos e discriminação. O controle pelo Estado da maioria quase absoluta dos cargos técnicos e de múltiplos postos proveitosos estimulava o patrimonialismo, o nepotismo, o clientelismo e toda a forma de submissão e dependência pessoal, desde seu foco central no Distrito Federal até aos mais recônditos esconchos da nação. Nesse sentido, e ao contrário da lógica liberal progressista europeia, a real habilitação técnica e o verdadeiro talento eram antes empecilhos do que premissas para o sucesso. [...] O analfabetismo quase absoluto da população reduziria a fumaça as pretensões de manipulação da opinião pública. Ao fim, resultava que a pretendida composição de um Estado-nação moderno no Rio de Janeiro só se tornava viável por meio da sustentação, por cooptação, proporcionada pelas estruturas e forças sociais e políticas tradicionais do interior do país (coronelismo, capangismo, voto de cabresto, voto de bico-de-pena etc.), mais do que nunca interessadas em tirar partido do volume de riquezas e oportunidades condensadas pelo governo central¹⁴⁶.

Diante dessa lógica social conservadora, Lima Barreto, como já apontamos, engajou-se na denúncia das injustiças sociais:

Vejam só esta observação de um antepassado dos atuais bolchevistas, do cita Anacársis, feita a Sólon: “As leis são como as teias de aranha que prendem os fracos e pequenos insetos, mas são rompidas pelos grandes e fortes”. Os nossos milionários e políticos não pagam impostos e, muitas vezes, os criados, quando os alugam, se não mandam buscá-los na polícia militar e na guarda-civil; entretanto, há uma porção de leis, de fiscais etc. etc. Ora, a lei! Que burla! Que trabuco para saquear os fracos e os ingênuos...¹⁴⁷

Ressaltamos que as críticas do autor à República Velha vão figurar não só em seus textos autobiográficos e em suas crônicas, como também em muitas de suas obras ficcionais. Pensemos, por exemplo, no célebre conto “Numa e Ninfa”, em que a discussão a respeito da política se mistura à discussão de gênero¹⁴⁸:

¹⁴⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.. pp. 70-72.

¹⁴⁷ BARRETO, Lima. *Diário do hospício; Cemitério dos vivos*. São Paulo: Cosac Naify, 2010. pp. 104-105.

¹⁴⁸ Engel, Magali Gouveia. “Gênero e política em Lima Barreto”. In. *Cadernos Pagu* (32), janeiro-junho de 2009. pp. 365-388.

Numa e Ninfa, sátira política, tende à caricatura. O deputado Numa Pompílio de Castro, fina flor da burguesia dominante, jovem bacharel que sobe graças à sua diplomacia, no fundo cínica e capaz de sacrificar a honra pelo gozo dos privilégios. É notável nessa obra a caracterização de alguns tipos secundários, entre os quais o mulato Lucrecio Barba-de-Bode, cabo eleitoral (“não era propriamente político, mas fazia parte da política e tinha o papel de ligá-la às classes populares”...), e o Doutor Bogóloff, imigrante russo, que serve ao romancista para apresentar sob novo prisma as mazelas da vida brasileira¹⁴⁹.

Sobre a política republicana brasileira, muitas outras obras barretianas poderiam ser destacadas, mas o enfoque de nossa análise nos obriga a restringir um pouco os textos analisados. Concentraremos nossas forças em textos como “A nova Califórnia” ou “O homem que falava javanês”, deixando de lado, por exemplo, o conto “Como o ‘homem’ chegou”:

[...] sátira muito direta, de ataque às instituições (polícia, política, imprensa, ciência) e à sociedade de maneira geral. Pouco se salva. Foi escrita em 1914, num momento difícil da vida do autor, logo depois de sua primeira internação em hospício, levado num carro forte da polícia, a chamado do próprio irmão.

[...]

O conto é uma sátira da sociedade brasileira, com uma grande diversidade de tipos. Muitas personagens têm denominações genéricas ou nomes ridículos, como delegado Cunsono, chefes políticos Samambaia, Jati e Sofonias, senador Melaço, doutor Sili, doutor Barrado, poeta Machino, jornalista Cosmético, antropólogo Tucolas e ministro Semicas¹⁵⁰.

A situação inicial dessa narrativa se estabelece a partir das irônicas críticas às injustiças do estado policialesco do governo Hermes da Fonseca, que atuava de modo diverso dependendo da condição social da pessoa que era abordada. Além disso, atuavam de acordo com os interesses dos políticos, rompendo com as próprias leis:

A polícia da República, como toda a gente sabe, é paternal e compassiva no tratamento das pessoas humildes que dela necessitam; e sempre, quer se trate de humildes, quer de poderosos, a velha instituição cumpre religiosamente a lei. Vem-lhe daí o

¹⁴⁹ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2001. p. 320.

¹⁵⁰ OLIVEIRA, Irenísia Torres de. “Sátira e crítica social num conto de Lima Barreto”. In. *Revist Cerrados*. v. 18, n. 28: *Literatura e compromisso social - Empenho, Engajamento e Crítica Social na Literatura Brasileira*. <http://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/8326/6322> , 2009.

respeito que aos políticos os seus empregados tributam e a procura que ela merece desses homens, quase sempre interessados no cumprimento das leis que discutem e votam.¹⁵¹

Para compreendermos melhor tanto a visão de Lima Barreto sobre o que era o cenário político do período, quanto o modo como o autor literariamente representou essa sua percepção, é bastante pertinente a leitura da passagem d' *Os bruzundangas* intitulada "A política e os políticos da Bruzundanga":

A minha estadia na Bruzundanga foi demorada e proveitosa. O país, no dizer de todos, é rico, tem todos os minerais, todos os vegetais úteis, todas as condições de riqueza, mas vive na miséria. De onde em onde, faz uma "parada" feliz e todos respiram. As cidades vivem cheias de carruagens; as mulheres se arreiam de joias e vestidos caros; os cavalheiros chics se mostram, nas ruas, com bengalas e trajos apurados; os banquetes e as recepções se sucedem.

Não há amanuense do Ministério do Exterior de lá que não ofereça banquetes por ocasião de sua promoção ao cargo imediato.

Isto dura dois ou três anos; mas, de repente, todo esse aspecto da Bruzundanga muda. Toda a gente começa a ficar na miséria. Não há mais dinheiro. As confeitarias vivem às moscas; as casas de elegâncias põem à porta verdadeiros recrutadores de fregueses; e os judeus do açúcar e das casas de prego começam a enriquecer doidamente.

Por que será tal coisa? hão de perguntar.

É que a vida econômica da Bruzundanga é toda artificial e falsa nas suas bases, vivendo o país de expedientes.

Entretanto, o povo só acusa os políticos, isto é, os seus deputados, os seus ministros, o presidente, enfim.

O povo tem em parte razão. Os seus políticos são o pessoal mais medíocre que há. Apegam-se a velharias, a cousas estranhas à terra que dirigem, para achar solução às dificuldades do governo.

A primeira cousa que um político de lá pensa, quando se guinda às altas posições, é supor que é de carne e sangue diferente do resto da população.

[...]

Não há lá homem influente que não tenha, pelo menos, trinta parentes ocupando cargos do Estado; não há lá político influente que não se julgue com direito a deixar para os seus filhos, netos, sobrinhos, primos, gordas pensões pagas pelo Tesouro da República.

No entanto, a terra vive na pobreza; os latifúndios abandonados e indivisos; a população rural, que é a base de todas as nações, oprimida por chefões políticos, inúteis, incapazes de dirigir a cousa mas fácil desta vida.

Vive sugada; esfomeada, maltrapilha, macilenta, amarela, para que, na sua capital, algumas centenas de parvos, com títulos

¹⁵¹ BARRETO, Lima. *Contos Completos*. (org.) SCHWARCZ, Lilia Moritz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 121.

altissonantes disso ou daquilo, gozem vencimentos, subsídios, duplicados e triplicados, afora rendimentos que vêm de outra e qualquer origem, empregando um grande palavreado de quem vai fazer milagres.

Um povo desses nunca fará um haro, para obter terras.

A República dos Estados Unidos da Bruzundanga tem o governo que merece¹⁵².

Um governo que vive de aparências, pautado no clientelismo e no nepotismo, governantes gananciosos e aliados à elite latifundiária, enquanto a massa da população vive na miséria e não reage como deveria, partilhando, de algum modo, na opinião do narrador, a responsabilidade por esse estado de coisas. Tudo isso se refere à República da Bruzundanga, embora às vezes pareça se referir à política atual. Como já afirmamos esses temas voltarão a aparecer nas nossas análises de outros textos do autor, na próxima parte desta tese, mas já fica aqui indicada a crítica de Lima Barreto a uma mudança em nosso sistema político que, na contramão do que prometera, acabou reforçando desigualdades e a injustiças sociais, no Brasil.

Goa

O governo de Deodoro da Fonseca (1889 a 1891) caracterizou-se pelo esforço de implantação do novo regime e por uma grande instabilidade. O Marechal Deodoro da Fonseca empreendeu a consolidação da República ao enfrentar com sucesso numerosos movimentos armados, tais como a Revolta da Armada, no Rio de Janeiro, e a Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul. Em 1891 o Marechal Deodoro da Fonseca renunciou à Presidência perante a divergência dos elementos civis do Governo face à centralização do poder desejada pelos militares.

Vinte e um anos depois, e num momento em que o presidente brasileiro o marechal Hermes da Fonseca estava de visita a Portugal, eclodiu o movimento que conduziu à implantação da República portuguesa.

[...]

Apesar de algumas dificuldades de última hora, nomeadamente o assassinato de Miguel Bombarda e o suicídio de Cândido dos Reis por se ter convencido de que o movimento iria falhar, a República é proclamada em Loures e em vários municípios da margem sul do Tejo no dia 4 de outubro.

¹⁵² BARRETO, Lima. *Os bruzundangas*. São Paulo: A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro, <http://www.bibvirt.futuro.usp.br> (Acesso em 11/05/2016). pp. 29-31.

A 5 de outubro de 1910 é proclamada a República, na varanda da Câmara Municipal de Lisboa, constituindo-se um governo provisório presidido por Teófilo Braga e que incluía António José de Almeida como ministro do Interior, Afonso Costa na pasta da Justiça, José de Mascarenhas Relvas nas Finanças, Bernardino Machado nos Negócios Estrangeiros, António Luís Gomes no Fomento, António Xavier Correia Barreto na Guerra e Amaro Justiniano de Azevedo Gomes na Marinha. Nesse mesmo dia a família real embarcou para o exílio.

No dia seguinte a República é proclamada no Porto, Vila Real e Viana do Castelo, mas somente no dia 12 o novo regime chega a todo o país. Em 1910 o território português, para além do continente e dos arquipélagos da Madeira e Açores, incluía as antigas colónias onde a notícia da proclamação do novo regime chegou via telégrafo. A 6 de outubro a República foi proclamada em Cabo Verde e Angola, no dia seguinte em Goa e Moçambique e a 10 de outubro em Macau. [...]

Os primeiros países a reconhecerem oficialmente a novel República foram o Brasil e a Argentina, no dia 22 de outubro de 1910¹⁵³.

Na primeira década do século XX, a política portuguesa, curiosamente, seguiu os passos da ex-colônia. A longa história da monarquia portuguesa encontrou seu fim graças ao movimento republicano, liderado por figuras como Teófilo Braga. Tal qual apontamos anteriormente, o Brasil fez questão de apoiar a República portuguesa, em uma lógica de reciprocidade como forma de autoafirmação. Para as colônias, as perspectivas de um Estado laico e de uma participação política mais democrática compunham um cenário animador, como indica Pratima Kamat:

In 1910, with the establishment of a secular, Republican regime in Lisbon, Goans came to aspire for political autonomy, economic progress and religious tolerance with equal opportunities, in the colonial administrations, public life and education, to be provided for all religious communities living in the *Estado da Índia*. The year 1910 witnessed the secularisation of the Civil Code through more liberal and egalitarian Republican amendments¹⁵⁴.

¹⁵³ PINHEIRO, Luís da Cunha; RODRIGUES, Maria Manuel Marques. (Org.). *Em torno de duas Repúblicas: 15 de novembro de 1889 - 5 de outubro de 1910*. 1ed.Lisboa: CLEPUL, 2012, v. 1. pp. 06-08.

¹⁵⁴ KAMAT, Pratima. " Indo-portuguese literature: an historical overview". In. FIGUEIRA, Maria Inês. & NORONHA, Oscar de. *Episódio Oriental: Readings in Indo-Portuguese Literature*. Panjim: Fundação Oriente & Third Millennium, 2007. p. 22.

Contudo, tal expectativa se viu frustrada a partir de iniciativas como as de Almeida Ribeiro¹⁵⁵ com projetos que, por um lado legitimavam a autonomia das colônias sob a figura do governador das colônias, e por outro restringiam a participação política aos “cidadãos assimilados”. Como no Brasil, as mais variadas teorias foram utilizadas para validar o preconceito e a diferenciação entre aqueles que se alinhavam aos interesses do novo governo e aqueles que não se alinhavam. Quando as “questões raciais” não eram suficientes para demarcar a diferenciação no espaço colonial, adotavam-se critérios como a alfabetização em português para definir quem de fato era “cidadão português” com direito a participação no processo político. Não demorou muito para que essas medidas dessem forças aos movimentos políticos hindus, já que estes, inseridos minimamente na política colonial desde a Carta liberal, se viam privados de direitos fundamentais, o que movimentou o debate político nas primeiras décadas do XX:

Atento a estes sinais, em finais desse mês, o laicista Menezes Bragança questionava a movimentação hindu na criação de uma agenda política própria, preocupado que eles pudessem constituir um factor adicional de dissensão e de dispersão da dividida sociedade goesa. No contexto da monarquia, pertinente fora a exigência de perfeita igualdade de direitos, mas na República não encontrava justificação para o activismo comunitarista. Recordava que a Constituição de 1911 abolira, no campo dos direitos, a diferença entre hindus, cristãos, muçulmanos, crentes, ateus ou agnósticos, consagrando somente um princípio: “Somos todos filhos da mesma Pátria. Todos somos cidadãos da mesma Nação”. [...] (*Sobre as iniciativas de um movimento político hindu*) Se significava um processo de combate, considerava-o extemporâneo pois, diferentemente dos habitantes da Índia inglesa, os goeses eram cidadãos e não súbditos com necessidade de reclamar a libertação. Menezes Bragança terminava esta intervenção apontando o caminho da educação e do combate aos preconceitos religiosos, sugerido por Siurama Bolvanta Rau recém-chegado da metrópole, como o adequado à sua situação na Índia portuguesa. No mesmo dia em que comentava a já mencionada restrição do direito de voto nas eleições locais aos alfabetizados em português, Hegdó Dessai esclarecia Menezes Bragança que o caminho por este apontado era precisamente o buscado pelo movimento hindu. O conceito de *tilakismo*, aplicável à acção de católicos e hindus, indicava o exemplo do *Rei sem coroa*, na sua abnegação e “patriotismo verdadeiro para a honra da Republica Portuguesa e brilho da Política”. No entanto, desfazia as ilusões públicas sobre a política niveladora republicana:

¹⁵⁵ LOBO, Sandra. *O desassossego goês - Cultura e política em Goa do liberalismo ao Acto Colonial*. Lisboa: Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2013.

“[Se a] Republica igualou os hindus aos cristãos, politicamente, nada fez, porém, no sentido de podermos, *igualmente*, disfrutar os benefícios da Igualdade Republicana. E o que a Republica não pode fazer, ha de consegui-lo o movimento da classe hindu, por esta encetado, muito antes da implantação do regime que nos governa”¹⁵⁶.

Diante disso, notamos que – embora Menezes Bragança pensasse o contrário – a República portuguesa não era igual para todos, especialmente nos espaços coloniais.

Na obra de José da Silva Coelho, variados textos vão abordar a questão política, tal qual já sinalizamos quando recorremos à classificação que Manuel de Seabra fez dos *Contos regionais*. Entretanto, acreditamos que nenhum aborda tão diretamente o tema como o fabular-alegórico “Na República dos Brutos”¹⁵⁷. O conto também adota uma estrutura baseada na metalinguagem, pois a estória contada pelo narrador-autor é, segundo o próprio, a reprodução de uma história contada a ele pelo seu “criadito de mesa”, de nome Pedrú. Este (obviamente de uma casta mais baixa, provavelmente um sudra) aprendia a ler em português e, nesse propósito, tomara contato com a *Bíblia da infância*. Empolgado com as histórias que aprendera, Pedrú decide recontar a história do grande dilúvio ao narrador.

Segundo Pedrú, “terminado o dilúvio”, Noé reuniu os animais e decidiu “fundar uma república e dividir as funções do Estado”. Em seguida, solicitou que cada um escolhesse o emprego com que mais se identificasse e que o procurasse no dia seguinte para demonstrar as próprias qualificações. Dito isto, Noé, aparentemente o governador daquela República, foi até uma parreira no monte Ahrat e, com o sumo de suas uvas, embriagou-se profundamente. Ainda de ressaca, no dia seguinte, Noé começou a receber os candidatos aos principais cargos do novo governo. O primeiro a procurá-lo foi o javali, que viera para solicitar o posto oficial de comerciante. Para comprovar suas aptidões, o animal trouxe a Noé “uma grande cabaça de vinho verde” e a ofereceu a Noé, em troca da licença para trabalhar no comércio. Ao provar a bebida, Noé decidiu ficar com a “pinga” e conceder a licença ao javali. Porém, pouco depois se arrependeu, devido a “uma

¹⁵⁶ LOBO, Sandra. *O desassossego goês - Cultura e política em Goa do liberalismo ao Acto Colonial*. Lisboa: Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2013. pp. 428-430.

¹⁵⁷ Anexo I. p. 182-185.

cólica terrível seguida duma disenteria”, por isso, mandou chamar o animal, questionando seus métodos de fabricação da bebida. Cnicamente, o javali confessou ter reaproveitado o bagaço das uvas deixado pelo próprio Noé, na noite anterior, e afirmou: “Tu descobriste o vinho para beber, eu inventei a zurrapa para vender”. Diante disso, Noé se revoltou e converteu o javali em porco. Segundo o narrador, essa seria a gênese dos “comerciantes porcos”.

Depois, Noé foi procurado por um camelo que solicitava o posto de advogado. Este aproveitou o estado do homem para destacar o fato de que muitos advogados eram bêbados e que com ele no posto não havia esse risco, já que era capaz de passar até oito dias sem beber. A argumentação convence Noé, que atende ao pedido. Porém, ele só concede ao camelo carta para Timor, classificando-o como um advogado provisionário – uma espécie de advogado “de segunda categoria”, conforme explicaremos na análise do conto “O advogado Romalino e a astúcia do seu colega rival”. Em seguida, foi o próprio Noé quem solicitou candidatos a uma função relevante. Noé acreditava ser fundamental a criação de um jornal para “educar o público dos seus brutos” e, assim, nomeou um papagaio como jornalista; no entanto, o animal falava “em assuntos tão desencontrados, manifestando opiniões tão disparatadas”, que ficou responsável pela seção da “administração pública”.

O próximo animal a procurá-lo foi um burro que, simbolicamente, queria se tornar “conselheiro do governo da república dos animais e ditar leis”. Isso gerou uma revolta por parte de Noé que, recusando-se a ceder, afirmou: “Já estou farto de encher de incompetentes e de **malandrins** as funções públicas. Era o que agora faltava, um burro feito conselheiro”. A fala é icônica para esta análise, já que, alegoricamente, Silva Coelho expõe sua convicção de que as funções públicas da República estavam sendo ocupadas por “incompetentes” e “malandrins” (malandros). O burro, de tanto zurrar, acaba convencendo Noé a dar-lhe o cargo pretendido: “Está bem! Está bem! Ficas eleito conselheiro, mas agora cala-te pelo amor de Deus, cala-te. Poderás depois zurrar à vontade no Conselho do Governo!”. Assim, explicita-se uma dura crítica aos conselheiros (burros) e à sua atuação na câmara do Conselho do Governo, onde tudo o que faziam era “zurrar”. Também trataremos mais detidamente do tema, ao analisarmos o conto “O conselheiro Gerolsteins Gomes”, pois o conto ora analisado ainda tem mais um desdobramento.

Noé, desesperado com a perspectiva que se delineava para sua república, tentou retirar-se rapidamente para a arca, porém, foi interceptado por um enorme gorila:

[...] alto, forte e espadaúdo, de fenomenais patas e enormes queixadas salientes, embargou-lhe o passo e, com um *salam* tipicamente oriental, pediu-lhe, insistentemente, que o fizesse negociante, jornalista, advogado e conselheiro ao mesmo tempo. O velho Noé olhou-o embasbacado e, admirado da sua petulância e do seu atrevimento, perguntou-lhe em ar de chacota:
– Pois bem! Vamos lá ver o que tu sabes fazer!
– Sei tudo! respondeu-lhe o gorila com grandes ares de bazófia e de impertinência. – Não há nada neste mundo que eu não saiba. Nasci sábio e hei-de espantar o mundo dos animais com a minha ciência, com o meu saber! Sou o mais inteligente da família dos brutos¹⁵⁸!

Noé ficou espantadíssimo com aquela petulância, mas, diante do quadro de nomeações de tantos outros animais desqualificados (“incompetentes e pedantes”), acabou cedendo. Assim, permitiu que o gorila fosse tudo o que desejasse. É curioso o fato de que a pseudofábula utiliza as características dos animais para criticar determinadas profissões: os comerciantes são porcos, pois “jogam sujo” para venderem; os advogados ou são beberões ou são “camelos” atrapalhados, tendo como única qualidade a capacidade de se manterem abstinidos por ao menos oito dias; os jornalistas são papagaios, já que apenas repetem falácias sem sentido; e os conselheiros são burros, que só sabem “zurrar” nas reuniões do Conselho. Dentre eles, destaca-se o gorila – justamente aquele que, segundo as teorias darwinistas que tanto haviam influenciado a literatura realista, seria o mais animal mais semelhante ao ser humano – forte, agressivo e petulante.

Para concluir sua crítica, o narrador retoma a palavra, saindo do plano da fábula e retornando ao primeiro plano da narrativa:

Achei muita graça ao Pedrú e à sua fábula e, como prêmio à sua fértil imaginação, dei-lhe a ponta do charuto que estava fumando e creio que ficou bem pago.
Perguntar-me-ão o porquê:
– Bem paga com a ponta dum charuto uma fábula tão engraçada?!
É que, por estes tempos, certos comerciantes, jornalistas, advogados e conselheiros, não valem a ponta dum charuto...¹⁵⁹

¹⁵⁸ Anexo I. p. 184.

¹⁵⁹ Anexo I. p. 185.

Observa-se que essa retomada acaba por cumprir uma função complementar à fábula de Pedrú, já que pode ser entendida como a “moral da história” dessa narrativa de animais personificados. Sendo assim, o grande aprendizado a partir da história do criado seria a compreensão do “valor” dos profissionais de Goa. Nesse caso, vale destacar que a referência ao consumo de charutos ou de cigarros importados como o “Planters” ou o “London” é constante nos contos de Silva Coelho. O tabaco manufaturado (principalmente de marca inglesa) é, em suas narrativas, associado à elite católica goesa, sendo esse tipo de cigarro retratado como um item cobiçado pelos mais pobres. Isso fica claro, por exemplo, no conto “A campanha eleitoral do Sr. Pantaleão Temudo”, em que Pantaleão, em campanha eleitoral, encontra André Pinto:

Andava uma tarde André Pinto, servente e *solicitador* de registos na Conservatória, à procura das pontas de charutos que os passeantes largavam pelos bancos da Avenida. André Pinto era grande apreciador e colecionador de pontas de charuto, que apanhava por toda a parte e saboreava voluptuosamente em casa, desde que, tendo subido o preço do tabaco, descobrira esta maneira de fumar barato. [...]

Pantaleão Temudo vinha avançando, elegante e chique, fumando um excelente *Londres*, deixando atrás de si o aroma agradável que dá o fumo do tabaco de Manila de mistura com o perfume *Pompeia*, quando reparou no André Pinto que, respeitosa e, de chapéu na mão, lhe fazia grandes medidas [...] ¹⁶⁰.

Desse modo, a conclusão sobre a intenção do conto é óbvia. Ao afirmar que aquelas pessoas não valiam a “ponta de um charuto”, o narrador-autor implica a ideia de que, naquela República, negociantes, advogados, jornalistas e conselheiros valiam muito pouco, menos do que uma esmola que se dá a um criado ou que um resto de cigarro que se descarta na rua.

Contudo, em nossa leitura, essa narrativa possuiria, ainda, uma outra interpretação a ser considerada. O título “Na República dos Brutos” poderia fazer referência a uma famosa família de Margão, em Goa: os Bruto da Costa. Pensamos que tal leitura se torna possível, primeiramente, pela já mencionada tendência do autor a fazer referência a pessoas reais, em seus textos. No conto, chama a atenção uma frase dita por Noé: “Grande bruto, das costas era preciso tirar-te a pele”.

¹⁶⁰ COELHO, José da Silva. *Obra Quase Completa de José da Silva Coelho*. “Contos Regionais”. (org.) SEABRA, Manuel de. in. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. (periódico) nº 124. Bastorá: Tipografia Rangel, 1979. p. 144-145.

Observa-se, nesta sentença, que a inversão da ordem sintática regular da frase “era preciso tirar-te a pele das costas” dá destaque à expressão “bruto, das costas”.

Donos de um dos mais importantes jornais de Goa, *O Ultramar*, a próspera família (brâmane católica) atuava nas mais variadas áreas da política e da economia goesas bem como em sua imprensa. Àquele tempo ganharam destaque, por exemplo, António Anastásio Bruto da Costa¹⁶¹ (falecido em 1811), político e editor chefe do jornal *O Ultramar*, na transição do XIX para o XX, e autor de *Goa sob a dominação portuguesa*; e Roberto Bruto da Costa (Margão, 1888-1930), político – vogal do Conselho pelos distritos de Damão e Diu¹⁶², profundamente envolvido no debate acerca da autonomia de Goa – e autor de diversos livros, dentre os quais se destaca *A hidra do "nativismo" para a história política da Índia Portuguesa*:

Roberto Bruto da Costa fora funcionário do consulado americano em Lourenço Marques de onde regressara há poucos anos. Em 1916, tornou-se o redactor principal do jornal da família. Em Maio de 1918, foi um dos vogais eleitos ao Conselho do Governo¹⁶³.

Nessa leitura, o conto adquiriria uma posição de crítica direta a uma das famílias mais influentes de Goa, bem como a um dos políticos que mais combateu os ideais “nativistas” defendidos pela elite hindu. Assim, “Na República dos Brutos” faria a associação entre aquele governo imaginário de Noé e Goa nas primeiras décadas da República portuguesa, ambos marcados pela desqualificação de seus profissionais e por contarem com figuras capazes de, exercendo força bruta, atuarem em todas as áreas relevantes desses governos. Ressaltamos que, na década de 1920, era comum o debate político entre os jornais de Goa e, nas nossas pesquisas no jornal *O Herald*, no ano de 1922, localizamos uma série de discordâncias quanto a matérias sobre a política de Goa entre *O Herald* e *O Ultramar*, o que reforçaria a tese de que Silva Coelho poderia se posicionar contrariamente aos Bruto da Costa.

Portanto, ainda que alegoricamente, verifica-se a semelhança entre as críticas às repúblicas nos textos de José da Silva Coelho e Lima Barreto, tal qual

¹⁶¹ LOBO, Sandra. *O desassossego goês - Cultura e política em Goa do liberalismo ao Acto Colonial*. Lisboa: Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2013. p. 338.

¹⁶² Idem. p. 338-352.

¹⁶³ Idem. p. 338.

verificamos nas análises deste capítulo, que serão complementadas pelas nossas análises posteriores. Também destacamos o fato de este conto fazer referência direta aos funcionários dos cargos públicos como “malandrins”, o que vai ao encontro de nossa tese. A seguir, discutiremos de que modo a estrutura colonial, marcada pela dominação e aculturação, contribuiu para a recorrência da figura do “malandro”, das ações de astúcia e esperteza, nas obras dos autores.

2.3: Colonização cultural

A relação entre a cultura do colonizador e a do colonizado pode ser vista em diversos textos de José da Silva Coelho bem como de Lima Barreto. Tal qual já observamos, o conto “Um especialista” alegoricamente critica a dominação portuguesa e a escravidão. Além da dominação econômica, política e bélica, a empresa colonial se pautou fundamente na dominação cultural. Este conceito, explicado, dentre outros, por Pierre Bourdieu, apoia-se na noção de que o poder também se exerce de forma simbólica. Para explicar a relação entre o poder real, marcado violência, e o poder simbólico Bourdieu faz a seguinte explanação:

A riqueza, base derradeira do poder, só poderá exercer um poder – e um poder duradouro – sob as espécies do capital simbólico; em outras palavras, o capital econômico poderá ser acumulado apenas sob espécies do capital simbólico, forma transformada, isto é, incognoscível – portanto, suscetível de ser oficialmente reconhecida –, pelas outras espécies de capital. O chefe é exatamente, como diz Malinowski, “um banqueiro tribal” que se limita a acumular mantimentos para poder distribuí-los e, assim, entesourar um capital de obrigação e dívidas que serão quitadas sob forma de homenagens, respeito, fidelidade e, em caso eventual, de trabalho e serviços, bases possíveis de uma nova acumulação de bens materiais¹⁶⁴.

Nesse sentido, entendemos que o poder colonial se baseou na construção de ideologias e representações culturais que legitimassem e realimentassem o direito de dominação. No caso de Goa, a colonização teve como um de seus princípios a criação e sustentação de uma elite local (como era comum às colônias), composta naquele caso principalmente por católicos das castas brâmane e chardó. Essa elite dividia o poder local entre si e replicava modelos de comportamento estabelecidos pela metrópole, mediando a relação de Portugal com a colônia indiana. Essa lógica, explicitada por Bhabha ao tratar da mímica colonial, foi discutida, em relação a Goa, por Susana Sardo que muito claramente esclarece o conceito:

¹⁶⁴ BOURDIEU, Pierre. *A Produção da Crença: contribuição para uma Economia dos Bens Simbólicos*. Porto Alegre: Zouk, 2008. p. 211.

De acordo com Bhabha, o objectivo do discurso colonial foi sempre o de *construir o colonizado como uma população de tipos degenerados, com base na origem racial, de forma a justificar as conquistas e estabelecer sistemas de administração e instrução* (Bhabha 1994:70).

[...]

O mimetismo como estratégia ambivalente foi decisivo na história do colonialismo e define-se pela procura voluntária por parte dos colonizadores, de construir uma elite que se aproxime dos seus referentes culturais sem, contudo, perder ou abdicar do seu lado nativo. Esta é necessariamente uma minoria, um grupo que se aproxima do colonizador mantendo-se sempre diferente. É também um instrumento de aprovação, por parte dos nativos, da cultura do colonizador: um intermediário¹⁶⁵.

Desse modo, a colonização atuava também no imaginário dos colonizados, criando modelos a serem seguidos, promovendo privilégios a determinados grupos (os já mencionados brâmanes e chardós, entre os católicos; e brâmanes e kshatriyas, entre os hindus)¹⁶⁶. Acreditamos que, no Brasil, também se pode identificar a perpetuação da dominação de uma parcela da população (os negros e os pobres, fundamentalmente) pela elite e o exercício do poder simbólico; a representação literária desse aspecto social – tão relevante para a proposta de interpretação da malandragem como um fenómeno socialmente estabelecido de cima para baixo – será abordada na análise do conto “O filho da Gabriela”, de Lima Barreto. Entretanto, iniciaremos a discussão sobre o modo como a mímica colonial e a dominação simbólica figuram nos contos dos autores que são objetos desta tese com a interpretação dos contos “As duas paixões do Bonifácio Monserrate” e “A incoerência de certos hábitos e costumes”, ambos de Silva Coelho.

¹⁶⁵ SARDO, Susana. *Guerras de Jasmim e Mogarim: Música, Identidade e Emoções em Goa*. Alfragide: Texto Editores. 2010. pp. 66, 67.

¹⁶⁶ SARDO, Susana. *Guerras de Jasmim e Mogarim: Música, Identidade e Emoções em Goa*. Alfragide: Texto Editores. 2010. p. 128.

2.3.1: “As duas paixões do Bonifácio Monserrate”

Há alguns contos de José da Silva Coelho que abordam a relação entre colonizador e colonizado, entretanto, nenhum parece o fazer de modo tão marcante quanto o conto “As duas paixões do Bonifácio Monserrate”¹⁶⁷. Essa narrativa curta surpreende pelo fato de, aparentemente, possuir dois conflitos, cada um relacionado a uma das paixões do protagonista. Segundo Seabra, um dos temas satirizados nesse conto seria a “mania da historiografia”. Susana Sardo, ao abordar a relação entre as produções literárias e a constituição de uma elite burguesa culta, no século XIX, em Goa, explica:

Este movimento de criatividade literária é acompanhado por um outro: o da produção historiográfica e etnográfica sobre Goa. De facto, os primeiros trabalhos, à excepção da literatura de viagens, emergem na segunda metade do século XIX a partir da publicação de *A Índia Portuguesa* por A. Lopes Mendes, em 1886, que, neste caso, era a reprodução clara da etnografia descritiva, do olhar sobre o “outro” num contexto em que o analista, o etnógrafo, era também o colonizador. No domínio da compilação e da edição de fontes, o trabalho de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (*Arquivo Português Oriental*, 7 volumes, 1857-1866), pela sua importância e dimensão, desencadeou o interesse por este tipo de trabalho, incentivando a própria produção local¹⁶⁸.

A “mania da historiografia” era uma das diversas formas com que se construía, na transição do XIX para o XX, a imagem da chamada *intelligentsia* goesa. Essa mania, que constituía um tipo de capital simbólico da elite nativa, aproximava parte dos colonizados aos colonizadores. No conto destacado, o protagonista, Bonifácio Monserrate, é um goês de família católica bastante tradicional – provavelmente brâmane ou chardó, uma vez que o narrador revela que ela já tinha “dado ao catolicismo, em três gerações seguidas, uma dúzia de padres”. Portanto, o Monserrate era integrante da elite colonial e, como tal, também era influenciado por determinadas ideologias: “A arqueologia era uma das suas paixões, porque o colocava – supunha ele – ao nível dos intelectuais da terra”. Observa-se a partir dessa passagem que o fato de Bonifácio ter paixão pela “arqueologia” era algo

¹⁶⁷ Publicado originalmente em *O Herald*, no dia 11 de junho de 1922.

¹⁶⁸ SARDO, Susana. *Guerras de Jasmim e Mogarim: Música, Identidade e Emoções em Goa*. Alfragide: Texto Editores, 2010. pp. 125-126.

secundário, pois, em verdade, o que lhe movia era a ilusão (demarcada pelo irônico comentário do narrador) de que tal atividade o igualava ao colonizador. Vale destacar que, logo ao princípio da história, o narrador sem dar grandes detalhes sugere que tanto a formação intelectual (desde os exames do Liceu) quanto a carreira profissional do Monserrate foram pautadas em influências de terceiros. Portanto, foi por uma lógica clientelista que o protagonista alcançou o cargo de vogal da comissão arqueológica de Goa.

Antes disso, inspirado pelo desejo de “igualar-se” aos portugueses, Bonifácio projetara estudar Direito em Coimbra, porém fora dissuadido por seus pais. Curiosamente, eles acreditavam que a ida para Portugal afastaria o jovem da religião. Então, no caso das tradições familiares religiosas o colonizador era um corruptor, com o qual não se deveria misturar. Tendo ficado em Goa em obediência aos pais, Bonifácio lamentava-se por ver-se diminuído entre seus pares. Como mero advogado provisionário, não tinha o mesmo destaque de outros colegas como o Dr. Noronha. Segundo Manuel de Seabra¹⁶⁹, essa passagem se refere ao Dr. António Floriano de Noronha, desembargador goês no princípio do século XX. Bonifácio era vaidoso e não suportava a ideia de ser alguém comum. Por isso, começou a estudar a história de sua própria família, buscando o “lustre” dos doze padres Monserrates. Sua “arqueologia” teve como principal “sítio arqueológico” os recônditos da própria casa da família. Armários, caixa e baús abandonados foram todos revistados, até que “abaixo da tábua de uma velhíssima e inservível caixa de *retrette* descobrira, embrulhado nuns trapos, um par de chinelas de seda carmesim”. Certo de que sua descoberta tinha alguma significância, especulou que “qualquer dos tais doze padres fora prelado doméstico ou camareiro secreto da Sua Santidade”, já que a seda carmesim estaria associada a tal função. Incapaz de comprovar sua tese, Bonifácio Monserrate procurou “uma tia velha e rabugenta”, levando as chinelas para confirmar a identificação. Contudo, quando a tia viu as tais chinelas, ficou felicíssima, pois não via aqueles calçados desde que uma criada os furtara. O Monserrate, contrariado, vociferou contra a tia pelo seu desleixo, alertando-a para o fato de que essa ação poderia ter causado uma “*confusão histórica*”.

É interessante observar que as chinelas haviam sido encontradas embaixo de uma antiga caixa sanitária. Isso torna ilógica a acusação de que a criada

¹⁶⁹ SEABRA, Manuel de. in. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. (periódico) nº 124. Bastorá: Tipografia Rangel, 1979, p. 82.

as teria roubado, pois, caso esta tivesse efetuado o furto, certamente os calçados não estariam mais na própria residência da família. Desse modo, identifica-se a visão que aqueles integrantes da elite goesa tinham sobre as pessoas que os serviam (neste caso, pertencentes a uma casta mais baixa): desonestas, malandras, bandidas...

Em contraposição, podemos entender as chinelas como um suposto símbolo daquela “ilustre” família. Nesse sentido, também ganha relevo o local onde elas foram encontradas: a nobreza da família estaria escondida, havia anos, sob um vaso sanitário...

Apesar de sua decepção com a arqueologia, Monserrate alimentava-se de sua outra paixão:

A outra paixão do Bonifácio eram os bacharéis pela Universidade de Coimbra – não os indianos formados na metrópole; por estes nutria uma secreta inveja, e tinha-lhes raiva – mas os bacharéis europeus. E, ampliando a sua paixão, começou a adorar todos os europeus civis, porque aos militares, embora oficiais de engenharia, taxara-os de tarimbeiros e não lhes ligara importância; e, não passava europeu algum à paisana, conhecido ou desconhecido, sem que o Bonifácio Monserrate o cumprimentasse logo, com rasgadas barretadas, e procurasse por todos os meios aproximar-se dele e ser-lhe agradável¹⁷⁰.

Notamos que Bonifácio era apaixonado pelos europeus e, em especial, pelos bacharéis; em contrapartida, repudiava os goeses nesta posição, já que, na realidade, os invejava. Em nossa leitura, Bonifácio Monserrate queria ser português (mas não como os goeses, como os de Portugal). Nascido no seio de uma família que desprezava as classes mais humildes, paradoxalmente, ele mesmo se rebaixava diante do colonizador, que considerava mais instruído, talvez mais civilizado. Sobre essa subserviência dos indianos ante os europeus, Francisco João da Costa, mais conhecido como Gip – autor realista cuja produção se associa à de Silva Coelho –, sob o pseudônimo André Paulo escreveu:

Sabe o meu amigo, que, pela nova doutrina inaugurada pelos europeístas desde a revolta dos marathas, Goa está dividida em duas castas, a europeia e a nativa, aquella mandante e esta obediente.

¹⁷⁰ Anexo I. p. 188.

A casta europea representa hoje o papel da velha casta bramane, e os nativos são os sudras¹⁷¹. (PAULO, 1896, p. 15)

O que indica o comentário político de Francisco João da Costa sobre a sociedade goesa da última década do século XIX também pode ser notado na sociedade representada por Silva Coelho: uma clara hierarquização entre o colonizador e o colonizado. No conto que ora analisamos, essa hierarquização se revela justamente através da admiração do Bonifácio por qualquer europeu e, em especial pelos doutores. Vale ressaltar que, no Brasil, Lima Barreto também satirizou, em várias de suas obras, o culto à figura do “doutor” em nossa sociedade. Uma delas é o conto “A nova Califórnia”, que analisaremos mais à frente, outra é a já citada coletânea de textos intitulada *Os bruzundangas*:

A nobreza da Bruzundanga se divide em dous grandes ramos. Talqualmente como na França de outros tempos, em que havia a nobreza de Toga e a de Espada, na Bruzundanga existe a nobreza doutoral e uma outra que, por falta de nome mais adequado, eu chamarei de palpíte.

A aristocracia doutoral é constituída pelos cidadãos formados nas escolas, chamadas superiores, que são as de medicina, as de direito e as de engenharia. Há de parecer que não existe aí nenhuma nobreza; que os cidadãos que obtêm títulos em tais escolas vão exercer uma profissão como outra qualquer. É um engano. Em outro qualquer país, isto pode se dar; na Bruzundanga, não.

Lá, o cidadão que se asma de um título em uma das escolas citadas, obtêm privilégios especiais, alguns constantes das leis e outros consignados nos costumes. O povo mesmo aceita esse estado de cousas e tem um respeito religioso pela sua nobreza de doutores.

Uma pessoa da plebe nunca dirá que essa espécie de brãmene tem carta, diploma; dirá: tem pergaminho. Entretanto, o tal pergaminho é de um medíocre papel de Holanda.

[...]

O título – doutor –, anteposto ao nome, tem na Bruzundanga o efeito do “dom” em terra de Espanha. Mesmo no Exército, ele soa em todo o seu prestígio nobiliárquico. Quando se está em face de um coronel com o curso de engenharia, o modo de tratá-lo é matéria para atrapalhões protocolares. Se só se o chama *tout court* – doutor Kamisão –, ele ficará zangado porque é coronel; se se o designa unicamente por coronel, ele julgará que o seu interlocutor não tem em grande consideração o seu título universitário-militar¹⁷².

¹⁷¹ PAULO, André. (COSTA, Francisco João da) *O Europeísmo e a Revolta – carta ao dr. José Ignácio de Loyola*. Índia Portuguesa, 1896.

¹⁷² BARRETO, Lima. *Os bruzundangas*. São Paulo: A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro, <http://www.bibvirt.futuro.usp.br> (Acesso em 11/05/2016). p. 23.

Não nos cabe discutir esse comportamento social nesta tese, mas destacamos que alguns desses privilégios, no Brasil, permanecem válidos até hoje, naturalizando-se tratamentos diferenciados a quem tem determinados títulos. E é esse poder simbólico de uma parcela da população sobre outra que levaria Bonifácio Monserrate a um novo engano:

Ora, sucedeu que Cipriano Cantina, soldado de infantaria europeia, que estava em diligência nas Obras Públicas, andasse à paisana enquanto *olhava* pelos concertos da estrada que se estavam fazendo na aldeia do Bonifácio. Este, apesar de o Cantina estar muito queimado pelo sol e mais escuro que um cantoneiro, conheceu pela fala que era europeu e, supondo-o civil, imaginou-o logo engenheiro¹⁷³.

Nas suas especulações, o Monserrate automaticamente concluiu que Cantina era bacharel em Matemática e, por isso, começou a bajular o português, a cada vez que se cruzavam. Cipriano Cantina, por sua vez, se surpreendia com aquele tratamento dirigido a ele, um mero soldado de infantaria, “por parte de um *ilustre advogado*”.

Certa vez, ambos foram convidados a uma mesma *soirée* de casamento, na casa de um alfaiate da aldeia em que eles viviam. Cipriano iria ao encontro da filha do taberneiro, pois tinha um namoro com a moça e pretendia dançar com ela. Porém, Cantina não tinha um traje adequado ao evento, o que o levou a circular por diversas casas, em busca de algumas peças de roupa: “depois de muitas diligências, só conseguiu arranjar umas calças pretas, um colete branco, uma gravata branca e uma sobrecasaca velhíssima”. Sentindo-se ridículo com aquela vestimenta, o soldado não tinha coragem de entrar na festa, permanecendo à porta, observando a celebração pela janela. Assim ele reconheceu o Bonifácio Monserrate, que tinha comparecido à festa em consideração ao seu alfaiate, e o chamou advogado.

Então o Cipriano Cantina, que não lhe sabia o nome, tratando-o por *caro doutor*, explicou-lhe que, tendo sido convidado para a sua *reunião* pelo mestre alfaiate, para não ser indelicado, queria entrar em casa, cumprimentar os noivos e sair imediatamente e, como não

¹⁷³ Anexo I p. 188.

tinha casaca, pedia ao *caro doutor* que lhe emprestasse a sua somente por cinco minutos.¹⁷⁴

Sem se dar conta dos trajes do português, devido à pouca luminosidade, prontamente atendeu ao pedido do suposto bacharel.

Passaram os cinco minutos do prazo; passaram outros cinco, passou meia hora, passou uma hora... e o Cipriano Cantina, muito entusiasmado com a sua namorada e com a casaca do *caro doutor*, que lhe ajustava como uma luva, não se lembrara de sair [...] ¹⁷⁵.

Cipriano Cantina só deixou a festa “às cinco horas da madrugada” e, nesse ínterim, Bonifácio reparara nos modos do português dançando na *soirée*, reparara no desgaste da sobrecasaca que portava, percebendo seu próprio engano. Com isso o Monserrate – como se diria popularmente aqui no Brasil – percebeu que tinha “caído no conto do vigário”, que tinha “levado gato por lebre”, que tinha tomado o soldado de infantaria por bacharel. Neste caso, o português foi o grande malandro da história, utilizando-se de seu poder simbólico para ludibriar o “apaixonado” colonizado. Essa “paixão” de Bonifácio, como o próprio termo sugere, foi do encanto, do amor intenso ao profundo sofrimento. Um percurso semelhante ao que o protagonista vivera em relação à arqueologia. O desfecho do conto retoma as duas paixões e seus efeitos no protagonista:

Hoje, quando vê um europeu, não o cumprimenta logo, nem mesmo de longe, com uma rasgada barretada: espera, prudentemente, que se aproxime, e depois de, minuciosamente, o observar faz-lhe um vagaroso e respeitoso cumprimento.

Quanto à sua paixão pela arqueologia, está na mesma: escreve asneiras sobre asneiras. Ela é já nele moléstia grave e incurável, dando-lhe de há muito direito à aposentação ¹⁷⁶.

Com isso, notamos que as decepções sofridas não aplacaram por completo as paixões de Bonifácio Monserrate. Embora mais cauteloso, ele continuava se curvando ante o colonizador bem como continuava se esmerando em uma arqueologia de fachada. Em verdade, esta paixão se devia ao interesse do

¹⁷⁴ Anexo I. p. 189.

¹⁷⁵ Anexo I. p. 189.

¹⁷⁶ Anexo I. p. 189.

protagonista em igualar-se ao europeu, de forma que sua paixão era uma só, a imagem do colonizador, ainda que este o enganasse e criasse um abismo entre eles, que era, naquele contexto, insuperável. A mímica colonial revela-se, assim, como uma ideologia desejável para e desejada pela elite goesa, um grupo que, nos seus hábitos e anseios, reforçava o poder colonial, que em diversos aspectos se opunha à cultura autóctone. E é isso que veremos na análise do próximo conto.

2.3.2: “A incoerência de certos hábitos e costumes”

No curtíssimo conto “A incoerência de certos hábitos e costumes” – marcado pelo humor quase grotesco notam-se claramente a ausência de densidade psicológica das personagens e a pouca exploração do espaço na construção da narrativa. O narrador, novamente em primeira pessoa – no estilo do narrador-autor, ou de quem narra como um cronista – expõe um acontecimento vivido por ele mesmo:

Veio cá passar as férias grandes, com seus pais, o pequeno Damodara, filho do meu vizinho Quensori. Damum é o nome da família e eu gosto de lhe chamar assim. Esse pequeno estava em Mormugão com um tio, estudou lá e passou sua instrução primária. Fala o português, veste calção e blusa, usa chapéu de sol inglês, calça sapatos, traz o cabelo penteadinho, e tem educação¹⁷⁷.

Esse encontro revela, essencialmente, o confronto entre o goês católico (o narrador) e o hindu (o filho do vizinho). Sentindo-se superior, o narrador destaca o fato de que Damodara Damum, apesar de sua condição cultural, porta-se de modo similar aos europeus, revelando que o menino “tem educação”. Por outro lado, o narrador explicita o estranhamento de Damum pelo fato de aquele “comer com o garfo” e “ter... *um guardanapo por cada pessoa*”. E por essas “banalidades cotidianas”, Silva Coelho destaca objetivamente o confronto entre as duas culturas, sendo o narrador representante do poder simbólico da cultura do colonizador. O desfecho da narrativa conduz esse confronto entre as duas culturas a um possível humor grotesco:

Um dia, Damum foi madrugador. Veio à minha casa, de manhã cedo, andou a procurar-me por toda a parte, e foi dar comigo num dos mais retirados quartos da casa, sentado sobre a respectiva caixa aberta, a fumar um *pensativo cigarro*¹⁷⁸.

¹⁷⁷ Anexo I. p. 191.

¹⁷⁸ Anexo I. p. 191.

Nesta circunstância, o que escandalizou Damum foi, principalmente, o fato de ele estar acostumado a fazer suas necessidades “fisiológicas” longe de casa, no quintal, enquanto o narrador fazia isso em casa “numa caixinha tão bem feita!”. Esse confronto cultural representa a mímica colonial:

A mimesis contém, segundo Bhabha, a ambivalência (é ao mesmo tempo apropriação e um sinal de inapropriado) e o estereótipo. É, porém, um conceito difícil porque implica reconhecer em primeiro lugar quais os ingredientes que caracterizam a cultura colonizadora e também a colonizada (O que é ser português? O que é ser goês? Qual é diferença entre ser português e aporuguesado?) do desejo do mimetismo colonial pode não ter um objecto mas tem objectivos estratégicos que Bhabha designa por metonímia da presença: a relação entre estereótipos que, através da repetição, se tornam diferentes; as identidades discriminatórias construídas através de normas e classificações da cultura tradicional. O mimetismo, como metonímia de presença, é também uma estratégia de autoridade errática no discurso colonial. É um processo de fixação do colonial que vive na linha intermédia entre a autorização do sujeito colonial e das suas representações e a sua discriminação, entre a assunção da sua autoridade e a sua interrogação, através da concepção segundo a qual o homem colonial é um objecto de regulação de poder¹⁷⁹.

Inicialmente, o narrador parece se sentir mais civilizado do que o pequeno Damodara, porém, ao ser questionado pelo menino, também se questiona e se reconhece numa lógica “disparatada”. Esse tenso encontro cultural – que entendemos como uma das marcas do teor “regional” desse conto – põe em pauta a imposição, naquele espaço, de comportamentos europeus em relação aos nativos, que eram regulados por uma série de leis como os chamados *Códigos de costumes*¹⁸⁰.

Após o encerramento da história sobre Damodara Damun, a narração empreende uma quebra na (quase) “anedota regional” assemelhando-se a uma moral da história, ao final do conto:

Sei dum certo conselheiro, que quando vinha da província para a capital assistir às sessões do Conselho, também achava disparate mandar lavar a única camisa que trazia. Quando o criado do hotel lhe

¹⁷⁹ SARDO, Susana. *Guerras de Jasmim e Mogarim: Música, Identidade e Emoções em Goa*. Alfragide: Texto Editores, 2010. pp. 67-68.

¹⁸⁰ LOBO, Sandra. *O desassossego goês - Cultura e política em Goa do liberalismo ao Acto Colonial*. Lisboa: Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2013.

perguntava se devia chamar o lavandeiro para tomar conta da camisa, que estava imunda, o manhoso respondia-lhe, com muita filosofia:

– Para quê? Se ela fica por baixo do colete e não se vê!
Também tinha razão.

Uma camisa suja é, muitas vezes, própria para cobrir uma consciência pouco limpa...¹⁸¹

Assim, o conto inicialmente voltado para o embate entre a cultura nativa e a do assimilado funciona como um gatilho à crítica política sobre os conselheiros. Como o goês assimilado que esconde suas sujidades em uma caixinha ornamentada, conforme determinação do colonizador, os conselheiros escondem suas “consciências pouco limpas”.

Agora, veremos como a lógica de dominação cultural se manifestava no pós-colonialismo brasileiro, a partir de um conto de Lima Barreto.

¹⁸¹ Anexo I. p. 192.

Nesse princípio de narrativa, as falas das duas mulheres demarcam claramente a oposição entre Laura (a “ama”, casada com um conselheiro) e Gabriela. Ao mencionar “os filhos de vocês”, Laura revela que existiam dois lados, um *nós* ao qual ela pertencia e um *vocês* ao qual Gabriela pertencia. A patroa incomodava-se profundamente com o fato de esse *vocês* àquele tempo ter “tanto luxo”, diferentemente de um tempo anterior, o qual Laura parece enaltecer. Mas, para a surpresa da patroa, Gabriela reagiu agressivamente àquela repressão, respondendo que iria sim cuidar de seu filho, caso contrário o menino poderia morrer. Em seguida, desferiu algumas palavras que sugeriam um conhecimento em relação aos “atrevimentos” de Laura (que tinha amantes), o que fez com que as duas ficassem momentaneamente paralisadas.

A injúria da criada, decepções matrimoniais, amarguras do seu ideal amoroso, fatalidades de temperamento, todo aquele obscuro drama de sua alma, feito de uma porção de coisas que não chegava bem a colher, mas nas malhas das quais se sentia presa e sacudida, subiu-lhe de repente à consciência, e ela chorou.

Na sua simplicidade popular, a criada também se pôs a chorar, enternecida pelo sofrimento que ela mesma provocara na ama.¹⁸⁴

Aquele conflito despertara em ambas a consciência de que elas partilhavam de alguns sofrimentos semelhantes, o sofrimento feminino, fazendo com que elas se sentissem “irmãs na desoladora mesquinhez da nossa natureza e iguais, como frágeis consequências de um misterioso encadear de acontecimentos”. Embora não compreendessem plenamente o que motivava essa identificação entre elas, ali as duas se (re)conheceram.

Contudo, a relação de trabalho se desfizera naquele instante e Gabriela se recusou a continuar trabalhando para Laura. Tal decisão levou a empregada a uma triste percepção: não seria fácil se recolocar em outro emprego. Suas “exigências” sempre levavam à recusa de sua contratação, o que a obrigou a deixar o filho em casa de uma conhecida, enquanto buscava uma colocação profissional. Nessa condição, o menino sofria as agruras de “viver de favor”, e a mãe, sugere o narrador, começou a se prostituir para conseguir algum dinheiro:

¹⁸⁴ Idem. p. 99.

Aos poucos, a criança torrou-se de medo; nada pedia, sofria fome, sede, calado. Enlanguescia a olhos vistos e sua mãe, na caça de aluguel, não tinha tempo para levá-lo ao doutor do posto médico. Baço, amarelado, tinha as pernas que nem palitos e o ventre como o de um batráquio. A mãe notava-lhe o enfraquecimento, os progressos da moléstia e desesperava, não sabendo que alvitre tomar. Um dia pelos outros, chegava em casa semiembriagada, escorraçando o filho e trazendo algum dinheiro. Não confessava a ninguém a origem dele; em outros mal entrava, beijava muito o pequeno, abraçava-o.¹⁸⁵

Essas condições e o próprio destino, marcado por um encontro não planejado entre ambas, levaram Gabriela a retomar o trabalho como cozinheira na casa de Laura. Um dia, retornando da cidade, a patroa encontrou o filho da Gabriela à porta da residência. O menino pediu-lhe a benção, e isso fez com que a patroa pensasse sobre o destino daquele menino. Após ouvir da empregada que o menino, aos quatro anos, ainda não fora batizado, Laura ofereceu-se para, com o conselheiro, batizar o menino. Incapaz de negar isso à patroa e mesmo comovida, Gabriela aceitou.

O conselheiro condescendeu e cuidadosamente começou a procurar um nome adequado. Pensou em Huáscar, Ataliba, Guatemozim; consultou dicionários, procurou nomes históricos, afinal resolveu-se por “Horácio”, sem saber por quê.¹⁸⁶

Nessa passagem, ironicamente, a narração deixa implícita a temática central do conto, uma vez que o conselheiro, ao “adotar” o menino como afilhado, escolhe o nome do filósofo e poeta latino Horácio:

A luta para romper a íntima ligação entre honra e berço é quase tão antiga quanto a própria ligação. Lembremo-nos de Horácio – filho de um escravo alforriado – dirigindo-se a Mecenas, o patrono das artes mais rico e mais nobre na Roma de Augusto, cerca de 2 mil anos atrás. Mecenas diz: “Não importa quem sejam seus pais, enquanto você for digno”; mas Horácio deplora que a maioria dos romanos não pensa dessa maneira. O poeta se queixa que qualquer pretendente a um cargo público deve responder “de que pai descende e se é desonrado pela obscuridade”. Essa é a característica do antigo sistema de honra que rejeitamos, conforme passamos a desconfiar da ideia de que alguns merecem tratamento melhor (ou pior) devido

¹⁸⁵ Idem. p. 100.

¹⁸⁶ *Contos Completos*. (org.) SCHWARCZ, Lilia Moritz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 101.

a identidades que não escolheram. Pensa-se que sua posição social – ou classe, se preferir – não deve lhe conferir nenhum direito moral, tampouco sua raça, seu sexo ou sua orientação sexual.¹⁸⁷

Inconscientemente, o conselheiro Calaça batizou-o com o nome de um filho de escravo alforriado, que expôs as injustiças vinculadas à origem familiar, no Império Romano. Essa informação aliada aos comentários de Laura sobre as diferenças entre *nós* e *vocês*, no primeiro diálogo do conto, sugerem que Horácio seria negro, o que o desfecho efetivamente confirmará, conforme apontaremos mais à frente. O menino passou a ter um tratamento médico melhor, passou a habitar a casa do conselheiro e a atrair a atenção da madrinha, que se intrigava com a instabilidade do humor de Horácio. Em geral mantendo-se reservado e taciturno, o garoto acabou despertando na madrinha um súbito carinho.

Sem muitas explicações o narrador revela a morte de Gabriela, suprimindo todo e qualquer detalhe desse fato e do funeral da empregada, demonstrando que esse não era o enfoque do conto, mas o que viria a ocorrer com o Horácio depois disso. O menino passa a viver como agregado, uma condição profundamente marcante no Brasil finissecular, tornando-se um tipo social recorrente na literatura do período. Embora tenha tido, em alguma medida, uma trajetória semelhante à de Leonardo filho – personagem de Manuel Antônio de Almeida, que serviu de modelo para a representação do malandro, na literatura brasileira – ambos tinham posturas muito distintas. Enquanto Leonardinho aproveitava-se da generosidade de seu padrinho, o barbeiro, para aprontar todo tipo de traquinagem, Horácio mantinha comportamentos muito rígidos; e quando, eventualmente, incorria em algum erro, era repreendido duramente:

la para o colégio calado, taciturno, quase carrancudo, e, se, pelo recreio, o contágio obrigava-o a entregar-se à alegria e aos folguedos, bem cedo se arrependia, encolhia-se e sentava-se, vexado, a um canto. Voltava do colégio como fora, sem brincar pelas ruas, sem traquinadas, severo e insensível. Tendo uma vez brigado com um colega, a professora o repreendeu severamente, mas o conselheiro, seu padrinho, ao saber do caso, disse com rispidez: “Não continue, hein? O senhor não pode brigar – está ouvindo?”¹⁸⁸

¹⁸⁷ APPIAH, Kwame Anthony. *O código de honra: como ocorrem as revoluções morais*. BOTTMANN, Denise. (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹⁸⁸ *Contos Completos*. (org.) SCHWARCZ, Lília Moritz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 102.

O padrinho, sempre severo com ele, em verdade, só o suportava para atender a um capricho de Laura e manter aquele casamento de aparências. Quando Gabriela morreu, o conselheiro tinha pensado em mandar o menino para um asilo para menores. Porém, a madrinha tinha desejos completamente contrários, de forma que eles acabaram adotando Horácio. Isso permitiu que o garoto tivesse acesso ao ensino secundário e vivesse uma vida diferente daquela que um negro normalmente teria. Vale destacar que Lima Barreto também contou com apoio de seu padrinho para levar seus estudos adiante bem como vivenciou o que era ser mulato, nos primeiros anos após a abolição. Sutilmente, o narrador indica a opressão silenciosa contra o jovem negro:

Horácio, toda a manhã, ao sair para o colégio, lá avistava o padrinho atarraxado na cadeira de balanço a ler atentamente o jornal: “A bênção, meu padrinho!” – “Deus te abençoe”, dizia ele, sem menear a cabeça do espaldar e no mesmo tom de voz com que pediria os chinelos à criada.

Em geral, a madrinha estava deitada ainda e o menino saía para o ambiente ingrato da escola, sem um adeus, sem dar um beijo, sem ter quem lhe reparasse familiarmente o paletó. Lá ia. A viagem de bonde, ele a fazia humilde, espremido a um canto do veículo, medroso que seu paletó roçasse as sedas de uma rechonchuda senhora ou que seus livros tocassem nas calças de um esquelético capitão de uma milícia qualquer.¹⁸⁹

Nota-se o receio de Horácio de esbarrar em pessoas que poderiam tomar seu gesto como alguma atitude hostil. Além disso, percebe-se que, apesar da ajuda e educação que recebia dos padrinhos, o filho da Gabriela jamais seria tratado como um membro da família. Ainda que não fosse vadio, Horácio não via muito sentido naquilo que aprendia em sala de aula; na realidade também não via muito sentido naquilo que via fora da sala de aula:

O mundo parecia-lhe uma coisa dura, cheia de arestas cortantes, governado por uma porção de regrinhas de três linhas, cujo segredo e aplicação estavam entregues a uma casta de senhores, tratáveis uns, secos outros, mas todos velhos e indiferentes.¹⁹⁰

As experiências do menino que seguem sendo narradas também o aproximam significativamente da trajetória de Leonardinho, das *Memórias de um*

¹⁸⁹ Idem. pp. 103-104.

¹⁹⁰ Idem. p. 104.

sargento de milícias, entretanto, enquanto este se divertia, se envolvia com cada evento, cada folguedo, cada novo encontro que vivenciava, Horácio mantinha-se sempre resignado, contido, oprimido pela solidão de sua existência. Isso despertou no menino uma angústia, um desejo de descobrir o sentido da vida. Desajustado, Horácio tornou-se irritadiço e raivoso, sem saber por quê:

Certa manhã, ao entrar na sala de jantar, deu com o padrinho a ler os jornais, segundo o seu hábito querido. - Horácio, você passe na casa do Guedes e traga-me a roupa que mandei consertar. - Mande outra pessoa buscar. - O que? - Não trago. - Ingrato! Era de esperar... E o menino ficou admirado diante de si mesmo, daquela saída de sua habitual timidez. Não sabia onde tinha ido buscar aquele desaforo imerecido, aquela tola má-criação; saiu-lhe como uma coisa soprada por outro e que ele unicamente pronunciasse.¹⁹¹

A madrinha interveio, para evitar que aquela situação ficasse ainda pior. Ela reconhecera que aquela reação destemperada era fruto das exclusões e sutis violências às quais o menino era submetido em sua vida. O menino, por outro lado, sentia-se culpado, pois fora ingrato com o padrinho, sentia-se “um monstro”. Pouco depois, Horácio começou a manifestar fortes dores de cabeça e deitou-se na cama, como se estivesse em delírio:

O rapaz, deitado, com os olhos semicerrados, parecia não ouvir; voltava-se de um lado para outro; passava a mão pelo rosto, arquejava e debatia-se. Um instante pareceu sossegar; ergueu-se sobre o travesseiro e chegou a mão aos olhos, no gesto de quem quer avistar alguma coisa ao longe. A estranheza do gesto assustou a madrinha.

- Horácio!... Horácio!...

- Estou dividido... Não sai sangue...

- Horácio, Horácio, meu filho!

- Faz sol... Que sol!... Queima... Árvores enormes... Elefantes...

- Horácio, que é isso? Olha; é tua madrinha!

- Homens negros... fogueiras... Um se estorce... Chi! Que coisa!... O meu pedaço dança...

- Horácio! Genoveva, traga água de flor... Depressa, um médico... Vá chamar, Genoveva!

- Já não é o mesmo... é outro... lugar, mudou... uma casinha branca... carros de bois... nozes... figos... lençóis...

- Acalma-te, meu filho!

- Ué! Chi! Os dois brigam...¹⁹²

¹⁹¹ Idem. pp. 106-107.

¹⁹² Idem. p. 108.

O desfecho do conto se dá com o médico atendendo o rapaz e diagnosticando aquelas falas como “delírio febril”. No entanto, todo o percurso do protagonista e a referência aos elefantes, às árvores enormes e a homens negros que dançam, seguida da menção a carros de bois e casinhas brancas sugerem que o jovem vislumbrava a vida de seus antepassados, primeiro livres na África e depois, nas fazendas do Brasil, vivendo como escravos.

Assim, o conto fecha um ciclo de sugestões à violência simbólica sofrida pelos negros, na sociedade carioca daquele tempo (algo que, em nossa visão, permanece presente na sociedade brasileira atual), mesmo após o fim da escravidão. “O filho da Gabriela” expõe de forma bastante simples algumas das piores consequências do paternalismo na sociedade brasileira. Sobre essa prática, *Fermin Roland Schramm* esclarece:

O termo “paternalismo” remete à atitude de *tratar outrem em conformidade com o que se pensa ser o seu bem, subordinando a esse bem as preferências eventuais, expressas ou não, dessa pessoa*. Em termos políticos, “paternalismo” é entendido como “paternalismo de Estado” e serve para *indicar o tipo de governo em que os súditos se encontram frente a governantes na condição de filhos menores frente ao pater familias*. Mas o conceito “paternalismo de Estado” está inevitavelmente vinculado ao conceito “poder”, podendo ser entendido como instância *desvinculada da vontade dos súditos, não diversamente de quanto o poder do pai de família não depende da vontade dos filhos*, pois o “paternalismo” visaria o bem dos cidadãos, mas sem ter em devida conta a sua participação, e mantendo *uma fração [de] cidadãos na condição de menores políticos*.¹⁹³

Desse modo, tal relação social, apesar de parecer positiva, estabelece uma hierarquia que passa a ser naturalizada. Em troca dos favores “paternais” do conselheiro, sem os direitos verdadeiros de um filho, Horácio fica em dívida. Por isso, a recusa a fazer o que lhe pedira o padrinho soava tão grave. Já abordamos a questão do apadrinhamento, nesta tese, mas complementaremos a discussão sobre esse costume, a partir das afirmações de Roberto Schwarz, em “As ideias fora do lugar”, sobre a prática do *favor* na sociedade brasileira que tentara aderir ao liberalismo:

¹⁹³ SCHRAMM, Fermin Roland. “Dialética entre liberalismo, paternalismo de Estado e biopolítica. Análise conceitual, implicações bioéticas e democráticas”. In. *Revista Bioética* (Impresso), v.22, n.1, 2014. p. 11.

[...] a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”, na verdade dependente. Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. Note-se ainda que entre estas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida, em consequência, por este mesmo mecanismo. Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. Esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte etc. Mesmo profissões liberais, como a medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, que, na acepção europeia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para o seu posto. O favor é a nossa mediação quase universal – e sendo mais simpático do que o nexo escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção.¹⁹⁴

Como fica claro, o crítico não só identifica essa prática como algo relevante na cultura brasileira, como coloca o papel do agregado (tal qual Horácio era) como sua caricatura, e destaca a representação desse aspecto social na literatura brasileira. Lima Barreto demonstra, nesse conto, exatamente essa relação. Denuncia, assim, o preconceito e a opressão que veladamente se manifestavam na vida do jovem negro (ou mulato) livre, porém dependente e simbolicamente submisso. Isso explica por que o menino sentia tamanho incômodo bem como por que sentiu tamanha culpa ao confrontar o padrinho. É importante lembrar que a situação inicial do conto revela a indignação de Laura, quando Gabriela a desobedece. Aparentemente, aquela relação de trabalho era encarada pela patroa como um tipo de favor à pobre empregada. O favor engrandecia o conselheiro, destacando sua generosidade, e diminuía Horácio.

¹⁹⁴ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012. p. 15-17.

Repetindo o que ocorria em Roma, no tempo de Mecenas e do filósofo homônimo ao protagonista desse conto, na sociedade brasileira retratada por Lima Barreto o descendente de escravos continuaria sempre a ser visto como escravo, sempre gerando desconfianças, sempre precisando se rebaixar, sempre devendo se calar. O menino, criado sob a proteção da elite branca, ocupava um papel semelhante ao do colonizado, ante o colonizador. Supostamente livre, mas na realidade submisso e dependente. Assim, acreditamos ser possível associar a educação do menino negro ao mimetismo colonial:

De facto, o mimetismo representa um irónico compromisso no interior do discurso colonial porque se comporta, como refere Said, como a tensão entre a busca de uma identidade e a assunção da diferença (o olhar dominante, sincrónico e a pressão diacrónica da História). No interior do discurso colonial, o mimetismo representa o desejo de construção de um Outro enquanto sujeito de uma diferença que é ao mesmo tempo *quase o mesmo mas não totalmente*. Quer isto dizer que o discurso do mimetismo é construído em torno de uma ambivalência e deve conter permanentemente a sua ruptura e a sua diferença. O sucesso do mimetismo, um acto consciente dos colonizadores, depende da proliferação de objectos suficientemente inapropriados que garantam o insucesso sob pena de se tornarem numa verdadeira ameaça.¹⁹⁵

Horácio, órfão, adotado pela família do conselheiro, deveria estudar como um menino da elite, deveria se portar como um menino da elite, mas jamais seria verdadeiramente compreendido como alguém da elite. Sua diferença é sempre reforçada, ao passo que sua autonomia é entendida como uma ameaça. Diferentemente de Leonardo, personagem de *Memórias de um sargento de milícias*, Horácio recusa qualquer associação ao papel de malandro. Esforça-se para estudar e para se adequar aos padrões impostos a si, contudo, é repreendido duramente e olhado com desconfiança, ainda que sem qualquer motivo. Reage à opressão não pela malandragem, mas pela violência, que acaba por se voltar contra ele na forma de culpa.

Nesse contexto vale perguntar, o que resta ao subalterno? O que faz o dominado? Como esperar justiça de uma sociedade injusta, preconceituosa, clientelista, corrupta e opressora? Como não imitar a elite? Como não reagir contra a elite?

¹⁹⁵ SARDO, Susana. *Guerras de Jasmim e Mogarim: Música, Identidade e Emoções em Goa*. Alfragide: Texto Editores. 2010. pp. 66, 67.

Como vimos nesta parte da tese, seja na sociedade goesa representada nos contos de Silva Coelho, seja na sociedade brasileira representada nos textos de Lima Barreto, dominantes disseminam ideologias para preservar seu poder simbólico. Na próxima parte desta tese analisaremos especificamente a representação da malandragem a partir dos protagonistas de dois contos de cada autor, discutindo a recorrência dessa personagem nas duas literaturas em questão.

Capítulo três

Neste mundo é mais rico, o que mais rapa:
Quem mais limpo se faz, tem mais carepa:
Com sua língua ao nobre o vil decepa:
O Velhaco maior sempre tem capa.

Mostra o patife da nobreza o mapa:
Quem tem mão de agarrar, ligeiro trepa
Quem menos falar pode, mais increpa:
Quem dinheiro tiver, pode ser Papa.

A flor baixa se inculca por Tulipa;
Bengala hoje na mão, ontem garlopa:
Mais isento se mostra, o que mais chupa.

Para a tropa do trapo vazo a tripa,
E mais não digo, porque a Musa topa
Em apa, epa, ipa, opa, upa.

Gregório de Matos.

A malandragem em dois contos de Lima Barreto

Trabalhar com a análise de personagens é, em nossa visão, como um estudo psicológico de seres ficcionais. Essas entidades, revestidas de *personas* construídas pelo gênio criador dos autores, dão ao leitor a sensação de uma existência plena, que se materializa por suas ações na tessitura narrativa.

[...] a grande obra de arte literária (ficcional) é o lugar em que nos defrontamos com seres humanos de contornos definidos e definitivos, em ampla medida transparentes, vivendo situações exemplares de um modo exemplar (exemplar também no sentido negativo). Como seres humanos encontram-se integrados num denso tecido de valores de ordem cognoscitiva, religiosa, moral, político-social e tomam determinadas atitudes em face desses valores. Muitas vezes debatem-se com a necessidade de decidir-se em face da colisão de valores, passam por terríveis conflitos e enfrentam situações-limite em que se revelam aspectos essenciais da vida humana: aspectos trágicos, sublimes, demoníacos, grotescos ou luminosos. Estes aspectos profundos, muitas vezes de ordem metafísica, incomunicáveis em toda a sua plenitude através do conceito, revelam-se, como num momento de iluminação, na plena concreção do ser humano individual. São momentos supremos, à sua maneira perfeitos, que a vida empírica, no seu fluir cinzento e cotidiano, geralmente não apresenta de um modo tão nítido e coerente, nem de forma tão transparente e seletiva que possamos perceber as motivações mais íntimas, os conflitos e crises mais recônditos na sua concatenação e no seu desenvolvimento. O próprio cotidiano, quando se torna tema da ficção, adquire outra relevância e condensa-se na situação-limite do tédio, da angústia e da náusea.¹⁹⁶

Tendo clareza de que os contos que compõem nosso objeto de estudo são “grandes obras de arte”, esses últimos cinco anos de pesquisa foram de uma intensa convivência com as várias vidas (fissionais). Com as mais diversas personagens rimos e sofremos, e a partir delas, vislumbramos interpretações socioliterárias. Ainda que mantenham profunda relação com a realidade – e no caso específico de Lima Barreto e Silva Coelho muitas vezes correspondam a pessoas

¹⁹⁶ ROSENFELD, Anatol. In. CANDIDO, Antonio. (org.) *A Personagem de Ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2000. pp. 45-46.

reais, como já explicitamos anteriormente –, essas entidades permanecem “na camada imaginária que se sobrepõe e encobre a realidade histórica”¹⁹⁷.

Dado o teor satírico dos contos selecionados, as personagens são como caricaturas feitas de palavras, com seus principais defeitos ressaltados, de modo a revelar a sordidez do ser humano em determinados contextos sociais. Assim, a leitura desses contos nos permite enxergar, nas realidades representadas, comportamentos que passariam despercebidos, se não fosse o escritor nos emprestar a sua lupa, gerando, conseqüentemente, uma reflexão peculiar sobre os contextos de produção das obras.

¹⁹⁷ ROSENFELD, Anatol. In. CANDIDO, Antonio. (org.) *A Personagem de Ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2000. p. 21.

3.1: Nem tudo que reluz é ouro

A astúcia do malandro consiste, principalmente, em levar vantagem sobre os outros, sem que eles percebam, de forma a transitar da ordem à desordem e vice-versa, sem que suas ações sejam imediatamente notadas. Isso o diferencia do criminoso comum, uma vez que este, normalmente, explicita suas intenções. O verdadeiro malandro costuma ter estratégias de sedução que constituem uma profunda capacidade de ludibriar aqueles que o cercam, como revelam Da Matta¹⁹⁸ e Candido¹⁹⁹. No Brasil, essa figura parece ter se tornado uma espécie de símbolo nacional, pois em nosso cotidiano esse jogo de enganos vigora de forma bastante ampla. Segundo Roberto Da Matta, isso está intimamente ligado ao que ele define como a ‘tensão entre a norma e a conduta’²⁰⁰:

No caso das leis gerais e da repressão, seguimos sempre o código burocrático ou a vertente impessoal e universalizante, igualitária, do sistema. Mas, no caso das situações concretas, daquelas que a “vida” nos apresenta, seguimos sempre o código das relações e da moralidade pessoal, tomando a vertente do “jeitinho”, da “malandragem” e da solidariedade como eixo de ação. Na primeira escolha, nossa unidade é o indivíduo; na segunda, a pessoa. A pessoa merece solidariedade e um tratamento diferencial. O indivíduo, ao contrário, é o sujeito da lei, foco abstrato para quem as regras e a repressão foram feitas.²⁰¹

Essa oscilação entre a norma e a conduta passa pela troca de favores e faz com que a lei se dobre a vantagens desejadas e a apadrinhamentos – e nesse mote, vale ressaltar que, nas *Memórias de um sargento de milícias*, é a madrinha quem consegue o cargo de sargento a Leonardinho a partir de uma chantagem contra o Major Vidigal. Tal aspecto da lógica de nossa sociedade nos parece a chave para compreensão do que enxergamos como uma espécie de “instinto” malandro, algo que se revela de modo bastante claro em alguns contos de Lima Barreto como o que iremos analisar.

¹⁹⁸ DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

¹⁹⁹ CANDIDO, Antonio, "Dialética da Malandragem" In. *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, pp. 17-46.

²⁰⁰ MARTIN, Vima Lia. *Literatura e Marginalidade: um estudo crítico sobre João Antônio e Luandino Vieira*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 31.

²⁰¹ DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p.169.

O conto “A nova Califórnia” tem como protagonista o misterioso Raimundo Flamel, que chegara havia pouco à cidadezinha de Tubiacanga. Desconhecido do restante da população, Flamel chamava a atenção tanto por seu recolhimento, quanto por aquilo que, aos poucos, revelava aos habitantes. Fosse o fato de receber uma grande quantidade de correspondências ou pela contratação de um pedreiro, tudo motivava a especulação a respeito dele e esta tomou proporções ainda maiores quando se soube que Fabrício, o pedreiro, fora designado para a construção de um forno, em plena sala de jantar. Na execução do serviço, novos detalhes do forasteiro começaram a ser descobertos, gerando outras tantas suposições: “E, pelos dias seguintes, Fabrício pôde contar que vira balões de vidro, facas sem corte, copos como os da farmácia [...]”²⁰².

O estranhamento diante daquilo tudo causou tamanha insegurança nas pessoas da cidade, que o subdelegado chegou a pensar em invadir a residência do desconhecido, sendo contido pelo argumento de autoridade do boticário:

Tomando em consideração as informações de Fabrício, o boticário Bastos concluíra que o desconhecido devia ser um sábio, um grande químico, refugiado ali para mais sossegadamente levar avante os seus trabalhos científicos.²⁰³

A partir dessa inferência, o *status* de Flamel mudou radicalmente. Se antes ele era visto como uma ameaça, após tal consideração o protagonista tornou-se uma figura respeitada e admirada, sendo tratado como “o químico”, “o doutor”, “o sábio”. Desse modo, vislumbramos a população daquela cidadezinha como uma metonímia de um povo que, seja nas classes mais altas ou nas mais baixas, se rende às “pompas” daquilo que lhe parece superior. Apenas o gramático, capitão Pelino, rejeitava a valoração desmedida do forasteiro. Entretanto, a oposição por parte de Pelino era tida como fruto do despeito pela perda do posto de sábio da cidade e foi completamente sufocada quando o farmacêutico viu o nome de Flamel em uma revista, identificado como um químico de valor.

Após algum tempo na cidade, Flamel permanecia misterioso e, por isso, ainda mais admirado, até que se aproximou dos representantes do poder.

²⁰² BARRETO, Lima. *Contos Completos*. (org.) SCHWARCZ, Lilia Moritz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 63.

²⁰³ BARRETO, Lima. *Contos Completos*. (org.) SCHWARCZ, Lilia Moritz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 64.

Primeiramente procurou o Senhor Bastos, o boticário, que também era médico e vereador, revelando de pronto sua descoberta sobre um método para fazer ouro a partir de ossos humanos, o que causou enorme espanto e euforia no dono da botica. Em seguida, Raimundo Flamel pediu que o boticário indicasse dois outros nomes que pudessem testemunhar uma incrível experiência, sendo-lhe sugeridos o coronel Bentes (o rico presidente da Câmara) e o tenente Carvalhais (o coletor).

No domingo seguinte, “as três pessoas respeitáveis de Tubiacanga” compareceram à residência de Flamel. Nesse ponto, o narrador barretiano se priva de descrever a experiência química, mas subentende-se que ela tenha convencido os três, pois, logo após esse fato, Flamel desaparece, e a cidade entra em colapso, devido a uma busca desenfreada pelas ossadas no cemitério municipal. Após inúmeros saques às sepulturas, organizou-se uma guarda para vigiar o cemitério e, em pouco tempo, descobriu-se que os laráprios eram justamente os representantes da ordem: o coronel e o tenente, que estavam aliados ao farmacêutico naquela empreitada. Em seguida, este também sumiu, carregando o que pudera em ossos, antes que a cidade se desorganizasse completamente, pois a notícia de que seria possível fazer ouro a partir de ossos humanos se espalhara.

O que é mais interessante, nesse conto, é o jogo de enganos levado a cabo por Flamel, que seduz os poderosos da cidade pelo desconhecimento. Essa lógica associa-se ao já mencionado bordão “você sabe com quem está falando”, frequentemente usado no Brasil, como forma de coação e imposição autoritária. Em uma sociedade cujas leis variam de pessoa para pessoa, o medo de ofendermos ou desrespeitarmos alguém que esteja em um patamar superior ao nosso nos leva a recuar, ainda que tenhamos convicção de estamos certos. Nesse viés, diferenciam-se de forma significativa a norma e a conduta. Segundo Roberto Da Matta²⁰⁴, a norma é sempre o que esperamos que os outros cumpram em nosso favor e a conduta é o modo como agimos, no nosso cotidiano. Desse modo, por mais que parte da sociedade odeie a bajulação aos mais ricos, comumente ela deseja privilégios semelhantes; ou seja, por mais que se critiquem aqueles que infringem a lei, sempre se espera alguma flexibilização da mesma, quando ela está contra si.

Assim, o núcleo de poder dos respeitáveis de Tubiacanga se perdeu na ganância torpe, tentando, em segredo, manter (e mesmo ampliar) suas vantagens

²⁰⁴ DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

econômicas. Talvez por imaginarem que não fariam mal a ninguém, o sequestro das ossadas lhes pareceu aceitável, causando, no entanto, indignação em uma população que, logo após a descoberta das identidades dos violadores de sepulturas, adotou a mesma postura que eles. Isso demonstra trata-se de uma sociedade completamente alheia às normas, pautada exclusivamente na adoção de condutas que lhe possam trazer benefícios. Por outro lado, o misterioso Raimundo Flamel, que parecia se desenhar como o maior malandro de todos, desaparece e, no seu rastro, revela-se o caráter gatuno do vereador, do coletor e do presidente da Câmara.

Diante do exposto, nos resta retomar a oscilação entre a ordem e a desordem, nessa sociedade. Podemos dizer que a organização de Tubiacanga se sustentava por sua condição estamental e o desequilíbrio causado pela chegada de Flamel, e pela perspectiva de uma transformação daquela ordem historicamente estabelecida, conduziu os poderosos da cidade a um desejo incontrolável de se manter em vantagem. Para eles, desde que o jogo de aparências fosse mantido, nada mudaria para aquele povo, o que nos faz refletir sobre a crítica social, presente nesse conto, aparentemente desprezioso, de Lima Barreto. Tendo seu *locus enunciativo* marcado pela condição marginalizada, no Rio de Janeiro, do final do XIX – seja pela condição de mulato, pelo diagnóstico de loucura sobre seu pai ou, ainda, pela rejeição constante de sua obra por parte da academia –, Barreto desvela a ânsia incontrolável do brasileiro de sempre “passar os outros para trás”, especialmente entre os mais ricos. Assim, a representação literária de um “microcosmo” do país nos permite traçar uma leitura do momento político que correspondia à primeira década do século XX, quando a nova ordem imposta pela República mostrava-se através da obra de Lima Barreto: uma sociedade em colapso, disposta a enlouquecer, enfiando-se em qualquer cova, na perspectiva de ganho. Isso nos leva a relativizar a preponderância dos menos abastados sobre o comportamento malandro que, inconsciente dos males de seus atos, parece proliferar instintivamente na menor oportunidade.

3.2: Quem não sabe fazer ensina

Das personagens de Lima Barreto, o senhor Castelo, protagonista do saboroso e picaresco conto “O homem que sabia javanês”²⁰⁵, é provavelmente o malandro mais autêntico. A narrativa em primeira pessoa dá ao conto um tom confessional. Tal caráter configura-se, na realidade, como uma confissão duplicada, uma vez que o protagonista, o senhor Castelo, narra para o leitor as várias aventuras que contara certa vez a seu amigo Castro. Nesse aspecto o conto de fato configura-se como um verdadeiro “caracol da linguagem”²⁰⁶, vez que é uma narrativa que se desenrola a partir de outra narrativa. Os amigos Castelo e Castro se encontravam em uma confeitaria e essa conversa era acompanhada por alguns copos de cerveja. Apesar de o título fazer menção a um grande golpe dado pelo senhor Castelo, o próprio revela diversas “partidas que havia pregado às convicções e às respeitabilidades”, ou seja, variados momentos em que utilizou a astúcia e a malandragem para sobreviver e obter o que desejava. Em sua narração, a primeira peripécia referida foi uma ocasião em que esteve em Manaus e, embora fosse bacharel, precisou esconder essa informação para se passar por “feiticeiro e adivinho” de modo mais convincente. Naquela circunstância, ter formação universitária tirava seu crédito como místico, o que o levou a sonegar essa informação aos clientes que adentravam em seu escritório.

Esse tipo de experiência era tido pelo narrador como algo essencial para se viver, evitando o aborrecimento de ter que sair de casa todos os dias, ao mesmo horário, para trabalhar. Como bom malandro, Castelo parece ter certa aversão ao trabalho e à rotina. Por outro lado, o Castro, além de se divertir com as histórias do amigo, demonstra admirar-se que todas aquelas aventuras pudessem ter ocorrido em um “Brasil imbecil e burocrático”. Esta expressão utilizada por Castro desperta no protagonista a memória de seu grande golpe, quando se tornou professor de javanês e, por conta disso, acabou sendo nomeado cônsul, cargo que, no momento da conversa, ainda ocupava. Antes disso, Castelo levava uma vida de vadiagem, como se dizia àquele tempo:

²⁰⁵ BARRETO, Lima. *Contos Completos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 71-79.

²⁰⁶ CORTAZAR, Julio. *Valise de Cronópio*. São Paulo: Perspectiva, 2006. pp. 149,151, 153.

– Eu tinha chegado havia pouco ao Rio estava literalmente na miséria. Vivia fugido de casa de pensão em casa de pensão, sem saber onde e como ganhar dinheiro, quando li no *Jornal do Commercio* o anuncio seguinte:

"Precisa-se de um professor de língua javanesa. Cartas, etc."

Ora, disse cá comigo, está ali uma colocação que não terá muitos concorrentes; se eu capiscasse quatro palavras, ia apresentar-me.

Popularmente diz-se, no Brasil, que *a ocasião faz o ladrão* e, neste momento de sua vida, Castelo vê uma ocasião que – apesar de significativamente improvável – lhe pareceu bastante viável. No retorno para a pensão em que estava hospedado, o narrador passou pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e teve o *insight* de entrar para consultar a *Grande encyclopédie*, de modo a descobrir a maior quantidade possível de informações sobre Java:

Fiquei sabendo, ao fim de alguns minutos, que Java era uma grande ilha do arquipélago de Sonda, colônia holandesa, e o javanês, língua aglutinante do grupo malaio-polinésio, possuía uma literatura digna de nota e escrita em caracteres derivados do velho alfabeto hindu.

É curiosa, no contexto desta nossa análise comparativa, a fascinação que Java exercia sobre Lima Barreto. Fora o conto que ora analisamos, Barreto ainda escreveu “Harakashy e as escolas de Java”²⁰⁷ (publicado em 1920 na primeira edição de *Histórias de sonhos*), conto que tem como epígrafe um trecho do *Código de Manu*, livro sagrado do hinduísmo, destacando-se a passagem que se refere ao direito dos brâmanes à supremacia ante todas as outras castas. Nesse conto, Barreto trata da vida na cidade de Batávia, capital da ilha de Java, um local em que parte da população tinha privilégio sobre outra, numa explícita alusão às vantagens obtidas pela elite brasileira tanto por sua origem quanto por obter determinados títulos acadêmicos, tendo direito ao “pistolão”. Voltando ao “Homem que sabia javanês”, temos a referência a uma língua cuja escrita advém do “velho alfabeto hindu”. Esta indicação pouco precisa certamente faz referência ao alfabeto devanágari, também utilizado na escrita do sânscrito, língua na qual foram escritos os principais livros sagrados do hinduísmo. Em Goa constantemente ouvimos falar que o concani (língua local) é a mais parecida, dentre todas as línguas modernas da Índia, com o sânscrito, o que cria uma ligação indireta entre essa personagem

²⁰⁷ BARRETO, Lima. *Contos Completos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 152-161.

brasileira (que finge compreender esse alfabeto e o javanês) e a Índia. Assim, nota-se que Lima Barreto tinha alguma informação sobre a cultura indiana (alfabeto e livro sagrado) e sobre o sistema de castas do hinduísmo, o que o aproxima do universo em que viveu José da Silva Coelho, ainda que indireta e involuntariamente.

A partir dessa pesquisa superficial sobre a ilha de Java, o senhor Castelo buscou outras obras sobre “tal língua malaia”, copiou “o alfabeto e a sua pronúncia”, em seguida, deixou a biblioteca e perambulou pela cidade “mastigando letras”, lembrando das suas formas e as escrevendo nas areias “estes calungas”, expressão que, segundo Cid Ottoni Bylaardt, significa: “[...] entidade espiritual dos bantos, associada ao mar, à morte ou ao inferno, aqui transformados em signos diabólicos que evocam as aventuras do misterioso príncipe Kulanga [...]”.²⁰⁸

Ao chegar à pensão em que estava hospedado, o malandro Castelo evitou o encarregado, que certamente cobrar-lhe-ia os atrasos no pagamento, procurando “entrar em casa sem ser visto”. Passou a noite estudando aquela língua e, pela manhã, estava convencido de que “aquela era a língua mais fácil do mundo”. Ao sair de casa para candidatar-se ao emprego, não conseguiu evitar o encarregado dos aluguéis dos cômodos, um português com quem o protagonista travou o seguinte diálogo:

- Senhor Castelo, quando salda a sua conta?
- Respondi-lhe então eu, com a mais encantadora esperança:
- Breve... Espere um pouco... Tenha paciência... Vou ser nomeado professor de javanês, e...
- Por aí o homem interrompeu-me:
- Que diabo vem a ser isso, Senhor Castelo?
- Gostei da diversão e ataquei o patriotismo do homem:
- É uma língua que se fala lá pelas bandas do Timor. Sabe onde é?
- Oh! alma ingênua! O homem esqueceu-se da minha dívida e disse-me com aquele falar forte dos portugueses:
- Eu cá por mim, não sei bem; mas ouvi dizer que são umas terras que temos lá para os lados de Macau. E o senhor sabe isso, Senhor Castelo?²⁰⁹

Nessa cena, é notória a referência ao orgulho do português pelas dominações lusitanas do oriente. Aqui, em oposição ao que ocorre no conto “As

²⁰⁸ BYLAARDT, Cid Ottoni. “O homem que não sabia javanês”. In. REVISTA CONTEXTO (Revista Semestral do Programa de Pós-graduação em Letras – UFES) - 2011/1. pp. 306-307.

²⁰⁹ BARRETO, Lima. *Contos Completos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 72-73.

duas paixões do Bonifácio Monserrate”, o antigo colonizador é enganado pelo malandro brasileiro, já que que o patriotismo do encarregado, convertido em vaidade cega, fez com que ele deixasse o senhor Castelo escapar sem pagar o que devia. O protagonista candidatou-se à vaga por meio de uma carta e continuou a estudar o javanês por mais dois dias, até que recebeu a indicação de que fosse à entrevista, na rua Conde de Bonfim, na Tijuca, para “falar ao doutor Manuel Feliciano Soares Albernaz”, barão de Jacuecanga. Ele se preparou como pôde para o evento, mas progrediu muito pouco: “Além do alfabeto, fiquei sabendo o nome de alguns autores, também perguntar e responder “como está o senhor?” – e duas ou três regras de gramática, lastrado todo esse saber com vinte palavras do léxico”.²¹⁰

Vale destacar, nesse ponto do enredo, a ironia do narrador ao afirmar que era mais difícil conseguir dinheiro suficiente para se chegar à Tijuca àquele tempo do que aprender javanês. A dificuldade para conseguir o dinheiro se resolveu com uma árdua caminhada até a residência do barão; a dificuldade para aprender o javanês, com muita astúcia por parte do futuro professor. Ao chegar à casa, o senhor Castelo vislumbrou tanto a grandiosidade quanto a decadência daquela residência em que, segundo ele, “nesse mau tratamento havia mais desleixo e cansaço de viver do que mesmo pobreza”. Recebido por um ex-escravo, “antigo preto africano”, o candidato à vaga adentrou na casa, repleta de retratos que remetiam à origem aristocrática da família.

A chegada do barão à sala complementou a percepção do Castelo a respeito do viés nobre daquele que o receberia. Diante do ancião, o malandro demonstrou algum receio, não de que pudesse ser descoberto, mas de que pudesse romper com uma certa sacralização daquela figura tão respeitável. Apesar dessa primeira hesitação, Castelo seguiu em frente com seu plano. Quando pressionado sobre como aprendera o javanês, teve a presença de espírito de improvisar:

– Em onde aprendeu o javanês? indagou ele, com aquela teimosia peculiar aos velhos.

Não contava com essa pergunta, mas imediatamente arquitetei uma mentira. Conte-i-lhe que meu pai era javanês. Tripulante de um navio mercante, viera ter à Bahia, estabelecera-se nas proximidades de Canavieiras como pescador, casara, prosperara e fora com ele que aprendi javanês.

²¹⁰ BARRETO, Lima. *Contos Completos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 73.

– E ele acreditou? E o físico? perguntou meu amigo, que até então me ouvira calado.

– Não sou, objetei, lá muito diferente de um javanês. Estes meus cabelos corridos, duros e grossos e a minha pele basané podem dar-me muito bem o aspecto de um mestiço de malaio...Tu sabes bem que, entre nós, há de tudo: índios, malaios, taitianos, malgaches, guanches, até godos. É uma comparsaria de raças e tipos de fazer inveja ao mundo inteiro.²¹¹

Nesse trecho, chama a atenção a referência à mestiçagem brasileira. No final do XIX várias teorias raciais colocavam o mestiço como símbolo da degeneração do povo brasileiro²¹², congressos para se discutir a questão das raças eram feitos e teses eram elaboradas, muitas vezes no intuito de comprovar que a mestiçagem corrompia cada uma das “raças”, trazendo prejuízos a todas elas. Entretanto, no caso do senhor Castelo, a característica mestiça do povo brasileiro foi utilizada como uma ferramenta para “driblar” o barão. Mais do que isso, ironicamente, ele afirma que esse era um fato capaz de “fazer inveja ao mundo inteiro”. Essa capacidade quase camaleônica de converter-se nas mais diversas identidades certamente é uma das mais marcantes características do malandro. Relembrando as *Memórias de um sargento de milícias*, temos como grande destaque a personagem Teotônio Sabiá, capaz de fazer caretas imitando qualquer pessoa e de enganar os outros, fingido, por exemplo, ser um aleijado. A estratégia funcionou e Castelo enfim soube quais eram as intenções do barão:

– O que eu quero, meu caro Senhor Castelo, é cumprir um juramento de família. Não sei se o senhor sabe que eu sou neto do conselheiro Albernaz, aquele que acompanhou Pedro I, quando abdicou. Voltando de Londres, trouxe para aqui um livro em língua esquisita, a que tinha grande estimação. Fora um hindu ou siamês que lho dera, em Londres, em agradecimento a não sei que serviço prestado por meu avô. Ao morrer meu avô, chamou meu pai e lhe disse: “Filho, tenho este livro aqui, escrito em javanês. Disse-me quem mo deu que ele evita desgraças e traz felicidades para quem o tem. Eu não sei nada ao certo. Em todo o caso, guarda-o; mas, se queres que o fado que me deitou o sábio oriental se cumpra, faze com que teu filho o entenda, para que sempre a nossa raça seja feliz”. Meu pai, continuou o velho barão, não acreditou muito na história; contudo, guardou o livro. Às portas da morte, ele mo deu e disse-me o que prometera ao pai. Em começo, pouco caso fiz da história do livro. Deitei-o a um canto e fabriquei minha vida. Cheguei até a esquecer-me dele; mas, de uns tempos a esta parte, tenho passado por tanto

²¹¹ BARRETO, Lima. *Contos Completos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 74.

²¹² SCHWARCZ, Lília. “Espetáculo da miscigenação”. In. *Estudos avançados* 8 (20), 1994.

desgosto, tantas desgraças têm caído sobre a minha velhice que me lembrei do talismã da família. Tenho que o ler, que o compreender, se não quero que os meus últimos dias anunciem o desastre da minha posteridade; e, para entendê-lo, é claro que preciso entender o javanês. Eis aí.²¹³

A comoção do barão ao explicar suas razões, revelando a própria história, não demoveu o golpista de suas intenções. Castelo observou atentamente o livro, “um velho calhamaço, um in-quarto antigo, encadernado em couro, impresso em grandes letras, em papel amarelado e grosso. Faltava a folha do rosto e por isso não se podia ler a data da impressão”²¹⁴. Ao folhear o livro, o suposto professor se deu conta de que havia um prefácio em inglês e rapidamente o leu, compreendendo que o livro “tratava das histórias do príncipe Kulunga, escritor javanês de muito mérito”. Castelo informou essas constatações ao barão, enquanto continuava a olhar o livro, entretanto, o velho não percebeu que tais conclusões tinham como base a leitura da introdução em inglês. Este acaso do destino deu ao senhor Castelo a credibilidade que precisava para prosseguir com o projeto de tornar-se professor de javanês. O custo das aulas, o horário e o prazo para que Manuel Feliciano aprendesse o javanês a ponto de conseguir ler o “cartapácio” foram acertados. Segundo o professor, em um ano aquilo se resolveria.

Contudo, o velho barão de Jacuecanga não aprendia. Não conseguia distinguir tampouco escrever as letras do alfabeto de origem “hindu”. Um mês depois, eles não haviam avançado quase nada, pois o aluno desaprendia rapidamente tudo aquilo que lhe era ensinado. Após dois meses de aulas sem sucesso na tarefa de ensinar o javanês ao senhor Albernaz, o professor já havia conquistado tanto o aprendiz quanto o genro deste, casado com Maria da Glória, a filha do barão, cujo nome remete a um destino familiar atrelado àquele talismã que traria ao clã, inevitavelmente, o sucesso. Como o grande objetivo de Manuel Feliciano era compreender o livro e não tornar-se um falante de javanês, ficou acertado que o senhor Castelo traduziria, dia sim dia não, trechos do “alfarrábio”. Entretanto, sem saber verdadeiramente aquela língua – conforme admitiu ao seu interlocutor à confeitaria – restou ao professor explorar sua habilidade para inventar histórias:

²¹³ BARRETO, Lima. *Contos Completos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 75

²¹⁴ BARRETO, Lima. *Contos Completos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 76

[...] compus umas histórias bem tolas e impingi-as ao velhote como sendo do crônicon. Como ele ouvia aquelas bobagens!... Ficava estático, como se estivesse a ouvir palavras de um anjo. E eu crescia a seus olhos! Fez-me morar em sua casa, enchia-me de presentes, aumentava-me o ordenado. Passava, enfim, uma vida regalada.²¹⁵

Essa habilidade para utilizar o discurso para tirar vantagem dos mais ingênuos certamente é uma das mais relevantes marcas do malandro. Sobre esse aspecto, Gilmar Rocha afirma que:

Os estudos sobre o malandro e a malandragem no Brasil encontram na linguagem mais do que um modelo de inspiração, na verdade é o que lhes garante o sentido sociológico. Comumente, o malandro é visto como alguém cuja esperteza se concretiza na *lábria* sedutora e na capacidade de aplicar *contos* aos otários ou, então, alguém que tem no samba um modo de discurso social. Ele é o porta-voz de setores populares ou da classe média brasileira. Isto para não falar da malandragem como metáfora política (*linguagem da fresta*) em tempos de ditadura militar. Não é à toa Walt Disney ter escolhido o papagaio (animal conhecido pela sua capacidade de reproduzir a fala humana) para encarnar o simpático malandrinho Zé Carioca (1942). A *fala* do malandro, mais do que um discurso sobre a realidade, expressa uma ação simbólica por meio da qual esta realidade é significada.²¹⁶

Portanto, ao explorar essa habilidade de Castelo, Lima Barreto reforça a assimilação da personagem à figura do malandro. Para melhorar a sorte do falso professor de javanês, o barão recebeu uma herança de um parente esquecido que vivia em Portugal, o que foi imediatamente atribuído às leituras das histórias sobre o príncipe Kulanga. Essa definitiva conquista da confiança do barão o levou a apadrinhar o distinto professor, indicando-o à diplomacia, enviando-o com uma carta ao visconde de Caruru:

Fui. Mandou-me o visconde para a Secretaria dos Estrangeiros com diversas recomendações. Foi um sucesso. O diretor chamou os chefes de secção: “Vejam só, um homem que sabe javanês – que portento!” Os chefes de secção levaram-me aos oficiais e amanuenses e houve um destes que me olhou mais com ódio do que com inveja ou

²¹⁵ BARRETO, Lima. *Contos Completos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 76-77.

²¹⁶ ROCHA, Gilmar. “‘Navalha não corta seda’: Estética e Performance no Vestuário do Malandro”. In. *Revista Tempo* – v. 10 – nº 20 – Niterói – jan. 2006. pp. 122-123.

admiração. E todos diziam: “Então sabe javanês? É difícil? Não há quem o saiba aqui!”.

O tal amanuense, que me olhou com ódio, acudiu então: “É verdade, mas eu sei canaque. O senhor sabe?” Disse-lhe que não e fui à presença do ministro.

A alta autoridade levantou-se, pôs as mãos às cadeiras, concertou o *pince-nez* no nariz e perguntou: “Então, sabe javanês?” Respondi-lhe que sim; e, à sua pergunta onde o tinha aprendido, contei-lhe a história do tal pai javanês. “Bem, disse-me o ministro, o senhor não deve ir para a diplomacia; o seu físico não se presta... O bom seria um consulado na Ásia ou Oceania. Por ora, não há vaga, mas vou fazer uma reforma e o senhor entrará. De hoje em diante, porém, fica adido ao meu ministério e quero que, para o ano, parta para Bâle, onde vai representar o Brasil no Congresso de Linguística. Estude, leia o Hovelacque, o Max Müller, e outros!”²¹⁷

Assim, mesmo sem saber nada de javanês, Castelo tornou-se funcionário do consulado e “iria representar o Brasil em um congresso de sábios”. Sobre esse destino, Élide Oliver destaca: “Ao entrar para a diplomacia, porque sabia javanês, Castelo, que pela aparência física se fez passar por filho de javanês, agora, pela mesma aparência, vê sua entrada vetada pelo ministro”.²¹⁸

Quanto a tal aspecto, a crítica ainda ressalta a ambiguidade do discurso satírico: um mulato, por suas características físicas conseguiu convencer o barão e o ministro de sua história, entretanto, pelo mesmo motivo teve sua ascensão limitada, já que a um mulato não caberia um lugar na diplomacia; limitação esta certamente experimentada por Lima Barreto.

Com a morte do barão, o “livro sagrado” foi passado ao genro e ao professor foi deixada uma parcela da herança. Isso lhe deu certa tranquilidade econômica, porém, as futuras obrigações o levaram a estudar as “línguas malaio-polinésicas”. Nada aprendeu. O conforto e a estabilidade o levaram a perder as forças para tamanha empreitada. Apesar disso, sua fama continuava a crescer, tornando-se uma verdadeira referência como um sábio da língua javanesa. Nesse ponto do conto, delineia-se uma crítica ao academicismo brasileiro, pautado na imagem e no reconhecimento público:

Nas livrarias os gramáticos consultavam-me sobre a colocação dos pronomes no tal jargão das ilhas de Sonda. Recebia cartas dos eruditos do interior, os jornais citavam o meu saber e recusei aceitar

²¹⁷ BARRETO, Lima. *Contos Completos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 77.

²¹⁸ OLIVER, Élide. “O saber em: ‘O homem que sabia javanês’, de Lima Barreto”. In: *REVISTA USP*, São Paulo, n.87, p. 214-224, setembro/novembro 2010. p. 221.

uma turma de alunos sequiosos de entenderem o tal javanês. A convite da redação, escrevi no *Jornal do Commercio* um artigo de quatro colunas sobre a literatura javanesa antiga e moderna...
– Como, se tu nada sabias? Interrompeu-me o atento Castro.
– Muito simplesmente: primeiramente, descrevi a ilha de Java, com o auxílio de dicionários e umas poucas publicações de geografias, e depois citei a não mais poder.²¹⁹

Na passagem transcrita, ganha relevância o fato de que o artigo do senhor Castelo foi publicado no *Jornal do Commercio*, coincidentemente o mesmo jornal em que lera sobre a vaga de professor de javanês, alguns meses antes. Em nossa leitura, essa publicação representa, simbolicamente, uma espécie de “retorno à cena do crime”, como se diz popularmente no Brasil, já que fora nesse mesmo periódico que Castelo – quando vivia sua “vida bandida”, de casa de pensão em casa de pensão – leu sobre o emprego como professor de javanês. Nesse episódio do conto, Élide Óliver identifica um desajuste na narrativa satírica:

O que é para ser uma sátira aos artigos assinados por especialistas que não passam de citações de outros livros, sem nenhuma contribuição original, acaba, no entanto, sendo um comentário que adquire vida própria e, ao fazê-lo, gera um certo número de problemas. Um deles é a excessiva e ingênua crença de que artigos se escrevem apenas com originalidade e sem nenhuma referência. Ainda mais no caso de um suposto artigo geral sobre a literatura javanesa que, já pelo teor, não pode passar de uma compilação, quer o especialista saiba javanês ou não. “Citar a não mais poder” não implica desonestidade, por mais que a ironia do contexto queira sublinhar. Castelo não comete plágio. A sátira aqui é imperfeitamente elaborada porque seu objeto é imperfeitamente apreendido.²²⁰

Nesse aspecto, entretanto, discordamos da professora Élide Oliver, afinal, pensamos que Lima Barreto, com essa passagem da obra, pretendia demonstrar que, no Brasil da primeira República, a validação de determinados saberes dependia muito mais de um prestígio social do que de um verdadeiro conhecimento. Sendo assim, ainda que o artigo fosse uma desconexa colagem de informações sobre Java, o senhor Castelo teria alto reconhecimento, pois ninguém contestaria o professor de javanês do antigo barão de Jacuecanga, sendo ainda um funcionário do consulado. Para além disso, pensamos que a questão que se coloca aqui não é a

²¹⁹ BARRETO, Lima. *Contos Completos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 78.

²²⁰ OLIVER, Élide. “O saber em: ‘O homem que sabia javanês’, de Lima Barreto”. In. *REVISTA USP*, São Paulo, n.87, p. 214-224, setembro/novembro 2010. p. 222.

relação entre a originalidade e o plágio, mas a relação entre conhecimento de fato e encenação de conhecimento, sendo está última tomada como a prática corriqueira nacional, que é criticada na concepção geral do conto. O que se critica é o equivocado reconhecimento social de um suposto capital simbólico acadêmico, na terminologia de Pierre Bourdieu,²²¹ sem qualquer lastro no efetivo conhecimento acadêmico.

Tendo em vista esse caráter da estrutura política e social do Brasil àquele tempo, vale destacar uma crônica de Lima Barreto publicada em 26 de novembro de 1921, tratando do aniversário da República, em que critica o governo republicano e elogia a Princesa Isabel cuja morte fora noticiada havia poucos dias:

“Embora eu não a julgue com o entusiasmo de panegírico dos jornais, não posso deixar de confessar que simpatizo com essa eminente senhora”.

Essa “eminente senhora” que passou para a história como “Isabel, a Redentora”, governava o Brasil na qualidade de Regente quando a 13 de maio de 1888, assinou a Lei Áurea que extinguiu o regime de escravidão no país. Lima Barreto nasceu justamente no dia 13 de maio de 1881 e imagino que a coincidência dessas duas datas comemorativas, da Abolição e a do seu aniversário tenham estado sempre muito ligadas em sua memória.

O resto da crônica no entanto é um lamento pelo estado deplorável da República em seu 32.o segundo aniversário. Lima Barreto contrasta a situação de abandono dos morros da Favela, do Salgueiro e de outras passagens pitorescas da cidade com a notícia que leu também nos jornais de que a prefeitura iria gastar cinco mil contos para a reconstrução da Avenida Beira-Mar. Diz, Lima Barreto: “Vi em tudo isso a República; e não sei por quê, mas vi.

Não será, pensei de mim para mim, porque a República é o regime da fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo de ‘parvenu’, tendo como ‘repoussoir’ a miséria geral? Não posso provar e não seria capaz de fazê-lo”²²².

Após essa crítica ao sucesso pautado no apadrinhamento e no jogo de aparências que a República proporcionava, o narrador-protagonista ainda explicita duas ocasiões em que o destino – tratado por Élide Oliver, no já referido artigo, como uma espécie de *deus ex-machina* – o salvou de ser desmascarado. A

²²¹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad.: Fernando Tomaz. Lisboa: Difel / Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

²²² PINHEIRO, Luís da Cunha; RODRIGUES, Maria Manuel Marques. (Org.). *Em torno de duas Repúblicas: 15 de novembro de 1889 - 5 de outubro de 1910*. 1ed.Lisboa: CLEPUL, 2012, v. 1. pp. 11-12.

primeira, quando um marujo originário da ilha de Java foi preso pela polícia e o solicitaram como intérprete; porém, ele escapou pela demora em atender à solicitação sendo antecedido nessa tarefa pelo cônsul holandês que conseguiu se comunicar com o estrangeiro, promovendo a soltura do javanês, antes que o “professor” pudesse ser testado. A segunda, quando chegou a data do congresso em Paris:

Chegou, enfim, a época do congresso, e lá fui para a Europa. Que delícia! Assisti à inauguração e às sessões preparatórias. Inscreveram-me na secção do tupi-guarani e eu abalei para Paris. Antes, porém, fiz publicar no *Mensageiro de Bâle* o meu retrato, notas biográficas e bibliográficas. Quando voltei, o presidente pediu-me desculpas por me ter dado aquela secção; não conhecia os meus trabalhos e julgara que, por ser eu americano brasileiro, me estava naturalmente indicada a secção do tupi-guarani. Aceitei as explicações e até hoje ainda não pude escrever as minhas obras sobre o javanês, para lhe mandar, conforme prometi. Acabado o congresso, fiz publicar extratos do artigo do *Mensageiro de Bâle*, em Berlim, em Turim e Paris, onde os leitores de minhas obras me ofereceram um banquete, presidido pelo Senador Gorot. Custou me toda essa brincadeira, inclusive o banquete que me foi oferecido, cerca de dez mil francos, quase toda a herança do crédulo e bom Barão de Jacuecanga.²²³

Nota-se, por essa citação, que Castelo, novamente, aproveitou-se da ocasião para se autopromover, convertendo uma possível contrariedade em uma vantagem a seu favor, que o elevou a tal prestígio que foi convidado pelo presidente da República para um almoço. Depois disso, tornou-se cônsul em Havana (tal qual Eça de Queirós fora por Portugal) e retornou ao Brasil para continuar seus “estudos das línguas da Malaia, Melanésia e Polinésia”. Assim, Castelo termina seu relato, regado a cerveja, para o amigo Castro, concluindo com a seguinte afirmação:

- Olha: se não fosse estar contente, sabes o que ia ser?
- Quê?
- Bacteriologista eminente.²²⁴

Esse comentário final do narrador ao seu interlocutor deixa clara a certeza que Castelo tem de que sua astúcia, seu poder de engano, sua malandragem

²²³ BARRETO, Lima. *Contos Completos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 78.

²²⁴ BARRETO, Lima. *Contos Completos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 79.

seriam capazes de colocá-lo em qualquer cargo de destaque no Brasil, incluindo aqueles vinculados às ciências biomédicas, o que certamente se coaduna à visão crítica do autor sobre a medicina de seu tempo, quando Oswaldo Cruz realizava campanhas contra a febre amarela e varíola, o que era mal entendido e mal visto pela população em geral. Todavia, também revela o caráter inescrupuloso de Castelo, já que um professor, tradutor ou diplomata que deveria saber javanês e não o sabe tem pouca capacidade de produzir prejuízos sociais, mas um bacteriologista poderia gerar sérios problemas para a população, o que não se revela como um problema para o protagonista do conto.

Na já referida lógica das duas narrativas que se sobrepõem, o narrador, ao encerrar a contação de histórias para o amigo Castro, encerra também o conto. Resta-nos então discutir as estratégias narrativas desse ser ficcional que constrói a si mesmo através próprio discurso ao amigo. Retomando o início da narrativa, notamos que o senhor Castelo assume que suas histórias aproximam-se às de “Gil Blas” – referido por Antonio Candido em “Dialética da malandragem” como Gil Braz de Santilhana –, personagem satírica da literatura francesa:

Filho de um escudeiro e de uma criada de quarto, Gil Blas sai de sua pequena cidade (Oviedo, na Espanha) em direção a Salamanca para estudar. A partida de sua cidade natal é o pontapé inicial para uma série de aventuras que o herói protagonizará durante os anos que vão desde sua juventude até a maturidade. No início de sua viagem, Gil Blas é ainda muito jovem e ingênuo, e isso o faz passar de imediato por adversidades surgidas no contato com pessoas de má índole. De início, um forasteiro aproveita-se de sua ingenuidade para banquetear-se às suas custas. Logo depois, Gil Blas é feito prisioneiro por ladrões de estrada que o sequestram para torná-lo ajudante de cozinha em um esconderijo subterrâneo. Quando finalmente se liberta do cativo, o herói é mais uma vez aprisionado, desta vez acusado injustamente de roubo em uma pensão onde estivera hospedado. Depois desses tropeços e de outros que se seguirão, Gil Blas inicia sua vida de aventuras, transpondo barreiras através da esperteza e da trapaça para suprir necessidades de sobrevivência. Quando finalmente chega a Salamanca, o herói reencontra um amigo de infância, Fabrício, um lacaio que é ao mesmo tempo vítima e comparsa [...] (sendo) ambos miseráveis. O contato com Fabrício introduz definitivamente Gil Blas no ambiente da servidão, onde a malandragem é o requisito essencial para garantir a sobrevivência.²²⁵

²²⁵ SILVA, Evaneide Araújo da. “As faces do realismo: *Gil Blas* e a tradição realista do século XVIII”. In. *Revista Letteres Françaises*. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, nº 9, 2008. p. 67.

Diante disso, temos a clareza de que, não só na literatura brasileira, como também na francesa e ainda na espanhola, como assinala Candido no ensaio diversas vezes aqui citado sobre *Memórias de um sargento de milícias*, a figura do malandro é associada à tentativa de conquistar, pela astúcia, uma melhor posição social, por vezes utilizando-se da servidão para fugir da servidão. A tradição picaresca à qual o narrador se autovincula demonstra uma autoconsciência dos absurdos de suas aventuras. Contudo, por mais absurda que seja a narrativa, o relato metalinguístico se constrói de modo verossímil, o que certamente contribui para o envolvimento do leitor. A desfaçatez do narrador irrita, instiga e seduz seus interlocutores, fazendo com que seu anedótico enredo dificilmente seja esquecido. Vale ressaltar que Candido diferencia o malandro dos pícaros espanhóis, apontando semelhanças e diferenças entre a personagem de Manuel Antonio de Almeida e figuras como Gil Blas ou Lazarillo de Tormes, porém é necessário observar que esta é uma autopercepção do narrador personagem, o que não necessariamente corresponde à verdade. Afinal, uma das marcas dos pícaros era o fato de terminar sua trajetória ainda pior do que começou, o que não ocorre com o senhor Castelo, como não ocorria com Leonardinho.

Ao analisar “O homem que sabia javanês”, Massaud Moisés aponta a fragilidade dessa obra enquanto conto, devido à presença de informações excessivas e desnecessárias que, inclusive, quebrariam a verossimilhança do enredo. Para discutirmos tal leitura, recorreremos ao ensaio “O homem que não sabia javanês”, de Cid Ottoni Bylaardt:

Nos primeiros parágrafos, cognatos essenciais desfilam: viver, vida, vivido... Um conta e o outro ouve fascinado as belas páginas de vida, de vida contada. E enquanto um narra e o outro ouve, bebe-se cerveja, detalhe condenado pelo crítico Massaud, que sustenta ser esse um pormenor descartável, prejudicial à bela forma do conto, atentado a sua sacrossanta densidade preconizada pelas convicções e respeitabilidades literárias.

A falta de sensibilidade de Massaud Moisés aponta no conto “O homem que sabia javanês” uma “falha no plano de ação”, que consistiria em “breves deslizos, representados por minúcias completamente dispensáveis” (MOISÉS, 2004, p. 93), no caso a cena dos personagens a beberem cerveja numa confeitaria do Rio de Janeiro durante a fabulação do relato.

Ao terminar de delinear a encenação do texto, o primeiro enunciador introduz o início do relato do professor de javanês, preparando-se para o ofício de narrar em companhia de copos cheios de cerveja. A

encomenda da bebida soa mal aos ouvidos conservadores de Massaud Moisés, e sobre a frase que a contém ele se pronuncia: “Observe-se que as linhas finais encerram informações realmente desnecessárias ao andamento da ação, visto que não lhe acrescentam nada, ou constituem pormenores desvinculados do conflito em torno do qual gravita o conto. Minúcias gratuitas, apenas para encher o espaço que deveria ser ocupado pelo silêncio, e portanto dispensáveis, pois que pouco significa, do prisma dramático, que Castro pergunte a Castelo se bebe cerveja, e o outro responda que sim, e o narrador arremate informando: ‘Mandamos buscar mais outra garrafa, enchamos os copos, e continuei’” (MOISÉS, 2004, p. 93). O crítico errou. Como errou ao declarar que as informações “inúteis” de Lima Barreto “decerto promanam do intuito detalhista do narrador, e, portanto, de seu horror às implicações ou aos subentendidos” (MOISÉS, 2004. p. 93).²²⁶

Tal qual Bylaardt, também discordamos da leitura conservadora de Moisés. A narração “regada por copos de cerveja” que é relatada ao leitor compõe uma sobreposição de histórias que torna o conto ainda mais ambíguo:

Há o texto e os textos. Como compreendê-los? Há um que prepara toda a cena e a entrega ao enunciador e seus leitores; há um segundo que parece ser o mais legível, que conta uma estória de enganação; há um terceiro, misterioso e escrito em javanês, cuja leitura é falsa, sobreposta ao original, como um palimpsesto, com o qual o ouvinte se declara fascinado, e que encena uma interpretação deliberadamente equivocada do texto estrangeiro; finalmente, o discurso sobreposto ao texto escrito em javanês, que tem um outro ouvinte, um escutador que se diz surdo, mas que sorve as palavras de um anjo. Para onde vai a escritura? O locutor (que é um só e dois e três e quatro ao mesmo tempo e em tempos alternados) não segue um texto, não há um ponto de sustentação. O primeiro enunciador, impotente para organizar o relato, anuncia-o simplesmente, armando o palco das cenas e deixando ao encargo do segundo a condução embriagada da fabulação. As condições da enunciação a seguir remetem ao estado alterado de consciência pela ação do álcool, que mata a memória erigindo qualquer coisa languageira em seu lugar, misto de sonho e desejo. No plano desdobrado subsequentemente, entremostra-se um enunciador misterioso, que não revela a ninguém o conteúdo de seu texto, o referente vazio que propicia todas as outras elocuições, a sustentação da literatura, seu início impossível, e único possível. Na seguinte e quarta possibilidade de locução, há o enunciador enganador que lê sem saber ler o relato do livro mágico, aquele que ninguém pode ler e que no entanto é lido.²²⁷

²²⁶ BYLAARDT, Cid Ottoni. “O homem que não sabia javanês”. In. REVISTA CONTEXTO (Revista Semestral do Programa de Pós-graduação em Letras – UFES) - 2011/1. pp. 306-307.

²²⁷ BYLAARDT, Cid Ottoni. “O homem que não sabia javanês”. In. REVISTA CONTEXTO (Revista Semestral do Programa de Pós-graduação em Letras – UFES) - 2011/1. pp. 310-311.

Portanto, temos um enredo, que se constrói como uma sobreposição de narrativas enganosas, apresentado por um narrador ébrio, outra característica costumeiramente associada ao malandro, já que a boemia é uma de suas marcas. Nesse sentido, nos opomos ainda mais à leitura de Massaud Moisés em relação à imperfeição do conto, já que a referência à cerveja que alimenta o relato também ajuda a construir a *persona* do malandro, que conta histórias e “conta vantagem” ao colega em uma confeitaria (o que funcionava àquele tempo como uma espécie de bar ou botequim). Nota-se a recorrência desse cenário de convivência homosocial, onde os homens narram seus feitos a outros homens, já que o mesmo ocorre no já referido conto “Um especialista”. Vale, ainda, destacar que, no caso de “O homem que sabia javanês”, a narrativa externa, que emoldura as outras três narrações, faz menção em sua situação inicial ao fato de que aquelas histórias tratavam de “partidas” pregadas pelo senhor Castelo “para poder viver”, o que Cid Ottoni Bylaardt interpreta do seguinte modo:

O enunciador fala em pregar partidas *para poder viver*. Viver que vida? Evidentemente, a vida contada, a que a literatura relata, a vida do texto. Se ela nasce de uma trapaça salutar, como sugere Barthes, faz-se mister transgredir convicções e respeitabilidades, para que o texto literário exista como tal. E sua existência consiste em fundar uma nova língua, uma língua estrangeira, que o idioma javanês do conto exemplarmente evoca [...].²²⁸

Ao pensarmos nesse contar de histórias por um narrador ébrio, capaz de criar vida e ganhar a vida, é impossível não nos lembrarmos de Shakespeare:

Life's but a walking shadow, a poor player
That struts and frets his hour upon the stage
And then is heard no more. It is a tale
Told by an idiot, full of sound and fury

Signifying nothing²²⁹

Apesar de a fala em questão corresponder ao momento catártico da tragédia mais violenta do autor inglês, a reflexão de Macbeth ao descobrir que sua

²²⁸ BYLAARDT, Cid Ottoni. “O homem que não sabia javanês”. In. REVISTA CONTEXTO (Revista Semestral do Programa de Pós-graduação em Letras – UFES) - 2011/1. p. 305.

²²⁹ SHAKESPEARE, William. *The Tragedie of Macbeth*. Ebook – Gutenberg Project, 2000. <http://www.gutenberg.org/files/2264/> (Acesso em 07 de maio de 2016).

rainha estava morta compara a vida a uma sombra que se desloca e a um pobre ator (o que muitas vezes é traduzido como um cômico) que vive seus altos e baixos no palco e depois desaparece. Além disso, a personagem shakespeariana refere-se à vida como um conto, narrado por um idiota, cheio de som e fúria, significando nada. No palco do próprio conto – em que vive e narra simultaneamente –, Castelo, um narrador ébrio, orgulhoso de suas trapaças, apresenta e representa suas próprias aventuras, sem que possamos compreender quais seriam suas intenções, para além de divertir o amigo Castro, com aquele relato que subitamente termina.

Por outro lado, essa análise permite que façamos suposições a respeito das intenções do autor verdadeiro, Lima Barreto. Crítico ferrenho de uma sociedade pautada no apadrinhamento e na troca de favores, vítima do alcoolismo e incapaz de superar a marginalização que sofria também por ser mulato, seu conto recria a vida, expondo caricaturalmente o funcionamento daquela sociedade. Depois disso feito, o “ator” simplesmente retira-se do palco, deixando o eco de sua existência na memória de seus leitores. Castelo – o bacharel que não trabalha, o místico charlatão, o vadio que perambula de casa de pensão em casa de pensão, o golpista astuto, o falso professor de javanês, o contador de histórias, o ébrio – “vence” na vida, utilizando o sistema contra o próprio sistema e em favor próprio. Assim, ele engana o barão, o visconde, o ministro, os sábios e até o presidente, todos membros da elite econômica, política ou intelectual, fazendo desse conto uma espécie de vingança do autor contra aqueles que o marginalizavam, ao mesmo tempo que sutilmente faz a crítica ao próprio malandro, que, tal como os homens do poder, não tem escrúpulos para conseguir e manter privilégios.

Conclusões parciais

Na análise dessas duas personagens de Lima Barreto e, principalmente, na análise dos dois contos por completo, notamos variadas formas de representação da malandragem. Entretanto, é inegável a presença de um constante jogo de enganos, marcado pela astúcia sendo usada por uns para se sobressair diante dos outros. Raimundo Flamel, com seu jeito discreto, utiliza-se dos seus mistérios para conquistar a admiração da então pacata Tubiacanga, que em nosso entendimento funciona como uma metonímia do Brasil. Sua trajetória é apresentada aos leitores de forma distanciada, por um narrador onisciente que parece apenas observar a absurda implosão daquela sociedade, uma autodestruição motivada pela ganância e sustentada pela hipervalorização da imagem respeitável construída pelo forasteiro. Flamel traça um plano e o executa à perfeição. Por outro lado, Castelo, com seu modo eloquente e sedutor conta sua própria história, vivendo na lógica do improviso, se mostrando sempre capaz de transformar desvantagens em vantagens. Apesar de ser bacharel, prefere viver aventuras que são associadas por ele mesmo às picardias de Gil Blas. Dessa maneira, Castelo encanta seu interlocutor com as suas histórias e engana todo o país, incluindo o próprio presidente. Ambos, anti-heróis que se utilizam da astúcia para viver.

Diante disso, cabe aqui retomar o ensaio de Antonio Candido²³⁰ que serviu de base para esta tese, afinal, em nossa leitura os dois contos aproximam-se das interpretações do crítico sobre as *Memórias de um sargento de milícias*: apresentam algo de picaresco, mas não poderiam ser completamente identificados desse modo; são marcados pela comicidade e pelo uso da astúcia por seus carismáticos protagonistas; carregam um tom de narrativa popular, quase folclórica, remetendo também à figura de Pedro Malasarte. E esta personagem é justamente uma das que Roberto da Matta utiliza para analisar a representação literária do malandro, de forma a descrever o *modus operandi* dessa figura arquetípica:

Nas histórias de Pedro Malasartes, chama a atenção o estilo narrativo marcadamente solto, sublinhado por inúmeros episódios livres, combinados numa ordem dependente do narrador. Tais relatos

²³⁰ CANDIDO, Antonio, "Dialética da Malandragem" In. *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, pp. 17-46.

– que definem o caráter do herói e do meio no qual ele opera – vão de situações nas quais Pedro engana pessoas em posições sociais de poder e prestígio, até a venda de fezes a um ricoço, passando por situações muito mais ambíguas, quando a distância entre a sagacidade e a ofensa social se confunde, como a indução de um poderoso fazendeiro ao assassinato, o uso de um cadáver para obter lucro, incluindo ainda a destruição consciente e programada de bens de consumo e produção alheios, propriedade particular de um grande patrão. Então, não há dúvida alguma de que estamos diante de um “herói sem nenhum caráter”, ou melhor, diante de um personagem cuja marca é saber inverter todas as desvantagens em vantagens, sinal de todo bom malandro e de toda e qualquer boa malandragem. Sendo assim, Pedro Malasartes nos diz como transformar a morte e o cadáver em algo vivo e positivo, ganhando dinheiro e tirando partido de sua própria perda e dor. E ainda nos ensina a aceitar a relação entre “merda e dinheiro”, na profunda equação que diz ser o dinheiro (e a posição social que lhe corresponde) podre e disponível como as fezes que, como sabemos Pedro vende a um ricoço burro, curioso e convencido. Na linguagem moderna do Brasil Pedro Malasartes, sobre ser um herói sem caráter, é um subversivo, perseguidor dos poderosos, para quem sempre leva a dose de vingança e destruição que denuncia a falta de um relacionamento social mais justo entre o rico e o pobre, além de revelar o código moral que deve pautar o relacionamento entre fortes e fracos, código a ser fundado sobretudo no envolvimento e respeito moral entre ricos e pobres.

[...] Assim, Pedro é um homem dos interstícios que sempre está voltando à ordem para exercer sua vingança e, assim, pela zombaria e sagacidade (arma típica dos fracos), recoloca a esperança de corrigir o mundo, compensando as diferenças sociais.²³¹

Raimundo Flamel vende aos poderosos de Tubiacanga a imagem de um grande alquimista e, com isso, o sonho de se transformarem ossos em ouro. O senhor Castelo vende a imagem de sábio professor de javanês e, com isso, o sonho de uma narrativa de poderes místicos, que o permite enganar os poderosos do Brasil. E com esses contos, é o próprio Lima Barreto quem, através de seus contos, denuncia os vícios da elite nacional, vingando-se dela, talvez com a “esperança” de compensar as desigualdades experimentadas por ele mesmo, mas, ao mesmo tempo, deixa margem para que seu leitor compreenda que também o malandro faz um jogo socialmente irresponsável.

No próximo capítulo veremos como José da Silva Coelho, com estratégias bastante parecidas, representa questões muito semelhantes na sociedade colonial goesa.

²³¹ DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.pp. 212-213.

CAPÍTULO QUATRO

Isto não é chalaça!

Vai em tudo a alta ganância,
Num descarado trapaceiro!...
E tudo... e porque lá julgam
Mui pouco todo o dinheiro!...

O roupeiro, o merceeiro
E outros, mandam à vontade,
E vão elevando os preços,
Com toda a *honestidade!*...

O padeiro, o carnicheiro
E os mais, lá por sua vez,
Vão diminuindo o pezo,
Sempre mostrando... *horadez!*...

O operário, por seu turno,
Exigindo o alto salário,
Encurta o tempo, safando-se
Bem antes do seu horário!...

E todos, especulando,
Passam os dias, contentes,
A encher o seu... *pé de meia*,
E andar com... caras ridentes!...

E o mediano é quem paga
As favas co' as mãos avaras,
P'ra por assim essas caras,
Caras que saem bem... *caras!*

Mosquito

O *Heraldo* – 09/08/1922 – p. 2.

A malandragem em três contos de José da Silva Coelho

Escolhemos analisar três contos de José da Silva Coelho – e não apenas dois como fizemos nas análises de Lima Barreto – por diversos motivos. O primeiro deles é uma motivação bastante prática: o fato de os contos do goês serem significativamente mais curtos que os do brasileiro. O segundo motivo está diretamente ligado ao intuito central desta tese, olhar o outro para se entender, o que demanda uma observação mais detida das representações literárias goesas. O terceiro está relacionado ao nosso desejo de, dentro do possível, apresentar a literatura goesa e a obra de José da Silva Coelho à crítica literária brasileira.

Como já indicamos, acreditamos que todos os contos escolhidos estão, em alguma medida, atrelados à tradição da comédia de costumes. Apesar disso, notamos que alguns dos contos barretianos como “O filho da Gabriela” e “Um especialista” possuem um tom um tanto melancólico e até trágico. Já os contos de Silva Coelho são marcadamente cômicos, o que nos leva a refletir sobre as matrizes da literatura cômica. Nesse intuito, é inevitável recorrermos à *Arte Poética*, de Aristóteles:

É também essa diferença o que distingue a tragédia da comédia: uma se propõe imitar os homens, representando-os piores; a outra os torna melhores do que são na realidade.

[...]

A comédia é, como já dissemos, imitação de maus costumes, mas não de todos os vícios; ela só imita aquela parte do ignominioso que é o ridículo.

O ridículo reside num defeito ou numa tara que não apresenta caráter doloroso ou corruptor. Tal é, por exemplo, o caso da máscara cômica, feia e disforme, que não é causa de sofrimento.²³²

As personagens de Coelho são sempre marcadas por suas deformações no caráter e às vezes por deformações físicas. O nível de ridicularização que se estabelece, como já afirmamos, as equipara à caricatura (especialmente quando inspiradas em pessoas reais, o que não era incomum nas produções do autor). Além disso, devido à extensão dos contos, essas personagens dificilmente transformam-se durante a narrativa; de forma geral o caráter delas é o gatilho dos próprios

²³² ARISTÓTELES. *Arte poética*. file:///C:/site/livros_gratis/arte_poetica.htm (53 of 53) [3/9/2001 15:05:20] (Acesso em 15 de fevereiro de 2012). pp. 3,7.

enredos em que estão inseridas, sendo um argumento em favor dessa afirmação o fato de a maioria dos contos de Silva Coelho ter o nome de seus protagonistas (e às vezes os principais defeitos destes) presentes nos títulos das narrativas, como notamos pelos seguintes exemplos: “A vaidadezinha de Mademoiselle Pulquéria”, “As valentias de Valentim Negrão e a teoria dos vasos comunicantes”, “As duas paixões do Bonifácio Monserrate”, entre vários outros.

Isso sugere que tais personagens aproximam-se do que se entende por personagens tipos:

Traduzindo em linguagem atual a terminologia setecentista de Johnson, pode-se dizer que o romancista “de costumes” vê o homem pelo seu comportamento em sociedade, pelo tecido das suas relações e pela visão normal que temos do próximo. Já o romancista de “natureza” o vê à luz da sua existência profunda, que não se patenteia à observação corrente, nem se explica pelo mecanismo das relações.

Em nossos dias, Forster retomou a distinção de modo sugestivo e mais amplo, falando pitorescamente em “personagens planas” (*flat characters*) e “personagens esféricas” (*round characters*).

“As personagens planas eram chamadas temperamentos (*humours*) no século XVII, e são por vezes chamadas tipos, por vezes caricaturas. Na sua forma mais pura, são construídas em torno de uma única ideia ou qualidade; quando há mais de um fator neles, temos o começo de uma curva em direção à esfera. [...]”²³³

Embora não seja romancista, está claro que José da Silva Coelho tem uma produção literária que se coaduna às comédias de costumes. Além disso, suas personagens dificilmente alteram seus comportamentos ao longo das narrativas. Como caricaturas de comportamentos reais, tais personagens representam defeitos amplificados de modo a tornar seus atos pitorescamente ridículos e, por isso, cômicos. Mas o que pretendia o autor com tantos tipos sociais sendo ridicularizados? Aparentemente, pretendia aplicar a já mencionada lógica do *ridendo castigat mores*, no intuito de desvelar os vícios de sua própria sociedade. Assim, é inevitável que nossas análises concentrem-se mormente no teor ideológico dessas representações, deixando em segundo plano o teor estético dos contos:

Atribui-se ou nega-se muitas vezes à literatura exercício de funções ideológicas. Se entendemos por “função ideológica” a decomposição de uma ideia, isto é, o seu uso para justificar determinado estado de

²³³ CANDIDO, Antonio. “A personagem do Romance”. In CANDIDO, Antonio. (org). *A Personagem de Ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2000. pp. 62-63.

coisas precário ou a propagação ou defesa de um sistema espiritual que exprime e racionaliza os interesses estabelecidos de determinada parte da sociedade, mascarando-lhes a negatividade subjacente, é claro que se deve considerar tal função como contrária à essência da literatura. [...] A grande obra de arte, assim parece, repele, pela sua própria estrutura, semelhante função; ela parece ser incapaz de pôr-se a serviço da corrupção de ideias. Ela pode apresentar ou mesmo exaltar valores corruptos, mas ao mesmo tempo lhes revelará o cerne íntegro e lhes desvendará o lado corrupto. A grande obra literária sempre revela e nunca encobre como a ideologia, no sentido definido. [...] A literatura é uma empresa digna e humana. É profunda a nossa fé de que a grande obra de arte, mesmo se o seu autor por quaisquer obsessões sucumbir a enganos, resiste à função corruptora da ideologia, sendo até capaz de, a despeito do autor, desnudar a sua falsidade para restituir à humanidade a ideia pura e original de que a ideologia é a perversão. A grande obra a desmascara pelo menos até o ponto mais avançado atingido pela consciência de cada época. [...]

Ao afirmar o poder revelador da obra literária, já se atribui a ela uma função “ideológica” em outra acepção, no sentido de ela ser manifestação de ideias, de uma “filosofia”, de concepções do mundo ou da sociedade, de exprimir ou mesmo empenhar-se por valores políticos, sociais, morais ou vitais – embora tal empenho nunca deva ser exigido ou imposto. Parece que as obras em geral contêm tais momentos, pelo simples fato de manipularem palavras, exprimindo ao menos (ainda que seja sem empenho específico) experiências e interpretações da realidade, e lidarem com seres humanos e seus interesses, sentimentos, reflexões, atitudes, conflitos e decisões, sempre ligados a valorizações e ideias. É inevitável, por isso, que à obra se associem valores e ideias.²³⁴

Tal qual nos posicionamos em relação aos contos de Lima Barreto que selecionamos para análise, também consideramos os contos de Silva Coelho como grandes obras de arte. Assim, ao nos referirmos à ideologia contida neles, obviamente, estamos nos referindo ao fato de que elas expressam determinadas “concepções de mundo” que “desnudam” a realidade social goesa do seu tempo. A seguir procuraremos demonstrar que, para isso, as personagens que protagonizam essas narrativas são essenciais.

²³⁴ ROSENFELD, Anatol. *Estrutura e problemas da obra de arte*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976. pp. 58-60.

4.1: Burocracia, a malandragem institucional

Nos diversos “Contos regionais” de José da Silva Coelho, um dos elementos de maior destaque é a alcunha de seus protagonistas: Conselheiro Gerolsteins, Dr. Pancrácio, Sr. Feliciano Ventura, Dr. Olhada e Mr. Gilaz são alguns deles. Tais escolhas, em alguns casos, provocam o humor pelo simples estranhamento diante de nomes incomuns, em outros, por sugerirem determinadas características das personagens criadas. Mr. Gilaz parece cumprir ambas as funções. Este era, na realidade, Gelásio de Faria, natural de Pomburpá, em Goa.

Em “Atribuições do Mr. Gilaz em Goa”²³⁵, o protagonista que dá nome à trama, sem conseguir avançar na preparação para a carreira eclesiástica com que seu pai sonhara pela dificuldade em aprender o latim, foi estudar inglês com seu tio Vicentinho de Faria, o qual trabalhara como despenseiro na companhia britânica de transportes marítimos, Peninsular and Oriental Steam Navigation Company (P&O) – em funcionamento desde a primeira metade do século XIX, especializada na rota entre a Península Ibérica e o Oriente. Com a morte de seu pai, Bonifácio de Faria, Gelasinho, como era chamado, mudou-se para Bombaim onde tentaria fazer fortuna. Lá conseguiu um emprego como ajudante de praticante de farmácia, na ambulância farmacêutica do Dr. Pais, em Cavel – um bairro localizado na região sul de Mumbai, que ainda hoje conserva laços com a cultura cristã (ali implantada pelos portugueses), como, por exemplo, a igreja de Nossa Senhora da Saúde, construída em 1794²³⁶.

Com a morte do praticante de farmácia, Gelasinho acabou herdando o cargo, “transformou-se em Mr. Gilaz e tornou-se um hábil preparador e vendedor de *mixtures*”²³⁷. Nessa passagem da trama, começamos a notar elementos claramente vinculados à malandragem. Como já explicitamos, uma das maiores habilidades do malandro é a mímica, a capacidade de se fazer passar por um integrante das

²³⁵ COELHO, José da Silva. *Obra Quase Completa de José da Silva Coelho*. “Contos Regionais”. (org.) SEABRA, Manuel de. in. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. (periódico) nº 124. Bastorá: Tipografia Rangel, 1979, pp. 108 - 112.

²³⁶ CHOPRA, Preeti, “La ville imaginée: Nommer les divisions de Bombay colonial (1800-1918)” In. TOPALOV, Christian. (dir.) *Les divisions de la ville*. Paris: UNESCO & Maison des sciences de l’homme, 2002, p. 151.

²³⁷ COELHO, José da Silva. *Obra Quase Completa de José da Silva Coelho*. “Contos Regionais”. (org.) SEABRA, Manuel de. in. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. (periódico) nº 124. Bastorá: Tipografia Rangel, 1979. p. 108.

classes dominantes quando necessário, ou por um indigente, caso precise se disfarçar. Segundo Roberto da Matta, isso leva o estereotipado malandro carioca a adotar o terno branco, já que por muito tempo as roupas de linho branco eram exclusivamente destinadas aos senhores de posses²³⁸. Usurpada essa marca diferencial, o malandro pôde por algum tempo se valer desse traje para passar-se por “senhor distinto”. Essa habilidade para a mímica ganha bastante relevância na caracterização de um dos malandros apresentados por Manuel Antônio de Almeida, o já referido Teotônio Sabiá:

Havia um endiabrado patusco que era o tipo perfeito dos capadócios daquele tempo, sobre quem há muitos meses andava o major de olhos abertos, sem que entretanto tivesse achado ocasião de pilhá-lo: sujeitinho cuja ocupação era uma indecifrável adivinhação para muita gente, sempre andava entretanto mais ou menos apatacado: tudo quanto ele possuía de maior valor era um capote em que andava constantemente embuçado, e uma viola que jamais deixava. Gozava reputação de homem muito divertido, e não havia festa de qualquer gênero para a qual não fosse convidado. [...] A fama que tinha de homem divertido, e que lhe proporcionava tão belos meios de passar o tempo, devia-a a certas habilidades, e principalmente a uma na qual não tinha rival. Tocava viola e cantava muito bem modinhas, dançava o fado com grande perfeição, falava *língua de negro*, e nela cantava admiravelmente, fingia-se aleijado de qualquer parte do corpo com muita naturalidade, arremedava perfeitamente a fala dos meninos da roça, sabia milhares de adivinhações, e finalmente, – eis aqui o seu mais raro talento, – sabia com rara perfeição fazer uma variedade infinita de caretas que ninguém era capaz de imitar. Era por conseqüência as delícias das espirituosas sociedades em que se achava. Quem dava uma súcia em sua casa, e queria ter grande roda e boa companhia, bastava somente anunciar aos convidados que o Teotônio (era este o seu nome) se acharia presente.

[...]

Como os leitores estarão lembrados, o Leonardo-velho, isto é, o Leonardo-Pataca, vivia com a filha da comadre; dela tinha um descendente, a cujo nascimento nós os fizemos assistir. Pois, apesar de haver já passado algum tempo, a criança ainda não estava batizada. O Leonardo-Pataca, a instâncias da comadre, que muito se afligia com aquela demora, determinou finalmente o dia que ela se devia fazer cristã. Segundo os hábitos imutáveis, havia súcia por essa ocasião; e, segundo a moda, foi o Teotônio convidado. O major soubera de tudo, e era exatamente aí que o esperava, e tinha determinado pilhá-lo. Para isso dera aos seus soldados o aviso de que acima falamos.

[...]

À hora ajustada chegou o major à casa do Leonardo-Pataca; como não havia o menor motivo para violências, porque tudo corria na mais

²³⁸ DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 153.

perfeita paz, o major entrou sozinho, com prévia permissão do Leonardo-Pataca, e assistiu ao divertimento. Quando ele chegou estava exatamente Teotônio em cena com as suas habilidades. Tendo esgotado já todas elas, ia recorrer à última, que era a das caretas. É preciso notar que ele não sabia só fazer caretas a capricho, sabia-as também fazer imitando, pouco mais ou menos, esta ou aquela cara conhecida: era isso o que fazia morrer de riso aos circunstantes.

Estavam todos sentados, e o Teotônio em pé no meio da sala olhava para um, e apresentava uma cara de velho; virava-se repentinamente para outro, e apresentava uma cara de tolo a rir-se asnicamente; e assim por muito tempo mostrando de cada vez um tipo novo. Finalmente, tendo já esgotado toda a sua arte, correu a um canto, colocou-se numa posição que pudesse ser visto por todos ao mesmo tempo, e apresentou a sua última careta. Todos desataram a rir estrondosamente apontando para o major.²³⁹

Destacamos esse longo trecho das *Memórias de um sargento de milícias*, justamente para explicar por que a capacidade de imitação é uma das marcas da malandragem brasileira e, em seguida, discutir o uso de tal artifício em Goa. O disfarce como burla ou estratégia de conquista certamente não é exclusividade dos mais pobres, muito menos dos habitantes das colônias portuguesas. Na literatura temos vários exemplos da astúcia de disfarçar-se como recurso para se superar uma condição desfavorável. Odisseu (reconhecido justamente por sua astúcia), no retorno a Ítaca, disfarça-se de mendigo para, junto a Telêmaco, dar cabo dos pretendentes de Penélope. Há, também, a célebre vingança do *Conde de Monte-Cristo*, de Alexandre Dumas, na qual o tesouro de Spada é utilizado por Edmond Dantes para se fazer passar por nobre e se aproximar dos responsáveis por sua prisão no Chateau D'If. Encontramos algo semelhante na própria literatura goesa, no romance *Os Brâmanes*²⁴⁰, de Francisco Luís Gomes, em que Magnod, após perder sua pureza bramânica, trama uma vingança contra Roberto (o culpado pela derrocada do protagonista). Para realizá-la sem ser descoberto, Magnod finge ser o rico comerciante de nome Sobal, utilizando-se constantemente de chapéu e óculos (para encobrir suas feições), o que levou as pessoas a julgarem que ele seria judeu. Os disfarces, nesses três casos, funcionam como armas contra os antagonistas, mas não podemos negar que tal recurso também é utilizado por bandidos nos golpes mais vulgares, até os dias de hoje. Por outro lado, nas histórias em quadrinhos, são as máscaras que garantem as identidades-secretas dos super-

²³⁹ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1997. pp. 178 - 180.

²⁴⁰ GOMES, Francisco Luiz. *Os Brâmanes*. Lisboa: Minerva, 1998.

heróis, disfarces necessários para, entre outras coisas, evitarem-se ataques dos inimigos.

Em nossa leitura, o que diferencia o disfarce do malandro dos outros disfarces que encontramos na literatura é que nos casos de vingança, por exemplo, o disfarce e o engano têm uma motivação específica e um objetivo pontual. Por outro lado, a imitação do malandro (um indicativo de sua astúcia) é como um modo de vida, podendo ter ou não uma intenção premeditada, mas muitas vezes sendo utilizada para se obterem vantagens, como notamos, por exemplo, com o senhor Castelo, protagonista do conto “O homem que sabia javanês”. Essa é uma habilidade que pode ser manipulada de forma heterogênea e possui, em geral, vínculo com o oportunismo, que a afasta das dimensões trágica ou vingativa, que estão presentes em disfarces como os de Odisseu, Dantes e Magnod. Por isso, o disfarce do malandro não se confunde com o do vingador que planeja um golpe contra seus opressores ou com o dos super-heróis das histórias em quadrinhos (que têm nos seus disfarces uma espécie de alterego). Ajustando-se às circunstâncias, o malandro revela a capacidade de adotar várias formas: usando uma vestimenta arrumada pode se fingir de nobre, ou vestindo trapos pode se fingir de pobre.

Na sequência da cena de *Memórias de um sargento de milícias*, Teotônio e Leonardinho planejam rapidamente a fuga daquele, quando a casa de Leonardo-Pataca se via cercada pelos granadeiros do Vidigal. Várias pessoas saem juntas e, virando a esquina, Teotônio imita um aleijado de forma tão convincente que não é importunado pelos homens do Major.

Contudo, ao contrário de Teotônio (escolado na vadiagem), o protagonista do conto de José da Silva Coelho não parece alguém com essa experiência. Além disso, não podemos dizer que Gelasinho estava em uma posição desconfortável, de forma a precisar de um disfarce para superar algum obstáculo. A ação de Gelasinho poderia, talvez, ser associada ao já mencionado dito popular “a ocasião faz o ladrão”. Essa expressão diz respeito àqueles golpes que não são planejados, mas que ocorrem de modo “natural”. Quando se viu alçado ao cargo de preparador de misturas, em um território ligado à Índia britânica, Gelasinho percebeu que poderia se fazer passar por outra pessoa, alguém mais distinto, mais nobre, mais europeizado – o que julgava ser um valor. É curioso perceber como uma lógica de valorização dos ingleses em relação aos portugueses (que tínhamos no Brasil e mesmo em Portugal) parece vigorar na Índia colonial. Ou seja, o indiano

europizado que falasse português estaria, na lógica colonial goesa, acima do indiano comum e abaixo do indiano europeizado que falasse inglês. Apesar disso, o ensino nas escolas de língua inglesa em Goa é constantemente depreciado, nos contos de Silva Coelho. Quando uma personagem não obtém sucesso nas escolas portuguesas, imediatamente a família a remete a uma escola de língua inglesa, para que possa trabalhar em Bomabaim.

Outro aspecto a se levar em conta é que o ato de se disfarçar em Goa, naquele tempo, não seria uma tarefa fácil, como indica Manuel de Seabra, ao explicar por que a abreviação da assinatura de José da Silva Coelho, ao final de seus contos, não fora suficiente para que este se mantivesse anônimo:

[...] De qualquer maneira não seria possível o incógnito, numa terra como Goa, onde os 500 mil habitantes, que devia ter por 1922, se reduziam a uns 200 mil cristãos, dos quais talvez apenas um quarto formassem o sector culto. Todos se conheciam. Goa era uma sociedade exposta...²⁴¹

O reconhecimento mútuo entre os habitantes de Goa nos parece também estar atrelado à tradição do estudo das genealogias. Essa tradição perpassa a questão das castas assim como das gancarias, definidas por Dalgado²⁴² como “comunidades das aldeias” – associações para decisões coletivas dos rumos das povoações, em Goa, cujas lideranças eram definidas a partir da genealogia dos membros, tendo papel de destaque os gancares, descendentes dos fundadores de cada aldeia. Sendo assim, a saída de Goa significava lançar-se a um mundo de anônimos, em que os sobrenomes muitas vezes não cumpriam o papel de identificar a origem de cada um. A possibilidade de anonimato se torna ainda mais representativa quando relacionada a Bombaim, pois desde a chegada dos portugueses aquela já era uma das mais populosas cidades do mundo, como indica Pedro Avelar²⁴³ ao afirmar que por volta de 1600 a cidade já contava com cerca de meio milhão de habitantes.

Tendo em vista essa situação, Gelasinho viu a chance de passar-se por estrangeiro, rompendo com a estratificação social quase inalterável naquele local.

²⁴¹ SEABRA, Manuel de. in. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. (periódico) nº 124. Bastorá: Tipografia Rangel, 1979. p. 59.

²⁴² DALGADO, Sebastião Rodolfo. *Glossário Luso-Asiático*. (2 vol.). Nova Delhi: AES, 1988.

²⁴³ AVELAR, Pedro. *História de Goa: de Afonso de Albuquerque a Vassalo e Silva*. Alfragide: Texto editores, 2012. p. 20.

Não resistiu à oportunidade e se converteu em “Mr. Gilaz”, explorando seu domínio sobre a língua inglesa, mesmo em conversa com falantes do português, para se fazer passar por outra pessoa. Vale destacar que tal aspecto do protagonista é ironizado, ao longo de toda a trama, pelo narrador, especialmente ao indicar que Mr. Gilaz preparava suas “*mixtures*”, deixando sugerido no emprego da palavra mistura em inglês um certo rebaixamento, já que não se tratava da composição de “*medicines*”, isto é, de medicamentos. O sucesso profissional em Cavel levou Gelásio a idealizar um retorno a Pomburpá, onde poderia montar sua própria farmácia e conquistar reconhecimento com as receitas aprendidas na Índia britânica. Nesse período, a Índia (assim como a Europa) sofria com a pneumonia que devastava a população do pós-guerra, portanto, a crença do protagonista de que trataria muitos pacientes com febres não era infundada, mas sim algo bastante provável. Para complementar a caracterização de sua nova identidade, Mr. Gilaz comprou uma mala de couro, onde guardou os frasquinhos das misturas, e “surrupiou” um estetoscópio velho que encontrara abandonado na farmácia, partindo em seguida para Goa. Em uma interpretação sobre o simbolismo dessas informações dadas pelo narrador, podemos imaginar que o estetoscópio – constantemente exposto por Mr. Gilaz em Goa – funcionava tanto como símbolo da profissão ligada à medicina quanto como símbolo da modernidade trazida da Índia britânica. No entanto, o estetoscópio de Gilaz estava enferrujado, talvez como uma alegoria daquela falsa modernidade e da precária qualificação do protagonista como profissional da saúde.

Ao desembarcar na Alfândega de Pangim, Mr. Gilaz não encontrou o tratamento que esperava, sendo “detido por um empregado que lhe exigiu o pagamento da taxa de entrada, antes de pôr os pés em terra”²⁴⁴. Gelásio pagou o que fora exigido e, em seguida, retornou à pose de “Mr.”, tratando os empregados como via os ingleses fazerem quando davam gorjetas. Em terra, Gelásio foi detido novamente:

Os empregados obrigaram-no a uma porção de formalidades: desmancharam a mala, revistaram a roupa, destaparam os frasquinhos de quinino e outros, cheiraram-nos, abriram o solado, e, como lá, entre outras coisas, encontrassem um pequeno fardo de

²⁴⁴ COELHO, José da Silva. *Obra Quase Completa de José da Silva Coelho*. “Contos Regionais”. (org.) SEABRA, Manuel de. in. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. (periódico) nº 124. Bastorá: Tipografia Rangel, 1979. p. 109.

bombilins, houve dúvida sobre se por aquilo seria devido o “Bilhete de despacho de importação”, ou a “Guia de despacho de mercadorias” e depois de várias idas e voltas, ordens e contraordens, obrigaram-no a esperar mais de uma hora, enquanto se fazia a conta dos direitos, vinte por cento de adicionais, ditos municipais, selos etc., etc., e preenchimento de várias fórmulas e formalidades.²⁴⁵

Nessa passagem, temos um claro retrato da burocracia da administração portuguesa do período – algo que parece vigorar na realidade brasileira até o presente – pois mesmo os responsáveis pela Alfândega não tinham certeza sobre como aquelas mercadorias deveriam ser tratadas. Ao resolver isso, Mr. Gilaz se viu vítima das circunstâncias, novamente, pois diante do suposto inglês todos aqueles que o atendem tentam explorá-lo. Os marinheiros da tona – um barco de transporte de pessoas que se usava nos rios de Goa àquele tempo – que o levaria, rio a dentro, até Pomburpá cobravam preços extorsivos, o cocheiro também tentou fazê-lo pagar a mais pelo transporte das malas, o que foi tirando Mr. Gilaz do sério.

Quando finalmente chegou a Pomburpá, Mr. Gilaz encontrou seu primo Elizabet – outro nome que carrega um viés de humor, por ser empregado originalmente para mulheres, o que nos dá indícios de que o tio de Gelásio, Vicentinho de Faria, também guardava certa reverência aos ingleses, aliada a uma notória ignorância em relação a alguns detalhes dessa cultura como, por exemplo, a onomástica. Esse primo, escrivão suplente das execuções fiscais em Mapuçá, fracassara nesta profissão por ser surrado todas as vezes em que executava alguma penhora. Ou seja, as leis funcionavam desde que aqueles que as empregassem tivessem poder para fazê-las valer. Apesar desse fracasso, Elizabet (ou Lisbette, como dizia Mr. Gilaz) mantinha a pose de conhecedor das leis, fazendo solicitações nos cartórios e dando “consultas”.

A chegada do primo coincidira com a publicação, no suplemento ao nº II do *Boletim Oficial*, da nova “lei do selo”. Essa “complexa” lei versava sobre a taxaço para qualquer atividade comercial que exigisse documentação, pois a oficialização de qualquer negócio só estaria completa quando acompanhada dos selos do governo. Elizabet, que estava estudando a nova lei, carregou o suplemento do *Boletim* quando foi recepcionar o primo recém retornado. Porém, ao deparar-se com Gelasinho, portando a mala de couro e o estetoscópio, ficou curioso sobre as

²⁴⁵ COELHO, José da Silva. *Obra Quase Completa de José da Silva Coelho*. “Contos Regionais”. (org.) SEABRA, Manuel de. in. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. (periódico) nº 124. Bastorá: Tipografia Rangel, 1979, p. 109.

intenções do primo naquela visita. Ao ser inquirido, Mr. Gilaz explicou inocentemente sua intenção de “montar uma clínica” durante o tempo em que estivesse por lá, sem imaginar que assim instigaria o entusiasmo do primo em relação à nova lei. A partir daí, tudo quanto Gelásio pretendia fazer se tornaria motivo para a citação de um item da lei:

“– X: licença para exercício de qualquer profissão científica adquirida em qualquer Universidade ou academia estrangeira, 30\$000 ou 85 rupias e 2 tangas e seis réis.”

[...]

“Licença para venda de águas minerais ou medicinais...”²⁴⁶

Atônito diante daquela burocracia, Gelasinho afirmou ironicamente que “aconselharia aos que sofressem de febres a irem a Bombaim”, mas recebeu como resposta uma nova citação: “– Licença para agência de emigração etc. etc. 200\$000 réis ou Rps. 571: 06: 11.”²⁴⁷ Diante disso, Gelásio se revoltou tanto com o entusiasmo do primo (verdadeiramente maravilhado com a complexidade e abrangência daquele novo código), quanto com o governo. Essa indignação foi ampliada quando Elizabet afirmou que até mesmo o velho cão moribundo, da casa da família, precisaria pagar uma taxa. Em seu último suspiro de paciência, Gelásio tentou desconversar, convidando o primo a sentar-se para jantar e a ficar ali hospedado por uma noite, mas Elizabet não resistiu e leu outro artigo que tratava sobre a licença para hotel ou hospedaria. Mr. Gilaz, corroído pela raiva, lançou confusamente os olhos sobre a lei e se deparou com o seguinte artigo: – “Licença para estalagem casa de pasto ou casa de guarda para cavalgadura”²⁴⁸. Imaginando que seu primo comparara a casa da família a uma estalagem ou casa de pasto, Gelásio perdeu completamente a compostura e expulsou aquele sádico primo de sua casa; mas este, sem o menor escrúpulo, ao ouvir o estrondo feito pela porta da rua violentamente fechada por Mr. Gilaz, ainda gritou do lado de fora: – “Licença 37^a B para fogos de estalo 1\$5000 réis ou Rps. 4: 04: 07”.²⁴⁹

Com esse desfecho, vemos a completa frustração do protagonista que tentara aproveitar a oportunidade de retorno a Goa para “tirar vantagem” de uma posição social (tornando-se um Mr.) e de um conhecimento adquirido (o preparo das

²⁴⁶ Anexo I. p.197.

²⁴⁷ Anexo I. p.197.

²⁴⁸ Anexo I. p.198.

²⁴⁹ Anexo I. p.199.

mixtures), tencionando “enriquecer”, e acabou impelido pelo próprio primo a recuar nesse plano. Por trás do humor leve, quase inocente, há a severa crítica a uma administração cujas leis não visavam o crescimento da sociedade mas, ao contrário, tornavam-se muitas vezes empecilhos ao desenvolvimento social, cultural e econômico. Podemos supor que os anos fora de Goa teriam tirado de Gelásio a noção sobre o funcionamento da sociedade colonial indo-portuguesa. Ele tentou ser esperto, sem contar que o governo era ainda mais esperto do que ele. Nesse sentido, soa bastante irônica a dedicatória do autor ao seu “amigo Joaquim Bernardo de Sá distinto Recebedor da Fazenda de Bicholim”, como se tivesse produzido o conto justamente para expor os problemas da atuação do governo goês no que tange aos impostos e às taxações fazendárias.

Assim, em contraste com a idealização da Índia britânica temos, no conto, a depreciação da colônia portuguesa, carregada de incertezas e injustiças. Afirmamos isso, por acreditarmos que no conto as burocracias se sobrepunham ao que pareceria mais lógico (como as duas possibilidades de guias de importação na Alfândega ou a taxaço sobre o cão velho) e o condicionamento dos serviços às relações pessoais que se estabeleciam (como a cobrança pelo cocheiro) eram formas de se burlar a isonomia das regras. Desse modo, as confusas leis dos selos, vigentes na colônia portuguesa permitiriam que elas fossem manipuladas de acordo com os interesses pessoais (daqueles que ocupam posições de poder) e governamentais. Naquele contexto, isso parece criar algo semelhante ao que existe no Brasil: um intervalo entre a norma e a conduta. Esse intervalo faz com que tenhamos ainda hoje, no Brasil, o conceito de “leis que pegam” e “leis que não pegam”. Afinal, a aplicabilidade das normas depende das circunstâncias, pois mesmo os responsáveis por “manter a ordem” não têm completa clareza sobre o que pode ou não ser feito.

Desse modo, Gelásio configura-se como um pretense malandro que falha em sua tentativa de golpe por ser superado pelo sistema (ou pela ordem, como diria Antonio Candido) que, nas suas burocracias, se revela ainda mais “malandro”. Ainda que queira, o preparador de *mixtures* não pode tirar vantagem sobre o governo colonial. Na sequência, trataremos do conto “O conselheiro Gerolsteins Gomes”, uma narrativa que revela um estereótipo dos políticos goeses do período.

4.2: Medalhão à indiana

Apesar de narrado em terceira pessoa, o conto “O conselheiro Gerolsteins Gomes” possui um narrador que efetivamente deixa notar, pelas ironias, seu posicionamento diante dos fatos apresentados ao leitor. A situação inicial nos revela o nascimento de uma criança cuja descrição se assemelha bastante à feita pelo narrador das *Memórias de um sargento de milícias*, quando se dá o nascimento de Leonardo. Ambos são descritos como gordos, gulosos e barulhentos. Contudo, o protagonista do conto de Silva Coelho é acompanhado da característica de ser “vermelho como um pimentão”. Devido a este aspecto, seu pai, Cucufato Gomes, imaginou que ele “parecia de marca alemã” – embora nunca tivesse visto um alemão – e, por isso, decidiu batizar-lhe com uma alcunha condizente com esse perfil, Gerolsteins, nome “que, anteposto ao seu portuguêsíssimo apelido Gomes, deveria produzir efeito e fazer de seu filho alguém num futuro não muito remoto”.

Pode-se observar que essa previsão de Cucufato toma por base o possível efeito criado pelo aspecto do menino associado a seu nome quase como uma fórmula para o sucesso. A representação literária de uma sociedade marcada pela sedução das aparências sem dúvida é comum a vários autores das mais diversas literaturas. Tanto Flamel quanto Castelo, protagonistas dos contos de Lima Barreto, apoiaram-se nessa lógica, porém, parece-nos interessante trazer à discussão o texto de um outro autor brasileiro, contemporâneo de Lima, qual seja, Machado de Assis e sua famosa “Teoria do Medalhão”. Esse conto constitui-se meramente em um diálogo entre pai e filho, em que o primeiro aconselha o jovem de vinte e um anos:

– Não te ponhas com denguices, e falemos como dois amigos sérios. Fecha aquela porta; vou dizer-te coisas importantes. Senta-te e conversemos. Vinte e um anos, algumas apólices, um diploma, podes entrar no parlamento, na magistratura, na imprensa, na lavoura, na indústria, no comércio, nas letras ou nas artes. Há infinitas carreiras diante de ti. Vinte e um anos, meu rapaz, formam apenas a primeira sílaba do nosso destino. Os mesmos Pitt e Napoleão, apesar de precoces, não foram tudo aos vinte e um anos. Mas qualquer que seja a profissão da tua escolha, o meu desejo é que te faças grande e ilustre, ou pelo menos notável, que te levantes acima da obscuridade comum. A vida, Janjão, é uma enorme loteria; os prêmios são poucos, os malogrados inúmeros, e com os suspiros

de uma geração é que se amassam as esperanças de outra. Isto é a vida; não há planger, nem imprecicar, mas aceitar as coisas integralmente, com seus ônus e percalços, glórias e desdouros, e ir por diante.²⁵⁰

Do mesmo modo que o pai de Janjão, Cucufato também almejava um futuro ilustre para o filho. E Gerolsteins de fato o atingirá, conquistando tudo que podia no “jogo da vida”, ganhando inclusive um prêmio na loteria. Desde a infância, o pequeno Gerolsteinsinho demonstrava pouco apreço pelo esforço e pelo estudo. Por outro lado, revelava seu caráter ganancioso, o que, nesta etapa da vida, poderia ser percebido pela gula incontrolável do menino. O filho de Cucufato era capaz de tudo para saciar sua fome: fuçar o lixo atrás de ossos de galinha, roubar dinheiro (poças) dos pais e até visitar parentes, próximo à hora das refeições. Portanto, seu viés astuto e malandro já se manifestava nessa primeira etapa da vida. Ainda assim, não conseguia evoluir nos estudos:

[...] como tendo – como dizia o pai – a cabeça na barriga, até aos dez anos não sabia conhecer as letras do alfabeto, nem limpar a boca enlambuzada de gorduras, nem o nariz a escorrer ranho, nem outras partes que a decência obriga a não enumerar. Quando mandavam à escola, ficava ele, horas esquecidas, a olhar nas boticas as piras de tâmaras e bojés expostas à venda, lambendo os beiços e os dedos com os olhos esbugalhados, sem pensar na lição.²⁵¹

Aos catorze anos, o menino conseguiu passar “tangencialmente” a instrução primária.

Findas as férias, como, apesar da sua habilidade em escamotear *poças*, o Cucufato não tivesse confiança na inteligência do filho, não se atreveu a mandá-lo ao liceu e meteu-o num colégio de inglês, onde o Gerolsteinsinho, só aos dezessete anos, feito já um latagão espadaúdo e forte, conseguiu passar a terceira classe, sabendo alguma coisa de ler, escrever e contar, em inglês.²⁵²

Pode-se perceber por esse trecho que a referência à adoção dos estudos de inglês como uma alternativa em Goa àqueles que não eram afeitos ao português torna-se um mote recorrente, já que algo semelhante ocorrera com Gelásio,

²⁵⁰ ASSIS, Machado de. “Teoria do Medalhão”. In. *Papéis avulsos I (Obras completas de Machado de Assis)*. São Paulo: Globo, 1997. pp. 65-66.

²⁵¹ Anexo I. pp.200-201.

²⁵² Anexo I. p. 201.

personagem do conto anteriormente analisado. Tendo feito tal escolha, restou à personagem ir trabalhar em Bombaim, onde se tornou *clerk* (escriturário) na Secretaria do Governo. Por volta dos vinte e um anos, Gerolsteins vivia uma vida que parecia caminhar para a mais completa acomodação, porém, um dia – durante o período das monções – a sorte de Gerolsteins virou.

Lendo a notícia da abertura da última lotaria da Santa Casa da Misericórdia, vira o número 13013 premiado com o primeiro prêmio de trinta mil rupias; e desse número, ele comprara o bilhete inteiro uns vinte dias antes!

Nunca jogara na lotaria; tinha mesmo escrúpulos em arriscar em jogos de azar o seu dinheiro, o seu rico dinheirinho ganho em copiar ofícios e registrar notas de serviço; e, eis que, logo ao primeiro bilhete que comprava, a fortuna o premiava, com trinta mil rupias!²⁵³

Com um destino bastante semelhante ao do senhor Castelo, personagem de Lima Barreto, é a partir de uma leitura no jornal, seguida de uma série de acasos favoráveis a si, que Gerolsteins consegue cumprir o desejo de seu pai, tornando-se um homem ilustre. Para isso não bastou ganhar o prêmio da loteria, mas Gerolsteins aproveitou-se muito bem desse golpe de sorte para atingir seus objetivos. Demonstrando completa ciência da importância das aparências para se crescer na sociedade goesa, o protagonista, após retirar seu dinheiro antecipadamente – mediante o pagamento de uma comissão de um por cento ao dono da casa lotérica – comprou roupas e uma série de símbolos capazes de associá-lo à imagem que pretendia criar para si:

Primeiramente, comunicou à Secretaria, ao seu chefe, que mandava à fava o tal lugar de copista de ofícios e notas; em seguida foi ao Araújo e mandou talhar um fato de casimira nova – porque até então só usara velhos, tingidos, dos antigos fatos do pai ou do tio – um fato completo de fraque, meia dúzia de fatos brancos e indo ao *Crawford Market*, comprou um chapéu de feltro e um par de luvas; finalmente, num *sale*, adquiriu uma mala de couro, envernizada e um par de botas.

Uma semana depois, tendo trocado na *geripurana* os seus trastes velhos por um sobretudo de casimira grossa, embarcou no comboio em terceira classe, comprando bilhete só até Londa; e telegrafou para Goa anunciando o seu regresso.²⁵⁴

²⁵³ Anexo I. p. 202.

²⁵⁴ Anexo I. p.202-203.

Nessa passagem, destaca-se o fato de que, assim que viu seu destino mudar, Gerolsteins abandonou a estabilidade que tinha no emprego como escriturário da Secretaria do Governo, para aventurar-se em busca de algo maior, retornando a Goa. Preocupado com cada detalhe na execução de seu plano, o protagonista foi de terceira classe até Londa (estação em uma cidade de Karnataka, estado vizinho a Goa), para de lá seguir com toda “pompa e circunstância” – como se diz popularmente no Brasil – até a Índia portuguesa. A família, que já havia preparado o terreno para que a nova *persona* de Gerolsteins fosse criada, mentindo sobre sua história na Índia britânica ao atribuir-lhe o alto cargo de oficial-maior, foi receber o “filho pródigo” que retornava.

Então, o “ex-clerk” Gerolsteins, que desde Londa viera em primeira classe, de luvas calçadas e envergando, apesar do calor que fazia, o sobretudo da *geripurana*, foi recebido com música e muitos foguetes queimados à chegada do comboio.

Feitos os cumprimentos de estilo, o *ex-clerk*, metendo-se num trem com a sua lustrosa mala bem à vista, e fumando um enorme *planter* recolheu-se ao lar paterno e expôs à família, os seus projetos do futuro: não pensando em voltar a Bombaim, queria tentar em Goa o negócio em grande escala, não o de *poçorcarismo* com *botica* e armazéns, mas, o de monopólios com escritório e agências comerciais.²⁵⁵

Todo o jogo de cena combinando a falsa notícia sobre o emprego, as roupas novas (com destaque para a sobrecasaca) e, ainda, o cigarro importado (*Planter*) – todos simbólicos para se fazer passar pelo que não era, como funcionava o já mencionado terno de linho branco para o malandro brasileiro – surtiu o efeito esperado, diferentemente do que ocorrera com Mr. Gilaz ao retornar a sua terra. Dentre os muitos projetos de Gerolsteins, destacava-se seu interesse por ingressar na política, no partido governamental, o que desagradou à família, historicamente vinculada ao partido popular:

[...] O pai, com a sua política, só deixara dívidas, ao passo que ele, neste século de positivismo, com o seu tino oportunista, havia de ganhar dinheiro e importância. Olá, se havia! Haviam de ver! E movia a cabeça com ar de desafio.

Depois com os conhecimentos jurídicos adquiridos copiando ofícios e notas na Secretaria de Bombaim, fazia exame de Direito e seria advogado. Pois que dúvida!²⁵⁶

²⁵⁵ Anexo I. p.203.

²⁵⁶ Anexo I. p.204.

Além da patente presunção da personagem, ressaltamos o fato de ele assumir-se como alguém com “tino oportunista”. Essa postura de Gerolsteins é inegavelmente associável à do senhor Castelo, do conto “O homem que sabia javanês”, especialmente ao afirmar que, se não estivesse contente tornar-se-ia “bacteriologista”. Tendo noções de direito pelas cópias que fazia quando trabalhava como escriturário e acumulando mais alguns conhecimentos ao estudar “o direito processual de ouvido com um escrivão de direito, seu parente, fizera exame e obtivera carta de advogado para Timor”. A partir daí, o filho de Cucufato Gomes “apresentou a sua candidatura para vogal, alegando os seus serviços ao país e ao partido, prestados tanto em Goa como lá fora”.

Ironicamente, o presidente do partido aceitou a candidatura de Gerolsteins, por considerá-lo um tolo, de forma que aquele poderia manipular facilmente o jovem vogal. Essa indicação revela bastante da visão de José da Silva Coelho em relação à política goesa. Entretanto, não era apenas Silva Coelho que satirizava a política do período. Nos jornais goeses, diversas eram as colunas e publicações com teor de sátira política. Dentre elas, ganham destaques os poemas publicados sob o pseudônimo Mosquito, autor cuja identidade ainda desconhecemos:

O desgraçado estado... do Estado da Índia

Desde que a Autonomia
Neste estado se implantou,
Quanta coisa boa e má,
Aqui não se legislou?!

Estão aí os jornais,
Tantas actas do Conselho,
Tantas brochuras impressas,
A mostrar como um espelho!

E p’ra se fazer tudo isso,
Quanto trabalho e maçadas?!
Quantos estudos, despesas
E energias esgotadas?!

Di-lo-ão os conselheiros,
A repartição fiscal,
Secretaria do Conselho
E a Imprensa Nacional...

E, afinal, de coisas boas...
Que é que há até agora?
É isto: – *Três vezes nove,*
*Vinte sete... noves fora!*²⁵⁷

Nesse poema de um dos autores que mais publicou n' *O Herald* em 1922 (localizamos ao menos onze poemas satíricos dele nesse ano), notamos uma crítica à já mencionada Autonomia do Estado da Índia, sugerindo que todos os debates políticos (sejam na imprensa sejam no Conselho) bem como todas as ações governamentais não tinham valor nenhum. Voltando ao conto, é exatamente a representação política esvaziada de reais preocupações com o povo e marcada por discursos falaciosos e cheios de rebuscamento pernóstico, que vemos personificada na figura de Gerolsteins:

Logo na primeira sessão, apresentou um projeto sobre o melhoramento e conserto das estradas, principalmente daquela que passava pelo edifício da escola primária.

– As estradas –, dizia ele, defendendo o projeto, – são caminho do progresso; as escolas são o cenáculo onde a *burguesia* vai beber o elixir da civilização. A Câmara não pode discutir esse projeto com *frialdade*.

E, macaqueando um oficial do exército metropolitano que conhecera em Bombaim e a quem servira de *cicerone* e intérprete, continuava perorando, carregando nos *rr* a fingir a língua pesada:

– A nossa terrrra, encravada no rincão do Malabar, tem de subir bem alto como um facho de luz *retumbante*, iluminando o mar de cabeças da nossa *burguesia*, mocidade *radiante* que é o futuro da nossa terrrra. Repito com rudeza franca: a Câmara no pode discutir esse assunto com *frialdade*, com indiferença.

E, terminada a sessão, Gerolsteins Gomes, todo ufano, triunfante, com grandes ares de bazófia e importância, saía da Câmara enquanto alguns colegas, reunidos em círculo, diziam:

– Este Gerolsteins Gomes, heins! Que talento! Que orador! E o presidente a dizer que ele não valia nada! ...²⁵⁸

Pode-se notar nessa transcrição o tom falacioso e sedutor de Gerolsteins ao propor um mero reparo das vias públicas e, em especial, aquela que passava pelo prédio da escola. Também é bastante relevante nesse jogo político a mímica colonial, uma vez que Gerolsteins “macaqueava” um funcionário português que conhecera, imitando seu sotaque, carregando nos “rr”. A descrição caricatural obviamente funciona como uma crítica a tais comportamentos, mas também sugere

²⁵⁷ MOSQUITO. In *O Herald*, ano XXIII, nº 6049. Nova Goa: Tipografia Herald, domingo, 6 de agosto de 1922. p. 2.

²⁵⁸ Anexo I. p. 205.

a admiração dos goeses por comportamentos que se assemelhassem aos dos colonizadores.

Gerolsteins de fato conseguiu o posto que queria, tornou-se um verdadeiro medalhão. Construiu para si uma imagem de alguém relevante e conseguiu, graças a isso, não apenas entrar para a política, mas ter destaque já em sua primeira sessão na Câmara do Conselho. E, embora tenhamos optado por analisar essa personagem à luz da “Teoria do medalhão”, de Machado de Assis, é inescapável a associação do conselheiro Gerolsteins Gomes ao famoso conselheiro Acácio, personagem notabilizado por Eça de Queirós em *O primo Basílio*²⁵⁹. Tal leitura ganha uma dimensão de relevância não apenas pelas declarações de Mario da Silva Coelho a respeito do gosto do contista goês pela literatura eciana, mas também pela identificação de uma publicação de crítica política, nas páginas do mesmo *O Herald*, com o nome da personagem como título. Nesse texto se lê:

É tipo original cá da terra o conselheiro Acácio. Quem é? Que profissão exerce? Ninguém o sabe, ou antes, todos conhecem que ele é tudo: advogado abalisado de causas perdidas, de sugar couro e cabelo, médico de “segredos eficazes”, teólogo, ateu, político e muito político essencialmente.

Tem a pose dos que “bebem do fino” e a cara de conveniências e de actos solenes. O seu andar tem o que quer que é de chic e elegante – ondulações à direita e à esquerda, como a pêndula dalgum relógio ferrugento e dos “trastes velhos”. Discute com um “sabor picante” tudo o que cai sob a sua alçada, tem opinião imutável nos assuntos importantes da política mundial, embora errônea.

[...]

A todos dá a nota da capacidade em assuntos de administração, justifica competências, concretisa planos, formula projectos e a sua oportunidade, encara as conveniências políticas e religiosas de todos e, segundo este ou aquele “dá boas” ou não, avalia o nosso emérito conselheiro a medida de capacidade dos jornais e jornalistas.

[...]

Não o confundam.²⁶⁰

Portanto, essa figura era não apenas conhecida em Goa, no período, como reconhecida tal qual um arquétipo de políticos goeses do início do século XX. Vivendo de sua imagem, caracterizado por discursos muitas vezes efusivos, mas vazios de sentidos verdadeiros. Desse modo, o conselheiro Gerolsteins se configura

²⁵⁹ QUEIROZ, Eça. *O primo Basílio*. In QUEIROZ, Eça. *Obras Completas de Eça de Queiroz*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

²⁶⁰ ARANHA, Júlio. In. *O Herald*, ano XXIII, nº 6003. Nova Goa, quarta-feira, 09 de agosto de 1922. p. 2.

como uma espécie de conselheiro Acácio, o que em nosso entendimento seria uma versão portuguesa do medalhão brasileiro. Ainda jovem, Gerolsteins Gomes tornou-se um medalhão, seguindo os passos ditados pelo pai, no texto machadiano:

– [...] Ser medalhão foi o sonho da minha mocidade; faltaram-me, porém, as instruções de um pai, e acabo como vês, sem outra consolação e relevo moral, além das esperanças que deposito em ti. Ouve-me bem, meu querido filho, ouve-me e entende. És moço, tens naturalmente o ardor, a exuberância, os improvisos da idade; não os rejeites, mas modera-os de modo que aos quarenta e cinco anos possas entrar francamente no regime do aprumo e do compasso. O sábio que disse: “a gravidade é um mistério do corpo”, definiu a compostura do medalhão. Não confundas essa gravidade com aquela outra que, embora resida no aspecto, é um puro reflexo ou emanção do espírito; essa é do corpo, tão-somente do corpo, um sinal da natureza ou um jeito da vida. Quanto à idade de quarenta e cinco anos...

[...]

Não é, como podes supor, um limite arbitrário, filho do puro capricho; é a data normal do fenômeno. Geralmente, o verdadeiro medalhão começa a manifestar-se entre os quarenta e cinco e cinqüenta anos, conquanto alguns exemplos se dêem entre os cinqüenta e cinco e os sessenta; mas estes são raros. Há-os também de quarenta anos, e outros mais precoces, de trinta e cinco e de trinta; não são, todavia, vulgares. Não falo dos de vinte e cinco anos: esse madrugar é privilégio do gênio.²⁶¹

Se fizermos as contas dos anos vividos por Gerolsteins desde que deixara Goa até sua nomeação como vogal do conselho municipal, perceberemos que a personagem teria vinte e quatro ou vinte e cinco anos de idade, ao ser eleito. Sendo assim, o filho de Cucufato configurar-se-ia como o tipo de “gênio” indicado pelo pai de Janjão, no texto de Machado. Mas como teria, afinal, ele conseguido alçar-se tão rapidamente a uma posição tão significativa?

Notemos que, desde pequeno, Gerolsteinsinho era muito guloso – comportamento que entendemos como uma espécie de ganância infantil, no intuito de satisfazer seus prazeres – e para suprir essa gula, o menino era capaz de tudo (revirar o lixo, dissimular intenções enganando a família e até roubar os próprios pais). Apesar de incompetente nos estudos, o menino era caracterizado por sua “astúcia e manha”. Ao crescer, soube aproveitar cada oportunidade que lhe aparecia, graças ao seu assumido “tino oportunista”. Além disso, Gerolsteins, com

²⁶¹ ASSIS, Machado de. “Teoria do Medalhão”. In. *Papéis avulsos I (Obras completas de Machado de Assis)*. São Paulo: Globo, 1997. pp. 66-67.

apoio da própria família, soube construir uma falsa imagem para si mesmo e, cheio de petulância, entrou para a política, revelando-se mais esperto do que supunha o presidente do partido governista. Entre os políticos mais escolados no jogo político, Gerolsteins se mostrou o mais malandro, revelando-se um grande medalhão.

Sua aproximação com a figura do malandro brasileiro é inegável, valendo observar que, como acontece em “O homem que falava javanês”, também Gerolsteins não tem escrúpulos para conseguir o que quer, o que o distancia dos padrões morais da sociedade goesa.

A seguir, analisaremos o último conto selecionado como objeto desta tese, qual seja, “O advogado Romalino e a astúcia do seu colega rival”, cujo protagonista representa a mais recorrente vítima das sátiras de Silva Coelho, os advogados provisionários.

4.3: O mundo é dos espertos

O conto “O advogado Romalino e a astúcia do seu colega rival”, narrado em terceira pessoa, apresenta ao leitor um “escrevente dos cartórios e solicitador dos mais manhosos”, que utilizava sua posição no âmbito da justiça colonial para levar vantagens, ajudando nas demandas as partes que lhe oferecessem os melhores benefícios:

[...] Romalino só se dedicava ao culto da chicana e, além das formalidades e termos do processo, em que estava calejado, só era mestre em toda a espécie de tricas e trocantes.²⁶²

Sem escrúpulos, Romalino utilizava o empenho (a troca de favores) para conquistar o que desejava:

Quando chegava um novo magistrado, o Romalino – que às vezes não punha os pés no cartório, ocupado em solicitações e diligências extrajudiciais – era solícito em levar-lhe processos, prestar informações, oferecer-se a fazer recados, a ir às compras e a todos os serviços, até os mais humildes e inconfessáveis, só para captar as suas boas graças, tornando-se indispensável, e estudar-lhe as manhas. E, quando houvesse alguma demanda indecisa – que não tivesse probabilidades nem contra nem a favor da parte de quem solicitava a causa – o Romalino puxava a sardinha para a sua brasa por meio de empenhos.²⁶³

Convicto das suas habilidades, Romalino resolveu tornar-se advogado provisionário e conseguiu, não se sabe de que modo, a carta para advogar. Dada sua patente incompetência, o narrador sugere que a chegada a esse posto se deu devido a favorecimentos escusos, assemelhando-se bastante ao que encontramos nas primeiras páginas das *Memórias de um sargento de milícias*, visto que Leonardo Pataca, decano entre os meirinhos do Rio de Janeiro no período em que a Corte portuguesa se mudou para o Brasil, chegou a tal cargo “não se sabe por proteção de quem”²⁶⁴. Vale ainda destacar que termos como “demandas”, “empenhos”, “chicana” são comuns tanto ao conto goês ora analisado quanto ao romance brasileiro a que

²⁶² Anexo I. p.206.

²⁶³ Anexo I. p.206.

²⁶⁴ ALMEIDA, Manuel Antonio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1997. p. 15.

nos referimos. Práticas comuns às representações literárias dos dois espaços, que revelam uma lógica bastante semelhante especialmente no âmbito da justiça. Tal lógica é definida por Candido, na conclusão do ensaio que analisa as *Memórias*, como uma espécie de símbolo do esvaziamento moral daquela sociedade ficcionalizada:

[...] Na sua estrutura mais íntima e na sua visão latente das coisas, este livro exprime a vasta acomodação geral que dissolve os extremos, tira o significado da lei e da ordem, manifesta a penetração recíproca dos grupos, das idéias, das atitudes mais díspares, criando uma espécie de terra-de-ninguém moral, onde a transgressão é apenas um matiz na gama que vem da norma e vai ao crime.²⁶⁵

Voltando ao conto de Silva Coelho, notamos a explícita ausência de escrúpulos tanto de Romalino – primeiramente como escrevente e depois como advogado provisionário – quanto daqueles com que convivia, a quem ilicitamente beneficiava ou recorria de acordo com as necessidades de seus clientes.

Conforme afirmamos anteriormente, a figura do “advogado provisionário” é a maior vítima das sátiras de Silva Coelho, em seus *Contos regionais*. Isso se faz notar, primeiramente, pelos dados expostos por Manuel de Seabra que indicam que doze dos 41 contos apresentam advogados; mas isso também se faz visível no âmbito desta tese, já que esse tipo social é mencionado nos contos “Na república dos Brutos”, “As duas paixões do Bonifácio Monserrate”, “O conselheiro Gerolsteins Gomes” e nesta narrativa que agora analisamos, ou seja, em quatro dos sete contos selecionados para esta tese. Para melhor compreendermos o papel dos advogados provisionários, em Goa, é sempre relevante recorrer às observações do professor de Direito Luís Cabral:

Na Goa dos séculos XIX e XX, eram numerosíssimos os advogados, mas escassíssimos os que possuísem habilitações universitárias. Tal não quer dizer que não houvesse goeses a cursarem direito em Coimbra – porque os havia, e em número relativamente significativo. No entanto, esses jovens licenciados preferiam, quase invariavelmente, quedar-se na Europa após a conclusão das respectivas licenciaturas, e aqui faziam as suas carreiras. Paralelamente, não havia advogados europeus a partirem para Goa. O que lá faziam, numa terra bastante pobre, com uma população que produzia os seus próprios causídicos, os quais dominavam não só a

²⁶⁵ CANDIDO, Antonio, “Dialética da Malandragem” In. *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004. p. 44.

língua local (o concani), mas, também, as particularidades jurídicas daquele espaço? Restavam, então, os *naturais*. Ora, em Goa não existia, a despeito dos esforços que foram recorrentemente sendo feitos, uma escola de direito. No entanto, a intensa vida judicial do território (onde inclusivamente existia, desde tempos muito remotos, um tribunal de segunda instância, a comumente chamada Relação de Goa) exigia um número considerável de causídicos. O problema era resolvido pela atribuição, por parte de uma autoridade superior (originalmente, pelo governador; depois, pelo presidente da Relação) de uma autorização para exercício de funções – ou seja, de uma provisão para advogar (e essa é a razão pela qual a esses advogados não letrados se costuma dar o nome de *provisionários*). No entanto, para obter a almejada provisão (a qual, em regra, concedia capacidade para exercício apenas em parte do território goês, numa das comarcas em que o mesmo estava repartido) era forçoso fazer um exame (como se depreenderá pelos textos que analisaremos). Assim sendo, e para ensino dos futuros provisionários, surgiram em Goa inúmeras escolas particulares dedicadas à explicação de matérias jurídicas. E a verdade é que, mesmo acreditando haver alguns professores qualificados e empenhados na transmissão de conceitos válidos e corretos, a maioria deles – tudo o indica, nomeadamente a literatura da época – achava-se francamente aquém do desejável.²⁶⁶

Ainda segundo Luís Cabral, tais advogados de formação rota, pautada principalmente no exercício das práticas jurídicas, apresentavam extrema dificuldade no exercício de suas funções. E é isso que vemos nas ações de Romalino, personagem do último conto que analisamos. Após obter alguns sucessos graças à ajuda de conhecidos, a vinda de um novo juiz para a comarca desnorteou o Romalino. Sem poder utilizar suas táticas mais comuns, “Cartas de recomendação, pedidos, saguates diretos e indiretos”, seus processos invariavelmente terminavam com a condenação daqueles que defendia:

Parecia que a desgraça o perseguia desde que envergara a agourenta toga. Para mais, nenhum dos saguates mandados ao juiz chegava sequer a subir os degraus da sua escadaria, e ainda que fossem mandados o mais veladamente possível – em nome dos seus parentes e amigos e sem mesmo serem acompanhados ou precedidos de pedidos – eram de longe farejados pelo íntegro magistrado e imediatamente rejeitados.²⁶⁷

²⁶⁶ OLIVEIRA, Luís Pedroso. “Direito, literatura e prática judicial na Goa de outrora: o caso dos advogados provisionários”. In: GARMES, Hélder. e MUHANA, Adma. (org.). *Via Atlântica*. nº19. São Paulo: www.revistas.usp.br/viaatlantica, 2011, p. 81-82.

²⁶⁷ Anexo I. pp. 207-208.

Assim, toda a manha e astúcia de Romalino eram aplacadas pela honestidade do novo magistrado, o que fez com que o protagonista ficasse profundamente violentado nas suas habilidades: “Não sabia falar nem escrever o português corretamente, mas tinha fé na sua astúcia e na sua argúcia”.

Desesperado, Romalino procurou um colega rival – o único que o superava em termos de astúcia, um advogado por quem o protagonista “nutria secreta inveja”, e ouviu dele a seguinte explicação:

– Este juiz condena sistematicamente todos os que lhe mandam saquates ou metem empenhos!
[...]
Mande, antes, falar-lhe pela parte adversa, ou mande-lhe um saquate em nome da outra parte, e vencerá infalivelmente a demanda.²⁶⁸

Então, no processo de acusação em que estava envolvido e que já caminhava para mais uma derrota acachapante, dada a incapacidade de Romalino para atuar como advogado, o protagonista, ao saber que a decisão do julgamento ficaria para o dia seguinte, lembrou-se do conselho de seu rival:

Então, o Romalino aproveitou a ocasião: deitou a correr e foi esperar o magistrado ao caminho de casa.
O juiz retirava-se fatigadíssimo, pensando ainda nas peripécias do julgamento, quando o Romalino se acercou dele e, dando-lhe as boas noites, perguntou, com muito interesse, se o réu fora absolvido.
– Ainda não dei a sentença, que ficou para amanhã, – respondeu o magistrado, aborrecido.
– Pareceu-me, pareceu-me, – gaguejou o Romalino, fingindo-se atrapalhado – pareceu-me, por que soube agora mesmo, dum ourives, que o réu lhe mandara fazer um anel para oferecer a V. Exa!
O juiz ficou furiosíssimo e retirou-se apressadamente.
No dia imediato, voltou ao Tribunal e leu a sentença, com pasmo da acusação e da defesa, condenando o réu a uma pena fortíssima.
O Romalino aproveitou bem a lição do mestre da astúcia...²⁶⁹

Neste caso, notamos que a astúcia da personagem foi utilizar o sistema contra o próprio sistema, utilizar a honestidade contra aquele que é honesto. Algo bastante presente no imaginário brasileiro. Por isso, voltando ao que aponta o crítico literário brasileiro, Antonio Candido, ao analisar as *Memórias de um sargento de*

²⁶⁸ Anexo I. p. 209.

²⁶⁹ Anexo I. pp .209-210.

milícias podemos encontrar o distante vínculo desse conto com as narrativas fabulares de Esopo, apontadas como uma das possíveis influências do romance de Manuel Antônio de Almeida. Primeiramente, temos nesse trecho a recorrência da já mencionada expressão “a ocasião faz o ladrão”, uma vez que circunstâncias favoráveis levaram Romalino a encetar seu plano. Além disso, o narrador explicita que, para simular o acaso daquele encontro, Romalino correu para esperar o magistrado “no caminho de casa”. São frequentes as fábulas em que personagens se utilizam de “atalhos” para estarem no lugar certo, na hora certa. Também devemos ressaltar o uso do discurso enganoso para fazer com que sua vítima (o juiz) fizesse exatamente aquilo que desejava, o que pode ser notado, por exemplo, na famosa fábula “Os lobos e os cordeiros”, de Esopo:

Os lobos estavam observando um rebanho de cordeiros. Como os cães de guarda os impediam de avançar, eles resolveram lançar mão da astúcia. Enviaram alguns dentre eles para pedir aos cordeiros que lhes entregassem os cães:

– São eles – diziam os lobos –, que são a causa de nossa inimizade: entreguem-nos que a paz reinará entre nós.

Sem saber o que lhes ia acontecer, os cordeiros entregaram os cães. E os lobos, uma vez de posse destes, não tiveram muito trabalho para dizimar o rebanho sem os guardiães.

Quem entrega seus chefes não está vendo que em breve será presa de seus inimigos.²⁷⁰

Como os lobos, que convencem os carneiros a “se entregarem” aos próprios algozes, Romalino (com o conselho de seu colega rival) induz o juiz honesto a compactuar, sem saber, com a desonestidade, condenando injustamente o réu. O teor fabular desse conto é, ainda, reforçado pela frase final, que remete à chamada moral da história, comum às fábulas: *aprenda a ser esperto com aqueles que são mais astutos do que você*.

Devido às suas práticas ilícitas e, em especial, a esse grande golpe efetivado por Romalino, Luís Cabral classifica essa personagem a partir do “protótipo do advogado *vilão*”²⁷¹. Refletindo sobre a construção dessa *persona* e considerando o fato de que os nomes dos protagonistas de Silva Coelho costumam ser significativos na caracterização deles, acreditamos que seja válida a

²⁷⁰ ESOPPO. *Fábulas*. (trad.) VIANNA, Antônio Carlos. Porto Alegre: L&PM, 1997. pp. 115-116.

²⁷¹ OLIVEIRA, Luís Pedroso. “Direito, literatura e prática judicial na Goa de outrora: o caso dos advogados provisionários”. In. GARMES, Hélder. e MUHANA, Adma. (org.). *Via Atlântica*. nº19. São Paulo: www.revistas.usp.br/viaatlantica, 2011, p. 83.

especulação sobre a escolha do nome Romalino para este modelo do pior tipo de advogado provisionário. Romalino obviamente vem do termo “Roma”, sendo um tipo de corruptela do adjetivo criado a partir do substantivo referido, Romano. Sendo o direito português originário do direito romano, Romalino representaria, em nossa leitura, a corrupção do direito original, símbolo da justiça dos homens, de modo a representar uma “justiça” que se faz à margem das leis.

Assim, o conto “O advogado Romalino e a astúcia do seu colega rival” constitui-se como uma crítica de Silva Coelho às práticas da justiça goesa de seu tempo. Não é apenas Romalino que vive à margem das leis, mas todo o sistema jurídico – à exceção do magistrado honesto, que acaba sendo enganado pela malandragem de Romalino – uma vez que, normalmente, tanto o protagonista quanto o colega rival conseguiam tudo aquilo que queriam corrompendo a justiça. Como diria Candido, o universo da ordem e o da desordem se misturavam e confundiam a tal ponto que nem aqueles que deveriam prezar pela justa aplicação das leis (advogados e juízes) se mantinham fiéis a elas.

4.4: Conclusões parciais

Ao analisarmos esses três contos de José da Silva Coelho, espantamo-nos com a semelhança entre alguns desses comportamentos e aquilo que nos acostumamos a vivenciar na realidade brasileira. Temos, de forma abrangente, a burocracia, o culto à imagem, os políticos falaciosos e uma justiça marcada pela corrupção. Essas narrativas, cuja marca é a de serem uma literatura produzida exclusivamente para publicação em periódicos, embora não se confundissem com as reportagens e as notícias, misturavam-se com os fatos do cotidiano, assumindo também um tom de denúncia e de desvelamento da realidade vivida.

Para a maioria dos talentos criativos do mundo não europeu que não estavam confinados por suas tradições nem eram simples ocidentalizadores, a tarefa principal parecia ser descobrir, erguer o véu e apresentar a realidade contemporânea de seus povos. O realismo era o movimento deles.

II

De certa forma, esse desejo uniu as artes do Oriente e do Ocidente. Pois ficava cada vez mais claro que o século XX era o do homem comum, e dominado pelas artes produzidas por e para ele. Dois instrumentos interligados tornaram o mundo do homem comum visível e capaz de documentação como jamais antes: a reportagem e a câmera. Nenhum dos dois era novo (ver *A era do capital*, capítulo 15; *A era dos impérios*, capítulo 9), mas entraram numa era de ouro de consciência própria depois de 1914. Os escritores, sobretudo nos EUA, não apenas se viam como registradores ou repórteres, mas escreviam para jornais e na verdade eram ou tinham sido jornalistas [...].²⁷²

Está claro que a narrativa satírica de José da Silva Coelho distancia-se significativamente da notícia e da reportagem, porém, o teor denunciativo dos contos selecionados faz com que eles extrapolem, em alguma medida, o universo ficcional – ainda que essas narrativas, como as *Memórias de um sargento de milícias*, não atinjam um valor documentário²⁷³. Nesse sentido, podemos afirmar que os contos de José da Silva Coelho aproximam-se mais claramente das charges políticas e de costumes, que comentam cotidianamente a realidade nesse mesmo espaço, o

²⁷² HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. (trad.) Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. pp. 190-191.

²⁷³ CANDIDO, Antonio, “Dialética da Malandragem” In. *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

jornal. Assim, consideramos improvável que tantas representações da malandragem fossem meras invenções do autor goês.

Resta-nos, então, refletir, em relação especificamente à figura do malandro aqui focalizada, sobre o que teria feito com que tais representações se tornassem recorrentes nas literaturas de Lima Barreto e José da Silva Coelho. Seriam tais recorrências fruto de uma construção cultural imposta pelo colonizador? Seriam reflexo de um sistema efetivamente utilizado durante a colonização? Ou seriam apenas circunstanciais as presenças desses estereótipos nas duas literaturas que comparamos nesta tese? É a partir dessas perguntas que teceremos nossas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste nosso percurso na análise literária dos contos de Lima Barreto e José da Silva Coelho, propusemo-nos a olhar o outro para nos entendermos melhor. Porém, na via de mão dupla que é o estudo comparativo de literaturas, tanto nos entendemos melhor como entendemos mais profundamente a literatura e a realidade goesas. Notamos conexões estilísticas e temáticas entre as obras selecionadas que foram absolutamente surpreendentes e percebemos que a distância física que separou os dois autores se desfaz, quando observada no âmbito literário. Mas, afinal, talvez essa seja mesmo a função da grande obra de arte, como revelou, certa vez, o próprio Lima Barreto:

[...] a arte literária se apresenta com um verdadeiro poder de contágio que a faz facilmente passar de simples capricho individual para traço de união, em força de ligação entre os homens.²⁷⁴

Desse modo, as literaturas de Lima Barreto e José da Silva Coelho tanto criam ligações entre os dois – enquanto autores de uma mesma época, utilizadores de uma mesma língua – como expõem aproximações entre Goa e Brasil que, nas páginas do tempo, ficaram esquecidas. Raimundo Flamel, Castelo, Mr. Gilaz, Gerolsteins Gomes e Romalino trazem em si uma mesma característica, a ideia de que o melhor caminho para “vencer na vida” é transitar entre a ordem e a desordem, entre melindres e espertezas. Os melindres, nesses casos, representam uma desconfiança constante de que seguir as normas e os comportamentos morais equivale a permanecer à margem da elite, enquanto a esperteza configura-se como a chave para ingressar nesse mundo de privilégios em geral restritos a poucos. Nesse sentido, viver do próprio trabalho, de modo regular, é condenar-se à mediocridade; por outro lado, o uso da astúcia seria um caminho viável para romper com a estratificação social, como indica Roberto da Matta ao analisar a trajetória de Pedro Malasarte:

De fato, a vadiagem e a astúcia (a *malandragem*) podem ser traduzidas sociologicamente como a recusa de transacionar

²⁷⁴ BARRETO, Lima. Apud. OAKLEY, R. J. *Lima Barreto e o destino da literatura*. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 5.

comercialmente com a própria força de trabalho. Ou seja, de colocar sua força de trabalho no mercado, já que isso implica – graças à demonstração de Marx – a colocação da própria pessoa moral nesse mercado. [...] Em outras palavras, os malandros preferem reter para si sua força de trabalho e suas qualificações. O vadio, assim, é aquele que não entra no sistema com sua força de trabalho, e fica flutuando na estrutura social, podendo nela entrar ou sair ou, ainda, a ela transcender. A astúcia, por seu turno, pode ser vista como um equivalente do *jeito* (ou do *jeitinho*) como um modo estruturalmente definido de utilizar as regras vigentes na ordem em proveito próprio, mas sem destruí-las ou colocá-las em causa.²⁷⁵

O “jeitinho”, marca estereotípica do caráter brasileiro, encontra claro reflexo nas personagens de Silva Coelho. Todos desejam levar vantagem, como se seguissem a “lei de Gerson” – inspirada na propaganda do cigarro Vila Rica, protagonizada por Gerson, um dos craques da seleção canarinho de 1970 – e encontram em seus pequenos golpes o caminho para isso. Lima Barreto viu e vivenciou a marginalização social e engajou-se, conscientemente, na denúncia através da literatura das fraturas na realidade brasileira:

Durante todo esse mergulho vertiginoso na sombra da miséria, da insegurança, da abominação social, Lima Barreto deixou seus colegas de boêmia e academia pelos companheiros de bar ou de desfortuna. Pôde encarar a ciência não como cientista, mas como paciente. Ver o centro da cidade embelezar-se durante suas idas e vindas para o subúrbio. Encarou o crescimento da concorrência da perspectiva do derrotado. Percebeu a vitória do arrivismo como quem perde uma situação duramente alcançada. Assistiu ao crescimento do preconceito social e racial como um discriminado. Sentiu a repressão e o isolamento dos insociáveis como vítima. Nasce dessa situação geral a inspiração da sua doutrina humanitária de construção de uma solidariedade autêntica entre os homens, que pusesse fim a toda forma de discriminação, competição e conflito, e a todos reconhecesse a dignidade mínima “do sofrimento e da imensa dor de serem humanos”.²⁷⁶

Silva Coelho, embora tenha, segundo seu irmão, começado a escrever como forma de diversão, logo tornou-se melancólico ante as reações negativas em relação à sua obra. Talvez não tivesse completa consciência do poder de sua arte. Mas isso não é incomum entre os autores, como esclarece Benjamin Abdala Jr.:

²⁷⁵ DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 226.

²⁷⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 234.

Ninguém cria do nada. Há a matéria da tradição literária que o escritor absorve e metamorfoseia nos processos endoculturativos, desde a apreensão “mais espontânea” dos pequenos “causos” populares, ditos populares, canções etc., da chamada oralitura (“literatura” oral) até os textos “mais auto-reflexivos” da literatura erudita. Ocorre, nesse sentido, uma apropriação “natural” das articulações literárias sem que o próprio futuro escritor se aperceba de sua situação de ser social e de “porta-voz” de um patrimônio cultural coletivo. Quando o escritor escreve, pode julgar que o texto é apenas seu, não tendo consciência de que na verdade é a sociedade que se inscreve através dele. Na sua escrita está uma confluência de práxis coletivas, desde a específica da série literária até às outras, relativas à sua atividade noutros campos sêmicos do trabalho social. O escritor engajado procura ter consciência dessa inserção social. Tem razão Affonso Romano de Sant’Anna quando vê na apropriação uma forma de dessacralização da obra de arte, quando o artista, de forma intencional, inverte satiricamente o significado de um signo cultural.²⁷⁷

Diante de tais colocações, é difícil – após sair da realidade e mergulhar no universo ficcional de Lima Barreto e José da Silva Coelho – não fazer o caminho de volta à realidade imaginando que tais autores buscaram a matéria para seus contos nas práticas sociais que observavam. As personagens malandras habitam os contos selecionados, inegavelmente. Eles são heróis e anti-heróis, pois transitam entre o estereótipo de *vingador* (como aponta Roberto da Matta) e *vilão* (como aponta Luís Cabral Oliveira). Se, em alguns momentos eles enganam a elite, também validam o discurso da mesma elite ao tentarem integrar-se a ela. Mais do que isso, o malandro também explora a parcela mais pobre da população, encontra “brechas” nas normas, mas também rompe com as leis. Duvidam dos caminhos regulares, regulados pelo Estado, então encontram nos disfarces, nos golpes, nas astúcias, o seu próprio caminho.

Vale aqui ressaltar que nesse desejo de aproximação com a elite, os malandros repetem a mímica colonial, afinal, pretendem de algum modo se fazer passar por integrantes da elite. No entanto, como ocorre com o colonizado, a ruptura completa com a estratificação social quase nunca é possível. É isso que notamos com o senhor Castelo, o professor de javanês, uma vez que ele consegue entrar para o consulado, mas não lhe é permitido tornar-se diplomata, por não ter feição para isso. Entre as personagens de Silva Coelho, poderíamos destacar Romalino, que se torna advogado, mas nunca consegue de fato assumir o papel principal nos

²⁷⁷ ABDALA JR., Benjamin. *De voos e ilhas*. Ateliê Editorial, 2003. p. 112.

processos de que participa, figurando sempre como aquele que deve utilizar os meios escusos para a vitória.

E de onde esses seres constituídos a partir do discurso narrativo de Lima Barreto e José da Silva Coelho teriam suas matérias retiradas senão das sociedades brasileira e goesa, na transição do XIX para o XX? Relembramos que os dois autores tiveram suas produções ignoradas ou marginalizadas por muito tempo. Por quê? Seria pela baixa qualidade literária deles ou pelo incômodo provocado por suas obras? Sendo advogado em Goa, como não se incomodar com o caricatural Romalino? Sendo professor no Brasil, como não se incomodar com o astuto senhor Castelo? Considerando, ainda, este último caso, nos perguntamos: Será que tudo o que fizemos nesta tese foi transcrever informações vagas sobre os contextos abordados e “citar até não mais poder”? Ou será que de fato suscitamos novas reflexões sobre as representações do malandro nas literaturas eleitas para esta tese? Essa resposta fica a cargo de quem a ler; mas de fato julgamos ter trazido, com esta pesquisa, observações verdadeiramente originais sobre os contos analisados, desvendando aproximações entre algumas personagens malandras desses dois grandes autores.

ANEXO I

CONTOS REGIONAIS DE JOSÉ DA SILVA COELHO

Durante a maior parte de nossa pesquisa, tomamos por base os *Contos regionais* como publicados por Manuel de Seabra, no final da década de 1970 e início da de 1980, junto ao *Boletim do Instituto Menezes Bragança*.

Porém, neste último semestre, conseguimos realizar uma pesquisa de campo na Central Library de Pangim. Assim, pudemos localizar alguns desses contos em suas publicações originais, nos anos de 1922 e 1923, no periódico *O Herald*.

Então, os contos aqui transcritos que foram localizados terão fixados seus textos conforme o do jornal, sendo indicadas em notas de rodapé as alterações empreendidas por Manuel de Seabra. Nos casos em que não localizamos a publicação original, mantemos a versão de Seabra, fazendo apenas as atualizações ortográficas.

Como a sugestão dos meus contos influi no senso das proporções²⁷⁸

Eram quatro horas da tarde no relógio da Navegação. Estava eu à espera da lancha de Salcete²⁷⁹ que, na falta da outras me levaria a Piligão²⁸⁰. E o calor abrasador desse dia de fim de Maio, passado em Pangim, deixara-me extenuado.

Na Navegação Fluvial, os passageiros impacientavam-se. Iam até ao extremo do cais, alongavam a vista para as bandas de Ribandar, e discutiam se seria ou não a lancha de Salsete um ponto escuro que se avistava,

Para sacudir a modorra que me ia entorpecendo os membros, levantei-me do banco onde estava e fui, por minha vez, até ao cais.

– Temos de esperar ainda uns bem puxados três quartos de hora, – disse-me o Esteves, que também estava à espera da lancha para seguir para Ribandar.

Cumprimentei-o. Conhecia-o por o encontrar muitas vezes na lancha, nas minhas raras visitas à capital. Era funcionário público e frequentava a repartição, vindo todos os dias da sua casa de Ribandar, aproveitando a carreira de Piligão.

Mas nesse dia o Esteves não estava só. Acompanhava-o uma senhora de porte distinto, olhar inteligente, elegantemente vestida, com uma *toilette* cor de jambolão, resplandecente na sua beleza de mulher de trinta anos.

– Não conhece? – acudiu o Esteves. É minha mulher.

E voltando-se para ela, concluiu a apresentação:

– O Sr. J da S. C.

Fiz-lhe um amável e cerimonioso cumprimento. Ela, porém, franziu o sobrolho e, com um manifesto ar de animadversão, perguntou-me:

– É o Sr. quem escreve os tais *Contos Regionais para O Herald*?

Fiquei atrapalhadíssimo. Certamente alguma das minhas críticas a tinham incomodado ou então qualquer das situações ridículas, inventadas por mim, tinha atingido alguém das suas relações.

²⁷⁸ COELHO, José da Silva. In: SEABRA, Manuel. “Obra (quase) completa de José da Silva Coelho”. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. Nº 126. Tipografia Rangel: Bastorá – Goa. 1981. pp. 29-32.

²⁷⁹ Província das Velhas Conquistas, onde o autor nascera (mais precisamente na cidade de Margão), hoje localizada no distrito sul de Goa.

²⁸⁰ Aldeia na província de Bicholim (Novas Conquistas), onde o autor morava e de onde escrevia seus contos. Hoje localizado no distrito norte de Goa

Achei-me metido numa camisa de onze varas e quis mentir, dizer-lhe que não era eu o autor das tais histórias... Mas não havia maneira. Lá estava o marido a rir para mim com a boca escancarada, como dizendo “Faz o senhor muito bem”.

Para me ver livre da entalção, fui franco:

– Parece-me que V. Ex^a. não gosta dos meus *contos*, – disse-lhe, com sincera contrição.

Então a linda senhora teve pena de mim. O semblante, mudando de parecer a meu respeito, tornou-se mais amável. Depois, ofereceu-me um lugar no banco ao seu lado, desembaraçou-se do marido, mandando-o comprar não sei que coisas, e fez-me as suas confidências.

* * *

Na verdade, os meus contos não lhe desagradavam. O que, porém, a desgostava era parecerem-se sempre com pessoas das suas relações os tipos que eu punha em foco. Notava também que os defeitos que nessas pessoas passavam despercebidos, salientavam-se – depois de ridicularizados nas personagens dos contos – de tal forma que as tornavam insuportáveis de petulância, vaidade e parvoíce.

Respondi-lhe que os meus contos não tinham outro fim que não fosse o de apontar defeitos a serem corrigidos.

– De acordo, – tornou a linda senhora, batendo-me amigavelmente no ombro. – Mas há defeitos crônicos, hereditários, incuráveis. Sou amiga de uma senhora cujo marido tem defeitos assim. Essa boa rapariga é muito sugestionável. Quando o Sr. retrata um tipo sabujo, ela começa logo a ver no marido todas as formas de um molosso²⁸¹: grandes caninos a saírem-lhe pela boca fora, a língua pendente, uma cauda a mexer da direita para a esquerda, e até a voz do pobre homem lhe parece um latir cantante de sabujice e servilismo. Quando o senhor mete em cena um tipo asnático a escoucear disparates, lá vê ela no marido crescerem as orelhas, o focinho alongar-se, a voz zurrante, e até tem medo de se aproximar dele, com receio de um par de pinotes. Evidentemente, a pobre rapariga, sugestionada pelos seus contos, perde o sentimento das proporções. Confunde os defeitos morais

²⁸¹ Grande cão de guarda.

com os físicos, e, na sua imaginação, aqueles lhe aparecem de uma forma tão aterradora! Ora não seja mau! Evite, de futuro, descrever tipos com defeitos do marido dessa minha amiga.

– Pois então, diga-me que defeitos ele tem, – inquiri, resolutíssimo a fazer-lhe a vontade.

– É mentiroso, fanfarrão, intrujão, pedante, petulante, ignorante, intrigante, meliante, – enumerou, contando-os pelos seus lindíssimos dedos.

– Basta, basta, – interrompi, tomado de susto. – Desisto de escrever, para o futuro, mais contos regionais.

* * *

Decididamente. A lancha pregara-nos partida. Encalhara em Combarjua. O ponto escuro que se avistava pelas bandas de Ribandar, tinha-se sumido. Não era a lancha de Salcete.

E o Esteves sem aparecer! E a pobre senhora à espera da lancha e do marido!

Então não tive remédio senão passar uma noite em Pangim, aturar os mosquitos, o calor de fornalha e o arreliante matraquear dos caminhões da “Comissão”.

Como não podia abandonar a linda dama à sua triste situação, chamei um carro, metemo-nos nele, e mandamos bater para a loja do Potiot, onde o Esteves fora comprar rendas.

E mal o carro dera volta ao Palácio, ouvimos um berro e reconhecemos a voz do Esteves.

Mandamos, imediatamente, parar o carro e desci à procura do homem.

Encontrei-o no *Parrongo*²⁸², a beber vinho branco abafado, em companhia de dois conselheiros.

Quando lá entrei, um deles, razoavelmente bêbado, arrotava a independência das suas opiniões; o outro convidava-me a beber também.

²⁸² Segundo Manuel de Seabra, um famoso café, em Pangim, cujo dono tinha o mesmo nome.

Fui pouco delicado. Respondi, desabridamente, que não tinha tempo e que ia levar o Esteves à mulher que o esperava. E, segurando o homem por um braço, levei-o para fora até o carro e entreguei-o à sua cara metade.

Quando me ia embora, despedindo-me do marido e da mulher, esta pediu-me um favor.

– Diga o que é, – gritei-lhe, com muito boa vontade de lho fazer.

– É que, – respondeu, – queria que o senhor escrevesse um conto e lá metesse um conselheiro bêbado.

– Um conselheiro bêbado?! – exclamei, admirado. – Um conselheiro bêbado mete-se mas no *xelindró*²⁸³.

– Se os metessem a todos, seríamos muito felizes, – comentou o amável *Parrongo*, que viera até o carro, conduzindo o Esteves, que cambaleava...

²⁸³ Manuel de Seabra alterou para “calabouço”, na edição do *Boletim do Instituto Menezes Bragança*.

Tenho um criadito de mesa que é muito inteligente e grande inventor de fábulas. Nos vagares, aprende a ler e tem feito progressos.

Pedru é o seu nome, já lê a *Bíblia da Infância* e, quando chegou à história do Noé, da sua arca e dos brutos lá enjaulados, Pedru, que é muito amigo dos animais, entusiasmou-se e, desembaraçando a voz do pigarro que lhe embargava a garganta, contou-me a seguinte fábula:

* * *

Terminado o dilúvio, separadas as águas superiores das inferiores, o avô Noé despejou a sua arca e, reunindo os animais à sua roda, falou-lhes assim:

– A paz de Deus seja convosco. Graças ao Altíssimo, estamos em seco. Agora, como é preciso trabalhar para viver, vamos fundar uma república e dividir as funções do Estado por cada um dos seus membros, homens e animais. Escolha cada qual o emprego para que tiver mais jeito e venham amanhã, cada um por sua vez, mostrar-me as suas aptidões.

Dito isto, o avô Noé retirou-se e foi tomar uma grande carraspana de sumo de uvas de uma parreira que acabara de descobrir na ladeira do monte Ahrat, onde a arca estava encalhada.

* * *

Na manhã do dia imediato, mal Noé acabara de despertar desmoendo a camoeça que apanhara na véspera, apareceu-lhe o javali e, exibindo as suas terríveis presas, disse que queria ser comerciante.

²⁸⁴ COELHO, José da Silva. In: SEABRA, Manuel. “Obra (quase) completa de José da Silva Coelho”. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. Nº 124. Tipografia Rangel: Bastorá – Goa. 1979. pp. 166-168.

Publicado originalmente no domingo, 10 de junho de 1923, em Nova Goa, no jornal *O Herald*, ano XXIV, nº ?. pp. 1-2. Datado pelo autor como tendo sido escrito em Bicholim, no dia ? de junho de 1923.

– Não me parece que terás jeito para isso, – disse-lhe Noé, franzindo os lábios. – É preciso que me prestes provas públicas, na falta de documentos que não tens.

Retirou-se o javali e, horas depois, tornando com uma grande cabaça de vinho verde, ofereceu-a ao velho em troca de licença para comerciar. Noé, que já gostava de vinho, provou-o e, dando um estalido com a língua, aprovou:

– Bela pinga! Está deferido o teu requerimento.

E fez do javali comerciante. Mas, horas depois, teve uma cólica terrível, seguida duma disenteria. Aflito, supondo que fora envenenado pelo javali, mandou-o chamar e perguntou-lhe como fabricara o vinho que lhe dera.

– Da maneira mais inocente do mundo, – respondeu-lhe o javali – adicionei ao bagaço que estava no lagar, as parras que pude arrancar à videira e espremi tudo na cabaça. Tu descobriste o vinho para beber, eu inventei a zurrapa para vender.

– Grande maroto! – berrou Noé. – Não te posso tirar a licença concedida, mas, em castigo da tua falta de lisura no negócio, ficarás sendo, de ora em diante, porco.

E assim nasceram os primeiros comerciantes porcos.

* * *

Durante o tempo em que Noé esteve doente, surgiram várias questões entre os animais e, por isso, logo que se viu livre da disenteria, resolveu criar o ofício de advogado e mandou afixar editais, anunciando exames a ver se apareciam candidatos.

Compareceu um camelo e, fazendo gingar, nas suas enormes pernas, as suas duas corcovas e o seu comprido pescoço, fez uma respeitosa mesura ao velho examinador e começou a discursar:

– Ilustre e respeitável borrachão, não te assustes com a minha estupidez e com a minha ridícula figura. Bem sei que para se ser advogado é preciso ter muita ciência e manha, mas está escrito no grande livro do destino “dos advogados serão borrachos os que tiverem ciência e manha; e os que o não forem, serão estúpidos e ridículos ...” . Eu não tenho ciência nem manha, mas, em compensação, passo oito dias sem beber. Mereço bem o diploma de advogado.

– Está bem! – replicou-lhe o velho. – Fica deferida a tua pretensão, mas terás carta para Timor²⁸⁵. Os *camelos* que cá tenho chegam e sobram.

* * *

Para evitar questões e demandas entre os animais e a conseqüente exibição da estupidez do advogado camelo, decidiu-se Noé a educar o público dos seus brutos e, para isso, quis fundar um jornal, procurando, desde logo, um jornalista para o redigir.

Pretendeu o lugar um papagaio e, para provar as suas aptidões, começou a falar em assuntos tão desencontrados, manifestando opiniões tão disparatadas, que o velho Noé, aborrecido, para o fazer calar, deu-lhe o lugar de redator e encarregou-o da seção da administração pública.

Mal tinha acabado de se ver livre do papagaio quando, abanando as orelhas, surgiu o burro e deitou o seu requerimento.

Queria ser conselheiro do governo da república dos animais e ditar leis.

– Não pode ser! berrou Noé, iracundo e fero. – Já estou farto de encher de incompetentes e de malandrins as funções públicas. Era o que agora faltava, um burro feito conselheiro.

— Hi-ham, hi-ham, hi-ham, ham, ham, ham!!! – zurrou o burro, atroando os ares e fazendo tal alarido que o velho Noé, aflito, fechando os ouvidos com as palmas das mãos, gritou-lhe:

— Está bem! Está bem! Ficas eleito conselheiro, mas agora cala-te pelo amor de Deus, cala-te. Poderás depois zurrar à vontade no Conselho do Governo! – E ia fugir em direção à arca quando um enorme gorila, alto, forte e espadaúdo, de fenomenais patas e enormes queixadas salientes, embargou-lhe o passo e, com um *salam* tipicamente oriental, pediu-lhe, insistentemente, que o fizesse negociante, jornalista, advogado e conselheiro ao mesmo tempo.

O velho Noé olhou-o embasbacado e, admirado da sua petulância e do seu atrevimento, perguntou-lhe em ar de chacota:

– Pois bem! Vamos lá ver o que tu sabes fazer!

²⁸⁵ Carta para advogar nas colônias Ultramarinas, sem um diploma de bacharelado em Direito.

– Sei tudo! respondeu-lhe o gorila com grandes ares de bazófia e de impertinência. – Não há nada neste mundo que eu não saiba. Nasci sábio e hei-de espantar o mundo dos animais com a minha ciência, com o meu saber! Sou o mais inteligente da família dos brutos!

Ao que Noé retorquiu-lhe, condescendente:

– Grande bruto, das costas era preciso tirar-te a pele. Mas como já fiz comerciante ao porco, jornalista ao papagaio, advogado ao camelo o conselheiro ao burro, que são tão incompetentes e pedantes com tu, ficas sendo, de hoje em diante, tudo o que quiseres...

* * *

Achei muita graça ao Pedrú e à sua fábula e, como prêmio à sua fértil imaginação, dei-lhe a ponta do charuto que estava fumando e creio que ficou bem pago.

Perguntar-me-ão o porquê:

– Bem paga com a ponta dum charuto uma fábula tão engraçada?!

É que, por estes tempos, certos comerciantes, jornalistas, advogados e conselheiros, não valem a ponta dum charuto...

As duas paixões do Bonifácio Monserrate²⁸⁶

Nunca, em época de exames do Liceu e da instrução primária, correram tantas cartas de recomendação, nem para o provimento de um emprego público se moveram tantas influências, quantas foram precisas para o Bonifácio Monserrate ser nomeado vogal da comissão arqueológica.

A arqueologia²⁸⁷ era uma das suas paixões, porque o colocava – supunha ele – ao nível dos intelectuais da terra.

Tendo completado os seus estudos do curso do Liceu, Bonifácio Monserrate pensara em ir para Coimbra cursar o Direito e ingressar na magistratura colonial, mas, sendo filho único, seus pais opuseram-se à sua partida para a metrópole, alegando o risco, que o jovem estudante corria, de perder lá a sua fé religiosa, que na família era tradicional, e lembrando-lhe que a casa dos Monserrates²⁸⁸ tinha dado ao catolicismo, em três gerações seguidas, uma dúzia de padres.

Agora, resignado a ser simples advogado provisionário²⁸⁹, o Bonifácio Monserrate, de cada vez que o Dr. Noronha publicava um livro, dizia, batendo na testa:

– Se não fora aquela caturrice dos velhos em não me mandarem para Coimbra, estaria hoje feito magistrado e teria escrito todos aqueles livros.

Nomeado vogal da comissão de arqueologia, o Bonifácio Monserrate – que não podia lançar um olhar introspectivo nem ver o que tinha na sua caixa craniana – pensou em escrever um livro e começou a estudar todos os velhos e poeirentos registos de nascimentos e óbitos, que jaziam arrumados nas estantes da paroquial, para ver se reconstituía a história dos doze padres que sua casa dera ao catolicismo.

²⁸⁶ COELHO, José da Silva. “O Monserrate”. In: SEABRA, Manuel. “Obra (quase) completa de José da Silva Coelho”. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. Nº 124. Tipografia Rangel: Bastorá – Goa. 1979. pp. 158-161.

Publicado originalmente no domingo, 11 de junho de 1922, em Nova Goa, no jornal *O Herald*, ano XXIII, nº 6003. pp. 1-2. Datado pelo autor como tendo sido escrito em Bicholim, no dia 2 de maio de 1922.

²⁸⁷ Seabra altera para “Arqueológica”.

²⁸⁸ Seabra adota o singular “Monserrate”.

²⁸⁹ Advogados formados em Goa, sem diplomas de Bacharel. Sua atuação se dá a partir da aprovação em um concurso, recebendo Carta para advogar nas províncias portuguesas ultramarinas.

Depois começou as suas pesquisas no escuro e bafiento *malló* da casa. Revistou os velhos armários, os antigos *baús* de tampa partida, os boiões de loiça de²⁹⁰ Macau, e, estando a perscrutar²⁹¹ certos cantos e recantos, deu um berro de triunfo: abaixo da tábua de uma velhíssima e inservível caixa de *retrete*²⁹² descobrira, embrulhado nuns trapos, um par de chinelas de seda carmesim.

Entusiasmadíssimo com o achado, o Bonifácio pegou, com infinito cuidado e grande solicitude, nas velhas chinelas, apalpou-as, cheirou-as, beijou-as, e, trazendo-as para o seu gabinete de trabalho, começou as suas investigações arqueológicas, fazendo profundas conjecturas sobre a sua descoberta e dizendo com os seus botões:

– A seda carmesim só é apanágio dos prelados domésticos e camareiros secretos de Sua Santidade. As chinelas daquele estofado só podiam ser de qualquer dos tais doze padres de sua casa;²⁹³ logo, qualquer dos tais doze padres fora prelado doméstico ou camareiro secreto da Sua Santidade. Mas, qual deles? O caso, a averiguar, era bem bicudo.

Subitamente, lembrou-se de uma tia velha e rabugenta, que vivia parálitica há mais de dez anos, e o Bonifácio Monserrate, radiante, com as chinelas nas mãos, correu ao quarto da velha, a informar-se.

A velha estava a dormir – talvez a recordar em sonhos os seus belos tempos da mocidade, em que, linda e airoso, no seu antigo traje de *taropa* e *baju*, ia à missa fazendo a admiração dos rapazes do seu tempo – quando o Bonifácio irrompeu pelo quarto dentro, ofegante, radiante, triunfante, e, apresentando-lhe as chinelas, perguntou-lhe se as²⁹⁴ conhecia.

Então, o rosto da velha iluminou-se de uma celestial alegria, e, com um choro de contentamento, agradecendo aos céus em altos brados o achado, arrebatou as chinelas, que apertou, comovidamente, ao peito, e explicou:

– Sim, aquelas chinelas conhecia-as ela: tinham sido furtadas por uma criada há muitos anos, e debalde as tinha procurado por toda a parte. Eram suas e faziam parte do seu antigo traje de *taropa* e *baju* com que contava ser enterrada. Sim, era Deus quem lhas mandara, porque a morte estava próxima.

²⁹⁰ Seabra utiliza “da”.

²⁹¹ N’O *Heraldo*, aparece “prescrutar”.

²⁹² Seabra altera para “retreta”, que tem o sentido de “caixa para dejetos”, “privada”.

²⁹³ Seabra substitui por um ponto final.

²⁹⁴ N’O *Heraldo*, aparece “a”.

Como por encanto, dissipou-se a alegria e o entusiasmo triunfante do Bonifácio Monserrate, que, despeitado, furiosíssimo com a velha, lhe gritou de punhos cerrados:

– Ó tia! Que imprudência! Que desleixo! Deixar ao alcance dos criados umas chinelas de seda carmesim! Isso podia dar lugar a uma *confusão histórica*!!!

* * *

A outra paixão do Bonifácio eram os bacharéis pela Universidade de Coimbra – não os indianos formados na metrópole; por estes nutria uma secreta inveja, e tinha-lhes raiva – mas os bacharéis europeus. E, ampliando a sua paixão, começou a adorar todos os europeus civis, porque aos militares, embora oficiais de engenharia, taxara-os²⁹⁵ de tarimbeiros e não lhes ligara²⁹⁶ importância;²⁹⁷ e, não passava europeu algum à paisana, conhecido ou desconhecido, sem que o Bonifácio Monserrate o cumprimentasse logo, com rasgadas barretadas, e procurasse por todos os meios aproximar-se dele e ser-lhe agradável.

Ora, sucedeu que Cipriano Cantina, soldado de infantaria europeia, que estava em diligência nas Obras Públicas, andasse à paisana enquanto *olhava* pelos concertos da estrada que se estavam fazendo na aldeia do Bonifácio. Este, apesar de o Cantina estar muito queimado pelo sol e mais escuro que um cantoneiro, conheceu pela fala que era europeu e, supondo-o civil, imaginou-o logo engenheiro. Daí a jazê-lo²⁹⁸ bacharel em Matemática não ia um passo, e logo o Bonifácio começou a fazer rasgados cumprimentos ao passar e repassar pelo Cipriano Cantina, que este ficou muito admirado de uma tão subida consideração por parte de um *ilustre* advogado.

* * *

Numa noite, havia uma *soirée* de casamento em casa de um alfaiate da aldeia onde o Cipriano Cantina estava em serviço, e, como o rapaz já lá tinha feito conhecimento, foi para aí convidado.

²⁹⁵ Seabra altera para “taxava-os”.

²⁹⁶ Seabra altera para “ligava”.

²⁹⁷ Seabra substitui por um ponto final.

²⁹⁸ Seabra altera para “fazê-lo”.

Cipriano Cantina tinha um²⁹⁹ namoro com a filha do taberneiro³⁰⁰, que devia ir para a *soirée* e com quem prometera³⁰¹ dançar uma polca espanhola – única dança que conseguira aprender na sua terra – e não querendo faltar à sua promessa, nem perder uma tão boa ocasião de se divertir numa terra onde não havia arraiais e ‘Noite de S. João’, começou a andar pelas casas de todos os amigos e conhecidos a ver se conseguia alugar uma casaca;³⁰² mas trabalho baldado: todas as casacas estavam tomadas para a *soirée* do alfaiate, e o Cipriano Cantina, depois de muitas diligências, só conseguiu arranjar umas calças pretas, um colete branco, uma gravata branca e uma sobrecasaca velhíssima.

Assim vestido, estava o Cipriano Cantina próximo à casa da *reunião*, no se atrevendo a entrar, consciente do seu ridículo traje, e, mirando invejoso pela janela todos os cavalheiros elegantemente postos nas suas casacas passadas a ferro –³⁰³ quando reparou no Bonifácio Monserrate que, por mera condescendência para com o seu alfaiate, fora à *soirée* de casamento e, lembrando-se dos rasgados cumprimentos que o Monserrate lhe faria³⁰⁴, aproveitando de um momento em que o homem viera à janela, acenou-lhe com a mão.

O Bonifácio Monserrate, sentindo que alguém o chamava, inclinou-se para ver melhor, e, tendo-o reconhecido pelo reflexo da luz, que dava em cheio no rosto do Cantina, correu pressuroso a oferecer-lhe os seus préstimos.

Então o Cipriano Cantina³⁰⁵, que não lhe sabia o nome, tratando-o por *caro doutor*, explicou-lhe que, tendo sido convidado para a sua *reunião* pelo mestre alfaiate, para não ser indelicado, queria entrar em casa, cumprimentar os noivos e sair imediatamente e, como não tinha casaca, pedia ao *caro doutor* que lhe emprestasse a sua somente por cinco minutos.

O Bonifácio Monserrate que, vendo na meia escuridão o Cantina de sobrecasaca o tomara por³⁰⁶ autentico bacharel em matemática, não se fez rogado, e prontamente, despindo a casaca, entregou-a ao rapaz que, desembaraçando-se da sua velhíssima sobrecasaca, envergou a casaca do Bonifácio e se enfiou pela casa dentro.

²⁹⁹ Seabra suprime o “um”.

³⁰⁰ Seabra altera para “taberneiro”.

³⁰¹ Seabra altera para “projectara”.

³⁰² Seabra substitui por um ponto.

³⁰³ Seabra substitui por uma vírgula.

³⁰⁴ Seabra alterou para “fazia”.

³⁰⁵ N’O *Heraldo* aparece “Cipriana Cantino”.

³⁰⁶ Seabra alterou para “por um”.

Passaram os cinco minutos do prazo; passaram outros cinco, passou meia hora, passou uma hora... e o Cipriano Cantina, muito entusiasmado com a sua namorada e com a casaca do *caro doutor*, que lhe ajustava como uma luva, não se lembrara³⁰⁷ de sair, Bonifácio Monserrate via-o pela janela aos saltos, dançando desalmadamente polcas, valsas, *calidónias*, pulando num só pé de uma forma tão cômica, que, pela primeira vez duvidou da autenticidade do bacharel em matemática e, como a noite esfriava, envergou a sobrecasaca do Cipriano Cantina que até então trouxera, respeitosamente, ao³⁰⁸ braço;³⁰⁹ mas, sentindo o cheiro a bafio e a coisas velhas a que tresandava a velhíssima sobrecasaca, percebeu o logro em que caíra: nunca uma pessoa que trazia uma sobrecasaca daquelas podia ser bacharel.

Mas não havia remédio;³¹⁰ e, pacientemente, esperou o fim da reunião, encostado a uma palmeira.

Só às cinco horas da madrugada é que o Cipriano cantina, saindo a suor³¹¹ da casa do alfaiate, devolveu-lhe a casaca.

Foi desde então, que a paixão do Bonifácio pelos bacharéis³¹² esfriou muito.

Hoje, quando vê um europeu, não o cumprimenta logo, nem mesmo de longe, com uma rasgada barretada: espera, prudentemente, que se aproxime, e depois de, minuciosamente, o observar faz-lhe um vagaroso e respeitoso cumprimento.

Quanto à sua paixão pela arqueologia, está na mesma: escreve asneiras sobre asneiras. Ela é já nele moléstia grave e incurável, dando-lhe de há muito direito à aposentação.

³⁰⁷ Seabra alterou para “lembrava”.

³⁰⁸ Seabra alterou para “no”.

³⁰⁹ Seabra substituiu por um ponto final.

³¹⁰ Seabra substituiu por um ponto final.

³¹¹ Seabra alterou para “suar”.

³¹² N’O *Heraldo* esse período contava com duas vírgulas. Seabra suprimiu ambas. Nós optamos por manter a primeira e suprimir a segunda, que ficaria neste local, separando sujeito e verbo.

A incoerência de certos hábitos e costumes³¹³

Veio cá passar as férias grandes, com seus pais, o pequeno Damodara, filho do meu vizinho Quensori. Damum é o nome da família e eu gosto de lhe chamar assim.

Esse pequeno estava em Mormugão com um tio, estudou lá e passou sua instrução primária. Fala o português, veste calção e blusa, usa chapéu de sol inglês, calça sapatos, traz o cabelo penteadinho, e tem educação.

Damum vem muito a minha casa. Quando entra dá os *bons dias*; quando sai, sabe dizer *adeus*; e quando deseja levar qualquer objeto cá de casa, pede e não se apodera dele, sem que lhe seja dado.

Enquanto estou a almoçar, o Damum senta-se numa cadeira e dá-me conversa.

– Como se atreve o senhor a comer com o garfo? – perguntava-me ele, curioso. – não tem medo que as suas pontas aguçadas lhe furem a língua?

E explicava:

– Eu como à mão. Acho isso mais simples e menos perigoso.

Contudo, Damum, que é muito inteligente, aprecia os costumes ocidentais. Acha melhor comer-se à mesa, coberta com uma toalha. Censura-me, porém, o luxo de ter... *um guardanapo por cada pessoa*.

* * *

Um dia, Damum foi madrugador. Veio à minha casa, de manhã cedo, andou a procurar-me por toda a parte, e foi dar comigo num dos mais retirados quartos da casa, sentado sobre a respectiva caixa aberta, a fumar um *pensativo* cigarro.

– Que faz o senhor aqui, neste quarto afastado, numa atitude de abatimento, triste, cabisbaixo? – perguntou-me, comovido.

Respondi-lhe com uma das caretas características que certo esforço fisiológico provoca.

Então o rapaz compreendeu e ficou escandalizadíssimo.

³¹³ COELHO, José da Silva. In: SEABRA, Manuel. “Obra (quase) completa de José da Silva Coelho”. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. Tipografia Rangel: Bastorá – Goa. Datado pelo autor de 12 de junho de 1923. Não temos a data da publicação original.

– Deixar essas sujidades numa caixinha tão bem feita! – dizia ele desolado.

E tinha razão. Ele costumava exercer essas funções vitais do nosso organismo fora de casa, longe e muito longe – no quintal. Guardar aquilo, cuidadosamente, numa caixa era disparate...

* * *

Sei dum certo conselheiro, que quando vinha da província para a capital assistir às sessões do Conselho, também achava disparate mandar lavar a única camisa que trazia. Quando o criado do hotel lhe perguntava se devia chamar o lavandeiro para tomar conta da camisa, que estava imunda, o manhoso respondia-lhe, com muita filosofia:

– Para quê? Se ela fica por baixo do colete e não se vê!

Também tinha razão.

Uma camisa suja é, muitas vezes, própria para cobrir uma consciência pouco limpa...

Atribuições de Mr. Gilaz em Goa³¹⁴

Mr. Gilaz, pelo nome de batismo Gelásio de Faria, era filho único de Bonifácio de Faria, de Pomburpá, que foi músico reformado da extinta Banda de Artilharia de Nova-Goa³¹⁵.

Seu pai queria destiná-lo à carreira eclesiástica e, por isso, o mandara a Rachol para estudar no Seminário³¹⁶ o primeiro ano de latim. Mas o Gelasinho, três meses depois de declinar o *hora horae* em todagoverno xaves as *pousadas* de Rachol, encalhou no *quicumque* e, desistindo de ser padre – por falta de vocação –, dizia ele – regressou³¹⁷ a Pomburpá, onde começou a estudar o inglês com seu tio Vicentinho de Faria, que fora despenseiro a bordo dos vapores da P&O.

Anos depois, falecido o pai, o Gelasinho, feito já um *rapagão danado* e forte, foi para Bombaim tentar fortuna,³¹⁸ e empregou-se como ajudante do praticante de farmácia,³¹⁹ – *assistant physician*, escrevia ele para Pomburpá – na ambulância do Dr. Pais, em Cavel.

Passaram anos³²⁰ e o nosso Gelasinho, promovido a praticante por morte de quem o era, transformou-se em Mr. Gilaz e tornou-se um hábil preparador e vendedor de *mixtures*.

Dirigia-se sempre em inglês aos cozinheiros que iam à sua botica comprar drogas para as suas febres palustres³²¹ e tratava-os por Mr., inglesando os seus nomes:

- *Halloo! Mr. John! What do you want?*
- *A bottle of the mixture³²² for six days fever.*

³¹⁴ COELHO, José da Silva. “Atribuições de Mr. Gilaz em Goa”. In: SEABRA, Manuel. “Obra (quase) completa de José da Silva Coelho”. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. Nº 124. Tipografia Rangel: Bastorá – Goa. 1979. pp. 108-112.

Publicado originalmente no sábado, 25 de fevereiro de 1922, em Nova Goa, no jornal *O Herald*, ano XXIII, nº 5919. p. 2. Datado pelo autor como tendo sido escrito em Bicholim, no dia 18 de fevereiro de 1922.

Dedicatória: “Ao meu amigo Joaquim Bernardo de Sá distinto Recebedor da Fazenda de Bicholim”.

³¹⁵ Seabra grafa “Nova Goa”, sem o hífen.

³¹⁶ Seabra utiliza letra minúscula: “seminário”.

³¹⁷ Seabra altera a pontuação para: “desistindo de ser padre – por falta de vocação, dizia ele –, regressou”

³¹⁸ Seabra suprime esta vírgula.

³¹⁹ Seabra suprime esta vírgula.

³²⁰ Seabra inclui uma vírgula neste local.

³²¹ Seabra inclui uma vírgula neste local.

³²² Seabra corrige para “mixture”.

– *For your wife?*

E satisfazia-lhes o pedido.

Ora,³²³ como Mr. Gilaz tivesse feito algumas economias, pensou em voltar para Goa com licença de alguns meses, e arranhou quem o substituísse na farmácia.

Pensou também em introduzir³²⁴ na sua freguesia de Pomburpá³²⁵ o sistema de tratamento³²⁶ por *mixture*³²⁷ de todas as febres³²⁸ e meteu na sua mala de coiro, comprada no *Chôr-bazar*, uns frasquinhos de quinino e outros de que conhecia o uso, e, surrupiando um estetoscópio velho, que enferrujava abandonado na farmácia, abalou para Goa.

* * *

Às 8 horas da manhã atracou o “Indravati” ao cais da Alfândega, em Pangim;³²⁹ e o nosso Mr. Gilaz, que desembarcava com a sua mala de coiro e um *solodo* enorme, foi bruscamente detido por um empregado que lhe exigiu o pagamento da *taxa de entrada*, antes de pôr os pés em terra.

Mr. Gilaz não se desconcertou com a indelicadeza nacional e, puxando pela bolsa, pagou os anás da taxa de entrada, dizendo ao empregado com todo o garbo:

– *All right! Get out.*

E supunha imitar os ingleses quando dão gorjeta aos criados.³³⁰

Mas,³³¹ quando desceu ao barracão da Alfândega,³³² é que foi o bom e o bonito.

Os empregados obrigaram-no a uma porção de formalidades: desmancharam a mala, revistaram a roupa, destaparam os frasquinhos de quinino e outros, cheiraram-nos, abriram o *solodo*, e, como lá, entre outras coisas, encontrassem um pequeno fardo de *bombilins*, houve dúvida sobre se por aquilo

³²³ Seabra suprime esta vírgula.

³²⁴ Seabra inclui uma vírgula neste local.

³²⁵ Seabra inclui uma vírgula neste local.

³²⁶ Seabra inclui uma vírgula neste local.

³²⁷ Seabra inclui uma vírgula neste local.

³²⁸ Seabra inclui uma vírgula neste local.

³²⁹ Seabra substitui o ponto e vírgula por uma vírgula neste local.

³³⁰ Seabra junta este parágrafo ao seguinte.

³³¹ Seabra suprime esta vírgula.

³³² Seabra suprime esta vírgula.

seria devido o “Bilhete de despacho de importação” ou a “Guia de despacho de mercadorias” e depois de várias idas e voltas, ordens e contraordens³³³ obrigaram-no a esperar mais de uma hora, enquanto se fazia a conta dos direitos, vinte por cento de adicionais, ditos municipais, selos etc., etc., e preenchimento de várias fórmulas e formalidades.

Por fim, fora da Alfândega, Mr. Gilaz meteu-se num trem com a sua bagagem e foi à Navegação Fluvial, onde lhe disseram que não haveria nesse dia lancha para Aldoná³³⁴.

Quis então fretar uma tona. Os marinheiros, porém, exigiam-lhe vinte rupias para ir a Pomburpá, alegando que a Capitania³³⁵ com as suas licenças, registos, bilhetes, selos e emolumentos, lhes levava coiro e cabelo;³³⁶ e exibiam o seu toutiço lustroso e rapado.

Depois de muito regateio³³⁷ ajustou-se a tona por dez rupias;³³⁸ e,³³⁹ agora,³⁴⁰ era o cocheiro que lhe exigia cinco rupias pela corrida, demora e malas, alegando que lhe tinham aumentado as licenças e os selos;³⁴¹ e mostrava-se insolente e malcriado.

Mr. Gilaz tinha bons músculos.³⁴²

Perdendo a cabeça, sacou a mala do trem, tirou com cuidado o *solodo*, entregou-o aos marinheiros, e, arregaçando as mangas do casaco, gritou ao cocheiro imitando os condestáveis de polícia:

– *God d.....³⁴³ bloody fool..... bloody fool³⁴⁴, Five rupees for a run?!*

Perante este argumento de força, o cocheiro, atônito, contentou-se com uma rupia;³⁴⁵ e Mr. Gilaz, metendo-se na tona, pôde finalmente,³⁴⁶ seguir a Pomburpá.

³³³ Seabra inclui uma vírgula neste local.

³³⁴ Seabra grafa “Aldonã”.

³³⁵ Seabra inclui uma vírgula neste local.

³³⁶ Seabra substitui o ponto e vírgula por um ponto final neste local.

³³⁷ Seabra inclui uma vírgula neste local.

³³⁸ Seabra substitui o ponto e vírgula por um ponto final neste local.

³³⁹ Seabra suprime esta vírgula.

³⁴⁰ Seabra suprime esta vírgula.

³⁴¹ Seabra substitui o ponto e vírgula por um ponto final neste local.

³⁴² Seabra junta este parágrafo ao seguinte.

³⁴³ Seabra suprime este “d.....” que parece sugerir, pelo contexto, o uso da expressão “damn” ou “damit”, substituindo o “d” por um ponto de exclamação.

³⁴⁴ No jornal este “fool” saiu grafado “fooll”.

³⁴⁵ Seabra substitui o ponto e vírgula por uma vírgula neste local.

³⁴⁶ Seabra suprime esta vírgula.

Mr. Gilaz tinha em Pomburpá um primo, Elizabet, filho do seu tio Vicentinho de Faria, finado despenseiro da P. & O.³⁴⁷

Elizabet,³⁴⁸ fora escrivão suplente das execuções fiscais em Mapuçá,³⁴⁹ mas tivera de pedir a sua exoneração,³⁵⁰ porque³⁵¹ sendo fraco do físico, levava sovas valentes de³⁵² cada vez que se atrevia a fazer alguma penhora. Mas como supunha que era jurisperito com a prática adquirida na repartição de fazenda de Mapuçá –³⁵³ *fazia solicitações* nos cartórios e repartições³⁵⁴ e dava consultas.

Ultimamente³⁵⁵ comprara um exemplar do suplemento³⁵⁶ ao nº II do *Boletim Oficial*³⁵⁷, que trazia a nova Lei do selo³⁵⁸ e andava a estudá-la com todo o entusiasmo.

Quando o Elizabet soube da chegada do seu primo Gelasinho, dobrou cuidadosamente o suplemento³⁵⁹, meteu-o na algibeira e correu à casa do Gelásio para lhe fazer uma visita.

O antigo Gelasinho, hoje Mr. Gilaz, que estava a pôr em ordem as suas coisas, vendo entrar o Elizabet, gritou-lhe de braços abertos:

– *Halloo! Mr. Lisbette! My cousin Lisbette!*

E deu-lhe um abraço que lhe ia pondo os ossos num feixe.

Passados os primeiros momentos de entusiasmo, Elizabet perguntou ao seu primo Gelasinho,³⁶⁰ porque trazia ele o estetoscópio que tinha na mão;³⁶¹ e como Mr. Gilaz lhe informasse, com toda a basófia, que era para a clínica que ele pretendia fazer durante a sua demora em Pomburpá, o Elizabet notou-lhe que teria

³⁴⁷ Seabra junta este parágrafo ao seguinte.

³⁴⁸ Seabra suprime esta vírgula.

³⁴⁹ Seabra substitui o ponto e vírgula por uma vírgula neste local.

³⁵⁰ Seabra suprime esta vírgula.

³⁵¹ Seabra inclui uma vírgula neste local.

³⁵² Seabra suprime este “de”.

³⁵³ Seabra substitui este travessão por uma vírgula.

³⁵⁴ Seabra inclui uma vírgula neste local.

³⁵⁵ Seabra inclui uma vírgula neste local.

³⁵⁶ Seabra grafa “Suplemento”.

³⁵⁷ Seabra coloca entre aspas, em vez de usar o itálico.

³⁵⁸ Seabra grafa “Selo”.

³⁵⁹ Seabra grafa “Suplemento”.

³⁶⁰ Seabra suprime esta vírgula.

³⁶¹ Seabra substitui o ponto e vírgula por uma vírgula neste local.

de pagar uma licença e selos fortes;³⁶² e, desdobrando o Suplemento do *Boletim*, que tirou da algibeira, citou-lhe a verba 67 dos diplomas, lendo:

“– X: licença para exercício de qualquer profissão científica adquirida em qualquer Universidade ou academia estrangeira, 30\$000 ou 85 rupias e 2³⁶³ tangas e seis réis.”

Perante tal soma, Mr. Gilaz meteu, mansamente, o estetoscópio na algibeira e explicou: o que ele queria não era bem exercer a clínica, mas vender as suas *mixtures* e provar a sua eficácia no tratamento das febres.

E³⁶⁴ abrindo a mala, mostrou-lhe os frascos que trazia.

– Também está previsto e precisa de licença³⁶⁵ e tens de pagar o respectivo selo³⁶⁶ – respondia-lhe³⁶⁷ Elizabet que, virando a página, citou a II^a ³⁶⁸ licença da verba 84 lendo:

“Licença para venda ³⁶⁹de águas minerais ou medicinais.....”

Mr. Gilaz, já mal humorado, fechando a mala, replicou-lhe que, nesse caso, aconselharia aos que sofressem de febres irem a Bombaim, à sua farmácia, tomar as *mixtures*.³⁷⁰

E logo o nosso Elizabet treplicou-lhe que ainda isso estava previsto;³⁷¹ e, virando a outra página, citou-lhe a licença 14^a, lendo em voz alta:

– Licença para agência de emigração etc. etc. 200\$000 réis³⁷² ou Rps. 571: 06: 11”

Mr. Gilaz, arreliado, perguntou-lhe quem diabo fizera uma lei prejudicial à saúde pública, ao que o Elizabet lhe retorquiu³⁷³ escandalizado:

– Prejudicial!!³⁷⁴ Ora essa!

Era até um trabalho de valor;³⁷⁵ e pena seria se se não publicasse, dissera-o um vogal do Conselho Legislativo! Estava lá tudo previsto!

³⁶² Seabra substitui o ponto e vírgula por um ponto final neste local.

³⁶³ No jornal utiliza-se o número romano “II”.

³⁶⁴ Seabra inclui uma vírgula neste local.

³⁶⁵ Seabra inclui uma vírgula neste local.

³⁶⁶ Seabra inclui uma vírgula neste local.

³⁶⁷ Seabra alterou para “respondeu-lhe”.

³⁶⁸ Seabra suprime a numeração II^a

³⁶⁹ No jornal há abertura de aspas neste local.

³⁷⁰ Seabra junta este parágrafo ao seguinte.

³⁷¹ Seabra substitui o ponto e vírgula por um ponto final neste local.

³⁷² Seabra altera para “250\$000”.

³⁷³ Seabra inclui uma vírgula neste local.

³⁷⁴ Seabra substitui as duas exclamações por um ponto de interrogação.

³⁷⁵ Seabra substitui o ponto e vírgula por uma vírgula neste local.

Nisto, um cão velho e lazarento, que havia em casa, começou a coçar-se³⁷⁶ vindo para o meio da gente;³⁷⁷ e o Elizabet, desejoso de mostrar a sua erudição na lei do selo, continuou entusiasmado:

– Olhe! Até esse cão está cá previsto!

E lia a 35ª licença:

– “Licença para ter um ou mais cães;³⁷⁸ sendo para cão de guarda”.

– Mas isso não é um cão de guarda berrou Mr. Gilaz, furioso, está velho e não presta para nada: só se sustenta por caridade.³⁷⁹

– Então é cão de luxo e paga ainda mais³⁸⁰ – retrucou-lhe Elizabet, preparando-se para ler.

Mas³⁸¹ como Mr. Gilaz, sentindo a paciência a esgotar-se-lhe, o convidasse a meter a lei na algibeira e a sentar-se, pedindo-lhe para jantar consigo, ser seu hóspede, o Elizabet, ainda na sua, teimoso,³⁸² com a lei na mão, com uma profunda mesura, disse-lhe:

– Obrigado. Mas precisa primeiro de obter a licença 7ª para hotel ou hospedaria, pagando 1\$750 réis ou cinco rupias de selo.

E pôs-lhe o artigo debaixo dos olhos.

Mr. Gilaz, com a paciência já de todo esgotada, rachadíssimo, não compreendendo que pudesse haver lei que fizesse da sua casa hospedaria ou hotel só por convidar um primo a ser seu hóspede, quis ainda ler o artigo;³⁸³ mas a vista turbou-se-lhe e falhando³⁸⁴ a licença 7ª leu a 8ª:

– “Licença para estalagem³⁸⁵ casa de pasto ou casa de guarda para cavalgaduras.....”

Então, não podendo mais conter-se, rubro de vergonha e indignação, arregaçou as mangas do casaco, segurou o Elizabet pelos ombros, e, enquanto o ia empurrando fora da porta, berrou-lhe ao ouvido³⁸⁶:

³⁷⁶ Seabra inclui uma vírgula neste local.

³⁷⁷ Seabra substitui o ponto e vírgula por um ponto final neste local.

³⁷⁸ Seabra substitui o ponto e vírgula por uma vírgula neste local.

³⁷⁹ Seabra organiza este parágrafo do seguinte modo: “– Mas isso não é um cão de guarda, – berrou Mr. Gilaz, furioso. – Está velho e não presta para nada. Só se sustenta por caridade.”

³⁸⁰ Seabra inclui uma vírgula neste local.

³⁸¹ Seabra inclui uma vírgula neste local.

³⁸² Seabra suprime esta vírgula.

³⁸³ Seabra substitui o ponto e vírgula por uma vírgula neste local.

³⁸⁴ Seabra substitui por “saltando”.

³⁸⁵ Seabra inclui uma vírgula neste local.

³⁸⁶ No jornal saiu grafado “ouvid”

– Minha casa será hotel, hospedaria, estalagem;³⁸⁷ mas casa de pasto ou guarda para cavalgadas,³⁸⁸ é que nunca há de ser. E você, sua grande cavalgada e mais a sua maldita lei do selo, vão já daqui para rua.

E, expulsando-o, fechou violentamente a porta, que fez um grande estrondo;³⁸⁹ mas, enquanto os seus ecos se repercutiam pela casa dentro, ouviu-se ainda a voz de Elizabet que dizia de fora:

– *“Licença 37ª B. para fogos de estalo 1\$5000 réis ou Rps.³⁹⁰ 4: 04: 07”.*

³⁸⁷ Seabra substitui o ponto e vírgula por uma vírgula neste local.

³⁸⁸ Seabra suprimiu esta vírgula.

³⁸⁹ Seabra substitui o ponto e vírgula por um ponto final neste local.

³⁹⁰ No jornal não há a indicação de que esse valor seria em rupias “Rps”, aparece apenas “4 – 04 – 07”.

Quando, de madrugada, a parteira o fez despertar, batendo à porta do seu quarto e gritando-lhe pelas frinchas³⁹² que acabava de ter um filho, Cucufato Gomes levantou-se de um salto e³⁹³ usando uma “cabaia”³⁹⁴ que lhe servia de *robe-de-chambre*, correu a ver o seu morgadinho.

Nascera robusto, gorducho, vermelho como um pimentão, e, com grande zaragata³⁹⁵, chupando um dedo, mostrava instintos de grande voracidade.

– Parece um alemão!³⁹⁶ dizia o pai estudando-lhe a fisionomia, os seus menores gestos,³⁹⁷ e, sobretudo, o seu forte peito e as suas rechonchudas bochechas, que lhe anunciavam um futuro comilão, para largas despesas.

Embora o Cucufato nunca tivesse visto um alemão – como supunha que seu filho parecia de marca alemã, no físico e na voracidade, procurou um nome alemão para lhe dar;³⁹⁸ e, depois de muito matutar, escolheu o de Gerolsteins, que, anteposto ao seu portuguêsíssimo apelido Gomes, devia produzir efeito e fazer de seu³⁹⁹ filho alguém num futuro não muito remoto;⁴⁰⁰ e, tendo gostado muito desse nome sonoro de Gerolsteins, *aplicou-o* ao recém-nascido.

Gerolsteins Gomes, comilão emérito e incansável, foi comendo, fartando-se, e⁴⁰¹ engordando e crescendo de tal forma que aos dez anos parecia um rapagão de catorze;⁴⁰² mas, como tendo – como dizia o pai – a cabeça na barriga, até aos dez anos não sabia conhecer as letras do alfabeto, nem limpar a boca enlambuzada de gorduras, nem o nariz a escorrer ranho, nem outras partes que a decência obriga a não enumerar.

³⁹¹ COELHO, José da Silva. “O conselheiro Gerolsteins Gomes”. In: SEABRA, Manuel. “Obra (quase) completa de José da Silva Coelho”. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. Nº 124. Tipografia Rangel: Bastorá – Goa. 1979. pp. 119-122.

Publicado originalmente no sábado, 25 de março de 1922, em Nova Goa, no jornal *O Herald*, ano XXIII, nº 5941. p. 2. Datado pelo autor como tendo sido escrito, no dia 10 de março de 1922.

Dedicatória: “Ao meu amigo Dr. Castelino Fernandez, clínico acertado e dedicado”.

³⁹² Seabra suprimiu esta vírgula.

³⁹³ Seabra inclui um vírgula neste local.

³⁹⁴ Seabra inclui um vírgula neste local e retira as aspas.

³⁹⁵ Confusão, estardalhaço.

³⁹⁶ Seabra substituiu o ponto de exclamação por uma vírgula seguida de travessão.

³⁹⁷ Seabra suprimiu esta vírgula.

³⁹⁸ Seabra substituiu o ponto e vírgula por uma vírgula neste local.

³⁹⁹ Seabra substituiu “de seu” por “do”.

⁴⁰⁰ Seabra substituiu o ponto e vírgula por um ponto final neste local.

⁴⁰¹ Seabra suprime este “e”.

⁴⁰² Seabra substituiu o ponto e vírgula por um ponto final neste local.

Quando mandavam à escola, ficava ele, horas esquecidas, a olhar nas boticas as piras de tâmaras e bojés expostas à venda, lambendo os beiços e os dedos com os olhos esbugalhados, sem pensar na lição.

Mas, aos doze anos, o pai, vendo que o pequeno fazia muita despesa em casa,⁴⁰³ sem nenhum proveito, cortou-lhe a sua ração de pão e carne e deixou-o só à canja e arroz e caril.

Esta medida, de grande alcance econômico, deu resultado;⁴⁰⁴ pois o pequeno, que, até então, só dera trabalho ao estômago, vendo este vazio, começou a fazer trabalhar o cérebro, para obter meios de subsistência;⁴⁰⁵ e, usando de muita astúcia e manha, encetou a luta pela vida.

la sempre visitar os parentes justamente à hora em que eles costumavam ir à mesa do almoço, para *cair no prato*⁴⁰⁶; furtava aos pais “poichás”⁴⁰⁷ para comprar no bazar guloseimas que ia pacatamente comendo pelas ruas; e, todas as vezes que em casa matavam uma galinha, o que raras vezes sucedia, ia sorratamente à cozinha roer os ossos, de que era grande apreciador.⁴⁰⁸

Por fim, depois de roer muito os ossos, alguns fosfatos foram entrando na mioleira do Geroisteinsinho que, aos catorze anos, consegue passar, tangencialmente, a instrução primária,⁴⁰⁹ com a sua colossal figura metida num fato velho de *cotim*⁴¹⁰ do pai⁴¹¹ e as patas, as suas fenomenais patas, em botas *meio-soladas* de um tio, as quais, apertando, o faziam coxear.

Findas as férias, como, apesar da sua habilidade em escamotear *poichás*, o Cucufato não tivesse confiança na inteligência do filho, não se atreveu a mandá-lo ao liceu e meteu-o num colégio de inglês, onde o Gerolsteinsinho, só aos dezessete anos, feito já um latagão espadaúdo e forte, conseguiu passar a terceira classe, sabendo alguma coisa de ler, escrever e contar, em inglês.

* * *

⁴⁰³ Seabra suprimi esta vírgula.

⁴⁰⁴ Seabra substitui o ponto e vírgula por uma vírgula neste local.

⁴⁰⁵ Seabra substitui o ponto e vírgula por uma vírgula neste local.

⁴⁰⁶ Seabra substitui o itálico pelas aspas.

⁴⁰⁷ Seabra suprime as aspas.

⁴⁰⁸ Seabra junta este parágrafo ao seguinte.

⁴⁰⁹ Seabra suprime esta vírgula.

⁴¹⁰ No jornal aparece grafado “*cutin*”.

⁴¹¹ Seabra inclui um vírgula neste local.

Passaram uns cinco anos.

Numa manhã de Julho, chuvosa e lamacenta, Gerolsteins, que era *clerk*⁴¹² na Secretaria do Governo, em Bombaim, e estava a ler *O Herald*, que um amigo lhe emprestara, deu um berro na cadeira onde estava sentado. Lendo a notícia da abertura da última lotaria da Santa Casa da Misericórdia, vira o número⁴¹³ 13013 premiado com o primeiro prêmio de trinta mil rupias;⁴¹⁴ e desse número,⁴¹⁵ ele comprara o bilhete inteiro uns vinte dias antes!

Nunca jogara na lotaria;⁴¹⁶ tinha mesmo escrúpulos em arriscar em jogos de azar o seu dinheiro, o seu rico dinheirinho ganho em copiar ofícios e registar notas de serviço; e,⁴¹⁷ eis que, logo ao primeiro bilhete que comprava, a fortuna o premiava,⁴¹⁸ com trinta mil rupias!⁴¹⁹

Que felicidade!

Sem dizer nada a ninguém, levantou-se, mudou o fato e, pela primeira vez na sua vida metendo-se num automóvel, com o bilhete premiado na algibeira do colete, mandou seguir para *Dobitalao*⁴²⁰, ao Rego Furtado. Este, que estava certo de o primeiro prêmio ter saído a um dos bilhetes vendidos pela sua casa, ficou muito admirado de o Gerolsteins,⁴²¹ só tão tarde,⁴²² ter dado com a fortuna que lhe caíra em casa, e, mediante a comissão de um por cento, prontificou-se a pagar-lhe desde já⁴²³ o prêmio, pois o *clerk* receava que lhe furtassem o bilhete e preferia dinheiro sonante no Banco, à sua ordem.

Feita a transação, segurado o dinheiro no Banco, a render juros a seis por cento, e com algumas centenas de rupias no bolso, o Gerolsteins fez os seus preparativos para regressar a Goa.

Primeiramente, comunicou à Secretaria, ao seu chefe, que mandava à fava o tal lugar de copista de ofícios e notas; em seguida foi ao Araújo e mandou talhar um fato de casimira nova – porque até então só usara velhos, tingidos, dos

⁴¹² Escrivão.

⁴¹³ No jornal aparece grafado “nº”.

⁴¹⁴ Seabra substitui o ponto e vírgula por um ponto final neste local.

⁴¹⁵ Seabra suprime esta vírgula.

⁴¹⁶ Seabra substitui o ponto e vírgula por dois pontos neste local.

⁴¹⁷ Seabra suprime esta vírgula.

⁴¹⁸ Seabra suprime esta vírgula.

⁴¹⁹ Seabra substitui o ponto de exclamação por um ponto final neste local. Além disso, Ele junta este parágrafo ao seguinte.

⁴²⁰ Localização ao sul de Mumbai (Bombaim).

⁴²¹ Seabra suprime esta vírgula.

⁴²² Seabra suprime esta vírgula.

⁴²³ Seabra suprime a expressão “desde já”.

antigos fatos do pai ou do tio – um fato completo de fraque, meia dúzia de fatos brancos e⁴²⁴ indo ao *Crawford Market*⁴²⁵, comprou um chapéu de feltro e um par de luvas; finalmente, num *sale*, adquiriu uma mala de coiro, envernizada e um par de botas.

Uma semana depois, tendo trocado na *geripurana*⁴²⁶ os seus trastes velhos por um sobretudo de casimira grossa, embarcou no comboio em terceira classe, comprando bilhete só⁴²⁷ até Londa;⁴²⁸ e telegrafou para Goa anunciando o seu regresso.

* * *

A família do Cucufato, que, apesar do dente devorador do Gerolsteinsinho, tinha por ele uma certa estima, ao saber, por carta confidencial, da sorte que o favorecera, tinha feito propalar que o Gerolsteins, promovido a oficial-maior⁴²⁹ da Secretaria, ia regressar a Goa com licença;⁴³⁰ e,⁴³¹ logo que soube pelo telegrama a hora da sua chegada, foi recebê-lo à estação do caminho de ferro.

Então, o “ex-clerk” Gerolsteins, que desde Londa⁴³² viera em primeira classe, de luvas calçadas e envergando, apesar do calor que fazia, o sobretudo da *geripurana*, foi recebido com música e muitos foguetes queimados à chegada do comboio.

Feitos os cumprimentos de estilo, o *ex-clerk*, metendo-se num trem com a sua lustrosa mala bem à vista,⁴³³ e fumando um enorme *planter*⁴³⁴ recolheu-se ao lar paterno e expôs à família, os seus projetos do futuro: não pensando em voltar a Bombaim, queria tentar em Goa o negócio em grande escala, não o de

⁴²⁴ Seabra inclui um vírgula neste local.

⁴²⁵ Famoso mercado de variedades ao sul de Mumbai, famoso também pela venda de produtos importados.

⁴²⁶

⁴²⁷ Seabra inverte a ordem dos termos: “comprando só bilhete até Londa”.

⁴²⁸ Seabra substitui o ponto e vírgula por um ponto final neste local.

⁴²⁹ Importante cargo na Secretaria do Governo.

⁴³⁰ Seabra substitui o ponto e vírgula por uma vírgula neste local.

⁴³¹ Seabra suprime esta vírgula.

⁴³² Cidade em que há uma estação ferroviária, no estado de Karnataka, vizinho a Goa.

⁴³³ Seabra suprime esta vírgula.

⁴³⁴ Cigarro importado da Inglaterra. Símbolo de status entre os homens da elite goesa do período. Seabra grafa “Planter” e inclui uma vírgula após a palavra.

poçorcarismo com *botica*⁴³⁵ e armazéns, mas, o de monopólios com escritório e agências comerciais.

Mas, para isso, era preciso ter influência política.⁴³⁶

Tinha um vago projeto: arrematar ou monopolizar as indústrias da destilação do espírito⁴³⁷ de palmeira e caju e exportá-lo para a África e Europa, com agências em Lourenço Marques, Moçambique, Marselha e Lisboa, onde tinha conhecimentos; e ia também tentar a política militando no partido governamental.

E, como a família, muito escandalizada, evocasse as tradições dos seus, que tinham sido sempre do partido popular⁴³⁸, o Gerolsteins retrucou com ares superiores:

– Lérias!⁴³⁹ O pai, com a sua política, só deixara dívidas, ao passo que ele, neste século de positivismo, com o seu tino oportunista, havia de ganhar dinheiro e importância. Olá, se havia! Haviam de ver! E movia a cabeça com ar de desafio.

Depois⁴⁴⁰ com os conhecimentos jurídicos adquiridos copiando ofícios e notas na Secretaria de Bombaim, fazia⁴⁴¹ exame de Direito e seria advogado. Pois que dúvida! Vira logo em Colém⁴⁴² dois despachantes da Alfândega, seus antigos discípulos, muito mais burros do que ele, feitos hoje advogados, embora não exercendo a profissão;⁴⁴³ e ele, com trinta mil rupias no Banco, não o havia de ser?!⁴⁴⁴

Dois anos depois, realizavam-se eleições para o conselho municipal;⁴⁴⁵ e Gerolsteins Gomes, que, estudando o direito processual de ouvido com um escrivão de direito⁴⁴⁶, seu parente, fizera exame e obtivera carta de advogado para Timor,

⁴³⁵ No jornal foi grafado “butica”.

⁴³⁶ Seabra junta este parágrafo ao seguinte.

⁴³⁷ Bebida alcoólica local: “espírito nativo”.

⁴³⁸ Seabra grafa “Partido Popular”.

⁴³⁹ Seabra divide o parágrafo em dois neste local.

⁴⁴⁰ Seabra inclui um vírgula neste local.

⁴⁴¹ Seabra substitui “fazia” por “faria”. Vale destacar a semelhança com o português do Brasil, quando se usa o pretérito imperfeito como futuro do pretérito.

⁴⁴² Cidade no extremo leste de Goa, próxima à fronteira com o estado de Karnataka.

⁴⁴³ Seabra substitui o ponto e vírgula por um ponto final neste local.

⁴⁴⁴ No jornal não há o ponto de interrogação, apenas o de exclamação.

⁴⁴⁵ Seabra grafa “Conselho Municipal” e substitui o ponto e vírgula por uma vírgula neste local.

⁴⁴⁶ Seabra grafa “Direito”.

apresentou a sua candidatura para vogal⁴⁴⁷, alegando os seus serviços ao país e ao partido⁴⁴⁸, prestados tanto em Goa como lá fora⁴⁴⁹.

O chefe do partido, conhecendo bem o candidato e certo de fazer dele o que bem quisesse, aceitou-o logo;⁴⁵⁰ e Gerolsteins Gomes, advogado provisionário, feito conselheiro, tomou assento na Câmara.

Logo na primeira sessão, apresentou um projeto sobre o melhoramento e conserto⁴⁵¹ das estradas, principalmente daquela que passava pelo edifício da escola primária.

– As estradas –,⁴⁵² dizia ele, defendendo o projeto, – são caminho do progresso; as escolas são o cenáculo onde a *burguesia* vai beber o elixir da civilização.⁴⁵³ A Câmara não pode discutir esse projeto com *frialdade*.

E, macaqueando um oficial do exército metropolitano⁴⁵⁴ que conhecera em Bombaim e a quem servira de *cicerone* e intérprete, continuava perorando, carregando nos *rr* a fingir a língua pesada:

– A nossa terrrra⁴⁵⁵, encravada no rincão do Malabar, tem de subir bem alto como um facho de luz *retumbante*, iluminando o mar de cabeças da nossa *burguesia*, mocidade *radiante* que é o futuro da nossa terrrra⁴⁵⁶. Repito com rudeza franca: a Câmara no pode discutir esse assunto com *frialdade*, com indiferença.

E, terminada a sessão, Gerolsteins Gomes, todo ufano, triunfante, com grandes ares de bazófia e importância, saía da Câmara enquanto alguns colegas, reunidos em círculo, diziam:

– Este⁴⁵⁷ Gerolsteins Gomes, heins! Que talento! Que orador! E o presidente a dizer que ele não valia nada! ...

⁴⁴⁷ Seabra grafa “Vogal”.

⁴⁴⁸ Seabra grafa “Partido”.

⁴⁴⁹ Em Bombaim, que então pertencia à Inglaterra.

⁴⁵⁰ Seabra substitui o ponto e vírgula por um ponto final neste local.

⁴⁵¹ No jornal aparece grafado “concerto”.

⁴⁵² No jornal as falas desse trecho aparecem sem travessão e entre aspas.

⁴⁵³ No jornal aparece um ponto e vírgula neste local, embora o segmento seguinte se inicie com letra maiúscula.

⁴⁵⁴ Seabra inclui um vírgula neste local.

⁴⁵⁵ Seabra grafa “terra”.

⁴⁵⁶ Seabra grafa “terra”.

⁴⁵⁷ No jornal o parágrafo não é precedido de travessão.

O advogado Romalino e a astúcia do seu colega rival⁴⁵⁸

Quem, dez anos atrás, tivesse alguma demanda ou dependência nos tribunais, conheceria certamente o Romalino, então escrevente dos cartórios e solicitador dos mais manhosos.

O Romalino não tinha estudos: após a instrução primária, apenas passara três classes do inglês. Mas como lidara muito com bombaístas⁴⁵⁹ e africanistas⁴⁶⁰, que nas suas demandas recorriam aos seus préstimos de solicitador, tinha prática do inglês, que falava sofrivelmente.

Poderia ter sido da mesma forma um sofrível ajudante de escrivão se, com a prática dos cartórios, tivesse adquirido alguns conhecimentos jurídicos e literários privativos do foro. Mas o Romalino só se dedicava ao culto da chicana e, além das formalidades e termos do processo, em que estava calejado, só era mestre em toda a espécie de tricas e trocatintices.

Quando chegava um novo magistrado, o Romalino – que às vezes não punha os pés no cartório, ocupado em solicitações e diligências extrajudiciais – era solícito em levar-lhe processos, prestar informações, oferecer-se a fazer recados, a ir às compras e a todos os serviços, até os mais humildes e inconfessáveis, só para captar as suas boas graças, tornando-se indispensável, e estudar-lhe as manhas. E, quando houvesse alguma demanda indecisa – que não tivesse probabilidades nem contra nem a favor da parte de quem solicitava a causa – o Romalino puxava a sardinha para a sua brasa por meio de empenhos.

Era esta a sua especialidade. Conhecia todos os métodos, sabia todas as vias e não conhecia escrúpulos: o ponto era chegar-lhe com massas, que a tudo se prestava e a tudo se atrevia.

* * *

⁴⁵⁸ COELHO, José da Silva. In: SEABRA, Manuel. “Obra (quase) completa de José da Silva Coelho”. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. Nº 126. Tipografia Rangel: Bastorá – Goa. 1981. pp. 36-40. Não temos a publicação original deste conto, ficando, portanto, fixada a versão de Manuel de Seabra. Seabra indica que o conto foi escrito em Bicholim, em 5 de julho de 1923.

⁴⁵⁹ Pessoas vindas de Bombaim.

⁴⁶⁰ Pessoas vindas das colônias portuguesas na África, mais comumente de Moçambique.

Desde há uns dois anos que o Romalino apareceu feito advogado provisionário: teve sua promoção.

O solicitador é uma espécie de subadvogado: corresponde ao praticante da ambulância do médico da aldeia. O praticante avia as receitas que o médico lhe passa, recebe as suas instruções e arrecada as massas. O solicitador vai aconselhar-se ao advogado, contrata com ele honorários, informa-se do que as testemunhas precisam depor, para as preparar, e discute com ele as chicanas e contra-chicanas a empregar.

Alguns advogados são também solicitadores. Então discutem e contratam eles próprios com os clientes e adestram as testemunhas tão bem que só um advogado de igual força as pode fazer cair.

Há honrosas exceções na classe, como não podia deixar de haver, mas conheço vários assim.

O Romalino não se sabe bem onde é que prestou exame de direito, nem para onde teve carta; mas um belo dia apareceu de toga no tribunal e a notícia nos jornais de que tivera provisão para advogar. Como, porém, não podia ter préstimos para ser só advogado, passou a ser advogado-solicitador, mas mais solicitador que advogado, e sendo sempre ajudante de algum colega, a quem confiava o papel principal.

* * *

Viera um novo juiz na comarca, e o Romalino, que não lhe chegara a estudar as manhas – agora que, deixando de ser escrevente de cartório, não podia levar processos à casa dos magistrados nem prestar-lhes serviços – começou a sair mal em todas as questões que patrocinava.

Cartas de recomendação, pedidos, saguates diretos e indiretos, tudo era inútil. Quanto mais recomendado era o seu constituínte, mais segura e fatal era a condenação.

Parecia que a desgraça o perseguia desde que envergara a agourenta toga. Para mais, nenhum dos saguates mandados ao juiz chegava sequer a subir os degraus da sua escadaria, e ainda que fossem mandados o mais veladamente possível – em nome dos seus parentes e amigos e sem mesmo serem

acompanhados ou precedidos de pedidos – eram de longe farejados pelo íntegro magistrado e imediatamente rejeitados.

O Romalino estava sucumbindo. As suas proverbiais habilidades, a sua grande perspicácia, a sua tenacidade de ferro, tudo naufragava de encontro a esse escolho terrível que era o novo juiz.

* * *

O Romalino não era orador, nem escritor; não minutava, articulava ou alegava por si, mas por intermédio de colegas, aos quais expunha as questões e dava ideias. Não sabia falar nem escrever o português corretamente, mas tinha fé na sua astúcia e na sua argúcia. E, por isso, como supunha que nelas só o excedia um colega – que, como ele, era fraco orador e deixava barbicha – nutria por ele secreta inveja e nunca recorria aos seus serviços quer como consultor quer como ator do papel principal.

Mas um dia o Romalino, que tinha uma causa importante a defender, forçado pelas circunstâncias, não teve remédio senão ir consultar esse colega rival, e, muito contrafeito, foi procurá-lo a casa e expor-lhe a questão e o estado das coisas.

O rival do Romalino ouviu tudo atentamente e ficou a pensar no caso, maduramente, cofiando a barbicha. E, depois de muito matutar, disse, gaguejando:

– É um caso muito bicudo!⁴⁶¹

E continuou a pensar.

Também o Romalino ficou a pensar, mas em coisa diferente: se seria pura fantasia tudo o que se dizia da argúcia e da astúcia do seu colega e se daquela cachola não sairia nada, absolutamente nada.

O colega continuava pensando.

Então o Romalino atreveu-se a uma pergunta:

– Não seria bom pedir a alguém para falar ao juiz, arranjar-lhe alguma carta de recomendação ou mandar-lhe algum saguate?

⁴⁶¹ Seabra não coloca travessão no início deste parágrafo.

– Asneira! – respondeu o colega, largando num gesto brusco a barbicha que afagava – Este juiz condena sistematicamente todos os que lhe mandam saguates ou metem empenhos!

O Romalino ficou derrotado na sua presumida rivalidade. Ele, que tantas vezes experimentara aquilo, como é que não dera com o caso? Mas o colega acabou de o aniquilar e mais a sua pretensiosa rivalidade, dando-lhe o seguinte conselho:

– Mande, antes, falar-lhe pela parte adversa, ou mande-lhe um saguate em nome da outra parte, e vencerá infalivelmente a demanda.

* * *

Tempos depois, o Romalino patrocinava uma acusação. Mas ficando de fora: o papel principal era feito por um colega que era o orador. Nenhuma prova se conseguira fazer; todas as testemunhas, arranjas e adestradas pelo Romalino, tinham decaído; o advogado da defesa era forte e desmanchara-lhe a igreja.

O Romalino estava furo. Tanto trabalho tomado, tanto dinheiro gasto, e afinal tudo estragado em algumas horas! Subitamente, lembrou-se do conselho dado pelo colega que o tirara uma vez de embaraços. Mas já não havia tempo; o julgamento estava para terminar. Porém, uma dessas sortes, frequentes na vida forense, veio em auxílio do Romalino: o juiz suspendeu a audiência por causa da hora adiantada e, deixando a sentença para o dia imediato, foi-se embora.

Então, o Romalino aproveitou a ocasião: deitou a correr e foi esperar o magistrado ao caminho de casa.

O juiz retirava-se fatigadíssimo, pensando ainda nas peripécias do julgamento, quando o Romalino se acercou dele e, dando-lhe as boas noites, perguntou, com muito interesse, se o réu fora absolvido.

– Ainda não dei a sentença que ficou para amanhã, – respondeu o magistrado, aborrecido.

– Pareceu-me, pareceu-me – gaguejou o Romalino, fingindo-se atrapalhado. – Pareceu-me, porque soube agora mesmo, dum ourives, que o réu lhe mandara fazer um anel para oferecer a V. Exa.!

O juiz ficou furiosíssimo e retirou-se apressadamente.

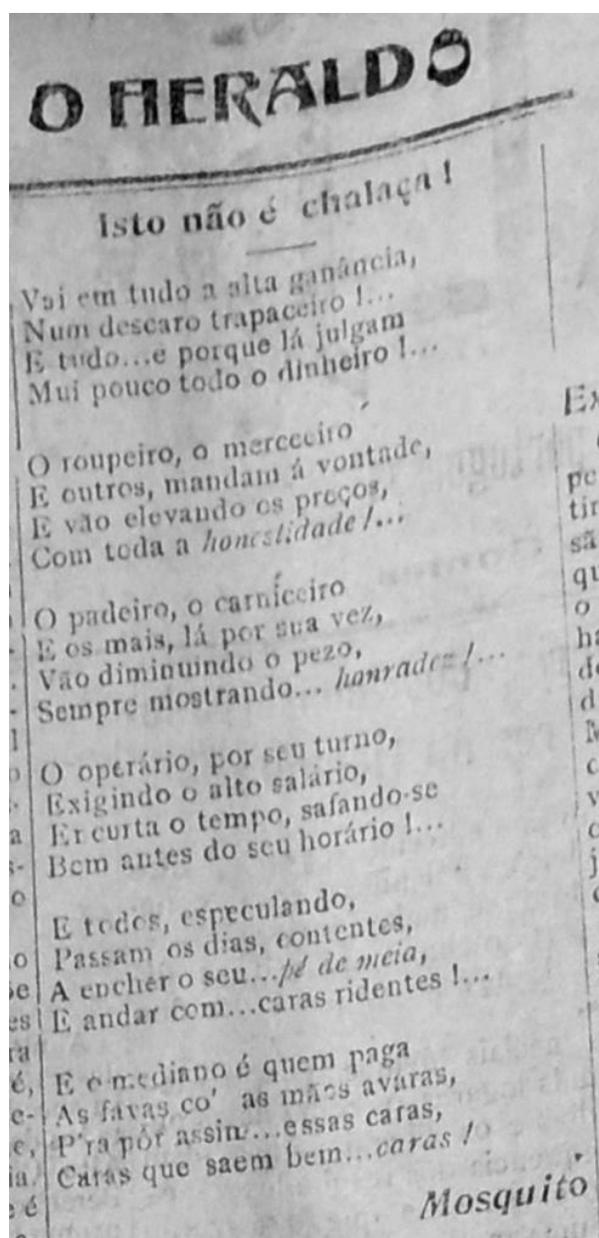
No dia imediato, voltou ao Tribunal e leu a sentença, com pasmo da acusação e da defesa, condenando o réu a uma pena fortíssima.

O Romalino aproveitara bem a lição do mestre na astúcia...

ANEXO II

IMAGENS DOS JORNAIS GOESES

As imagens apresentadas a seguir são de nossa responsabilidade, colhidas nas edições do periódico *O Herald*, na Central Library de Pangim, em Goa. A única exceção é a imagem do conto “A incoerência de certos hábitos e costumes”, conseguida pelo professor Paul Melo e Castro, junto ao crítico Manuel de Seabra.



O Herald – 09/08/1922 – p. 2.

“As duas paixões do Bonifácio Monserrate”

(Conto regional)

Nunca, em época de exames do Liceu e da instrução primária, correram tantas cartas de recomendação, nem para o provimento de um emprego publico se moveram tantas influencias quantas foram precisas para o Bonifácio Monserrate ser nomeado vogal da comissão arqueologica.

A arqueologia era uma das suas paixões, porque o colocava — supunha elle — ao nivel dos intellectuais da terra.

Tendo completado os seus estudos do curso do Liceu, o Bonifácio Monserrate pensára em ir para Coimbra cursar o direito e ingressar na magistratura colonial, mas, sendo filho unico, seus pais opuseram-se á sua partida para a metropole, alegando o risco, q e o joven estudante corria, de perder lá a sua fé religiosa, que na familia era tradicional, e lembrando-lhe que a casa dos Monserrates tinha dado ao catolicismo, em três gerações seguidas, uma duzia de padres.

Agora, resignado a ser simples advogado provisionario, o Bonifácio Monserrate, de cada vez que o dr. Noronha publicava um livro, dizia batendo na testa:

— Se não fóra aquella caturrice dos velhos, em não me mandar para Coimbra, estaria hoje feito magistrado e teria escrito todos aqueles livros.

Nomeado vogal da comissão de arqueologia, o Bonifácio Monserrate — que não podia lançar um olhar introspectivo nem ver o que tinha na sua caixa craneana — pensou em escrever um livro e começou a estudar todos os velhos e poeirentos registos de nascimentos e obitos, que jaziam arrumados nas estantes da parochial, para ver se constituia a historia dos doze padres que sua casa déra ao catolicismo.

Depois, começou as suas pesquisas

radura defronte de s. exa., na attitude de fetiches que adoram um bonzo, dizem *amen* a todos os disparates e desatinos que partam da ...Presidencia..

Quod Caesaris Caesari, quod Dei Deo... O resto... é farelo!

Paulo da Gama

no escuro e bafiento *mallo* da casa. Revistou os velhos armarios, os antigos *baús* de tampa partida, os boões de loiça de Macau, e, estando a prescrutar certos cantos e recantos, deu um berro de triunfo: — abaixo da táboa de uma velhissima e inservivel caixa de *retrelle* descobri, embrulhado nuns trapos, um par de chinelas de seda carmezim.

Entusiasmadissimo com o achado, o Bonifácio pegou, com infinito cuidado e grande solicitude, nas velhas chinelas, apalpou-as, cheirou-as, beijou-as, e, trazendo-as para o seu gabinete de trabalho, começou as suas investigações arqueologicas, fazendo profundas conjecturas sobre a sua descoberta e dizê-lo com os seus botões:

— A seda carmezim só é apanaggio dos prelados domsticos e camareiros secretos de Sua Santidade, as chinelas daquele estôfo só podiam ser de qualquer dos tais doze pais da casa; logo qualquer dos tais doze padres fóra prelado domestico ou camareiro secreto de Sua Santidade. Mas, qual deles? O caso, a averiguar, era bem bocado.

Subitamente, lembrou-se de uma tia, velha e rabajenta, que vivia paralitica ha mais de dez anos, e o Bonifácio Monserrate, radiante, com as chinelas nas mãos, correu ao quarto da velha, a informar-se.

A velha estava a dormir — talvez a recordar em sonhos os seus belos tempos da mocidade, em que, linda e airosa, no seu antigo traje de *tarôpa* e *vajú*, ia á missa fazendo a admiração dos rapazes do seu tempo — quando o Bonifácio irrompeu pelo quarto dentro, ofegante, radiante, triunfante, e, apresentando-lhe as chinelas, perguntou-lhe se a conhecia.

Então, o rosto da velha iluminou-se de uma celestial alegria, e, com um choro de contentamento, agradecendo aos céus em altos brados o achado, arrebatou as chinelas que apertou, comovidamente, ao peito, e explicou:

— Sim, aquellas chinelas conhecia-as ellas: tinham sido furtados por uma criada ha muitos anos, e debalde as tinha procurado por toda a parte. Eram suas e faziam parte do seu antigo traje de

A incoerência de certos hábitos e costumes

(CONTO REGIONAL)

Ao meu amigo Aencora Sinal
Colvalcar, advogado e es-
crivão de direito.

Veio cá passar as férias grandes, com seus pais, o pequeno Damodoro, filho do meu visinho Quensori. Damum é o seu nome de família e eu gosto de lhe chamar assim.

Esse pequeno estava em Mormugão com um tio, estudou lá e passou a Instrução Primária—fala o português, veste calção e blusa e usa chapéu de sol inglês, calça sapatos, traz o cabelo penteadinho e tem educação.

Damum vem muito a minha casa. Quando entra dá os *bons dias*; quando se vai sabe dizer *adeus*; e quando deseja levar qualquer objecto, cá da casa, pede e não se apodera d'ele sem que lho seja dado.

Enquanto estou a almoçar, o Damum senta-se numa cadeira e dá-me conversa.

Nos primeiros dias, o rapaz admirava-se de alguns dos meus hábitos

—¿Como se atreve o senhor a comer com o garfo? perguntava-me elle, curioso. ¿Não tem medo que as suas pontas aguçadas lhe furem a lingua?

E explicava: Eu como á mão. Acho isso mais simples e menos perigoso.

Contudo, Damum, que é muito intelligente, aprecia os costumes occidentais. Acha melhor comer-se á mesa, coberta com uma toalha. Censura-me porém, o luxo de ter—*um guardanapo para cada pessoa*.

* *

Um dia o Damum foi madrugador. Veio a minha casa, de manhã cedo, andou a procurar-me por toda a parte

e foi dar comigo num dos mais retirados quartos de casa, sentado sobre a respectiva caixa aberta, a fumar um *pensativo cigarro*.

—¿Que faz o senhor aqui, neste quarto afastado, numa attitude de abatimento, triste e cabisbaixo? perguntou-me, comovido.

Respondi-lhe com uma das caretas características que certo esforço physiologico provoca.

Então o rapaz compreendeu e ficou escandalizadissimo.

—Deitar essas *ujidade* numa caixinha tão bem feita! dizia elle, desolado.

E tinha razão. Ele costumava exercer essas funções vitais do nosso organismo fóra de casa, longe e muito longe—no quintal. Guardar aquilo, cuidadosamente, numa caixa, era disparate...

*

Sei dum certo ex-conselheiro, que quando vinha da provincia para a capital assistir ás sessões do Conselho—tambem achava disparate mandar lavar a unica camisa que trazia.

Quando o criado do hotel lhe perguntava se devia chamar o lavandeiro para tomar conta da camisa, que estava imunda, o manhoso conselheiro respondia-lhe, com muita filosofia:

—Para que? Se ella fica por baixo do colete e não se vê!

Tambem tinha razão.

Uma camisa suja é, muitas vezes, própria para cobrir uma consciencia pouco limpa...

B, 12 de junho de 1923.

J. da S. C.

Atribulações de Mr. Gilaz em Gôa

(conto regional)

Amo meo e migo Joaquim Bernado de Sa
cristino Ribeiro da Foz de Gôa

Mr. Gilaz, pelo nome de baptismo Gelasio da Faria, era filho do boico Bonifácio de Faria, de Pomburpá, que foi músico reformado da extinta Banda de Artilharia de Nova-Gôa.

Seu pai queria destiná-lo á carreira eclesiastica e, porisso, o mandára a Rachol para estudar no Seminário o primeiro ano de latim. Mas o Gelasio, tres meses depois de declinar o *lucra horae* em tré das *possandias de Rachol*, encalhou no *quicumque* e desistindo de ser padre—por falta de vocação—, dizia elle—regressou a Pomburpá, onde começou a estudar o inglês com o seu tio, Vicentinho de Faria, que fora dispensario a bordo do vapores da P. & O.

Anos depois, falecido o pai, o Gelasio, feito já um *rapagão danado* e forte, foi a Bombaim tentar fortuna, e empregou-se como ajudante do praticante de farmacia, — *assistant physician*, escrevia elle para Pomburpá—na ambulancia do dr. Pais, em Cavel.

Passaram anos e o nosso Gelasio, promovido a praticante por morte de quem o era, transformou-se em Mr. Gilaz e tornou-se um habil preparador e vendedor de *mixture*.

Dirigia-se sempre em inglês aos cozinheiros que iam á sua botica comprar drogas para as suas febres palustres e tratava-os per Mr. inglesando os seus nomes:

— *Halloo! Mr. John! what do you want?*

— *A bottle of the mixture for six days' fever.*

— *For your wife?*

E satisfazia-lhes o pedido.

Ora, como Mr. Gilaz tivesse feito alguns meses e arranjou quem o substituisse na farmacia.

Pensou tambem em introduzir na sua freguesia de Pomburpá o sistema de tratamento por *mixture* de todas as febres e meteu na sua mala de coiro, comprada no *Chor-bazar*, uns frasquinhos de quinino e outros de que conhecia o uso; e, surtindo um estotescopio velho, que enfiava abandonado na farmacia, abalou para Gôa.

As 8 horas da manhã atracou o "In-dravati" ao cais da Alfandega, em Pangim; e o nosso Mr. Gilaz, que desembravara com a sua mala de coiro e um *solado* enorme, foi bruscamente detido por um empregado que lhe exigiu o pagamento da *taxa de entrada* antes de pôr os pés em terra.

Mr. Gilaz não se desconcertou com a indecidez nacional e, puxando pela bolsa, pagou os anís da taxa de entrada, dizendo ao empregado com todo o garbo:

— *All right! Get out.*

E supunha imitar os ingleses quando dáo gergeta aos creados.

Mas, quando desceu ao barraco da Alfandega, é que foi o bom e o bonito.

Os empregados obrigaram-no a uma porção de formalidades: desmai-charam a mala, revistaram a roupa, destaparam os frasquinhos de quinino e outros, cheiraram-nos, abriram o *solado*, e, como li, entre outras coisas, encontrassem um pequeno frasco de *bombilium*, houve dvidia sobre se por aquilo seria devida a *Bilhete de despecho de importação* ou a "Guia de despacho de mercadorias" e depois de várias idas e voltas, ordens e contra-ordens obrigaram-no a esperar mais de uma hora, emquanto se fazia a conta dos direitos, vinte por cento de adicionais, ditos municipais, selos etc., etc. e pre-

viduals fracas ou recalcitrantes a quererem os "meios adequados ao fim" que se tem em vista.

enchimento de várias fórmulas e formulações.

Por fim, fóra da Alfandega, Mr. Gilaz meteu-se num tré com a sua bagagem e foi á Navegação Fluvial, onde lhe disseram que não haveria nesse dia lancha para Aldoni.

Quiz então fretar uma tona. Os marinheiros, porém, exigiam-lhe vinte rupias para ir a Pomburpá, al-gando que a Capitania com as suas licenças, registos, bilhetes, selos e emblemas, lhes levava coiro e cabelo; e exhibim o seu touço lustroso e rapado.

Depois de muito regateio ajustou-se a tona por dez rupias; e, agora, era o cocheiro que lhe exigia cinco rupias pela corrida, demora, e malas, alegando que lhe tinham aumentado as licenças e os selos; e mostrava-se insolente e malcreado.

Mr. Gilaz tinha bons músculos. Perdiendo a cabeça, sacou a mala do trém, tirou com cuidado o *solado*, entregou-o aos marinheiros, e arregaçando as mangas do casaco, gritou ao cocheiro imitando os condastaveis de policia:

Get d.....bloody fool.....bloody fool. Five rupees for a run?!

Perante este argumento de força, o cocheiro, atônito, contentou-se com uma rupia; e Mr. Gilaz, metendo-se na tona, pôde finalmente, seguir a Pomburpá.

Mr. Gilaz tinha em Pomburpá um primo, Elisabet, filho do seu tio Vicentinho de Faria, finado dispensario da P. & O.

Elizabet, fóra escrivão suplente das execuções fiscaes em Mapuçá; mas tivera de pedir a sua exoneração, porque sendo fraco do fisico, levava sovas valentes de cada vez que se atrevia a fazer alguma penhora. Mas como a pratica adquirida na repartição de fazenda de Mapuçá—*para solitações nos cartorios e repartições* e dava consultas.

Ultimamente comprara um exemplar do suplemento ao no. 11 do *Bulletim Oficial*, que trazia a nova Lei do selo e andava a estudá-la com todo o entusiasmo.

Quando o Elisabet soube da chegada do seu primo Gelasio, dobrou o nariz e a algebeira e correu á casa do Gelasio para lhe fazer uma visita.

O amigo Gelasio, hoje Mr. Gilaz, que estava a pôr em ordem as suas coisas, vendo entrar o Elisabet, gritou-lhe de braços abertos:

— *Halloo! Mr. Lisbeth! My cousin Lisbeth!*

E deu-lhe um abraço que lhe ia por dois ossos num feixe.

Passados os primeiros momentos de entusiasmo, Elisabet perguntou ao seu primo Gelasio, porque trazia elle o estetoscopio que tinha na mão; e, como Mr. Gilaz lhe informasse, com toda a basofia, que era para a clinica que elle pretendia fazer durante a sua estadia em Pomburpá, o Elisabet notou-lhe que teria de pagar uma licença e selos fortes; e, desdobrando o Suplemento do *Boletim*, qua tirou da plômas, lendo:

— "X—licença para exercicio de qualquer profissão scientifica adquirida em qualquer Universidade ou academia estrangeira, 30\$000 ou 85 rupias 11 tangis e seis reis."

Perante tal soma, Mr. Gilaz meteu, mansamente, o estetoscopio na algibeira e explicou: o que elle queria não era h exercer a clinica, mas vender as suas *mixture* e provar a sua cheicacia

no tratamento das febres. E abrindo a mala, mostrou-lhe os frascos que trazia.

— Também está previsto e precisa de licença e tens de pagar o respectivo selo—respondia-lhe o Elisabet que, virando a pagina, lhe citou a 11.ª licença da verba 8.ª lendo:

— "Licença para venda de aguas minerais ou medicinaes..... Mr. Gilaz, já mal humorado, fechando a mala, replicou-lhe que, nesse caso, aconselharia aos que soffressem de febres irem a Bombaim, á sua farmacia, tomar as *mixture*."

E logo o nosso Elisabet trepicoou, e, elle que ainda isto estava previsto; e, virando a outra pagina, citou-lhe a licen-
— "Licença para a voz de enjuração etc. etc. 200\$000 réis ou Rps. 57:06:11"

Mr. Gilaz, arreliado, perguntou-lhe quem diabo fizera uma tal Lei prejudicial á saúde publica, ao que o Elisabet lhe retorquin escandalizado:

— Prejudicial!!! Ora essa!

Era até um trabalho de valor; e penaria se se não publicasse, dissera: estava lá tudo previsto!!!

Nisto, um cão velho e lazarento, que havia em casa, começou a coçar-se vindo para o meio da gente; e o Elisabet, desejoso de mostrar a sua erudição na lei d' selo continuou entusiasmado:

— Olhe! Ate esse cão está cá previsto!

E lia a 35.ª licença:

— "Licença para ter um ou mais cães; sendo para cão de guarda..."

— Mas isso não é um cão de guarda berrou Mr. Gilaz, furioso, esta velho não presta para nada: só se sustenta por caridade.

— Então é cão de luxo e paga ainda mais—retorquiu-lhe Elisabet, preparando-se para ir.

Mas como Mr. Gilaz, sentindo a precencia a ergutar-se-lhe o convidasse a meter a lei na algebeira e a sentar-se, pedindo-lhe para jantar consigo, sei seu hospede, o Elisabet ainda na sua teimosia, com a lei na mão, com uma profunda mesura, disse-lhe:

— Obrigado. Mas precisa primeiro de obter a licença 7.ª para hotel ou hospedaria, pagando 1\$750 reis ou cinco rupias de selo.

E pôz-lhe o artigo debaixo dos olhos Mr. Gilaz, com a paciencia já de todo esgotada, rachadissimo, não comprehendendo que pudesse haver lizeza da sua casa hospedaria no hotel, só por convidar um primo a ser seu hospede, quis ainda ler o artigo; mas a vista turbon-se-lhe e fallando a licença 7.ª leu a 8.ª:

— "Licença para estalagem casa de pasto ou casa de guarda para cavalgaduras....."

Então, não podendo mais conter-se rubro de vergonha e indignação, arre-gaçou as mangas do casaco, segrou o oia empurrando fóra da porta, berrou-lhe ao ouvid:

— Minha casa será hotel, hospedaria estalagem; mas casa de pasto ou guarda de ser. E você, sua grande cavalgadura o mais a sua maldita lei de selo, vão já daqui para a rua.

E, expulsando-o, fechou violentamente a porta, que fez um grande estrondo; mas, enquanto os seus ecos se ainda a voz de Elisabet que dizia de fóra:

— Licença 37.ª. B. para fogos de estalagem 1\$500 reis ou 4-04-07.
B. 18 do Fevereiro de 1922
J. da S. C.

que a imprensa do país vizinho publica na sua...

Ten o prof dicos. l iação. salubri medica tudo i minhat to lev
A s
só, nã povcaç medico tra aliv para ac atacida ve-a, n maceuz fornece ou ru e assim com o as cur
Alén va de nerosa quer q tetra o mercial estado ses fin enorme
Já dezenas vir os munida Divar, dos seu por om qual re por falti que não farmacia seu pa, compon
Desde preoccup rizes, p ezzes se maceuti mas a bastante e porisso tempo.
Forém ciam se e foi apre clusiva d voções d siação das vicos far montados pelas cor pelas razo porque sei reprimir i maradage parecou de etiqueta p
Os servi do serviço aceitação sem outros ta; oneran rações, con Almeida, Geral silo se verá nas 15 de Março zembro de tou em mer ção, em cri dos medico
Dir-se-ha os compon tar dos bene des, visto área delas, mente, com Carambolim a onde apen- las. Mas si inconveni nha a obriga componente comunidade langute, S. I gosario dos I instituto e comunidades cota

Dia a Dia

BIBLIOGRAFIA

- ABDALA Júnior, Benjamin. *Literatura, história e política*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- ABDALA Júnior, Benjamin. *De Vãos e Ilhas*. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.
- AGUALUSA, José Eduardo. *Um Estranho em Goa*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2001.
- ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1997.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. *Um Mar da Cor da Terra: Raça, Cultura e Política da Identidade*. Oeiras: Celta Editora, 2000.
- ALMENDRA, Renata Silva. "Entre a ordem e a desordem: a malandragem no Império de Martins Pena" In. *Em Tempo de Histórias*. Brasília: Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB, n.9, 2005.
- APPIAH, Kwame Anthony. *O código de honra: como ocorrem as revoluções morais*. BOTTMANN, Denise. (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- AVELAR, Pedro. *História de Goa: de Afonso de Albuquerque a Vassalo e Silva*. Alfragide: Texto editores, 2012.
- ARISTÓTELES. *Arte poética*. file:///C:/site/livros_gratis/arte_poetica.htm (53 of 53) [3/9/2001 15:05:20] (Acesso em 15 de fevereiro de 2012).
- AZEVEDO, Célia Maria. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2008.
- BARRETO, Lima. *Contos Completos*. (org.) SCHWARCZ, Lilia Moritz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BARRETO, Lima. *Os bruzundangas*. São Paulo: A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro, <http://www.bibvirt.futuro.usp.br> (Acesso em 11/05/2016).
- BARRETO, Lima. *Diário do hospício; Cemitério dos vivos*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- BEIGUELMAN, Paula. *Viagem Sentimental à Dona Guildinha do Poço*. São Paulo: Editora Centro Universitário, 1966. p. 71. Apud. ALMENDRA, Renata Silva. *Em Tempo de Histórias* - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB, n.9, Brasília, 2005.
- BHABHA, H. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- BORGES, Charles J.. *Goa's Foremost Nationalist: Jose Inacio Candido De Loyola : the Man and His Writings*. Nova Delhi: XCHR, 2000.

- BORGES, Charles J.; PEREIRA, Óscar G. & STUBBE, Hannes. (ed.) *Goa and Portugal : History and Development*. Nova Delhi: XCHR Studies Series Nº 10, 2000.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *A Produção da Crença: contribuição para uma Economia dos Bens Simbólicos*. Porto Alegre: Zouk, 2008.
- BROOKSHAW, David. *A escrita em Macau: uma Literatura de circunstâncias ou as circunstâncias de uma literatura*. In. Ana Paula Laborinho, Marta Pacheco Pinto (eds) *Macau na Escrita, Escritas de Macau*. Húmus, pp. 19 – 30.
- BYLAARDT, Cid Ottoni. “O homem que não sabia javanês”. In. REVISTA CONTEXTO (Revista Semestral do Programa de Pós-graduação em Letras – UFES) - 2011/1. pp. 306-307.
- CALDERÓN, Garcia V. (trad). *Leyes de Manú (Manava-Dharma-Sastra): Instituciones Religiosas y Civiles*. Paris: Casa Editorias Garnier Hermanos, 1924.
- CANDIDO, Antonio, “Dialética da Malandragem” In. *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.
- CANDIDO, Antonio. (org.) *A Personagem de Ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura Brasileira: momentos decisivos*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2012.
- CANDIDO, Antonio. *Iniciação à Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.
- CARREIRA, Ernestina. *As relações entre a Índia portuguesa, a Ásia do sueste e o Extremo Oriente*. (dir. de Artur Teodoro de Matos, e Luís Filipe F. Reis Thomaz). Macau – Lisboa: Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-portuguesa, 1993.
- CASTRO, Paul. “José da Silva Coelho's Stories in the Context of Portuguese-Language Goan Literature”, *Muse India*, July-August 50 (2013). <http://www.museindia.com/focuscontent.asp?issid=50&id=4280>
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- COELHO, José da Silva. *Obra Quase Completa de José da Silva Coelho*. “Contos Regionais”. (org.) SEABRA, Manuel de. in. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. (periódico) nº 124. Bastorá: Tipografia Rangel, 1979.

- COELHO, José da Silva. *Obra Quase Completa de José da Silva Coelho*. “Contos Regionais”. (org.) SEABRA, Manuel de. in. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. (periódico) nº 125. Bastorá: Tipografia Rangel, 1980.
- COELHO, José da Silva. *Obra Quase Completa de José da Silva Coelho*. “Contos Regionais”. (org.) SEABRA, Manuel de. in. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. (periódico) nº 126. Bastorá: Tipografia Rangel, 1981.
- COELHO, José da Silva. *Obra Quase Completa de José da Silva Coelho*. “Contos Regionais”. (org.) SEABRA, Manuel de. in. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. (periódico) nº 127. Bastorá: Tipografia Rangel, 1982.
- COELHO, José da Silva. *Obra Quase Completa de José da Silva Coelho*. “Contos Regionais”. (org.) SEABRA, Manuel de. in. *Boletim do Instituto Menezes Bragança*. (periódico) nº 128. Bastorá: Tipografia Rangel, 1983.
- CORTAZAR, Julio. *Valise de Cronópio*. São Paulo: Perspectiva, 2006. pp. 149,151, 153.
- COSTA, Antonio Anastacio Bruto da. *Goa sob a dominação portuguesa*. Margão: Typographia de “O Ultramar”, 1896.
- COSTA, Francisco João da. *Jacob e Dulce: scenas da vida indiana*. Panjim: Tipografia Sadananda, 1974.
- COSTA, Orlando da. *Uma abordagem à literatura Indo-portuguesa contemporânea no roteiro da colonização*. In: *Revista Aprender Juntos*, Nº4-5, 2004.
- CUNHA, João F. A. Uma leitura crítica de *Jacó e Dulce: cenas da vida indiana* à luz do realismo de Eça de Queirós. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.
- CURTO, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- CURY, Maria Zilda Ferreira. *Um mulato no reino de Jambom – as classes sociais na obra de Lima Barreto*. São Paulo: Cortez, 1981.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- DALGADO, Sebastião e TOMÁS, Maria Isabel. *Estudos Sobre os Crioulos Indo-Potugueses*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998.
- DALGADO, Sebastião Rodolfo. *Glossário Luso-Asiático*. (2 vol.). Nova Delhi: AES, 1988.
- DEVI, Vimala e SEABRA, Manuel de. *A Literatura Indo-portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1971.

- DUARTE, Lélia Parreira. *Ironia e Humor na Literatura*. Belo Horizonte: PUCMINAS, 2006.
- DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus – o sistema das castas e suas implicações*. FONSECA, Carlos Alberto da. (trad.). São Paulo: Edusp, 1992.
- ESOPO. *Fábulas*. (trad.) VIANNA, Antônio Carlos. Porto Alegre: L&PM, 1997.
- FANON, Franz. *Os condenados da terra*. (trad.) MAGALHÃES, Lucy e ROCHA, Enilce Albergaria. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- FARIA, Patrícia Souza de. “A Roma do Oriente”. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-roma-do-orient> (acesso em 11/05/2016).
- FIGUEIRA, Maria Inês. & NORONHA, Oscar de. *Episódio Oriental: Readings in Indo-Portuguese Literature*. Panjim: Fundação Oriente & Third Millennium, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2012.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- GARMES, Hélder. (org.). *Oriente, engenho e arte: imprensa e literatura de língua portuguesa em Goa, Macau e Timor Leste*. São Paulo: Alameda, 2004.
- GARMES, Hélder. “Identidade mestiça de Goa e Cabo-Verde” In: *Literaturas em movimento - hibridismo cultural e exercício crítico*. São Paulo: Editora Arte & Ciência, Via Atlântica, 2003, p. 177 – 204.
- GARMES, Hélder. *A Convenção Formadora: Uma contribuição para a história do periodismo nas colônias portuguesas*. São Paulo: tese defendida no ano de 1999 na FFLCH da Universidade de São Paulo.
- GARMES, Hélder. e MUHANA, Adma. (org.). *Via Atlântica*. nº 19. São Paulo: www.revistas.usp.br/viaatlantica, 2011.
- GOMES, Francisco Luiz. *Os Brahmanes*. Lisboa: Minerva, 1998.
- GOTLIB, Nádya Battella. *Teoria do conto*. 4ª .ed. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- GRACIAS, Fátima da Silva, “A Mulher na Literatura Indo-Portuguesa: diversas facetas de *Sundorem*” In: *Revista Mare Liberum* Nº 9 – Julho de 1995.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- HIDALGO, Luciana. *Literatura da Urgência. Lima Barreto no domínio da loucura*. São Paulo: Annablume, 2008.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. (trad.) Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JAGUARIBE, Beatriz. *Fins de século e a cultura do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 1983.
- LOPES, Ana Maria Costa. “Diferenças regionais e os seus reflexos na literatura”. In. MATOS, Artur Teodoro de. e LAGES, Mário Ferreira (coords.). *Portugal: percursos de interculturalidade* (Vol. III). Lisboa: ACIDI, 2008.
- LOPES, Oscar & SARAIVA, Antonio José. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1982.
- LOBO, Sandra. *O desassossego goês - Cultura e política em Goa do liberalismo ao Acto Colonial*. Lisboa: Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2013.
- MARTIN, Vima Lia. *Literatura e Marginalidade: um estudo crítico sobre João Antônio e Luandino Vieira*. São Paulo: Alameda, 2008.
- MARTINS, Mônica de Souza Nunes. “Vadios” e mendigos no tempo da Regência (1831-1834). *Construção e controle do espaço público da Corte*. Dissertação de mestrado em História Social. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.
- MATOS, Gregório de. *Obra poética*. Org. James Amado. Prep. e notas Emanuel Araújo. Apres. Jorge Amado. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- MORAIS, Carlos Alexandre de. *Cronologia geral da Índia portuguesa*. Macau: Instituto Cultural de Macau, Instituto Rainha D. Leonor, 1993.
- MUECKE, D.C. *Ironia e Irônico*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- NITRINI, Sandra. *Literatura comparada*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- NORONHA, Carmo. *Contracorrente*. Fundação Oriente: Pangim, 1991.
- OAKLEY, Robert John. *Lima Barreto e o destino da literatura*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- OLIVER, Élide. “O saber em: ‘O homem que sabia javanês’, de Lima Barreto”. In. REVISTA USP, São Paulo, n.87, p. 214-224, setembro/novembro 2010.
- OLIVEIRA, Francisco de. <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-73/tribuna-livre-da-luta-de-classes/jeitinho-e-jeitao>, edição 73. Outubro de 2012. Acessado em 21/03/2014.
- OLIVEIRA, Irenísia Torres de. “Sátira e crítica social num conto de Lima Barreto”. In. *Revist Cerrados*. v. 18, n. 28: *Literatura e compromisso social - Empenho*,

Engajamento e Crítica Social na Literatura Brasileira.
<http://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/8326/6322>, 2009.

- PAULO, André. (pseudônimo de COSTA, Francisco João da) *O Europeísmo e a Revolta – carta ao dr. José Ignácio de Loyola*. Índia Portuguesa, 1896.
- PEREIRA, A. X. da Silva. *Os jornais portugueses - sua filiação e metamorphoses*. Lisboa: Imprensa de Libania da Silva, 1897.
- PINTO, Rochelle. *Between Empires: Print and Politics in Goa*. New Delhi: OXFORD, 2007.
- PINHEIRO, Luís da Cunha. e RODRIGUES, Maria Manuel Marques (Org). *Em torno de duas Repúblicas: 15 de novembro de 1889 – 5 de outubro de 1910*. Ensaios LUSOFONIAS. Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- PROPP, Vladimir. *Comicidade e Riso*. São Paulo: Ática, 1992.
- PYRARD, François in. BASTO, A. de Magalhães. (ed.) *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*, (vol. II). Porto: Livraria Civilização, 1944.
- QUEIROZ, Eça. *Uma Campanha Alegre (1º tomo)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.
- QUEIROZ, Eça. *Obras Completas de Eça de Queiroz*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- ROCHA, Gilmar. “‘Navalha não corta seda’: Estética e Performance no Vestuário do Malandro”. In. *Revista Tempo* – v. 10 – nº 20 – Niterói – jan. 2006.
- ROSENFELD, Anatol. *Estrutura e problemas da obra de arte*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. (trad.) EINHENBERG, Rosaura. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SARDO, Susana. *Guerras de Jasmim e Mogarim: Música, Identidade e Emoções em Goa*. Alfragide: Texto Editores. 2010.
- SCHRAMM, Fermin Roland. “Dialética entre liberalismo, paternalismo de Estado e biopolítica. Análise conceitual, implicações bioéticas e democráticas”. In. *Revista Bioética* (Impresso), v.22, n.1, 2014. pp. 10-17.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Espetáculo da Miscigenação”. In. *Revista de Estudos Avançados – USP*, v. 8, nº 20. São Paulo, 1994.
<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9652/11222>.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa. *Brasil – uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.
- SHAKESPEARE, Willian. *The Tragedie of Macbeth*. Ebook – Gutenberg Project, 2000. <http://www.gutenberg.org/files/2264/> (Acesso em 07 de maio de 2016).
- SERRÃO, Joel. e MARQUES, A. H. de Oliveira. *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Oriental (1660 – 1820)*. (vol. V). Lisboa: Estampa, 2001.
- SERRÃO, Joel. e MARQUES, A. H. de Oliveira. *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Africano (1890 – 1930)*. (vol. XI). Lisboa: Estampa, 2001.
- SILVA, Evaneide Araújo da. “As faces do realismo: *Gil Blas* e a tradição realista do século XVIII”. In. *Revista Letteres Françaises*. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, nº 9, 2008. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/lettres/article/view/2041>. Acesso em 10 de abril de 2016.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- SILVA, Pedro Santos da. *Afonso Henriques de Lima Barreto e o mito da identidade nacional*. São Paulo: Dissertação de mestrado defendida na PUC/SP, 2007.
- SÓFOCLES. *Édipo Rei*. (trad.)NEVES, Paulo. Porto Alegre: L&PM Editores, 1998.
- SOUZA, Teotónio R.. *Goa Medieval – A cidade e o interior no século XVII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- VALE, Regina Célia Fortuna do, *A Literatura de Goa em Língua Portuguesa e “O Signo da Ira”*. São Paulo: 1999.
- VIEIRA, Antônio. *Sermões escolhidos*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

Periódicos

- O Heraldo*, ano XXIII, do nº 5883 ao nº 6165. Nova Goa: Tipografia Heraldo, 1922.
- O Heraldo*, ano XXIV, (identificação da numeração prejudicada pela digitalização). Nova Goa: Tipografia Heraldo, 1923.